UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ATUÁRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

UM ESTUDO SOBRE O PROCESSO DE DESINSTITUCIONALIZAÇÃO
DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS DE CORREÇÃO MONETÁRIA EM EMPRESAS
BRASILEIRAS

Amaury José Rezende

Orientador: Prof. Dr. Reinaldo Guerreiro

SÃO PAULO

2009

Profa. Dra. Suely Vilela
Reitora da Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Carlos Roberto Azzoni
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Prof. Dr. Fábio Frezatti
Chefe do Departamento de Contabilidade e Atuária

Prof. Dr. Edgard Bruno Cornachione Junior
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis

AMAURY JOSÉ REZENDE

**UM ESTUDO SOBRE O PROCESSO DE DESINSTITUCIONALIZAÇÃO
DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS DE CORREÇÃO MONETÁRIA EM EMPRESAS
BRASILEIRAS**

Tese apresentada ao Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo como requisito para a obtenção do título de Doutor em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Reinaldo Guerreiro

SÃO PAULO

2009

Dissertação defendida e aprovada no Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, pela seguinte banca examinadora:

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Seção de Processamento Técnico do SBD/FEA/USP

Rezende, Amaury José

Um estudo sobre o processo de desinstitucionalização das práticas contábeis de correção monetária em empresas brasileiras / Amaury José Rezende. -- São Paulo, 2009.

267 p.

Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2009.

Bibliografia.

1. Contabilidade gerencial 2. Instituições (Teoria) 3. Desinstitucionalização 4. Correção monetária I. Universidade de São Paulo. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade II. Título.

CDD – 658.151

AGRADECIMENTOS

Ser grato é, para mim, expressar, aos mestres, aos familiares e aos amigos, quanto eles foram importantes para a realização deste trabalho. Sou grato a cada um deles, pois cada um contribuiu de alguma forma.

Agradeço ao Prof. Dr. Reinaldo Guerreiro, pela confiança, pelo apoio e pelos diversos ensinamentos e orientações recebidas.

Ao professor Gilberto de Andrade Martins, pela paciência e disponibilidade, oferecendo ensinamentos metodológicos, no caminho a ser perseguido.

A todos os professores do Programa de Pós Graduação da FEA/USP, em especial, ao Prof. Dr. Ariovaldo dos Santos, pela cessão do banco de dados da Revista Melhores e Maiores da FIPECAFI.

Ao Prof. Dr. Clóvis Machado-da-Silva da EAESP-FGV, pelos ensinamentos na sua disciplina e no exame de qualificação.

Sou grato ao Prof. Dr. Diógenes de Souza Bido, pelos ensinamentos e orientações. Aos profissionais respondentes da pesquisa.

Agradeço, em especial, à Flávia, que sempre esteve junto comigo e nunca me deixou perder a fé e a esperança.

À minha família, que sempre acreditou em mim.

Aos meus colegas de curso de doutorado, em especial, aos meus amigos: Andson, Renê, José Carlos, Coelho, Roberta, Márcio, Ricardo, Lúcio, Bruno e Jorge.

Aos funcionários da FEA/USP, em especial, Belinda, Cristina, Rodolfo e Valéria.

Aos meus amigos da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP de Ribeirão Preto.

A todos que contribuíram para que este trabalho fosse realizado, especialmente, na fase final.

Aos meus alunos, com os quais tenho oportunidades de aprendizado.

Aos professores, com quem aprendi, ao longo da minha vida.

Aos meus amigos, que me apoiaram nessa jornada.

Ao Senhor Deus. Muito obrigado.

*Ou você investe sua vida em alguma coisa ou a
desperdiça com coisa alguma*

Haddon Robinson

RESUMO

Diante dos problemas econômicos e sociais ocasionados pelo fenômeno da inflação nas últimas décadas, foi instituído, no Brasil, em 1994, o Plano Real, cujo objetivo era controlar os altos níveis de inflação vivenciados nas últimas décadas e alcançar a estabilidade econômica. Nesse contexto, a obrigatoriedade das práticas de correção monetária institucionalizadas foi destituída e institui-se Lei proibindo a publicação de demonstrações contábeis corrigidas. Iniciou-se, então, o processo de desinstitucionalização das práticas contábeis de correção monetária nas empresas brasileiras. Este trabalho teve como objetivo analisar o processo de desinstitucionalização das práticas contábeis de correção monetárias em empresas brasileiras. Os pressupostos teóricos utilizados nesta pesquisa foram baseados na teoria institucional que representa uma abordagem sociológica interpretativa do comportamento humano, que reconhece fenômenos de racionalidade limitada e o caráter político da ação social. Esta abordagem fundamenta-se num modelo político, no qual o comportamento social é pautado pela legitimização e pela conformidade a padrões socialmente impostos pela socialização dos indivíduos, pelos contextos das organizações e pelos mercados. Os modelos utilizados nas análises empíricas foram baseados nas abordagens propostas por Oliver (1992) e DiMaggio e Powell (1983). A estratégia de pesquisa utilizada compreendeu aplicação de questionários e entrevistas numa população de 118 empresas brasileiras, de grande porte, constantes da Revista Exame 500 Maiores Empresas e teve como principais respondentes os contadores e gerentes de controladoria. Foram utilizados a técnica estatística multivariada Análise Fatorial, o teste ANOVA *one way* e o teste Kruskal-Wallis. Constatou-se que o uso e manutenção das práticas contábeis de correção monetária, no contexto brasileiro, mantêm um relacionamento estreito como fatores isomórficos: coercitivos e normativos. Sendo que as variáveis mais relevantes foram: a) obrigatoriedade imposta pela lei; b) poder institucional das entidades reguladoras; c) regulamentação do governo; e d) recomendações das empresas consultoria e auditoria. Em relação ao grau de influência das pressões políticas, funcionais e sociais no processo de desinstitucionalização destacam: a) diminuição dos índices de inflação na economia; b) mudança das leis sobre publicação; c) declínio da exigência por parte do mercado financeiro; d) custos de manter a prática; e) surgimento de novas tecnologias contábeis; f) níveis de inflação no período (mês e ano); e g) harmonização internacional das práticas contábeis. A estratégia de realizar entrevistas como os gestores das empresas que mantiveram ou ainda mantém a prática contábil de correção monetária representou um recurso de grande utilidade no delineamento do fenômeno pesquisado. Pois possibilitou, basicamente, a triangulação dos resultados. Portanto, a explicação do processo de desinstitucionalização das práticas contábeis de correção monetária é decorrente de uma combinação distinta de fatores institucionais. Sendo que os fatores observados estão aderentes aos pressupostos da teoria institucional e estão em consonância com os resultados das pesquisas realizadas no mercado americano e no Reino Unido.

ABSTRACT

In face of the economic and social costs caused by inflation in previous decades, Plano Real was brought to being in Brazil in 1994. Its aim was to control the existing high inflation rates and reach economic stability. In this scenario, the enforced use of institutionalized inflation-adjusted practices was withdrawn and a law is passed to forbid the issuance of adjusted accounting statements. The process of desinstitutionalization of accounting practices then began in Brazilian enterprises. This thesis aimed at analyzing the desinstitutionalization of accounting practices of inflation adjustment in Brazilian enterprises. The theoretical framework used is based on the institutional theory that represents a sociological approach to interpret human behavior; it acknowledges limited rationality phenomena and the political attribute of the social action. This approach is based on a political model in which social behavior is guided by legitimization and compliance to social patterns imposed by the socialization of individuals, by the scenario of enterprises and by the markets. The models used in the empirical analyses were founded on the approaches proposed by Oliver (1992), and DiMaggio & Powell (1983). The research strategy comprised questionnaires and interviews, carried out with a population of 118 enterprises listed among the top 500 according to “Revista Exame 500 Maiores Empresas”, and the main respondents were accountants and controllership managers. Data Reduction Analysis, ANOVA *one way* test, and Kruskal-Wallis test were used. Analysis shows that, as for the Brazilian scenario, the use and continuance of inflation-adjusted practices bear close relationship with isomorphic institutional factors: coercive and regulatory. The most relevant variables were: (i) law enforcement; (ii) institutional power of regulatory organizations; (iii) governmental regulation; and (d) advice by consulting and auditing offices. Regarding the level of influence of political, functional and social pressure for the desinstitutionalization, we can emphasize: (a) the decrease of inflation rates in the economy; (b) the changes in laws on disclosure; (c) lack of demand by financial markets; (d) costs to keep the practice; (e) the emergence of new accounting technologies; (f) levels of inflation in the period (month/year), and (g) international harmonization of accounting practices. The strategy of interviewing managers of enterprises that performed or still perform inflation-adjusted practices proved a very useful tool in the characterization of the phenomenon researched. It made the triangulation of results possible. Thus, the explanation of the process of desinstitutionalization of inflation-adjustment practices results from a distinct combination of institutional aspects. These adhere to the assumptions of the institutional theory and are in agreement with the results of research carried out in the markets in The USA and The United Kingdom.

SUMÁRIO

LISTAS DE QUADROS.....	5
LISTA DE TABELAS	6
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	8
1 INTRODUÇÃO	9
1.1 Situação Problema.....	9
1.2 Questão de Pesquisa	11
1.3 Objetivo Geral	11
1.4 Objetivos Específicos	11
1.5 Justificativas e Contribuições da Pesquisa	12
1.6 Metodologias de Pesquisa	16
1.7 Estrutura da Pesquisa	16
2 REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1 O Fenômeno da Inflação	19
2.1.1 Os Impactos Econômicos e Sociais da Inflação.....	22
2.2 Plataforma Histórica.....	24
2.3 Contribuições Teóricas – Inflação e Contabilidade	25
2.4 Antecedentes da Correção no Brasil - 1929 A 1964	29
2.5 Sistemática de Correção Monetária - 1965 A 1976	30
2.5.1 As Práticas de Correção Monetária Integral - 1977 a 1987	32
2.5.2 Modelo Brasileiro de Correção Monetária.....	34
2.5.3 Normas e Ações Institucionais do Processo de Implementação da CMI.....	41
2.6 O Fim Obrigatoriedade das Práticas Contábeis de Correção 1996 – 2006	43
2.6.1 Juros sobre Capital Próprio: Outra Sistemática de Correção Monetária?.....	46
2.7 Experiências Inflacionárias Brasileiras	48
2.8 Experiências Inflacionárias Internacionais e Normas Internacionais	51
2.9 As Relações do Ambiente Inflacionário e a Informação Contábil.....	59
2.10 A Relevância da Informação Contábil Financeira Ajustada pela Inflação	64
2.10.1 Pesquisa e Estudos Nacionais	64
2.10.2 Pesquisas e Estudos Internacionais	73
3 CONTABILIDADE: UMA PRÁXIS SOCIAL E INSTITUCIONAL.....	81
3.1 A Contabilidade como Mitos Racionalizados.....	82
3.2 Teoria Institucional	86
3.2.1 Instituição	88
3.2.2 Pilares Institucionais	94
3.3 Agência e Processo Decisório	97
3.4 Instituições e Estrutura	100

3.5	Elementos da Abordagem Institucional	102
3.5.1	A Relação do Ambiente-Organização	102
3.5.2	Legitimação e Legitimidade	102
3.5.3	Valores Simbólicos	108
3.5.4	Isomorfismo	109
3.6	Respostas Estratégicas	113
3.7	Tipificação Recíproca e Ações Habituais	115
3.8	Processos de Institucionalização	116
3.8.1	Níveis de Institucionalização	120
3.8.2	Agentes Institucionalizadores	125
3.9	Elementos Constitutivos do Processo Institucional	127
3.10	Mudança Institucional	133
3.10.1	Processo de Desinstitucionalização	137
3.10.2	Pressões Ambientais	137
3.10.3	Pressões Políticas, Instrumentais / Funcionais e Sociais	139
3.11	Modelos Teóricos, Hipóteses e Variáveis	140
3.11.1	Modelo 1 – Isomorfismo	141
3.11.2	Modelo 2 – Desinstitucionalização	147
4	ESTRATÉGIA METODOLÓGICA	153
4.1	Suporte Metodológico	153
4.1.1	Classificação Metodológica	155
4.1.2	Definição Constitutiva e Operacional Das Variáveis	156
4.1.3	Delineamento da Pesquisa	158
4.2	Amostra e Método de Coleta de Dados	158
4.2.1	Pesquisa Piloto	158
4.2.2	Seleção da Amostra	159
4.2.3	Instrumento de Coleta de dados	161
5	RESULTADOS E ANÁLISES	166
5.1	Análises Descritivas	166
5.1.1	Perfil do Respondente	166
5.1.2	Características Qualitativas da Informação Contábil	166
5.1.3	Práticas Contábeis de Correção Monetária	168
5.1.4	Importância das Práticas Contábeis de Correção Monetária	169
5.1.5	Isomorfismo: Competitivo e Institucional	169
5.1.6	Processo de Desinstitucionalização	171
5.2	Aspectos Conceituais da Análise Fatorial	174
5.2.1	Análise Fatorial - Isomorfismo	175
5.2.2	Análise Fatorial – Desinstitucionalização	179
5.2.3	Pressões Funcionais	181
5.2.4	Pressões Sociais	183
5.3	Avaliação da Relevância dos Constructos Teóricos	183
5.3.1	Cálculo dos Escores Não-padronizados	185
5.3.2	Isomorfismo - Kruskal-Wallis Test	188
5.3.3	Desinstitucionalização - Kruskal-Wallis Test	190

5.3.4	Isomorfismo - Teste ANOVA one- way	190
5.3.5	Desinstitucionalização - Teste ANOVA one- way.....	193
5.4	Discussão dos Resultados.....	195
5.4.1	Análise da Relevância das Variáveis – Isomorfismo	195
5.4.2	Análise da Relevância das Variáveis – Desinstitucionalização	197
5.4.3	Análise das Médias dos Constructos	198
5.4.4	Análises do Processo de Persistência Institucional	200
5.4.5	Análise dos Modelos Teóricos, Hipóteses e Variáveis	209
6	CONCLUSÃO	213
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	219
	APÊNDICES	247

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AASB - *Australian Accounting Standards Board*
 AASC - *Australian Accounting Standards Committee*
 ARRF - *Australian Accounting Research Foundation*
 ASB - *Accounting Standards Board*
 ASC - *Accounting Standards Committee*,
 ASSC - *Accounting Standards Steering Committee*
 BAR – *Brazilian Administrative Review*
 BTN - Bônus do Tesouro Nacional
 BTNF - Bônus do Tesouro Nacional Fiscal
 CC - *Current Cost* (Custo Corrente)
 CCA Statement - *Statement of Accounting Practice*
 CCC - Custo Corrente Corrigido
 CFC – Conselho Federal de Contabilidade
 CH - Custo Histórico
 CHC - Custo Histórico Corrigido
 CM – Correção Monetária
 CMI – Correção Monetária Integral
 CONGRESSO USP – Congresso de Contabilidade e Controladoria - USP
 COPPEAD - Instituto pós-graduação pesquisa Administração Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
 PPM - *Purchasing Power of Money*
 CVM - Comissão de Valores Mobiliários
 DC -Definição Constitutiva
 DFC – Demonstração de Fluxo de Caixa
 DO – Definições Operacional
 DOAR – Demonstrações de Origens e Aplicações de Recursos
 ED - *Explosure Draft*
 ENANPAD – Encontro Nacional da Pós-graduação em Administração
 FAP - Fator de Atualização Patrimonial
 IASB – *International Accounting Standards Boards*
 IBRACON – Instituto Brasileiro dos Auditores
 IGP - (FGV) Índice Geral de Preço
 IGP - DI - Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna
 INCC - Índice Nacional de Preços da Construção Civil
 INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor
 INPC (IBGE) – Índice Nacional de Preços ao Consumidor
 IOB - Boletim IOB – Informações Objetivos
 IPA - Índice de Preços por Atacado
 IPC- índice de preços ao consumidor
 IPC-FGV - Índice de Preços ao Consumidor
 JSCP – Juros sobre o Capital Próprio
 ONU – Organização das Nações Unidas
 ORTN - Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional
 PPI *Producer Price Index* (Índice Específico de Preços)
 RAC – Eletrônica – Revista de Administração Contemporânea
 RAC - Revista de Administração Contemporânea
 RC - *Replacement Cost* (custo de reposição)
 RC & F – Revista de contabilidade e Finanças
 RIR - Regulamento do Imposto de Renda
 RPI - *Retail Price Index* (Índice de Preço ao Consumidor).
 SEC - *Securities and Exchange Commission*
 SFAS - *Statement of Financial Accounting Standards*
 SSAP *Statement of Standard Accounting Practice*
 TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo
 TSVA - *Trading Stock Valuation Adjustment*
 UFIR - Unidade de Referência Fiscal
 UMC - Unidade Monetária Contábil
 URV - Unidade Real de Valor
 VBM - *Value Based Management*
 VC - Variação Cambial

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1 – Principais efeitos da inflação.	23
Quadro 2 – Evolução histórica sobre inflação e contabilidade.	25
Quadro 3 – Ações normativas entre o período de 1943 a 1964.....	29
Quadro 4 - Ações normativas entre o período de 1965 a 1976.....	30
Quadro 5 - Pesquisas e ações normativas entre o período de 1977 a 1987.....	33
Quadro 6 - Origem e fundamentos do modelo de correção monetária.....	35
Quadro 7 – Comparação dos itens das demonstrações financeiras entre Legislação Societária s/a e correção monetária integral.....	38
Quadro 8 - Comparação dos itens das demonstrações financeiras entre Legislação Societária S/A e correção monetária integral.....	39
Quadro 9 - Ações normativas entre o período de 1988 a 1995.	41
Quadro 10 - Ações normativas entre o período de 1996 a 1997.....	44
Quadro 11 – Planos de estabilidade econômica e moedas brasileiras.....	49
Quadro 12 - Normas relativas ao reconhecimento dos efeitos da inflação na contabilidade – Reino Unido	51
Quadro 13 – Taxa de inflação, cumprimento das normas, no período de 1977 a 1987.....	53
Quadro 14 - Normas relativas ao reconhecimento dos efeitos da inflação na contabilidade.....	55
Quadro 15 - Normas relativas ao reconhecimento dos efeitos da inflação na contabilidade.....	57
Quadro 16 - Processo de normatização e o papel dos agentes.	59
Quadro 17 - Relação das Pesquisas entre 1966 e 2003 – FEA/USP.	65
Quadro 18 - Relação das Pesquisas entre 1999 a 2004 – UERJ e UFRJ.	67
Quadro 19 - Relação de Pesquisa entre 1981 a 1997 – COPPEAD / UFRJ.	68
Quadro 20 - Publicações internacionais sobre o fenômeno inflacionário brasileiro.....	73
Quadro 21 - Outras classificações para instituições.....	92
Quadro 22 - Variações de veículo – pilares institucionais.....	94
Quadro 23 - Pilares institucionais e condução.....	97
Quadro 24 - As regras na dualidade da estrutura.....	100
Quadro 25 - Respostas estratégicas das organizações às pressões institucionais.....	115
Quadro 26 - Estágios de institucionalização	124
Quadro 27 - Agentes institucionalizadores	126
Quadro 28 - Proposições e elementos constitutivos do processo institucional.....	133
Quadro 29 - Mudança institucional - transformação estrutural da indústria americana.....	134
Quadro 30 - Mudança institucional - ao longo do tempo num campo interorganizacional....	134
Quadro 31 - Antecedentes da desinstitucionalização.	140
Quadro 32 – Modelo isomorfismo – constructos e variáveis.....	147
Quadro 33 – Modelo desinstitucionalização – constructos e hipóteses.....	151
Quadro 34 – Questões, constructos e variáveis.....	162
Quadro 35 - Cesp - Companhia Energética de São Paulo.	201
Quadro 36 – COPESUL - Cia Petroquímica do Sul.....	202
Quadro 37 – Sabesp - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo.....	204
Quadro 38 – Technos Relógios S.A.....	205
Quadro 39 – Companhia Vale do Rio Doce.....	207
Quadro 40 - Usina São Martinho.....	208

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Balanço e demonstração do resultado incompleta, antes da correção monetária.....	35
Tabela 2 - Dados para o cálculo da correção monetária.....	36
Tabela 3 - Balanço e demonstração do resultado, após a correção monetária – modelo original “Inglês”.....	36
Tabela 4 - Balanço e demonstração do resultado - modelo correção monetária brasileiro.....	36
Tabela 5 - Dados para o cálculo da correção monetária integral.....	40
Tabela 6 - Balanço e demonstração do resultado - modelo correção monetária integral.....	40
Tabela 7 - Comparativo de carga tributária.....	47
Tabela 8 - Relação de Publicações entre 1992 e 2007.....	70
Tabela 9 - Publicações entre o período de 1982 a 2008.....	71
Tabela 10 – Assuntos Publicados de 1982 a 2008.....	72
Tabela 11 - Relação das empresas que publicaram informação corrigida.....	159
Tabela 12 - Relação de empresas pesquisadas.....	160
Tabela 13 – Perfil do Respondente da Pesquisa.....	166
Tabela 14 – Compreensibilidade.....	167
Tabela 15 – Relevância.....	167
Tabela 16 – Confiabilidade.....	167
Tabela 17 – Comparabilidade.....	168
Tabela 18 – Práticas contábeis de correção monetária.....	168
Tabela 19 - Importância da informação corrigida para as empresas.....	169
Tabela 20 - Importância atribuída pelos respondentes (percepção pessoal).....	169
Tabela 21 – Isomorfismo competitivo.....	170
Tabela 22 - Mecanismos coercitivos.....	170
Tabela 23 - Mecanismos miméticos.....	171
Tabela 24 - Mecanismos normativos.....	171
Tabela 25 - Atributos – Pressões políticas (organizacional e ambiente).....	172
Tabela 26 - Pressões funcionais (organizacional).....	173
Tabela 27 - Pressões funcionais (ambiente).....	173
Tabela 28 - Pressões sociais (organizacional e ambiente).....	174
Tabela 29 – Estatística descritiva.....	176
Tabela 30 – Análise dos componentes do isomorfismo competitivo.....	176
Tabela 31 – Estatística descritiva.....	177
Tabela 32 - Análise dos componentes do isomorfismo institucional (mecanismos coercitivos).....	177
Tabela 33 – Estatística descritiva.....	178
Tabela 34 - Análise dos componentes do isomorfismo institucional (mecanismos miméticos).....	178
Tabela 35 – Estatística descritiva.....	178
Tabela 36 - Análise dos componentes do isomorfismo institucional (mecanismos normativos).....	179
Tabela 37 – Estatística descritiva.....	179
Tabela 38 - Análise dos componentes da desinstitucionalização (pressões políticas).....	180
Tabela 39 – Estatística descritiva.....	180
Tabela 40 - Análise dos componentes da desinstitucionalização (pressões políticas - ambiente).....	181
Tabela 41 – Estatística descritiva.....	181
Tabela 42 - Análise dos componentes da desinstitucionalização (pressões funcionais).....	182
Tabela 43 – Estatística descritiva.....	182
Tabela 44 - Análise dos componentes desinstitucionalização (pressões funcionais).....	182

Tabela 45 – Estatística descritiva.....	183
Tabela 46 - Análise dos componentes da desinstitucionalização (pressões sociais).....	183
Tabela 47 - Resultados da análise fatorial - isomorfismo.....	184
Tabela 48 - Resultados da análise fatorial – desinstitucionalização.....	184
Tabela 49 - Component score coefficient matrix.....	186
Tabela 50 – Transformação dos escores fatoriais para a escala de medida original.....	186
Tabela 51 – Estatística descritiva.....	187
Tabela 52 – Estatística descritiva.....	187
Tabela 53 – Ranking.....	189
Tabela 54 - Test statistics(a,b)	189
Tabela 55 - Ranking.....	190
Tabela 56 - Test statistics(b)	190
Tabela 57 -One-sample kolmogorov-smirnov test.....	191
Tabela 58 – Análise Descritivas.....	191
Tabela 59 – Teste de homogeneidade das variâncias.....	192
Tabela 60 – Teste ANOVA isomorfismo.....	192
Tabela 61- Comparações múltiplas - Tukey HSD.....	192
Tabela 62 - One-sample kolmogorov-smirnov test.....	193
Tabela 63 - Análise Descritivas.....	193
Tabela 64 - Teste de homogeneidade das variâncias.....	194
Tabela 65 – ANOVA – desinstitucionalização.....	194
Tabela 66 - Multiple comparisons - Tukey HSD.....	194
Tabela 67 – Ranking - constructo isomorfismos.....	196
Tabela 68 – Escores das variáveis constructos pressões políticas.....	197
Tabela 69 - Médias dos constructos do isomorfismo.....	198
Tabela 70 - Comparação das médias dos constructos.....	198
Tabela 71 - Médias dos constructos desinstitucionalização.....	199
Tabela 72 - Comparação das médias dos constructos.....	199

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Fluxo histórico - processo inflacionário, mudanças de moedas, sistemáticas de correção monetária e ações normativas e regulatórias.....	50
Ilustração 2 – Redes sociais de pesquisa em contabilidade e inflação.....	69
Ilustração 3 - Tipos de legitimidade.....	105
Ilustração 4 - Tipos de legitimidade moral.....	106
Ilustração 5 - Interação entre estrutura, propriedades e padrões.	108
Ilustração 6 - Preditores no nível organizacional.....	112
Ilustração 7 - Preditores no nível do campo organizacional.....	113
Ilustração 8 – Perspectiva institucional versus dependência de recursos.....	114
Ilustração 9 - Processos inerentes à institucionalização.....	121
Ilustração 10 – Processo de institucionalização e desinstitucionalização.....	125
Ilustração 11 - Teoria institucional - conexões nos níveis micro e macro.....	128
Ilustração 12 - Pressões para a Desinstitucionalização.....	138
Ilustração 13 – Empresas que continuaram publicando informação contábil corrigida após 1995.	160
Ilustração 14 – Mensuração dos fatores (constructos).....	185
Ilustração 15 – Médias dos escores não padronizados – isomorfismo.....	187
Ilustração 16 - Médias dos escores não padronizados – desinstitucionalização.....	188

1 INTRODUÇÃO

1.1 Situação Problema

A contabilidade tem como função ajudar as pessoas a tomarem decisões altamente racionais, pois ela representa um conjunto de procedimentos, que possibilita a criação e o processamento de informações, que auxiliam as pessoas decidirem sobre possíveis negócios e a realizarem escolhas de ação mais rentáveis (CHUA, 1986; DAVIDSON *et al*, 1988 ; ISTVAN & AVERY, 1979).

Por meio da contabilidade, é possível sintetizar e representar uma enorme complexidade social e organizacional, apenas, numa única linha, o lucro líquido. As contas podem ser usadas para registrar e monitorar acontecimentos, operações e o comportamento individual dos atores, além da avaliação e controle organizacional de processos e resultados, elas são formas de criar e gerenciar informações, que compreendem um conjunto mais vasto de práticas informacionais. Além disso, podem ser utilizadas para completar ou mesmo substituir uma memória individual ou organizacional (YATES, 1989), e ainda reforçam a capacidade cognitiva limitada dos tomadores de decisão. Ao propiciar a quantificação, o registro e avaliação, como premissa das decisões.

Desse modo, os relatórios financeiros das empresas deveriam prestar informações úteis e comparáveis respectivamente sobre os seus ativos, passivos e patrimônio líquido das empresas. Essas informações deveriam ajudar os seus investidores, credores e demais usuários a avaliarem o desempenho das empresas num determinado período (FASB, 2009).

O significado da informação contábil consiste na forma como ela é usada. Carruthers (1995) afirma que a atenção dada a informação deveria ser deslocada da "sintaxe" e da "semântica" para uma visão 'pragmática', pois, o papel da contabilidade representa um espelho, ao refletir a realidade econômica e organizacional. Nesse contexto, a contabilidade pode ser usada para quantificar as qualidades do mundo social e organizacional, tornando-os calculáveis e previsíveis (MILLER, 1992).

Ao relacionar o efeito da inflação com a informação contábil, Matias (1972, p. 90) relata que a "inflação, porém, pode falsear os valores do imobilizado, do disponível e do realizável,

reduzindo o balanço a uma peça de contabilidade sem verdade e sem sentido. É desse fenômeno que nascem os lucros ilusórios”. O autor conclui que, num período inflacionário, sem a prática da correção monetária, não existe qualquer possibilidade de elaboração de balanços isentos de distorções, e de avaliação dos lucros reais das empresas.

Desse modo, cabe ressaltar que a inflação permeou a economia brasileira por longos anos. Em virtude disso, várias sistemáticas de correção monetária foram desenvolvidas e aperfeiçoadas a fim de se melhorar a qualidade da informação contábil aos *stakeholders*. Aliados a esse processo, diversos planos de estabilização econômica foram implantados, pelo governo, com a finalidade de combater e eliminar a inflação. Destaca-se que, neste processo de busca pela estabilidade econômica, a moeda brasileira passou por várias transformações, no período de 1942 a 1994.

Pesquisas no campo da contabilidade brasileira têm demonstrado, nas últimas décadas, que a não correção da inflação sobre a informação contábil pode ocasionar consequências danosas ao seu uso. Santos (2002) realizou uma pesquisa que demonstra os efeitos da inflação nos resultados de 16 grandes empresas, que publicaram suas demonstrações nos anos seguintes (1996 a 1998), ao fim da obrigatoriedade das práticas de correção monetária, e observou variações que vão de -2,3% a 791%, sobre os resultados apurados conforme legislação societária (diferenças nos lucros e prejuízos). Ele exemplifica o caso da empresa Petrobrás, maior empresa brasileira, que, em 1997, apresentou demonstrações de resultados com lucros na ordem de R\$ 1.532.827.000,00. Após reconhecimento dos efeitos da inflação nas demonstrações contábeis, o resultado da mesma empresa caiu para R\$ 894.367.000,00, o que equivaleria, na época, a uma diminuição de 570 milhões de dólares nos resultados (SANTOS, 2002).

Diante dos fatos e problemas ocasionados pelo fenômeno da inflação, houve um movimento social, econômico e cultural (político) com objetivo de extinguir e/ou controlar os altos níveis de inflação vivenciados nas últimas décadas, objetivando assim alcançar a estabilidade econômica. Nesse contexto, foi instituído, no Brasil, em 1994, o Plano Real, cujo objetivo era alcançar a estabilidade econômica. Assim, a obrigatoriedade das práticas de correção monetária institucionalizadas foi destituída e uma nova prática foi instituída (JSCP - Juros sobre Capital Próprio), e simultaneamente, institui-se Lei proibindo a publicação demonstrações contábeis corrigidas (MARTINS, 2004; MARTINEZ *et al*, 2001; ZANI e NESS JUNIOR, 2000). Iniciou-se, então, o processo de desinstitucionalização das práticas

contábeis de correção monetária nas empresas brasileiras.

Ao mapear previamente os fatores indutores do processo de desinstitucionalização das práticas contábeis de correção monetária verificou-se a existência de:

- Empresas que publicaram informação contábil corrigida após o fim da obrigatoriedade, em 1995; e
- Empresas que, mantiveram a prática de corrigir e publicar informação contábil por mais de 10 anos consecutivos, após 1995.

Diante disso, diversas questões de pesquisas podem ser levantadas:

- Por que as empresas não utilizam mais esta prática?
- Por que algumas empresas continuam fazendo e publicando?
- Por que não fazer e publicar informação corrigida, tendo em vista sua relevância?

A complexidade destas questões acima requer uma investigação que amplie o escopo das variáveis e dos aspectos analisados até então, pois a inflação é um fenômeno que apresenta características sociais, econômico-financeiras, culturais e institucionais, compartilhada no mesmo campo organizacional, por diversos atores, em dada circunstância temporal.

1.2 Questão de Pesquisa

Neste âmbito, elaborou-se a seguinte questão:

- Quais foram os fatores preponderantes do processo de desinstitucionalização das práticas contábeis de correção monetária nas empresas brasileira?

1.3 Objetivo Geral

- Analisar o processo de desinstitucionalização das práticas contábeis de correção monetária em empresas brasileiras.

1.4 Objetivos Específicos

- Mapear as organizações participantes do processo desinstitucionalização das práticas contábeis de correção monetária;

- Avaliar a relevância dos fatores isomórficos: competitivos e institucionais no processo de desinstitucionalização;
- Mensurar o grau de influência das pressões políticas, funcionais e sociais no processo de desinstitucionalização;
- Investigar a relevância dos fatores institucionais que motivaram a persistência das práticas contábeis de correção monetária, numa amostra de empresas brasileiras;
- Estruturar o processo de desinstitucionalização das práticas contábeis de correção monetária; e
- Evidenciar os valores institucionais predominantes, no ambiente das organizações, que influenciaram o fenômeno pesquisado.

1.5 Justificativas e Contribuições da Pesquisa

Das pesquisas levantadas, no âmbito brasileiro, nas últimas décadas, têm-se destacado a relevância da questão sobre o uso da informação contábil e a inflação, bem como seus efeitos sobre o desempenho financeiro e patrimonial das empresas, (HERRERA, 1997; HERRERA & PROCIANOY, 1998; SILVA *et al*, 2001; LIMA *et al*, 2004, SALOTTI *et al*, 2006; MONTEIRO & MARQUES, 2006 e REZENDE *et al*, 2008).

Já, no âmbito internacional, a relevância da informação contábil ajustada pela inflação¹ tem sido objeto de diversas pesquisas, em que tem considerado: a) a relevância da informação contábil; b) evidênciação suplementar de financeiras ajustadas pela inflação e o processo de barganha dos sindicatos e c) as reações individuais no processo decisório diante de informação contábil ajustada pela inflação. As estratégias metodológicas utilizadas são as mais variadas, vão desde: uso de questionário ‘*survey*’; realização de entrevistas com: contadores, diretores financeiros e diretores de sindicatos; e análises econometricas, a partir de dados financeiros publicados pelas empresas (DYCKMAN, 1969; MAUTZ JR, 1990; BARAN *et al*, 1980; WATTS E ZIRMMERMAN, 1980; FREISHKOFF, 1982; BEAVER *et al*, 1982; LUSTGARTEN, 1982; SCHAEFER, 1984; MATOLCSY, 1984; BRAYSHAW & MIRO, 1985; OLSEN, 1985; BUBLITZ *et al* 1985; PILLSBURY, 1958; PALMER, 1977; FOLEY & MAUNDERS, 1977; CRAFT, 1981; SEED, 1978; ARTHUR YOUNG, 1982; CORNICK, 1882; MCCASLIN & STANGA, 1982; FLESHER & SOROOSH, 1983; MCINTYRE, 1973; HEINTZ, 1973; ENIS, 1988).

¹ “inflation-adjusted financial”

De um modo geral, as pesquisas têm focado apenas aspectos econômicos e do processo de normatização contábil (SILVA *et al*, 2001; PONG & WHITTINGTON; 1996), limitando-se às análises de relatórios financeiros, leis, decretos e instruções normativas.

Nobes (1991) afirma que o processo de normatização contábil apresenta-se em etapas evolutivas (criação, aprimoramento e descontinuidade). Essa abordagem ajuda a explicar o processo de normatização, ocorrido em cada país, e pode ser usada para traçar tendências, tendo em vista seu caráter cíclico. Ele acrescenta que o processo contábil de combate a inflação obedece a um ciclo comum de ações, nos países.

Diante deste contexto, a realização desta pesquisa representa um mapeamento do processo desinstitucionalização das práticas contábeis de correção monetária e os respectivos fatores motivadores, pois não foi observado, até então, pesquisas que abordassem como decorreu este processo, no contexto brasileiro.

Neste cenário, a não utilização mais das práticas contábeis de correção monetária pelas empresas brasileiras pode representar um exemplo de dissociação entre a aparência e a realidade dos fatos. Ou seja, a ausência de correção (da informação contábil) pode ser entendida com um exemplo de *decoupling*² nas contas apresentadas pelos gestores (CARRUTHERS, 1995). Uma vez que, tem-se comprovado congruência nos resultados dessas pesquisas, no que se refere à perda de qualidade e relevância da informação contábil sem correção.

A adoção da referida prática pode ser justificada por refletir um desempenho inferior, aos olhos dos *stakeholders*. Para Puxty's (1997), as escolhas contábeis podem ser melhores entendidas, em termos de crises enfrentadas pelas organizações e suas necessidades por legitimidade (BERGER & LUCHMANN, 1985), com seus vários interlocutores e atores sociais. No entanto, diversas questões sobre o assunto ainda necessitam de respostas.

A escolha da abordagem institucional com suporte teórico desta pesquisa justifica-se uma vez que ela possibilita analisar os efeitos do papel das instituições sobre os diversos interesses envolvidos que atuam acelerando ou retardando significativamente o desenvolvimento, a implantação e o abandono das normas e práticas relativas ao reconhecimento de seus efeitos inflacionários sobre a informação contábil. Uma análise, segundo Machado-da-Silva et. al

² Decoupling - representa a dissociação entre a estrutura formal adotada e a prática organizacional real.

(2005), que procurar entender a historicidade e a recursividade entre estruturas e práticas sob uma ótica institucional de análise

A teoria institucional baseia-se nos pressupostos de uma abordagem sociológica interpretativa do comportamento humano, que reconhece fenômenos de racionalidade limitada e o caráter político da ação social (VASCONCELOS, 2007, p. 31-32). Esta abordagem fundamenta-se num modelo político, no qual o comportamento social é pautado pela legitimização e pela conformidade a padrões socialmente impostos pela socialização dos indivíduos, pelos contextos das organizações e pelos mercados. Uma teoria institucional mais robusta deveria incluir o papel da agência ativa e as considerações econômicas, e ser dinâmica o suficiente para explicar mudanças nas normas institucionais (GREENWOOD & HININGS, 1996; OLIVER 1992; KONDRA & HININGS, 1998). Desse modo, buscou-se associar um fenômeno de natureza econômica, que apresenta relação direta com decisões ligadas à racionalidade econômica e às influências dos valores institucionais no processo de mudança organizacional, além de contrastar as ações políticas de controle e reconhecimento do fenômeno da inflação.

Face à persistência das práticas contábeis de correção monetária em parte das empresas do mercado, torna-se significativa também análise desse fato, uma vez que a persistência de práticas nas organizações caracteriza-se como um campo que tem sido pouco estudado no âmbito do processo de mudança organizacional (TOLBERT & ZUCKER, 1999). Dentre as mais significantes conseqüências que os teóricos institucionais atribuem à institucionalização de uma atividade organizacional está a permanência relativa. Uma vez que as atividades organizacionais são institucionalizadas, elas são assumidas a se tornar relativamente estáveis, duradouras, reproduzíveis e sustentáveis por longos períodos de tempo sem justificação contínua (OLIVER, 1992; ZUCKER 1987).

A escolha da abordagem institucional pode ser melhor compreendida no comentário de Lourau (1975, p. 142) quando afirma que

[...] a análise institucional deve apreender a ação social em seu dinamismo e, sem nada rejugar sobre o sistema institucional existente, procurar extrair onde está a instituição, isto é, as relações entre a racionalidade estabelecida (regras, formas sociais, códigos) e os acontecimentos, desenvolvimentos e movimentos sociais que se apóiam implícita ou explicitamente sobre a racionalidade estabelecida ou a submetem à discussão.

Ao descreverem o fenômeno da inflação e sua interface com a contabilidade, Silva *et al*

(2001, p. 15) destacam que a inflação tem relação com o processo de normatização contábil, além de criar um ambiente permeado de interesses e disputas, principalmente, no que concerne ao desenvolvimento, à implantação e ao abandono de normas e regras, ou seja, padrões de condutas que são impostos e deverão ser compartilhados no âmbito social e organizacional.

A pesquisa compreende um conjunto de organizações, muitas vezes com propósitos díspares, que se reconhecem como participantes de um mesmo debate acerca de temáticas específicas (inflação e práticas contábeis de correção monetária), além daquelas preocupadas com a reprodução de práticas ou arranjos relacionados a questão. Portanto, nessa pesquisa, entende-se que a inflação cria um campo organizacional que envolve diferentes organizações, que participam do mesmo debate. A definição do campo organizacional como evento permite a análise da sua dinâmica e da mudança ao longo do tempo (HOFFMAN, 1999, 2001; ZIETSMA & WINN, 2005; MACHADO-DA-SILVA *et. al.*, 2006).

Outro fator de relevância para questão em pauta, refere-se à diversidade de agentes, organizações e interesses sociais envolvidos no processo de produção de conhecimento no campo da contabilidade (PONG & WHITTINGTON, 1996). Essa diversidade, por sua vez, nesta pesquisa, representa os agentes institucionais acadêmicos, profissionalizantes, reguladores públicos, mercado de capitais, investidores e instituições governamentais.

1.5.1 Contribuições da Pesquisa

A pesquisa busca oferecer, do ponto de vista prático, mapear as estratégias adotadas no processo de desinstitucionalização das práticas contábeis de correção monetária, pelas empresas brasileiras. Sob uma perspectiva teórica, almeja-se a identificação dos pressupostos, das estruturas ou processos sociais que afetam a distribuição de recursos e de poder no campo organizacional.

A contribuição desta pesquisa ao corpo de conhecimento das ciências contábeis delineia-se pela definição dos fatores predominantes que influenciam o processo de normatização contábil. A partir do mapeamento dos fatores indutores do processo de desinstitucionalização das práticas de correção monetária pode-se avaliar o nível de aderência dos pressupostos teóricos da abordagem propostas por DiMaggio & Powell (1983, 1991), que abordam os efeitos do Isomorfismo competitivo e institucional e por Oliver (1992) que compreende as

pressões políticas, funcionais e sociais do processo de desinstitucionalização.

Por fim, as experiências metodológicas obtidas na análise do processo de desinstitucionalização das práticas contábeis de correção monetária podem oferecer subsídios teóricos e metodológicos para a realização de novas pesquisas, em outras áreas da contabilidade.

1.6 Metodologias de Pesquisa

A estrutura teórica utilizada na pesquisa foi embasada na abordagem institucional que teve como objetivo realizar uma pesquisa descritivo-interpretativa do processo de desinstitucionalização das práticas contábeis de correção monetária. A pesquisa foi desenvolvida nas seguintes etapas:

- i) Análise contextual histórica dos períodos, classificados de acordo com fatores predominantes identificados no corte longitudinal de tempo entre 1944 e 2006;
- ii) Identificação dos principais fatores e constructos do processo de desinstitucionalização, através da aplicação questionários (BERGER & LUCHMANN, 1985; TOLBERT & ZUCKER, 1999 e OLIVER, 1991 e DIMAGGIO & POWELL, 1991); e
- ii) Entrevistas com os gestores das empresas que mantiveram as referidas práticas por um longo período. Estas entrevistas realizadas atendem a dois propósitos: confronto dos resultados obtidos na aplicação dos questionários e a identificação dos fatores motivadores da persistência de práticas contábeis de correção.

1.7 Estrutura da Pesquisa

O trabalho encontra-se estruturado em 5 seções, expostos da seguinte forma:

- No Capítulo – I: descrição dos delineamentos iniciais sobre a proposta de pesquisa e seus desdobramentos;
- O Capítulo – II: apresentação e reflexão sobre o fenômeno da inflação e seus impactos econômicos e sociais, a historicidade do processo de correção monetária no (no Brasil e outros países), modelos e sistemáticas de ajuste da inflação sobre a informação

contábil e pesquisas no âmbito nacional e internacional nas últimas décadas que correlacionaram contabilidade e inflação;

- No Capítulo – III: abordagem da contabilidade como prática social; pressupostos da abordagem institucional: processo de institucionalização, processo de mudança institucional e desinstitucionalização de práticas organizacionais;
- No Capítulo – IV: são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados na consecução da pesquisa; e
- No Capítulo – V: reportam-se os resultados apurados nas investigações empíricas e os respectivos confrontos com a teoria, compostos, basicamente, por fatos e evidências analíticas extraídas da amostra pesquisada e dos casos empíricos analisados.

Na última seção são apresentadas as conclusões, limitações e indicações de pesquisas futuras sobre o fenômeno pesquisado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O Fenômeno da Inflação

A inflação é cão danado. Aparece num país, fazendo subir os preços, e o governo entra em guerra contra ela. De entrada, tabela os preços dos chamados produtos de primeira necessidade – habitação, escola, leite, açúcar, carne, pão. O lojista pode vender a roupa mais cara ao padeiro, mas o padeiro não pode vender o pão mais caro ao lojista. O senhorio compra quase tudo mais caro, mas não pode aumentar o aluguel ao inquilino.

A escola tem que aumentar o salário do professor, mas não pode cobrar mais dos alunos. Dentro em pouco, desaparecem do mercado o pão, o açúcar, a carne e o leite. [...] A construção civil pára, deixando desempregada a mão-de-obra não especializada. Quem vai comprar casa por preço novo, para alugar por preço velho? Os professores viram vendedores e as escolas fecham.

Após certo tempo, a situação torna-se insuportável. Nasce o mercado negro, onde produtos de primeira necessidade custam mais do que custariam em regime de liberdade de preços. Mas, pelos, existem à venda. A escola reabre, fazendo contratos não escritos, fora da lei, com os pais dos alunos. A falta de moradias para alugar leva as pessoas sem casa a oferecerem ao senhorio uma compensação “por fora”, mais elevada do que teria sido o aumento normal do aluguel. E todos os preços, após um momento de indecisão, voltam a disparar, provocando mais ampla intervenção do governo (MATIAS, 1972, p. 39).

O surgimento do fenômeno da inflação refere-se a um dos grandes mistérios da vida econômica, considerado como o vôo cego dos preços, rumo ao infinito, que o povo conhece como “carestia”, e o chamam de “inflação”. Todos sentem seus efeitos, no entanto, não se pode definir com precisão suas causas. É um fenômeno que consegue unir o governo e a oposição, os patrões com os empregados, conservadores, liberais e socialistas, todos com o anseio de que este mal seja combatido e eliminado (SINGER, 1992).

Para conceituar o fenômeno da inflação, Matias (1972, p. 24) exemplifica:

Três meninos brincavam num parque. Um deles tem quatro bolas de gude. Outro tem oito botões. O terceiro é dono de dezesseis tampinhas de garrafa. Quando se aborrecem dos próprios brinquedos, trocam. Para isso estabeleceram um critério de troca: bola de gude vale dois botões e botão vale duas tampinhas de garrafa. Um dia, o menino das tampinhas aparece com 32 em lugar de 16. Como os botões que existem para trocar são apenas 8, cada botão passa a valer 4 tampinhas. O valor do conjunto permanece o mesmo. Apenas o valor de cada tampa diminui pela metade, por ter surgido o dobro delas para trocar pelo mesmo número de botões e bolas de gude.

Essa exemplificação remete ao fato de que assim como os meninos têm seus brinquedos, os países dispõem de um volume de bens e serviços e uma certa quantia de moeda, sendo assim, os preços dos produtos e serviços disponíveis são mantidos estáveis (em equilíbrio). No entanto, se é lançada em circulação mais moeda do que as unidades de bens e serviços disponíveis, os preços tendem a subir, surgindo a inflação. O autor conclui que bens e serviços, todos podemos produzir. Mas, dinheiro, só o governo produz (MATIAS, 1972).

Entretanto, pode-se dizer que a inflação também está relacionada a um conjunto de variáveis que ocasionam o aumento do custo de vida (bens intermediários e serviços de produção, utilizados na produção de bens de uso final e consumo de bens de capital) (BALL *et al*, 1990).

A inflação também pode ser ocasionada quando os meios de pagamentos crescem mais do que a produção, quando a capacidade de comprar dos vários agentes e atores (governo, empresas e particulares) aumenta mais do que a quantidade de mercadoria à disposição (LAIDLER & PARKIN, 1975). No entanto, Singer (1992) destaca que essa contribuição para o aumento da inflação, em parte, é de responsabilidade do governo, mas isso não representa uma explicação completa do fenômeno.

As demandas por meios de pagamentos são compostas: moeda para transações de mercadorias e serviços; moeda para contingências; e moeda para especulação (LAIDLER & PARKIN, 1975; SINGER, 1992). As demandas por moedas para *especulação* são meios de pagamentos emitidos pelo governo (moeda legal), e pelo sistema bancário (moeda escritural). Essas demandas por moeda propiciam a geração de inflação futura.

Nesse contexto, Singer (1992) relaciona o processo inflacionário às pressões conjunturais e políticas. As pressões conjunturais referem-se à capacidade de determinados setores econômicos responderem à demanda de produtos e serviços, tendo em vista os níveis de estrangulamentos na economia. As pressões políticas são muito comuns em períodos de guerra, pois o Estado necessita de recursos para suprir ou financiar a disputa no processo de conflito (STANLEY, 1981).

A inflação parece ser um fenômeno contínuo e inevitável. Até mesmo grandes economias como os Estados Unidos, a Alemanha e o Japão, já tiveram suas economias afetadas. Portanto, o entendimento das causas do fenômeno da inflação em determinado país, em determinado período, está relacionado às pressões conjunturais e políticas, em várias dimensões políticas, econômicas e sociais.

Em relação aos mecanismos de controle da inflação, destacam-se: (i) a intervenção econômica, tomando decisões drásticas para dominar o fenômeno inflacionário; e (ii) desenvolvimento da chamada correção monetária, considerado um plano de longo prazo, que ataca, gradualmente, as causas da inflação, reduzindo a expansão dos meios de pagamentos, mas sem restringir o desenvolvimento das atividades econômicas.

Dentre as estratégias, programas de governo, de intervenção econômica de combate dos efeitos da inflação, destaca-se o congelamento dos preços de determinados produtos, que necessariamente, não tem muita eficácia, pois ocasiona a escassez dos gêneros, mercado negro e, além disso, o órgão controlador dos preços acaba tendo que conceder o aumento dos mesmos, gerando a impressão de que ele é o responsável pela carestia (inflação).

O comportamento dos preços das mercadorias (bens de consumo e bens de produção – intermediário e de capital) é mensurado mediante índice geral de preços, e o aumento desse índice é chamado de inflação.

De acordo com Singer (1992, p.20) “no custo de cada mercadoria entram os preços dos bens intermediários, serviços de produção, salários, além do desgaste dos bens de capital”. Esse fenômeno é denominado pelos economistas solidariedade dos preços, em que cada aumento de preço influi sobre os preços de outras mercadorias. Por exemplo: se sobe o preço da gasolina, mais cedo ou mais tarde o preço do ônibus ou do táxi também sobe.

O modelo de correção monetária, segundo Matias (1972), institucionaliza a própria inflação. Não há a possibilidade de aplicação de correção monetária sem a existência de inflação. Para Endo (1989, p. 34) a

correção monetária, do ponto de vista conceitual, nada mais é do que a introdução de uma segunda moeda no sistema econômico para suprir a deficiência das funções da moeda [...], num contexto inflacionário, a moeda legal não é mais adequada para desempenhar as funções de reserva de valor e de utilidade de contas para pagamentos diferidos, é natural que se buscasse um artifício, como o da indexação para suprir tais funções.

Assim, a institucionalização da correção monetária influencia na mudança do quadro legal vigente em um país (emissão de normas), além de interferir na teoria e na prática de apuração de índices de preços.

O fenômeno da inflação tem implicações de ordem psicológica pois, os homens, estimulados pelo desejo (sonho) de ganhar mais dinheiro, aumentam os preços de seus produtos e serviços, provocando uma queda progressiva do poder aquisitivo da moeda, ou seja, uma realização ilusória de ganho. No entanto, à medida que os conceitos tendem a cristalizar no somatório cultural dos povos, as pessoas acabam percebendo os desajustes provocados pela realidade em transformação e exigem a evolução dos conceitos paralelamente à evolução da vida (MATIAS, 1972).

A inflação acaba por permear todos os estratos sociais, pois, quando o governo adota medidas de combate à inflação, normalmente, restringe o crédito, aumenta os impostos, controla os preços, arrocha os salários e surge, então, uma imensa gritaria dos que se consideram prejudicados (SINGER, 1992). Ele acrescenta que a inflação é um assunto grave demais para ser deixado só para economistas ou burocratas. É necessário que os cidadãos (inteligentes) intervenham na discussão.

2.1.1 Os Impactos Econômicos e Sociais da Inflação

Ao relacionar os efeitos da inflação como o cotidiano das empresas, Famá (1980, p.67) destaca que a inflação é

[...] um fenômeno de perda monetária cujos efeitos econômicos devem estar refletidos nos demonstrativos financeiros. Ela corrói o poder aquisitivo da moeda; distorce os ganhos apurados, em geral achatando-os, o fluxo financeiro fica inadministrável, descapitaliza as empresas, levando algumas a situações de tal iliquidez que elas se valem dos favores legais da concordata para evitar a falência, muda os hábitos do mercado fazendo com que alguns negócios desapareçam, distorce a magnitude dos valores relativos e cria ilusões de ótica quanto aos valores de lucros e patrimônio líquido.

Em períodos de inflação, a moeda perde suas características de homogeneidade, que são requeridas na função de somar ou agregar as transações ocorridas durante o ciclo operacional. Portanto, a existência de inflação dificulta a percepção de valor real em oposição ao nominal (GONZÁLEZ, 1999). Nesse sentido, Famá (1980) acrescenta que a inflação afeta as empresas de diferentes formas, dependendo da maneira como os custos dos insumos estejam se comportando no mercado. As variáveis que são utilizadas para mensurar a inflação podem variar dependendo do tipo de usuário, seja este o governo, um empresário, uma dona de casa ou um estudante.

González (1999) especifica que os fatores que estimulam a existência da inflação atendem a uma dinâmica de crescimento, que leva a uma tendência de incrementos nos preços e custos, e podem favorecer alguns setores. Esse processo de inflação é determinado por dois fatores:

- Aumento na demanda - a inflação é ocasionada porque não há uma oferta capaz de suprir o incremento de demanda, ocasionando aumento dos preços; e
- Aumento nos custos – causados pelo aumento nos custos: de importações, dos equipamentos necessários para desenvolver o processo produtivo; rigidez da estrutura econômica ou rigidez das políticas financeiras das empresas; e incrementos dos salários por pressões sindicais.

Além desses fatores, a inflação tem efeitos sobre a economia do país, sob três aspectos fundamentais:

- Efeito sobre a redistribuição de renda ou riqueza - pois a renda eleva-se mais lentamente que a taxa de crescimento dos preços, e beneficia quem possui ativos reais;
- Efeitos sobre a balança de pagamentos – para os países que apresentam um incremento dos preços acima da média externa, as exportações tornam-se menos competitivas e tendem a diminuir, sob estas condições, as importações são mais atraentes devido ao menor preço relativo e podem aumentar, produzindo uma deterioração da balança comercial e na balança de pagamentos.
- Efeitos psicológicos – a inflação estabelece um clima de insegurança, as reivindicações pelas rendas nominais acentuam-se, a demanda retrai-se. O clima de insegurança paralisa os projetos existentes (GONZÁLEZ, 1999).

Os principais efeitos da inflação sobre as empresas podem ser resumidos, conforme apresentado no Quadro 1:

Quadro 1 - Principais efeitos da inflação.

Itens	Consequências
Variação de demanda	Pode provocar obsolescência de equipamentos.
Pouca disponibilidade de recursos	Pode afetar o nível de solvência das empresas.
A intervenção do governo	A implementação de medidas de restrição de créditos e controle de preços e salários tendem a ser ineficazes, além das pressões fiscais.
Manutenção dos preços de produtos e serviços	Por decisão da empresa, ocorre uma redução da margem, rentabilidade e desaceleração do crescimento da atividade. A falta de liquidez pode ocasionar falta de capital de giro.
A compensação pelo aumento preço	Gera efeito sistêmico, pois os fornecedores aumentam os preços que impactam a necessidade de recursos (mais financiamento).
Investimento em Imobilizado	O aumento dos preços de bens de investimento implica em dificuldades, pois retarda a política de ampliação das empresas.
Depreciação sobre os custos de aquisição	Será sempre insuficiente para a reposição dos ativos imobilizados.
Demonstrações contábeis	São distorcidas pela inflação, que provoca uma erosão no patrimônio e nos resultados econômicos, proporcionando tomada de decisões errôneas. Além de provocar impacto sobre decisões estratégicas de preços, endividamento, liquidez, dividendos e políticas investimento.
Custos de vendas	São inferiores aos reais, principalmente para empresas com baixa rotação de estoques.
Empréstimos tomados	Se forem devolvidos pela moeda depreciada, a empresa obtém um ganho monetário.
Impostos sobre o lucro	Em geral, são desproporcionalmente superiores porque incidem sobre lucros contábeis e não sobre os lucros reais, ocasionando a descapitalização da empresa e diminuição da capacidade produtiva.
Distribuição de dividendos	Não assegura a conservação do poder aquisitivo dos recursos investidos pelos acionistas.
Contratos de compra e vendas	O fator tempo torna-se tão importante quanto o fator preço.

FONTE: Adaptado de GONZÁLEZ (1999).

Ao relacionar o efeito da inflação com a informação contábil, Matias (1972, p. 90) relata que a “inflação, porém, pode falsear os valores do imobilizado, do disponível e do realizável, reduzindo o balanço a uma peça de contabilidade sem verdade e sem sentido. É desse fenômeno que nascem os lucros ilusórios”. O autor conclui que, num período inflacionário, sem a prática da correção monetária, não existe qualquer possibilidade de elaboração de balanços isentos de distorções, e de avaliação dos lucros reais das empresas.

As consequências da instalação e a aceleração de um regime inflacionário, ao valor do ativo fixo, tornam-se uma falsidade, se os valores forem mantidos em moeda histórica ao invés da moeda atual (corrente). Pode ocorrer a geração de resultados (lucros) fictícios, distribuições indevidas e formação de fundos injustificáveis. Esse fenômeno, se não tratado, pode provocar a dilapidação e /ou erosão do capital de uma organização (MATIAS, 1972; FAMA, 1980).

2.2 Plataforma Histórica

Ao contrário do que se pensa no senso comum, a idéia de indexação como alternativa de atenuar as consequências das flutuações de preços é bastante antiga. No Brasil, especificamente, a correção monetária (indexação) foi institucionalizada³, há cerca de 30 anos, com a finalidade básica de amenizar os efeitos perversos do processo inflacionário, que se alastrava no país. Ao longo da história com elevadas taxas de inflacionárias, no mundo, diversas ações foram tomadas com objetivo de remediar os efeitos da inflação sobre a economia das empresas e dos indivíduos, de um modo geral, conforme descrito no Quadro 2.

³ Para Zucker (1991, p. 83) a institucionalização refere-se a um “processo pelo qual cada indivíduo transmite o que é socialmente definido como real e, ao mesmo tempo, em qualquer ponto do processo, o significado de um ato pode ser definido como uma parte mais ou menos tida como certa nesta realidade social”

Quadro 2 – Evolução histórica sobre inflação e contabilidade.

Ano	Eventos
1742	Uma Lei em (Massachusetts) permitia o aumento equitativo dos montantes sobre os títulos de créditos, na medida em que eles depreciassem em relação às moedas de prata inglesas.
1822	Joseph Lowe (Inglaterra) foi um dos primeiros economistas a sugerir a adoção de correção monetária com alguma base teórica.
1833	G. Poulett Scrope e G.R. Porter são outros proponentes da correção monetária.
1875	Stanley Jevons, em seu livro <i>Money and mechanisms of Exchange</i> , defendia a correção monetária e apresentava suas vantagens: uma nova estabilidade nas relações sociais, garantia de ganhos fixos aos indivíduos e às instituições públicas.
1886	Alfred Marshall, em seu livro <i>Reply to the Royal commission on the depression of trade and industry</i> , propõe que o governo, a fim de ajudar negócios, deveria publicar tabelas mostrando as mudanças no poder aquisitivo de ouro, além de facilitar o pagamento dos contratos com as unidades do poder aquisitivo fixado.
1887	Alfred Marshall, em seu artigo <i>Remedies for fluctuations of general prices</i> , reafirma sua posição anterior.
1892	Aneurin Williams sugeriu a criação de um padrão de “valor fixado em metais preciosos”. Isso consistiu na emissão de papel em que o governo se comprometia em pagar uma quantia em metais preciosos.
1892	Robert Giffen criticou a proposta de Aneurin Williams, em seu artigo <i>Fancy monetary standards</i> .
1912 a 1920	Na Europa, alguns autores consideraram os efeitos de inflação na Contabilidade: Theodore Limperg, <i>Replacement Value Theory</i> holandês; os alemães Eugen Schmalembach, <i>Dynamisch Bilanz</i> e Fritz Schmidt, entre outros.
1927	John Maynard Keynes sugeriu para o <i>Royal Commission on National Debt and Taxation</i> , que eles deviam indexar os títulos do governo.
1948	A correção monetária foi adotada em Israel.
1952	A correção monetária foi adotada na França.
1955	Publicação de um número especial da revista <i>Revue Économique</i> sobre indexação.
1956	Artigo de David Finch sobre as proposições teóricas a favor do uso de correção monetária pelos países que enfrentavam o problema inflacionário. Podia ser o ponto de partida para os debates mais recentes nesta área.
1961	O livro <i>The Theory of Measurement of Business Income</i> de Edwards e Bell é considerado a base para o desenvolvimento da sistemática da CMI – Correção Monetária Integral.
1963	O Chile começa a indexar os sistemas de poupança e empréstimos.
1964	Início da correção monetária no Brasil.
1974	Milton Friedman defendeu a correção monetária geral.
1974	Kul A. Bhatia publicou um trabalho resumindo os aspectos teóricos e práticos da experiência internacional na adoção de indexação em contratos financeiros.
1989	A ONU aprova o modelo de correção monetária integral brasileiro.

FONTE: Adaptado de (ENDO, 1989; BERNARDO *et al*; 2001).

A inflação, conforme observado, é um fenômeno que, ao longo da história, impactou o desenvolvimento econômico e social das nações.

2.3 Contribuições Teóricas – Inflação e Contabilidade

Os contadores, no mundo todo, participaram da construção de metodologias sobre contabilidade e inflação, que seriam institucionalizadas, mais tarde, em diversos países, cada qual ao seu modo. Uma das principais contribuições teóricas sobre contabilidade e inflação foi do holandês Limperg, que desenvolveu um sistema pioneiro de contabilidade conhecido como *Replacement Value Theory*, entre os períodos de 1912 e 1918 (TINOCO, 1992).

Ademais, outros pesquisadores fomentaram pesquisas nessa área do conhecimento. Dentre eles, destacam-se:

- Em 1916, Eugen Schamalenbach publicou *Dynamisch Bilanz*, no qual observou os aspectos negativos de inflação no desempenho das companhias.
- Em 1918, Paton e Stevenson, publicaram o livro *Principles of Accounting*.
- Em 1918, Middleditch foi um dos pioneiros do método *Price-Level Accounting*, publicando no *Journal Accountancy* um artigo provocante intitulado *Should Accounts Reflect the Changing Value of the Dollar?*.
- Em 1920, Paton explicitou sua criatividade, apresentando o artigo *Depreciation, Appreciation and Productive Capacity*, publicado no *Journal of Accountancy*, em que questiona o custo histórico como base de valor como ideal para a Contabilidade.
- Nos anos 20, Ritz Schmidt, escreveu também sobre a teoria de *Price Level*. Examinou as várias possibilidades de contabilização em ambiente inflacionário, dentre elas a de contabilização em moeda constante. Para Most (1982), as obras desses autores, na década de 20, influenciaram o campo de pesquisa.
- Nos anos 20 e 30, Sweeney H. W., autor norte-americano, pesquisou e escreveu sobre os problemas da inflação e de seu impacto na contabilidade. Ele revisou a literatura alemã sobre contabilidade sob inflação, originária da Alemanha dos anos 20, notadamente, o trabalho de Fritz Schmidt e examinou a contabilidade em dólares de poder aquisitivo constante. Foi considerado um dos pioneiros na abordagem na elaboração da teoria de ‘ajustamentos do Custo Histórico pelos Índices de Variação do poder aquisitivo da Moeda’. Publicou o livro *Stabilized Accounting*, em 1936, e outros artigos: *How Inflation Affects Balance-Sheets (1934)* e *“The Technique of Stabilized Accounting (1935), Accounting Review*. Destaca-se que a obra de Sweeney influenciou sobremaneira muitos pesquisadores, pelo mundo afora, no desenvolvimento da teoria contábil.
- Em 1939, Kenneth Mac Neal, publicou o livro *Truth in Accounting*. Na época, não foi levado muito a sério pela profissão contábil, no entanto, foi considerado um dos precursores da corrente de pensamento da Contabilidade a Valores de Saída (KAM, 1986).
- Em 1950, Eldon S. Hendriksen desenvolveu várias pesquisas, tais como: *Price-Level - Adjustments of Financial Statements - An Evaluation and Case Study of two Public*

Utility Firms, publicado por Pulman Washington State University Press, em 1961. Em 1970, publicou o livro *Accounting Theory*, considerado um dos pilares para o estudo da contabilidade. Ele também pode ser considerado um dos pioneiros no desenvolvimento da Teoria de *Price- Level*.

- Nas décadas de 50 a 60, Raymond J. Chambers, pesquisador australiano, realizou estudos sob o efeito da inflação nos demonstrativos contábeis, com foco no Custo Corrente. Em 1965, publicou o livro “*Measurement in Accounting*”, passando a considerar “*Resale Values*” - valores de saída - como a melhor forma de avaliação em contabilidade. Sua posição foi reafirmada, em 1966, no livro “*Accounting Evaluation and Economic Behavior*”. Foi considerado como principal pesquisador da Avaliação a Valores de Saída.
- Em 1961, Edgar O. Edwards e Philip W. Bell, autores americanos, escreveram a obra *The Theory and Measurement of Business Income*, que tinha por objetivo mostrar e justificar, teoricamente, a adoção do Custo Corrente e resumir a teoria desenvolvida sobre as flutuações de preços - *General Price Level*. Essa obra revolucionou a contabilidade e foi aceita junto à maior parte da comunidade acadêmica. Mesmo diante do conservadorismo, que ainda domina a classe e os órgãos contábeis, diversos países já adotam ou adotaram seus conceitos, principalmente, para fins contábeis e societários.
- Em 1966, Sérgio de Iudícibus, considerado um dos brasileiros pioneiros nesse tema, pesquisou a *Teoria dos Ajustamentos Contábeis sob a inflação*, em seu doutoramento. Em 1968, continuando suas pesquisas sobre o assunto, publicou o trabalho *Aspectos da Avaliação de Estoques a Preços Correntes*, que teve como referências as obras de Edwards e Bell, R. Matessich, Hendriksen e Joel Dean. Sua contribuição teórica foi apresentar o conceito de *Custo Corrente Puro*.
- Em 1968, Alkindar Ramos de Toledo, também considerado como um dos pioneiros no assunto no Brasil, pesquisou *O Problema da Amortização dos Bens Depreciáveis e as Necessidades Administrativas das Empresas*, fazendo ligação com a *Teoria do Custo Histórico Corrigido*. Ele teve como inspiração e referências os autores: Sweeney, Edwards e Bell e Iudícibus.
- Em 1971, Sterling R. Robert, publicou o livro *Asset Valuation and Income Determination*.
- Em 1976, Largay e Livingstone publicaram o livro *Accounting for Changing Prices*.

- Em 1979, Eliseu Martins, discípulo de Iudícibus e Alkindar, também é considerado um dos grandes teóricos sobre contabilidade e inflação, no cenário brasileiro. Dentre suas obras, destaca-se *Análise da Correção Monetária das Demonstrações Financeiras*, que aborda o estudo de finanças sob contexto inflacionário. Em seus estudos sobre alavancagem, introduz a inflação, demonstrando os efeitos do conceito, em termos preditivos, para os usuários da informação contábil e financeira.
- Em 1980, Ariovaldo dos Santos, considerado um dos grandes pesquisadores sobre o assunto, considerou os *Aspectos da conversão de demonstrações financeiras para moeda estrangeira*, além de produzir diversos artigos técnicos sobre aplicação das metodologias de correção monetária e correção monetária integral, publicados em periódicos acadêmicos e revistas técnicas especializadas.
- Em 1985, Natan Szuster deu continuidade às pesquisas iniciadas por Iudícibus e Martins. Sua pesquisa de Doutorado, sobre *Análise do Lucro Passível de Distribuição: Uma Abordagem Reconhecendo a Manutenção do Capital da Empresa*”, inovou com a apresentação de conceitos sobre a distribuição de lucro com a Manutenção Simultânea do Capital Físico e do Capital Monetário. Esse trabalho inovou alguns aspectos da obra pioneira de Edwards e Bell, ao demonstrar a impossibilidade de se distribuir a totalidade do lucro apurado, de acordo com o método do “Custo Corrente Corrigido”, sob pena de se contrair a capacidade produtiva (geração de receitas de uma empresa).
- Em 1987, Geraldo Barbieri, foi considerado um dos principais pesquisadores das práticas de correção monetária junto das empresas brasileiras, pois desenvolveu um modelo teórico das demonstrações DOAR – Demonstrações de Origens e Aplicações de Recursos e DFC – Demonstração de Fluxo de Caixa, aplicado ao setor bancário, além de produzir diversos artigos técnicos sobre aplicação das metodologias de correção monetária e correção monetária integral, publicados em periódicos acadêmicos nacionais e internacionais e revistas técnicas especializadas.
- Em 1988, Marina Mityio Yamamoto, deu continuidade às pesquisas iniciadas por Iudícibus e Martins sobre Correção Monetária Integral, em sua pesquisa de mestrado (Dissertação). Publicou o livro *Aprendendo Contabilidade em Moeda Constante*, cujo objetivo era sistematizar a aplicação do modelo de correção monetária.

Como demonstrado, as pesquisas desenvolvidas foram bastante frutíferas, entre as décadas de 20 e 90. Destaca-se que a metodologia de correção monetária integral, desenvolvida por

pesquisadores brasileiros (FEA/USP), é a abordagem teórica que apresenta maior consistência na apuração dos efeitos da inflação sobre a informação contábil, sendo considerada pela ONU (1989) como melhor sistemática mundial de ajuste dos efeitos inflacionários. Ressalta-se que esse modelo foi adotado por Israel, Colômbia e Argentina.

2.4 Antecedentes da Correção no Brasil - 1929 A 1964

O final da década de 20, em consequência do fomento do governo ao processo de industrialização, foi considerado, por diversos historiadores brasileiros, como um dos principais fatores indutores do processo inflacionário, que foi desencadeado pelas importações e pelo aumento da emissão de papel-moeda. Com o objetivo de minimizar o efeito da inflação sobre a informação contábil, data-se que a correção monetária, nesse período, foi introduzida nas demonstrações contábeis brasileiras, de forma facultativa (FEITOSA, 2003, p). A partir daí, desencadearam-se diversas ações (normativas) de combate à inflação e de inserção de mecanismos de tratamento dos seus efeitos sobre a informação contábil. Essas primeiras ações normativas brasileiras estão descritas no Quadro 3.

Quadro 3 – Ações normativas entre o período de 1943 a 1964

Legislação	Data	Tópicos
Decreto-Lei 5.844	23/09/43	Permite que, a partir de 1 de janeiro 1944, os ativos fixos (imobilizado) fossem atualizados, em circunstâncias excepcionais. O resultado da atualização estava sujeito tributação pelas alíquotas normais.
Lei 9.407	1946	Permitia reavaliação de todos os ativos.
Decreto-Lei 24.239	1947	Permitia a reavaliação dos ativos fixos (imobilizado), e a constituição de uma conta de reserva especial no patrimônio líquido.
Lei 1.474	26/11/51	Permitia a reavaliação dos ativos fixos (imobilizado), adquiridos até 31 de dezembro de 1946.
Lei 1.772	18/12/52	Prorroga o prazo, concedido pela Lei nº 1.474/51 de 31 de dezembro de 1952 para 30 de junho de 1953.
Lei 2.862	04/09/56	A reavaliação dos ativos fixos (imobilizado) foi novamente permitida, com alíquota excepcional. Em 31/12/56, esses acréscimos passaram a sofrer tributação à alíquota normal.
Lei 3.337	12/12/57	Autorizou a emissão de ORTN (<i>Readjustable National Treasury Bonds</i>), títulos de longo prazo com cláusulas de reajustes baseadas no índice sugerido pelo Conselho Nacional de Economia.
Lei 3.470	28/11/58	A partir deste ponto, a correção monetária ganha o caráter permanente. A Lei nº 3.470/58 facultava a adoção da correção monetária que, no entanto, poderia ser realizada a qualquer tempo. Sobre o montante incidia imposto à alíquota de 10%. A depreciação somente seria reconhecida sobre o valor do custo histórico.
Lei 4.357	16/07/64	Autoriza a emissão de OTNs (Títulos do Tesouro Nacional). A contabilização da correção monetária torna-se obrigatória.
Lei 4.506	30/11/64	A partir de 1965, os valores expressos em cruzeiros, na legislação do Imposto de Renda, serão atualizados anualmente em função de coeficientes de correção monetária, estabelecida pelo Conselho Nacional de Economia, desde que os índices gerais de preços se elevem acima de 10% (dez por cento) ao ano ou de 15% (quinze por cento) em um triênio.

FONTE: Adaptado de BERNARDO *et al.* (2001); FEITOSA (2003); BARBIERI (1996).

Dentre as principais ações normativas desse período, destacam-se: a Lei 2.826/56 e a Lei 3.740/58, que, respectivamente, facultaram às empresas, aumentar seus capitais por meio da “reavaliação” do ativo imobilizado. No entanto, pode-se dizer que a Lei 4.357/64, representou, de fato, a certidão de nascimento da correção monetária das demonstrações contábeis, pois se tornou compulsória a correção do ativo imobilizado (BARBIERI, 1996).

Essa primeira fase (período de 1929 a 1964) foi caracterizada pela análise dos antecedentes de correção monetária no Brasil, marcada pelas pressões inflacionárias, que culminaram em diversas intervenções governamentais, por meio de Leis e Decretos-Leis, que normatizavam algumas tentativas isoladas de correção de rubricas no balanço das empresas. Até o final da década de 30, Bernardo *et al* (2001) acrescentam que nenhum mecanismo de reavaliação ou correção foi eficazmente usado no Brasil. Sendo que as discussões mundiais eram em torno da indexação de títulos do governo.

2.5 Sistemática de Correção Monetária - 1965 A 1976

O período de 1965 a 1976 foi marcado pela introdução oficial da sistemática de correção monetária, no Brasil, que autorizava a emissão de títulos da dívida interna corrigida pelos índices estabelecidos pelo governo. No Quadro 4, apresenta-se um levantamento de ações normativas, com características coercitivas, de tratamento contábil dos efeitos da inflação.

Quadro 4 - Ações normativas entre o período de 1965 a 1976

Legislação	Data	Tópicos
Lei 4.728	14/07/65	O resultado da correção monetária dos ativos fixos (imobilizado) pode ser registrado como reserva no patrimônio líquido, sem necessidade de produzir um aumento de capital. A correção monetária do capital de giro pode ser deduzida no cálculo do lucro de extraordinário.
Lei 4.380	21/08/65	Permitia a incidência de correção monetária nas parcelas e dívidas dos contratos de venda, empréstimos para a aquisição ou construção de residência.
Lei 4.862	29/11/65	Determinou que a partir de 1967, os limites das classes de renda líquida seriam anualmente atualizados, de acordo com o coeficiente de correção monetária, estabelecido pelo Conselho Nacional de Economia.
Decreto-Lei 62	1966	O sistema de indexação incluiu outras contas do ativo e do passivo, sendo que o resultado da correção monetária não seria tributado. Esse decreto estabeleceu regras para o cálculo de correção e outras regras contábeis.
Decreto-Lei 401	30/12/68	Autorizou a constituição do Reserva para a Manutenção de Capital de Giro, que poderia ser deduzido do resultado das companhias, a parcela relacionada com perda do poder aquisitivo da moeda.
Decreto-Lei 433	1969	Limitou a aplicação da correção monetária ao capital de giro.
Decreto-Lei 1.302	1973	Melhorou a sistemática de correção dos ativos fixos (imobilizado).
Decreto-Lei 1.338	1974	Complementou o Decreto-Lei 1.302/73.
Lei 6.404	15/12/76	Instituiu a Lei das Sociedades Anônimas, que determinou a correção monetária das contas de ativo permanente e do patrimônio líquido, refletindo os efeitos inflacionários nos resultados do período.
Decreto-Lei 1.598	1976	Regulamentação Fiscal da Lei 6.404/76. O governo estendeu as regras de correção monetária da Lei das Sociedades Anônimas às demais sociedades.

FONTE: Adaptado de BERNARDO *et al* . (2001); OLIVEIRA (1997).

Diversas ações podem ser destacadas como relevantes nesse período:

- A contabilização da correção monetária, anteriormente facultativa, passa a ser obrigatória, por meio da Lei nº 4.357/64;
- A taxa da correção, que era de 5% foi extinta, a partir de 1º de janeiro de 1967.
- A depreciação do custo corrigido monetariamente passa a ser aceita;
- Com o advento da Lei nº 4.728/65, o resultado da correção monetária do ativo imobilizado poderia ser registrado como reserva no patrimônio líquido, sem a necessidade de produzir um aumento de capital;
- A correção monetária sobre o capital de giro próprio passa a ser aceita como dedutível no cálculo do lucro extraordinário. Assim, a dedução da correção monetária sobre o capital de giro próprio passa a ser aceita no cálculo do imposto de renda normal.
- Por meio do Decreto-lei nº 62/66, o sistema de indexação tornou-se mais completo, pois abrangeu tanto as contas do ativo como as do passivo. O resultado da correção monetária não seria tributado. Portanto, este decreto estabeleceu normas para o cálculo da correção e outras normas com efeito contábil.
- O tratamento da depreciação, sob a sistemática de correção monetária, foi aprimorado pelo Decreto-lei nº 1.302/73 e complementado pelo Decreto-Lei nº 1.338/74, que regulamentou a insuficiência de depreciação, acabando com os ativos imobilizados com o valor residual, após esgotada a sua vida útil, e o reconhecimento da reserva de capital de giro próprio negativo antes desconsiderado pela tributação (OLIVEIRA, 1997).

A contribuição dos pesquisadores brasileiros para a sistemática contábil de correção monetária, basicamente, iniciou-se neste período, uma vez que a sistemática desenvolvida proporcionou grande contribuição à abordagem do *Price-Level Accounting*. A exemplo disso, a sistemática de CMI - Correção Monetária Integral, foi implementada nas décadas seguintes.

A correção monetária, implantada pelo artigo 185 da Lei 6.404/76, é calculada sobre todas as contas que formam o Ativo Permanente e sobre as contas que formam o Patrimônio Líquido. O produto dessa correção monetária é contabilizado na própria conta a que se refere, tendo como contrapartida a conta “Correção Monetária”, cujo valor líquido (saldo) é registrado no Resultado do Exercício como despesa, se devedor, ou como receita, se credor (PEDREIRA & CRUZ FILHO, 1978). No entanto, Santos (1980) destaca que forma de apresentação da correção monetária apresentou alguns fracassos, tais como:

- (i) A aplicação de coeficientes anuais implicava no uso do mesmo índice de correção monetária, tanto para itens adquiridos em meses diferentes;
- (ii) A correção monetária da depreciação causou uma grande diferença entre o custo real dos ativos e sua depreciação, baseados em custos históricos, pois corrigiam monetariamente o valor dos ativos e sua depreciação;
- (iii) A obrigação de apresentar o lucro monetariamente corrigido depois do fechamento do balanço patrimonial, o balanço gerado onde os ativos fixos eram demonstrados com uma diferença de valor de pelos menos um ano.

Antes da Lei 6.404/76, somente era efetuada a correção monetária dos ativos permanente e do capital de giro. Com a instituição da mesma (Lei 6.404/76), tornou-se obrigatória a correção monetária de balanço, ajustando dessa forma o capital de giro pela correção monetária do lucro, eliminando as falhas da legislação anterior. Essa sistemática melhorou, significativamente, a qualidade das informações divulgadas por meio das demonstrações contábeis. Pois, tinha como objetivo eliminar os efeitos da inflação na apuração do resultado do período e na avaliação do patrimônio.

Essa metodologia, de acordo com a FIPECAFI (1995a), em vigor desde 1977, teve grande mérito e relevância para as empresas, do ponto de vista societário e de justiça fiscal, considerado uma grande evolução para época. No entanto, essa metodologia tornou-se inadequada na medida em que os índices inflacionários foram tornando-se mais elevados e as demonstrações contábeis foram perdendo qualidade. Diante da evolução das necessidades informacionais dos diversos usuários (externo e interno), tem-se então a necessidade de aperfeiçoamento a um sistema mais completo, que possibilitasse o reconhecimento dos efeitos inflacionários nas demonstrações contábeis.

2.5.1 As Práticas de Correção Monetária Integral - 1977 a 1987

O período de 1977 a 1987 foi marcado pelo desenvolvimento da sistemática da CMI – Correção Monetária Integral. Ressalta-se que, no período de 1987 a 1995, essa sistemática tornou-se obrigatória para as companhias abertas, imposta pela CVM – Comissão de valores Mobiliários. A CMI foi influenciada pela alternância de diversos planos de estabilização econômica. As principais ações normativas estão descritas no Quadro5.

Quadro 5 - Pesquisas e ações normativas entre o período de 1977 a 1987

Eventos	Data	Tópicos
Tese de doutorado	1979	“Aspectos do lucro e da alavancagem financeira no Brasil” – ajuste em condições de alta inflação (Prof. Eliseu Martins FEA-USP)
Lei nº 6.899	1981	Determina a aplicação de correção monetária a todas as causas pendentes de julgamento.
IOB (Boletim de Informações Objetivo) nº 16	1985	Publicação do artigo “Olhe bem o Balanço da VASP”, com destaque para o uso do método de correção integral, nas demonstrações financeiras de 1985. Foi um passo fundamental no processo de desenvolvimento da contabilidade brasileira, relativo ao reconhecimento dos efeitos de inflação.
Decretos-Lei nº 2.308/86 e 2.341/87	1986 a 1987	Regulamentam aspectos diversificados, acerca da sistemática oficial de correção monetária de balanços.
Instrução CVM – nº 64	19/05 /1987	Implantou a técnica conhecida como “Correção Monetária Integral – CMI” e a tornou obrigatória para as corporações de capital aberto. Foi considerado um marco importante para a contabilidade brasileira, uma vez que utilizava os mesmos índices adotados pela correção monetária societária, apresentava os balanços e resultados corrigidos para uma única moeda, do final do período contábil. Os lucros ou prejuízos, que pela metodologia oficial e na maioria das vezes, tinham a sua expressão líquida apresentada corretamente, passaram agora a ser demonstrados na sua formação, ou analiticamente, em moeda de fim de exercício.

FONTE: Adaptado de MARTINS (2004, p. 1-12); SANTOS (1993).

Especificamente, em 19 de maio de 1987, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM emitiu a Instrução nº 64, que tinha com finalidade impor a obrigatoriedade de divulgação, como informação adicional, para as companhias abertas, ou seja, demonstrações contábeis elaboradas de acordo com o método da Correção Integral.

Essa Instrução representa um marco na Contabilidade brasileira acarretando um grande avanço na evidenciação da informação contábil. Essa se torna mais útil no processo decisório dos usuários, ensejando a valorização do profissional de Contabilidade. Pode-se afirmar que há um resgate da credibilidade da informação contábil no Brasil (IOB, 1987, p. 288).

Por meio da publicação de diversas Instruções, a metodologia da correção integral teve várias modificações, uma evolução, com a edição da Instrução CVM nº 191, de 15 de julho de 1992, que auferiu então um alto grau de perfeição nas demonstrações contábeis, quando observada essa metodologia. Essa regulamentação da CVM vem alcançar somente as companhias abertas, e apenas recomendava-se às demais empresas a adoção de métodos contábeis alternativos de reconhecimento da variação do poder aquisitivo da moeda, por ser imprescindível em termos gerenciais⁴ (BARBIERI, 1995).

O método de correção integral surge com objetivo de atender a uma necessidade básica da contabilidade, dar cumprimento ao Princípio do Denominador Comum Monetário, ou ao Princípio da Atualização Monetária. Portanto, essas ações representaram pontos importantes no processo de mudança das práticas de correção monetária de balanço para as práticas de correção monetária integral.

⁴ IOB. Contabilidade Geral, Fiscal e Gerencial. Temática Contábil e Balanços, São Paulo, nº 24, agosto, 1984.

A simplificação metodológica da “correção monetária do balanço”, apesar de muitas vezes não compreendida, deve ser considerada como genial; para a “correção monetária integral” a universalidade e as qualidades gerenciais são pontos considerados extremamente fortes (SANTOS & BARBIERI, 1996).

A metodologia de correção monetária integral atinge alto nível de legitimidade, que pode ser visto pela “própria aceitação da correção monetária integral pela ONU, por meio do ISAR/GROUP, a partir de 1989, comprova isso de forma absolutamente clara. Também o IASC já se manifestou a respeito, quando declarou que o modelo brasileiro é o mais avançado que se conhece (na reunião do ISAR/GROUP de 1989 – NY), segundo Santos e Barbieri, (1996, p.162)”.

2.5.2 Modelo Brasileiro de Correção Monetária

O modelo de correção monetária das demonstrações financeiras, implementado no contexto brasileiro, data-se no período de 1978 até 1995. Martins *et al* (2004, p.1) afirma que:

A sistemática de correção monetária dos balanços, prevalecente para fins societários e para fins fiscais desde a edição da Lei das Sociedades por Ações (Lei no 6.404/76 que, na parte contábil, entrou em vigência a partir de 1978), até o final do ano de 1995, tinha como grande objetivo a mensuração de um resultado contábil em termos reais, isto é, isento de quaisquer efeitos inflacionários.

Este modelo foi desenvolvido, a partir do modelo inglês de correção monetária, considerado tecnicamente correto e que contém uma lógica simples, pois somente o lucro representava aumento patrimonial, pelo excedente ao efeito inflacionário (MARTINS *et al*, 2004). A lógica do modelo inglês (original) de correção monetária encontra-se demonstrado no Quadro 6.

Quadro 6 - Origem e fundamentos do modelo de correção monetária

Tratamento das Contas	Características
O resultado contábil nominal	Possui valores de lucro bruto que não consideram a inflação entre a aquisição e a venda do produto; logo, parte do lucro bruto não é efetivamente acréscimo patrimonial, sendo que a atualização monetária do estoque vendido está considerada como se fosse parte do lucro; em outras palavras, o verdadeiro lucro bruto não é o montante nominal sendo apresentado, porque ele inclui parcela contida no preço de venda destinada a cobrir a mera atualização monetária do que está sendo vendido.
O resultado contábil nominal inclui receitas financeiras	Têm, como parte de seu valor, a mera correção monetária do valor original da aplicação financeira; assim, a correção dos ativos financeiros está considerada como parte das receitas financeiras nominais, como se fosse lucro.
O resultado contábil nominal das despesas financeiras	Carrega também, como se fosse genuína despesa, a mera atualização monetária dos passivos financeiros.
Ativos permanentes	Permanecem mais tempo desatualizados, se considerar sua correção monetária também como se fosse lucro, estar-se-á atualizando o ativo e dando a esse acréscimo nominal o mesmo tratamento dado à correção dos estoques vendidos e às aplicações financeiras: sua consideração como se fizesse parte do lucro.
Patrimônio Líquido	A correção monetária do Patrimônio Líquido, ao ser deduzida na demonstração do resultado, do acréscimo (lucro) nominal, está a corrigir todos os problemas de valores considerados, até então, como se fossem receitas.
Acréscimos patrimoniais	Positivos (derivados do ativo) e negativos (derivados do passivo), computados no resultado do exercício, mostram o valor do aumento nominal do patrimônio líquido , basta deduzir desse lucro nominal a correção monetária do patrimônio líquido inicial para se chegar ao lucro efetivo.

FONTE: Adaptado de MARTINS *et al* (2004); SANTOS (1993).

Para um melhor entendimento, apresenta-se um exemplo, na Tabela 1. Admitindo-se uma empresa comercial, que inicia suas atividades em 01/01/07, considerando uma inflação de 10% ao ano.

Tabela 1 - Balanço e demonstração do resultado incompleta, antes da correção monetária

Ativos	2007	31/12/2007	DRE	R\$
Disponibilidades	10.000,00	72.500,00	Receita de Vendas	100.000,00
Aplicações Financeiras	50.000,00	57.500,00	Custo das Mercadorias Vendidas	(50.000,00)
Estoques	50.000,00	-	Lucro Bruto	50.000,00
Imobilizado	90.000,00	90.000,00	Despesas Operacionais	(20.000,00)
Total	200.000,00	220.000,00	Receitas Financeiras	7.500,00
			Despesas Financeiras	(17.500,00)
Passivos			Lucro Nominal Parcial	20.000,00
Empréstimos	70.000,00	70.000,00		
Patrimônio Líquido		-		
Capital	130.000,00	130.000,00		
Lucros Acumulados		20.000,00		
Total	200.000,00	220.000,00		

FONTE: Adaptado de MARTINS *et al* (2004).

A partir das premissas do modelo inglês, ajusta-se a correção do ativo permanente e do patrimônio líquido, e tem-se:

Tabela 2 - Dados para o cálculo da correção monetária

Ativo Permanente - Imobilizado	90.000,00	Patrimônio líquido	130.000
Inflação do Período	10%	Inflação do Período	10%
Correção Monetária do Ativo Permanente	9.000,00	Correção Monetária do PL	13.000

FONTE: Adaptado de MARTINS *et al* (2004).

Diante do resultado de correção monetária apurado no período, apresenta-se, na Tabela 3, a exemplificação do modelo.

Tabela 3 - Balanço e demonstração do resultado, após a correção monetária – modelo original “Inglês”.

Ativos	2007	31/12/2007	2007 - CM		DRE	R\$
Disponibilidades	10.000,00	72.500,00	72.500,00		Receita de Vendas	100.000,00
Aplicações Financeiras	50.000,00	57.500,00	57.500,00		Custo das Mercadorias Vendidas	(50.000,00)
Estoques	50.000,00	-	-		Lucro Bruto	50.000,00
Imobilizado	90.000,00	90.000,00	99.000,00		Despesas Operacionais	(20.000,00)
Total	200.000,00	220.000,00	229.000,00		Receitas Financeiras	7.500,00
					Despesas Financeiras	(17.500,00)
Passivos					Lucro Nominal Parcial	20.000,00
Empréstimos	70.000,00	70.000,00	70.000,00		Correção Monetária do Ativo Permanente	9.000,00
Patrimônio Líquido		-	-		Lucro Nominal = Aumento Nominal do PL	29.000,00
Capital	130.000,00	130.000,00	143.000,00		Correção Monetária do Patrimônio Líquido	(13.000,00)
Lucros Acumulados		20.000,00	16.000,00		Lucro Efetivo = Aumento efetivo do PL	16.000,00
Total	200.000,00	220.000,00	229.000,00			

FONTE: Adaptado do exemplo de MARTINS *et al* (2004).

O modelo de correção monetária brasileiro apresentava, nas demonstrações financeiras, uma simplificação entre os resultados de correção, apurados entre o ativo permanente e o patrimônio líquido.

Tabela 4 - Balanço e demonstração do resultado - modelo correção monetária brasileiro.

Ativos	2007	31/12/2007	2007 - CM		DRE	R\$
Disponibilidades	10.000,00	72.500,00	72.500,00		Receita de Vendas	100.000,00
Aplicações Financeiras	50.000,00	57.500,00	57.500,00		Custo das Mercadorias Vendidas	(50.000,00)
Estoques	50.000,00	-	-		Lucro Bruto	50.000,00
Imobilizado	90.000,00	90.000,00	99.000,00		Despesas Operacionais	(20.000,00)
Total	200.000,00	220.000,00	229.000,00		Receitas Financeiras	7.500,00
					Despesas Financeiras	(17.500,00)
Passivos					Lucro Operacional	20.000,00
Empréstimos	70.000,00	70.000,00	70.000,00		Saldo de Correção Monetária	(4.000,00)
Patrimônio Líquido		-	-		Lucro Líquido	16.000,00
Capital	130.000,00	130.000,00	143.000,00			
Lucros Acumulados		20.000,00	16.000,00			
Total	200.000,00	220.000,00	229.000,00			

FONTE: Adaptado do exemplo de MARTINS *et al* (2004).

A simplificação realizada no modelo brasileiro apurava um resultado operacional, que não possui qualquer significado econômico efetivo, nem mesmo nominal, já que corresponde ao

aumento nominal do patrimônio líquido antes da atualização do ativo permanente, ou seja, é um aumento nominal parcial.

Martins *et al* (2004, p.6) ressalta que:

O problema de entendimento desse modelo passou a ocorrer quando a nossa Lei Societária decidiu juntar a correção monetária do ativo permanente com a do patrimônio líquido e assim mostrar um único valor para ambos. Perdeu-se, nesse momento, a visão do que de fato se queria com o modelo adotado (Conforme por Manoel Ribeiro da Cruz Filho, autor do Capítulo XV (Demonstrações Financeiras) da Lei das S/A – Lei no 6.404/76).

Essa simplificação foi muito criticada, porque o valor apurado negativo de R\$ 4.000,00 misturava coisas totalmente distintas: atualização do Ativo Permanente (R\$ 9.000,00 positivo), acréscimo nominal do Patrimônio Líquido (R\$ 13.000,00 negativo). Essa simplificação não altera o valor do próprio Patrimônio Líquido, mas dificulta a interpretação do resultado, pois não se identificam as contas impactadas pela inflação. MARTINS *et al* (2004, p. 11) esclarece que

o problema no modelo brasileiro foi uma simplificação não existente no modelo original; aqui, decidiu o legislador juntar a correção do ativo permanente com a do patrimônio líquido (elas têm funções diferentes) e criar um saldo único a partir desse número, negativo (devedor) ou positivo (credor). E essa simplificação fez perder a visão de toda a lógica original do modelo, o que acabou por trazer enorme dificuldade de entendimento de seu real significado.

No entanto, essas adaptações realizadas, não trouxeram problemas técnicos à qualidade e à eficácia do modelo, em termos de resultados. Mas, pode ter ocasionado problemas de entendimento quanto aos resultados auferidos na sua aplicação.

Martins *et al*(2004) acrescenta que o modelo brasileiro produzia números que, quando da utilização de índice inflacionário adequado, reproduziam bem a efetiva evolução patrimonial. Destaca-se que o uso da sistemática de correção do modelo brasileiro propiciava uma aderência da informação contábil aos princípios contábeis, pois contemplava, dentre outros aspectos relativos à divulgação, o valor patrimonial e a distribuição de dividendos (correta).

A maneira como a correção monetária como foi apresentada nas demonstrações financeiras, pode ter sido considerada como um dos maiores problema do entendimento da prática, uma vez que a determinação legal (Lei das SA de 1976) impunha que se juntassem os saldos das contas de Correção do Ativo Permanente com a do Patrimônio Líquido, e fosse mostrada apenas a diferença entre as contas de correção na Demonstração do Resultado.

Martins *et al* (2004) acrescenta que, o fato de fazer a evidenciação após resultado operacional,

provocou uma dificuldade muito maior de entendimento da efetiva metodologia e do verdadeiro significado de todas as atualizações. Portanto, a complexidade de entendimento dos resultados produzidos pelo modelo de correção monetária brasileiro, pode ser considerado como fator crítico à institucionalização, pois a confusão de entendimento é uma consequência das modificações realizadas no modelo original inglês, além de produzir falsas expressões como exemplo “lucro inflacionário”. Esse modelo evolui e as dificuldades de entendimento e contradições foram sanadas, a partir de estudos e pesquisas na segunda geração do modelo brasileiro de correção monetária.

A segunda geração do modelo de correção monetária decorreu a partir de 1987 até 1995. Neste período, diversas ações normativas tiveram papel significativo no processo de institucionalização do modelo, por exemplo, a CVM - Comissão de Valores Mobiliários exigiu que as companhias abertas⁵ publicassem suas demonstrações financeiras ajustando o efeito da inflação, de acordo com o modelo CMI – Correção Monetária Integral.

Na lógica do modelo CMI, todas as receitas e despesas eram analiticamente evidenciadas pelos seus valores efetivos e em moeda de capacidade aquisitiva do final do ano, sem a inclusão dos valores nominais contidos nas aplicações financeiras, nos lucros brutos, nas correções do permanente etc. Apesar das sofisticções do modelo, o resultado líquido final era o mesmo obtido pela Lei das SA (MARTINS *et al*, 2004). A comparação entre os itens das demonstrações financeiras é descrita nos Quadros 7 e 8.

Quadro 7 – Comparação dos itens das demonstrações financeiras entre Legislação Societária s/a e correção monetária integral

ITEM	Leis das S.A.	Correção Integral
Disponíveis e Aplicações Financeiras	Valores correntes na data do encerramento do exercício	Valores correntes na data de encerramento do exercício
Duplicatas a Receber	Valores Nominais	Ajustada a valor presente
Estoques	Custo Histórico	Estoque: a valor presente para a moeda do final do período
Despesas Antecipadas	Custo Histórico	Custo Histórico Corrigido
Ativos permanentes	Custo Histórico Corrigido	Custo Histórico Corrigido
Fornecedores	Valores Nominais	Ajustada a valor presente
Contas a Pagar	Valores Nominais	Valores Presentes e Nominais
Empréstimos	Valor Corrente na data do exercício	Valor Corrente na data do exercício
Patrimônio Líquido	Valores históricos corridos	Valores residuais real

FONTE: Adaptado de GONZÁLEZ (1999, p, 97-99); MARTINS *et al* (2004).

⁵ O mesmo ocorreu com relação às instituições seguradoras e outras, por força de regulação de seus órgãos específicos de controle – (MARTINS *et al*. 2004).

Quadro 8 - Comparação dos itens das demonstrações financeiras entre Legislação Societária S/A e correção monetária integral

ITEM	Leis das S.A.	Correção Integral
Receitas (vendas)	Valores históricos	Valores históricos traduzidos a valor presente e corrigidos para moeda do final do exercício.
Custos dos Bens e Serviços Vendidos	Custo Histórico	Valores históricos traduzidos a valor presente corrigidos da data de formação até o final do exercício, deduzidos dos ganhos com inflação sobre as contas de custos de produção, bem como dos descontos dessas contas a valores presentes.
Despesas Operacionais	Valores Históricos	Valores históricos corrigidos pela moeda do final do exercício, opcionalmente, deduzidos dos ganhos com inflação sobre as contas a pagar de despesas operacionais e dos descontos dessas contas a valores presentes.
Despesas Financeiras	Valores Históricos (classificados como operacionais)	Valores históricos corrigidos pela moeda do final do exercício, obrigatoriamente, deduzidos dos ganhos com inflação sobre as obrigações financeiras.
Despesas Financeiras Real		Valores históricos traduzidos a valor presente e corrigidos pela moeda do final do exercício (valor real dos juros embutidos nas compras a prazo).
Despesas Financeiras Comercial Real		
Receitas Financeiras	Valores Históricos (classificados como operacionais)	Valores históricos corrigidos pela moeda do final do exercício, obrigatoriamente, deduzidos das perdas com inflação sobre as aplicações financeiras.
Receitas Financeiras Real		Valores históricos traduzidos a valor presente e corrigidos pela moeda do final do exercício (valor real dos juros embutidos nas vendas a prazo).
Receitas Financeiras Comercial Real		
Saldo de Correção Monetária	Envolve todos os efeitos inflacionários e operacionais, visando evidenciar o lucro líquido em moeda do final do exercício.	Distribuído pelos os respectivos itens
Perdas e Ganhos com a Inflação	Substituído, parcialmente pelo saldo de correção monetária.	Calculada sobre cada conta do ativo e passivo monetário, não gerador de receita e despesa financeira.

FONTE: Adaptado de GONZÁLEZ (1999, p. 97-99); MARTINS *et al* (2004).

Como descrito anteriormente, houve um processo de aperfeiçoamento da sistemática de correção monetária. Desenvolveu-se uma sistemática que abrangesse à análise de conta por conta. Para ilustrar a metodologia dessa nova sistemática, aplicou-se o mesmo exemplo apresentado na Tabela 1. As premissas do exemplo estão demonstradas na Tabela 5.

Tabela 5 - Dados para o cálculo da correção monetária integral

Cálculo e Ajustes da CMI			
Aplicações Financeiras	50.000,00	Empréstimos	70.000,00
Taxa de juros	15%	Taxa de juros	25%
Receitas Financeiras	7.500,00	Despesas Financeiras	17.500,00
Inflação	10%	Inflação	10%
Correção Monetária	5.000,00	Correção Monetária	7.000,00
Receitas Financeiras Real	2.500,00	Despesas Financeiras Real	10.500,00
Estoques	50.000,00	Disponibilidades	10.000,00
Taxa de juros	10%	Inflação	10%
Correção Monetária	5.000,00	Perda no Caixa	1.000,00
Estoques Ajustados (CMV)	55.000,00		

FONTE: Adaptado de MARTINS *et al.* (2004).

Diante do resultado de correção monetária apurado, no período, apresentam-se, na Tabela 6, os resultados apurados.

Tabela 6 - Balanço e demonstração do resultado - modelo correção monetária integral.

Ativos	2007	CMI	DRE	R\$
Disponibilidades	10.000,00	72.500,00	Receita de Vendas	100.000,00
Aplicações Financeiras	50.000,00	57.500,00	Custo das Mercadorias Vendidas	(55.000,00)
Estoques	50.000,00		Lucro Bruto	45.000,00
Imobilizado	90.000,00	99.000,00	Despesas Operacionais	(20.000,00)
Total	200.000,00	229.000,00	Receitas Financeiras	2.500,00
			Despesas Financeiras	(10.500,00)
Passivos			Perda no Caixa	(1.000,00)
Empréstimos	70.000,00	70.000,00	Lucro Líquido	16.000,00
Patrimônio Líquido				
Capital	130.000,00	143.000,00		
Lucros Acumulados		16.000,00		
Total	200.000,00	229.000,00		

FONTE: Adaptado do exemplo de MARTINS *et al.* (2004).

Como se pode observar, o resultado é exatamente o mesmo em todas as sistemáticas de correção monetária (modelo inglês, correção monetária de balanço e CMI). No entanto, na prática, até pode haver diferenças, pois, aqui, não foram discutidos pontos como correção de estoques não vendidos, ajustes a valor presente de valores a receber e a pagar prefixados e outros.

Diversas vantagens podem ser enumeradas em relação à aplicação da correção monetária integral, dentre elas: (1) divulgação de todos os valores das demonstrações contábeis ajustadas ao mesmo poder aquisitivo; (2) comparabilidade das informações contábeis com outros períodos, independentemente do nível de inflação; (3) possibilidade de ajustes a valor presente; (4) análise e conclusões mais detalhadas; (5) maior utilidade das demonstrações contábeis; busca de eficiência e produtividade; e (6) mensuração e divulgação dos reflexos

das decisões da administração (IUDÍCIBUS, 1998).

2.5.3 Normas e Ações Institucionais do Processo de Implementação da CMI

Durante o processo de institucionalização da sistemática da CMI, diversas ações institucionais e normativas marcaram o processo. No Quadro 9, essas ações são apresentadas.

Quadro 9 - Ações normativas entre o período de 1988 a 1995.

Legislação	Data	Tópicos
Lei 7.713	22/12/88	Antecipação dos valores de correção monetária que serão deduzidos calculado com o mesmo indexador aprovado pela OTN's aplicado para os fatos ocorridos, a partir de 01/01/89.
Lei 7.730	1989	Revoga a sistemática de correção monetária introduzida pela lei No. 6.404/76.
Lei 7.738	09/03/1989	Reintroduz a sistemática da correção monetária.
Instrução CVM nº 97	27/04/89	O padrão monetário a ser utilizado para a elaboração e publicação das demonstrações contábeis complementares, em moeda de capacidade aquisitiva constante, para pleno atendimento ao Princípio do Denominador Comum Monetário, será o IPC- índice de preços ao consumidor
Instrução CVM nº 101	17/07/89	O padrão monetário a ser utilizado para a elaboração e publicação das demonstrações contábeis complementares, em moeda de capacidade aquisitiva constante, para pleno atendimento ao princípio do "denominador comum monetário", será o BTN - Bônus do Tesouro Nacional.
Lei 7.777, art. 5	19/06/89	Determina a atualização mensal do valor de BTN, baseado no IPC mensal.
Lei 7.799, Arts. 2 a 28	10/07/89	A correção monetária foi novamente alterada e, depois disto, continuou a ser tratada, quase que exclusivamente, pela legislação de natureza fiscal. Fixa os procedimentos para a correção monetária, estabelecendo a BTNF como o índice de correção monetária.
Instrução CVM nº 108	04/12/89	Revoga a Instrução CVM nº 101. Art. 2º As companhias abertas poderão, à sua opção, e desde que consistentemente ao longo de cada exercício, utilizar para registro de suas transações as seguintes alternativas: BTN Fiscal para todas as transações ocorridas no período; BTN Fiscal médio; critério misto. Art. 4º Os ganhos e perdas nos itens monetários e os ajustes a valor presente deverão ser distribuídos pelas contas de resultado a que se vinculam. Na eventualidade de saldo ainda remanescente, que não possa ser alocado, será incluído no grupo de outras receitas ou despesas operacionais.
Lei 8.177, Arts. 3 e 42	01/03/91	Extingue, a partir de 01/02/91, o BTN e BTNF e fixou uma data para o Poder Executivo enviar para o Congresso Nacional um projeto de lei que instituísse a atualização monetária das demonstrações financeiras.
Lei 8.200	28/06/91	Determina a correção monetária das demonstrações contábeis, no que diz respeito à tributação e consolidação.
Instrução CVM nº 146	13/07/91	Altera o índice de correção monetária de BTN para INPC (Índice de Preço Nacional ao Consumidor).
Decreto-lei nº 332	04/11/1991	Estabelece o FAP (Fator de Atualização Patrimonial) como um índice de correção monetária.

Continuação

Legislação	Data	Tópicos
Instrução Normativa nº 114 (SRF)	04/12/1991	Trata da correção monetária instituída pela Lei nº 8.200/91 (informando os Índices de correção pelo IPC para 1990).
Instrução CVM nº 167	17/12/91	Determina critério e orientação sobre os procedimentos para adoção e registro da correção monetária instituída pela Lei nº 8.200/91 e Decreto-Lei 332/91.
Instrução Normativa nº 125 (SRF)	27/12/91	Trata da correção monetária das demonstrações financeiras das empresas tributadas pelo lucro real (Lei nº 8.200/91).
Lei 8.383, Arts. 1, 2 e 48	30/12/91	Estabelece a correção monetária das demonstrações financeiras baseada na UFIR diária, a partir de 01/01/1992.
Ato Declaratório CST nº 129	30/12/91	Pronunciamento do valor do FAP para os meses de fevereiro a outubro de 1991.
Ato Declaratório CST nº 002	03/01/1992	Pronunciamento do valor do FAP para os meses de novembro a dezembro de 1991.
Instrução CVM nº 191	15/07/92	Institui a Unidade Monetária Contábil – UMC ⁶ para possibilitar a utilização do índice de preços que melhor refletisse a variação no poder de compra no período.
Instrução CVM nº 192	15/07/92	Estabelece a utilização do ajuste a valor presente para operações registradas com base em montantes pré-fixados.
Instrução CVM nº 197	19/01/93	Revoga a Instrução CVM 192/92 e estabelece a variação diária da UFIR para as companhias abertas na elaboração de suas demonstrações financeiras.
Resolução CFC 750/93	1993	Regulamenta os Princípios Fundamentais de Contabilidade, dentre os quais está o Princípio da Atualização Monetária.
Lei 8.682	14/07/93	Revigora a Lei nº 8.200/91, passando o inciso I, do seu artigo 3º a vigor com a seguinte redação: poderá ser deduzida, na determinação do lucro real, em seis anos-calendário, a partir de 1993, à razão de 25% em 1993 e de 15% ao ano, de 1994 a 1998, quando se tratar de saldo devedor, originado pela diferença verificada no ano de 1990 entre a variação do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) e a variação do BTN Fiscal.
Lei 8.981	20/01/95	Fixa a expressão monetária UFIR por períodos trimestrais, a partir de 1995.
Lei 9.249	26/12/95	Extinção de quaisquer mecanismos que promovessem a correção das demonstrações financeiras, para o período base de 1996.
Instrução Normativa CVM nº 248	Mar/1996	Tornou facultativa a divulgação de demonstrações em moeda de poder aquisitivo constante.
Parecer de Orientação CVM nº 29	Abr/1996	Esclarece a situação, mostrando o caráter voluntário da apresentação das demonstrações com base na CMI. Transfere para os administradores das companhias a responsabilidade pela avaliação das informações necessárias para divulgação com base na relevância.

FONTE: Adaptado de BERNARDO *et al* (2001) MARTINS *et al* (2004); SANTOS (1993).

O período de 1988 a 1995 foi marcado por diversas ações que tinham por objetivo instituir, normatizar e regulamentar a aplicação do modelo de correção monetária brasileira e os respectivos índices, a serem utilizados. A variabilidade observada nas normas para a aplicação do modelo pode ter contribuído para a não institucionalização plena das práticas de correção monetária. A dinâmica observada no processo pode ser explicada pela amplitude de interesses envolvidos. Bernardo *et al*, (2001, p.11) explica que o órgão regulador estava preocupado em fornecer as melhores informações para os investidores e outros usuários; o governo buscava a

⁶ A UMC teve por base vários indexadores oficiais, entre eles BTN, OTN, IPC, INPC e UFIR.

extinção inflação por meio de choques econômicos (planos de estabilização); e a classe contábil e demais atores criticavam, constantemente, a eficácia dos índices de correção monetária para a atualização monetária das demonstrações financeiras. Pong e Whittington (1996) explicam que a inflação cria um campo de disputa entre atores no campo organizacional. DiMaggio e Powell (1983, 1991b, 2005), que entendem por campo organizacional aquelas organizações que, em conjunto, constituem uma área reconhecida da vida institucional: fornecedores-chave, consumidores de recursos e produtos, agências regulatórias e outras organizações que produzam serviços e produtos similares (DIMAGGIO e POWELL, 2005, p. 76).

A insatisfação da classe contábil pode ser entendida devido à instabilidade ocorrida entre 1989 e 1992, pois a frequência de alterações nos índices de correção monetária aumentava de tal forma que a CVM, em 1991, decidiu estabelecer a UMC - Unidade Monetária Contábil, que incorporava a variação de vários indexadores oficiais (BTN, OTN, IPC, INPC e UFIR).

Em 1994, foram criadas condições necessárias para uma economia sem correção monetária. Bernardo *et al* (2001) explica que com a experiência dos planos econômicos e a sistemática de correção monetária, a economia brasileira começou a operar com duas moedas: a moeda corrente (cruzeiros) e o índice de correção monetária – URV (Unidade Real de Valor), que mais tarde se tornaria a moeda corrente, denominada Real. O Plano Real iniciou-se, em marco de 1994, com a introdução da Unidade de Real de Valor (URV) e com a mudança de moeda, em julho do mesmo ano.

Devido à estabilidade da moeda e à inflação baixa (em nível de declínio), foi extinta, pela Lei 9.249/95, a utilização de qualquer técnica de correção monetária: “fica revogada a correção monetária das demonstrações financeiras de que tratam a Lei n. 8.200, de 28 de junho de 1991. Parágrafo único: está vedada a utilização de qualquer sistemática de correção monetária, incluindo fins societários”.

2.6 O Fim Obrigatoriedade das Práticas Contábeis de Correção 1996 – 2006

O processo de extinção da sistemática de correção monetária em balanços decorreu, basicamente, a partir de 1996, considerado como estratégia para acabar com a inflação. Após esse período, destacam-se, no Quadro 10, as ações normativas sobre o uso e aplicação da correção monetária.

Quadro 10 - Ações normativas entre o período de 1996 a 1997

Legislação	Data	Eventos
Lei nº 9.249	1995	Em 31/12/1995, no Brasil, foi instituído os Juros Sobre o Capital Próprio - JSCP sobre o patrimônio líquido.
Lei nº 9.430	1996	Regulamentação e legislação do imposto de renda, outros impostos e contribuições federais, a partir de 1997.
Instrução CVM nº 248	29/03/96	Dispõe sobre a elaboração e a divulgação de demonstrações financeiras e informações trimestrais, adaptadas às disposições contidas nos artigos 4º e 5º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. Passando a ser facultativa a sua elaboração e divulgação em moeda de capacidade aquisitiva constante.
Relatório 97 do IBRACON	09/01/1997	Determina a suspensão do conteúdo do Ofício-Circular nº 01/96 relativamente aos pareceres e relatórios dos auditores independentes a serem emitidos sobre demonstrações contábeis com exercício social iniciado a partir de 1º de janeiro de 1997. Com relação às demonstrações contábeis de exercícios findos em 31/12/96, entende o IBRACON que nas referidas peças contábeis devem ser abstraídos quaisquer efeitos inflacionários ou de atualização monetária.
Opinião de orientação 1 IBRACON	29/01/97	Orientações aos auditores de como proceder sobre o comunicado 01/96, a fim de dar opinião sobre informações publicadas em moeda corrente de poder aquisitivo constante.
Resolução CFC nº 900/01	2001	Limitou a aplicação do princípio da atualização monetária, somente quando a inflação acumulada, em três anos consecutivos, fosse de 100% ou mais.

FONTE: MARTINS *et al* (2004); (SANTOS, 2002).

Nesse período, diversas estratégias políticas, que visavam acabar com a *memória inflacionária*, foram tomadas, por exemplo: o governo eliminava o cálculo da inflação, pela proibição da sistemática de correção monetária; instituição do plano real; mudanças na taxa básica de tributação do imposto de renda, para as pessoas jurídicas que apuravam seus impostos através do lucro real, que era de 25% e caiu para 15%; mudanças das alíquotas do imposto de renda adicional que eram de 12% e 18% para uma alíquota única de 10%; e mudanças, introduzida pela Lei 9.249/95, que passaram a considerar dedutíveis, para efeitos fiscais, os pagamentos realizados sobre os juros sobre o capital próprio (SANTOS, 2002).

No entanto, essa redução de alíquotas não contemplava todas as empresas, igualmente, pois, as empresas que possuíam maior patrimônio líquido acabavam sujeitas à exposição do efeito da não correção monetária (MARTINS *et al*, 2004).

De um modo geral, essas estratégias contribuíram, de maneira significativa, para a desinstitucionalização das práticas de correção monetária, pois, tornava uma prática até então obrigatória, numa ação voluntária para as empresas. O fim das referidas práticas era justificado, pelo governo e órgãos reguladores (CVM/CFC) como sendo práticas desnecessárias, em virtude das taxas de inflação vigentes no país. Neste processo, destaca-se o posicionamento do CFC – Conselho Federal de Contabilidade, que dispensou a aplicação do

princípio da atualização monetária, seguindo as recomendações do IASB – *International Accounting Standards Boards*. Martins *et al* (2003) afirmam que essa recomendação “pareceu um erro estratégico: seguir as normas dos outros, quando nós é que detemos realmente a experiência e a metodologia melhores para tal assunto” e lembra que o Chile não cometeu esse erro e não seguiu essa regra.

Para SANTOS (1993, p. 26), essa justificativa da extinção da prática de correção não tem consistência teórica, pois

Se tomarmos uma inflação de 5% ao ano, num período de 10 anos teremos 62,9% de inflação acumulada. Se para a mesma taxa de inflação ampliarmos o período para 20 anos a inflação acumulada será de 165,3%. Os números acima demonstram que a longo prazo, mesmo para os países onde a inflação é considerada baixa, a contabilidade, quando não devidamente atualizada, acaba por apresentar defasagens bastante sensíveis.

Os defensores das práticas contábeis de correção monetária argumentam que

entendem que a informação inadequada, em determinadas situações, pode levar a decisões completamente equivocadas que chegam a causar prejuízos econômicos irreparáveis, como, por exemplo, o não uso das práticas contábeis de correção monetária (SANTOS, 2002).

Em relação aos argumentos apresentados, pelos atores pela manutenção ou retorno das práticas contábeis de correção monetária, Martins *et al* (2003) afirma que “o arcabouço de conhecimentos que, infelizmente, e a duras penas, vimos escorregar por entre nossos dedos”.

A própria aceitação da correção monetária pela ONU, por meio do ISAR/GROUP, a partir de 1989, legitima a adoção da sistemática da correção monetária (SANTOS & BARBIERI, 1996).

A ausência do reconhecimento da inflação nas demonstrações contábeis provoca distorções nos resultados reais das empresas. Portanto, análises que utilizam valores patrimoniais (demonstrações financeiras), de médio e longo prazo, terão sua eficácia ou validade totalmente fragilizada.

Portanto, destacam-se dois fatores preponderantes que podem ter contribuído para erosão das práticas de correção monetária junto às empresas brasileiras: (1) de natureza coercitiva (proibição das práticas de correção monetária); e (2) de natureza normativa (instituição do Plano Real, com intuito de alcançar estabilidade econômica). No entanto, poucas ações favoráveis à correção, do ponto de vista regulatório, foram tomadas pelas instituições reguladoras (por exemplo, a CVM, CFC, IBRACON).

2.6.1 Juros sobre Capital Próprio: Outra Sistemática de Correção Monetária?

Com a extinção da correção monetária de balanços⁷, pela Lei 9.249, em 31/12/1995, foi instituída, no Brasil, a sistemática de Juros Sobre o Capital Próprio – JSCP, que não é uma figura nova, no âmbito contábil, já tendo sido mencionada nos trabalhos de P. Hansen. “*Contabilidad interna de La industria*, , (1957); R, Anthony, *Accounting for the cost of equity* 1973; R. L. Drimer & N. M. Rodriguez, *Contabilización de Empresas, Argentina, fevereiro, 1985* (IOB, n. 43, 1996).

No Brasil, as primeiras aplicações dessa sistemática foram em empresas em fase pré-operacional (Lei 6.704/76, art. 179; Lei Fiscal, Decreto-Lei nº 1.598/77, art. 15) sendo aplicada às empresas de telecomunicações e de energia (RIR/94, art. 266). No entanto, para empresas em operações, foi a primeira vez, no mundo, que se introduziria a figura do juro sobre o capital próprio.

De um modo geral, esse mecanismo, incorporado pela Receita Federal brasileira, representava uma preocupação com os problemas da iniquidade trazida pela extinção e proibição da correção e qualquer forma de indexação (MARTINS *et al*, 2004).

O modelo de juros sobre capital próprio contemplava a aplicação de taxa de juro nominal⁸ sobre o Patrimônio Líquido das empresas para deduzir de seu lucro tributável. Entretanto, a compensação do JSCP sobre o lucro antes do imposto de renda, estava, de fato, deduzindo, além da correção monetária, o tributo incidente. Como alternativa, o RIR/96, Regulamento do Imposto de Renda, institui um imposto especial sobre o JSCP, a fim de compensar essa perda tributária na arrecadação (MARTINS *et al*; ZANI & NESS JUNIOR, 2000).

A idéia que parecia a solução para o fim da correção monetária, acabou sendo recheada de limitações arbitrárias. Por exemplo: o fisco limitou a diversas empresas o efetivo uso dos JSCP; e limitou a distribuição dos JSCP a 50% dos resultados, antes da incidência, a menos que houvessem resultados retidos no patrimônio líquido.

Martins *et al* (2004) comentam que essas limitações decorrem de interesses do fisco assim descritas: as limitações do cálculo valor do JSCP, não representam uma aproximação efetiva

⁷ Segundo Martins *et al*. (2004), “o grande drama dessa extinção não era a eliminação da correção dos ativos permanentes, pois como já visto, isso produzia efeitos relevantes sim, mas temporários. O grande efeito foi a extinção da correção monetária do patrimônio líquido”.

⁸ Uma taxa de juro nominal possui dois componentes: taxa real de juros mais inflação do período.

da correção monetária sobre o patrimônio líquido; o JSCP é uma alternativa optativa; o fato de o resultado ser tributado na investidora pode retirar a motivação das empresas em aplicar o JSCP; incidência diferenciada do imposto de renda e da contribuição social, para sócios (isentos, imunes); a não correção monetária do ativo pode provocar distorções intermediárias; a proibição de divulgação, nas demonstrações contábeis de determinadas companhias, os JSCP com despesa (CVM, Banco Central e Outros Reguladores); e a empresa pode realizar a incorporação dos juros sobre o capital próprio, desde que realize o recolhimento do tributo.

Diversas publicações técnicas foram realizadas, com objetivo de demonstrar os efeitos da implementação deste mecanismo, após fim da correção monetária de balanço. (IOB: Bol. nº 34/96; 36/96; 38/96; 39/96; 41/96; 43/96).

Sousa Filho *et al* (2001), que analisaram os efeitos contábeis e tributários da extinção do reconhecimento contábil da inflação no Brasil no período 1996-2000, questionaram as publicações anteriores que discorriam sobre aumento de carga tributária, após implementação do mecanismo de JSCP. Por meio de simulações, esses autores verificaram uma redução da carga tributária, ao contrário das pesquisas anteriores. Os JSCP são determinantes no posicionamento de que a Lei 9.249/95 reduziu a carga tributária.

Em outra pesquisa, utilizando as rentabilidades médias apresentadas no banco de dados da Revista Maiores e Melhores, Santos (2001) constatou, no período de 1996 a 2000, que as margens médias das maiores empresas brasileiras, tinham diferença significativa, comparadas com as simulações de Sousa Filho *et al* (2001). Os resultados apurados, nas pesquisas citadas, podem ser verificados na Tabela 7.

Tabela 7 - Comparativo de carga tributária

Cenários	Sousa Filho <i>et al</i> (2001)	Santos (2001)
Carga tributária ex-ante Lei n. 9.249/95	100%	100%
Carga tributária Lei n. 9.249/95 com JSCP	57%	67%
Carga tributária Lei n. 9.249/95 sem JSCP	99%	133%

FONTE: Elaborado a partir de Sousa Filho *et al* (2001) e Santos (2001).

Santos (2001) verificou que muitas empresas tiveram suas cargas tributárias aumentadas com a proibição do reconhecimento da inflação nas demonstrações contábeis. Concluindo que o sistema de JSCP pode beneficiar algumas empresas e prejudicar outras.

De modo geral, esse mecanismo interferiu na divulgação das informações contábeis, pois

parece ter satisfeito parte dos interesses, porque: (1) Sob a ótica da psicologia social e do marketing, passou a não existir mais correção monetária; (2) Os efeitos da inflação que aumentam indevidamente os tributos foram, parcialmente, diluídos com a redução das alíquotas; e (3) Facultativamente, possibilitou a escolha tributária da melhor ação que maximizasse os interesses dos acionistas controladores, exercendo influência sobre a administração (MARTINEZ *et al*, 2001, p. 235; ZANI e NESS JUNIOR, 2000)

Portanto, a inserção do mecanismo JSCP representou um substituo das técnicas de correção monetária das demonstrações contábeis. “Foi implementado, então, um jogo político, para reconhecer, mesmo que parcialmente, os efeitos da inflação existente. Seu resultado foi a promulgação da Lei 9.429/1995, que estabeleceu a faculdade da adoção dos juros sobre o capital próprio para empresas brasileiras” (MARTINEZ *et al*, 2001, ; ZANI e NESS JUNIOR, 2000).

Contudo, MARTINEZ *et al* (2001) contrapõem que esse mecanismo não trouxe ganhos significativos para a utilidade teórica da informação, pois as demonstrações contábeis continuam não atendendo a essência econômica, no quesito denominador comum monetário; os limites impostos para o JSCP acabam por comprometer o entendimento dos relatórios; o fato de o procedimento ser facultativo compromete a comparabilidade entre empresas; sua aplicação está condicionada a existência de lucros; o procedimento não garante a manutenção do capital monetário, podendo ocorrer uma descapitalização da empresa; e a taxa sugerida não reflete a inflação dos setores e os riscos do mercado de capitais.

2.7 Experiências Inflacionárias Brasileiras

A inflação permeou a economia brasileira por longos anos. Em virtude disso, várias sistemáticas de correção monetária foram desenvolvidas e aperfeiçoadas a fim de melhorar a qualidade da informação contábil aos *stakeholders*. Aliado a esse processo, planos de estabilização econômica foram implantados, pelo governo, com a finalidade de combater e eliminar a inflação. Destaca-se que, neste processo de busca pela estabilidade econômica, a moeda brasileira passou por várias transformações, no período de 1942 a 1994, conforme apresentado no Quadro 11.

Quadro 11 – Planos de estabilidade econômica e moedas brasileiras

Denominação	Período de Vigência	Fundamento Legal
Reis	01/01/1900 a 31/10/1942	Período imperial
Cruzeiro	01/11/1942 a 12/02/1967	Decreto-Lei n. 4.791, de 05/10/42; Lei no 4.511, de 01/12/1964.
Cruzeiro Novo	13/02/1967 a 14/05/1970	Decreto-Lei n. 1 de 13/11/1965; Resolução do Banco Central no 47, de 13/02/1967
Cruzeiro	15/05/1970 a 27/02/1986	Resolução do Banco Central no 144, de 31/03/1970; Lei no 7.214, de 15/08/1984
Cruzado	28/02/1986 a 15/01/1989	Decreto-Lei n. 2.283, de 27/02/1986
Cruzado Novo	16/01/1989 a 15/03/1990	Medida Provisória n. 32, de 15/01/1989, convertida na Lei no 7.730, de 31/01/1989
Cruzeiro	16/03/1990 a 31/07/1993	Legislação: Medida Provisória 168, de 15 de março de 1990 e Resolução 1.689, do Conselho Monetário Nacional, de 18 de março de 1990
Cruzeiro Real	01/08/1993 a 30/06/1994	Medida Provisória n. 336 de 28/07/1993, convertida na Lei no 8.697, de 27/08/1993 e Resolução BACEN no 2.010, de 28/07/1993
Real	Desde 01/07/1994	Lei n. 8.880 de 27/05/1994 e Lei no 9.069 de 29/06/1995

No período de 1980 a 1993, ocorreu o maior desenvolvimento teórico (pesquisas) sobre métodos e sistemáticas de mensuração e evidenciação dos efeitos da inflação sobre a informação contábil, no sentido de salvaguardá-la da deterioração da moeda.

A correção monetária foi introduzida, nas demonstrações contábeis brasileiras, de forma facultativa, a partir de 1944, por regulamentação do Decreto-lei nº 5.844/43, passando a ser obrigatória a partir de 1964, através da Lei nº 4.357/64 e voltando a ser facultativa, em 1995, com o advento da Lei 9.249. Na Ilustração 1, apresenta-se o fluxo histórico do processo inflacionário (Inflação - IGP-DI - % a.a.), das mudanças de moedas, das sistemáticas de correção monetária e ações normativas e regulatórias.

Ilustração 1 - Fluxo histórico - processo inflacionário, mudanças de moedas, sistemáticas de correção monetária e ações normativas e regulatórias.

2.8 Experiências Inflacionárias Internacionais e Normas Internacionais

A inflação não é um fenômeno exclusivo do cenário brasileiro. Por exemplo, o REINO UNIDO, experimentou, nas décadas de 40 e 50 (1948-54) e na década de 70 (1973-78), períodos de inflação elevada, resultando num processo de normatização contábil intenso. As normas foram emitidas pelos seguintes órgãos reguladores: ASSC; ASC e ASB. Todas essas entidades tinham como objetivo a emissão de normas relativas ao reconhecimento dos efeitos da variação de preços (inflação) sobre as demonstrações contábeis.

Na década de 90, foi criado um novo órgão, com a responsabilidade de emissão de normas, denominado de *FRC - Financial Reporting Council*. A normatização contábil, nesses períodos, foi estimulada pelos ciclos inflacionários. No **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, apresenta-se uma síntese dos eventos normativos, ocorridos no Reino Unido, entre o período de 1949 a 1988.

Quadro 12 - Normas relativas ao reconhecimento dos efeitos da inflação na contabilidade – Reino Unido

Data de Emissão	Dispositivos	Objetivos e Consequências
1949	Statement n. 12 - Rising Price Levels in Relation to Accounts	Esse pronunciamento é uma resposta às taxas de inflação anuais, que variavam entre 7% e 8%. Nesse período, não houve intervenção do governo britânico, diretamente, no processo. Mas, ele criou a Comissão “Royal Commission” para avaliar o impacto da inflação sobre as demonstrações contábeis e tributação. Nesse mesmo período, os profissionais de contabilidade defenderam a utilização do custo corrente para fins de elaboração das demonstrações contábeis e para tributação. No entanto, ocorreu muita controvérsia sobre a escolha do melhor método (custo histórico ou custo corrente) e sobre o caráter obrigatório ou facultativo da divulgação.
1973	Explosure Draft n. 8 – que deu origem ao SSAP Nº. 07	Até então, havia ausência de normas focadas no reconhecimento dos efeitos da inflação. Com o surgimento da inflação, o tema volta ao debate: (i) De um lado, os profissionais e acadêmicos, defendendo a abordagem da contabilidade em moeda constante e, posteriormente, foram favoráveis à contabilidade a custo corrente. (ii) De outro lado, os administradores mostraram-se contrários às duas abordagens, porque reduziriam o lucro de suas empresas. (iii) O governo, por sua vez, responde criando o Comitê Sandilands, no início dos anos 70. Este comitê favoreceu a abordagem da contabilidade a custo corrente, independentemente da preferência inicial dos contadores pela contabilidade em moeda constante. Posteriormente, o governo britânico ignorou o posicionamento do Comitê e preferiu ficar neutro, pois tinha receio da indexação dos preços e não confiava na utilização da contabilidade a custo corrente para fins de tributação, por considerar o método muito subjetivo e sujeito a manipulações. Suas ações tinham apenas como objetivo proteger a posição de Londres como um centro financeiro internacional, bem como preservar a manutenção da arrecadação tributária.
1974	SSAP Nº 07 - “Accounting for Changes in the Purchasing Power of Money”	O SSAP - <i>Statement of Standard Accounting Practice</i> nº 7, foi baseada na abordagem da contabilidade em moeda constante. (CPP - “Purchasing Power of Money”), era baseado no método da contabilidade em moeda constante, válido apenas para as companhias listadas em bolsa, que deveriam evidenciar os efeitos da inflação em notas explicativas. Ainda em 1974, o SSAP Nº 07 foi retirado. Esse pronunciamento foi considerado, em especial, pelos administradores, com uma vitória, pois eram contra o reconhecimento da inflação nas demonstrações contábeis.

Continuação

Data de Emissão	Dispositivos	Objetivos e Consequências
1976	Explosure Draft N° 18 – Deu origem ao SSAP N° 16	Este <i>Explosure Draft</i> N° 18 teve com finalidade propor a obrigatoriedade da divulgação das demonstrações contábeis a custo corrente. Foi considerado como a origem ao SSP N° 16.
1979	Explosure Draft N° 24 - “Monetary Working Capital Adjustment	Complementar ao Explosure Draft N° 18, que sugeriria o ajuste sobre o capital de giro monetário.
1980	SSAP N° 16 – “Current Cost Accounting”	Esse período foi marcado pela abordagem da contabilidade a custo corrente e as grandes companhias foram obrigadas a divulgar diversas informações sobre o efeito da inflação, diretamente, nas demonstrações contábeis ou em notas explicativas, tais como: <ol style="list-style-type: none"> 1. Depreciação a custo corrente; 2. Custo das Mercadorias Vendidas a custo corrente; 3. Perda sobre o Capital de Giro Monetário (conhecida como “Current Working Capital Asset”); e 4. Gearing Adjustment” (ganho inflacionário sobre empréstimos de longo prazo).
1984	Explosure Draft N° 35 – “Accounting for the Effects of Changing Prices”	Esse ED’s foi considerado como uma tentativa de tornar o SSAP N° 16 mais flexível. Esse pronunciamento propôs a apresentação de demonstrações a custo corrente, restrito a um grupo de companhias. Este pronunciamento permitia a utilização de métodos alternativos na mensuração do “gearing”, além da utilização de métodos simplificados que medissem o custo corrente. No entanto, este novo pronunciamento não chegou a se tornar uma norma.
1985	Explosure Draft N° 38 – “Reporting the Effects on Changing Prices on Earnings”	Esse ED’s foi uma tentativa de tornar o SSAP N° 16 opcional. Ele representou a última tentativa para produzir uma norma aceitável que apurasse os efeitos da variação dos preços. Era mais flexível e menos contencioso, no entanto, não foi aprovado. Os auditores e as grandes empresas, por sua vez, encontravam-se divididos, pois havia temor quanto à verificabilidade e comparabilidade das informações publicadas, pelas empresas, face à grande liberdade de escolha do método a ser utilizado.
1985	Companies Act 1985	Ele permitia a reavaliação de certos ativos. Atualmente, a maioria das companhias utiliza o método do custo histórico e efetua a reavaliação de ativos fixos, complementarmente. Adicionalmente, é exigido o reconhecimento da inflação para fins de conversão e consolidação de balanços de empresas estrangeiras.
1986	O ASC – Accounting Standard Committee	A publicação do livro intitulado “Accounting for the Effects of Changing Prices” tinha como finalidade encorajar as empresas a apresentarem em seus relatórios os efeitos da variação dos preços. Mesmo assim, não obteve sucesso. Diversos fatores podem ter contribuído para o declínio da publicação de informação corrigida.
1988	SSAP N° 16 - Revogada	De acordo com Pong e Whittington (1996,), o SSAP N° 16, publicado em março de 1980, resultou num longo debate (mais de 10 anos), contando com a participação dos profissionais contábeis, do ASC (<i>the Accounting Standards Committee</i>) e do governo. Pong e Whittington (1996) argumentam que o resultado deste conflito foi que o SSAP 16 tornou-se um padrão insatisfatório e impopular devido ao não cumprimento generalizado, tornando-se não obrigatório em 1985 e completamente suspenso em 1988.

FONTE: Adaptado de SILVA *et al* (2001) e PONG e WHITTINGTON (1996, p. 32).

A evolução do processo de normatização, taxas de inflação e adoção do SSAP n° 16, pelas empresas britânicas, pode ser observada, no Quadro 13.

Quadro 13 – Taxa de inflação, cumprimento das normas, no período de 1977 a 1987

Ano	% Aumento na Média – RPI	% de Empresas Informação Corrigida	Contabilidade em Nível Geral de Preço - Eventos por Ano
1977	12,1	45%	<i>Hyde Guidelines</i>
1978	8,4	56%	
1979	17,2	58%	<i>ED 24 (April)</i>
1980	15,1	78%	<i>SSAP 16 (March)</i>
1981	12,1	95%	
1982	5,4	81%	<i>Green Paper on Corporation Tax (march); Keymer-Hslam resolution (July); Stock Exchange stops requiring CCA interim accounts (December)</i>
1983	5,3	61%	<i>Neville Reports (April and September); Carsberg Report (November)</i>
1984	4,6	34%	<i>ED35 (July)</i>
1985	5,7	6%	<i>SSAP 16 no longer mandatory (June)</i>
1986	3,7	3%	<i>Handbook (October)</i>
1987	3,7	3%	
1988	6,8	-	<i>Withdrawn (April)</i>

FONTE: PONG e WHITTINGTON (1996, p. 34).

O SSAP nº 16 atingiu seu auge em 1981 e 1982 quando, respectivamente, 95% e 81% das 300 grandes empresas pesquisadas atendiam aos preceitos da norma (PONG & WHITTINGTON, 1996). Entretanto, em junho de 1985, quando tal norma não era mais obrigatória, apenas 6% das empresas continuavam a atendê-la.

Em 1983, o Comitê Neville recomendou a alteração de alguns pontos que serviriam de base no desenvolvimento de um novo padrão:

- a) deveria exigir o reconhecimento dos efeitos da inflação apenas quando fosse material;
- b) deveria valer para todas as entidades que desejassem apresentar uma visão verdadeira e justa (universalidade);
- c) deveria permitir o uso de diferentes métodos para cálculo dos efeitos da inflação;
- d) não deveria exigir balanços ajustados; e
- e) deveria exigir a utilização do RPI -*Retail Price Index* (Índice de Preço ao Consumidor).

Esse processo foi caracterizado pela existência de forças contrárias, tais como:

- A contabilidade a custo corrente era dispendiosa e não produzia uma visão verdadeira e justa das empresas;
- A divulgação de informação a custo corrente não deveria ter caráter obrigatório;

- Tratamento contábil flexível e subjetivo e pouco abrangente;
- As forças a favor da norma queriam maior apoio legal e sua aceitação para fins de apuração dos tributos;
- A sua aplicação prática, nas demonstrações financeiras, nunca foi resolvida satisfatoriamente; e
- Existia pouco consenso sobre a base de preparação das contas, entre as diferentes entidades reguladoras (BURROWS & ROWLES, 1996; CONRAD, 2005).

O fim das práticas da correção no Reino Unido pode ser atribuído a um conjunto de fatores: declínio no nível de inflação; pequena amplitude do SSAP nº 16, ao contrário do proposto pelo Comitê Sandilands e o *Explosure Draft* nº 18; excessiva controvérsia sobre o ajuste do capital de giro monetário e o “*gearing*”; custo de preparação das informações com base no custo corrente; retirada do SFAS nº 33 nos Estados Unidos em 1987; e falta de apoio legal do governo na implementação do custo corrente para fins de tributação (SILVA *et al.*, 2001).

Nos ESTADOS UNIDOS, o início do processo de normatização pode ter decorrido devido a fortes oscilações macroeconômicas, destacam-se dois choques de oferta internacionais, que ocasionaram uma elevação nos preços, tendo em vista que não ocorreram altas taxas de inflação. As principais ações normativas são descritas no Quadro 14.

Quadro 14 - Normas relativas ao reconhecimento dos efeitos da inflação na contabilidade

Data de Emissão	Dispositivos	Objetivos e Consequências
1974	FASB “Financial Accounting Standards Board” emitiu um <i>Explosure Draft</i> , propondo a abordagem da contabilidade em moeda constante.	Quando a variação do índice de preços ao consumidor (CPI) alcançou 12,3%, entretanto, essa proposta recebeu várias críticas e não resistiu por muito tempo.
1976	ASR Nº 190 - “ <i>Disclosure of Certain Replacement Cost Data</i> ”	A SEC “Securities and Exchange Commission” preocupada em apresentar a verdadeira situação patrimonial das empresas, implementou a abordagem do custo corrente, que exigia das companhias abertas ⁹ a evidenciação suplementar a custo corrente dos estoques, custo dos produtos vendidos e determinados ativos fixos.
1979	ASR Nº 190	Foi revogada, neste período.
1979	SFAS - Statement of Financial Accounting Standards Nº. 33 - “Financial Reporting and Changing Prices”	Implementou o custo corrente, mais também, requeria informações sobre a contabilidade em moeda constante. A emissão, pelo FASB, tinha como finalidade apresentar melhorias, em relação à ASR Nº 190, pois esta norma exigia a divulgação, em base suplementar, de informações a custo corrente dos estoques, dos custos dos produtos vendidos, da depreciação e das instalações e equipamentos; da divulgação de ganhos e perdas nos itens monetários e o lucro operacional apurado com base no custo corrente.
1986	SFAS nº 82 - “Financial Reporting and Changing Prices”	Essa emissão, pelo FASB, teve como objetivo a eliminação de parte das exigências contidas no SFAS Nº 33. Decorrido no mesmo ano do declínio das taxas de inflação.
1986	SFAS nº 33 - foi revogada	Foi revogada, neste período.
1986	SFAS nº 89 ¹⁰ - “Financial Reporting and Changing Prices”	Teve objetivo revogar, definitivamente, a obrigatoriedade de evidenciação de informações a custo corrente. Suspendeu o SFAS nº 33 e nº 82, além de eliminar algumas exigências do SFAS nº. 33.

FONTE: Adaptado de SILVA *et al* (2001).

No período entre as décadas de 60 e 70, diversas pesquisas foram desenvolvidas sobre o reconhecimento da variação dos preços nas demonstrações contábeis, caracterizando um grande debate entre os profissionais contábeis (contadores), sobre a melhor maneira de reconhecimento.

Deve-se ressaltar que apesar das semelhanças entre o ASR nº 190 e o SFAS nº. 33, o primeiro utilizava o método do *Replacement Cost*, enquanto o segundo utilizava o *Current Cost*, existia diferenças nos resultados obtidos pelos dois métodos de mensuração. Uma vez que o *Replacement Cost* é baseado na indexação e o outro baseava-se no preço corrente dos ativos, atualizados com base na variação de índices específicos de preços obtidos em catálogos especializados.

No tocante aos preços das ações e a relação com informação (custo corrente e custo histórico), Bernard e Ruland (1987) demonstraram que os dois métodos possuíam o mesmo conteúdo

⁹ Incluindo empresas estrangeiras que captassem recursos no mercado americano.

¹⁰ O SFAS No. 89 foi alterado em parte pelo SFAS No. 106 e 109, ambos com o título “*Accounting for Income Taxes*”.

informacional para quase todos os setores da economia em períodos de baixa inflação. No entanto, Shriver (1987) verificou, utilizando análises estatísticas, que, em geral, a utilização de índices de preços específicos apresentava erros de mensuração na apuração do custo corrente. Os erros de mensuração eram ocasionados pela utilização de índices específicos de preços inadequados. O autor conclui que estes erros podem ter sido repetidos por diversos períodos (anos), o que ocasionava alta correlação entre o custo histórico e o custo corrente, apurado nas pesquisas anteriores. Destaca-se que, em 1980, aproximadamente mais de 90% das empresas usavam um índice específico de preços para apurar o custo corrente de suas máquinas e equipamentos.

Quando da utilização do *Replacement Cost*, havia a possibilidade de erros nas avaliação das instalações e equipamentos, em função do avanço tecnológico. As normas deveriam ser detalhadas e com critérios específicos, propiciando o adequado ajustamento das demonstrações contábeis, bem como padronizando a utilização de procedimentos de indexação ou avaliação, já que essas metodologias poderiam gerar impactos diferenciados em certos tipos de indústrias (SWANSON, 1990).

De um modo geral, as práticas de correção monetária caíram em desuso, nos EUA, em virtude do conflito entre os conceitos e aplicação do custo corrente e do *PPI Producer Price Index* (índice específico de preços), segundo os auditores, esse segundo método não gerava uma medida adequada para ativos individuais, pois o preço nominal do índice específico não representava o custo corrente dos ativos.

Entretanto, atualmente, é enganoso acreditar que a evidenciação de demonstrações contábeis nos Estados Unidos siga apenas o custo histórico puro, pois a base de valorização requerida pelos princípios contábeis geralmente aceitos permite a utilização de critérios mistos. Por exemplo: o SFAS nº 115 requer a valorização a custo corrente para títulos que sejam mantidos até o vencimento (SILVA *et al*, 2001).

Na AUSTRÁLIA, o processo de normatização se assemelha ao processo brasileiro, pois sua normatização foi emanada, principalmente da Lei das Corporações, Sendo que o processo de emissão e aprovação de normas contábeis australianas foi marcado por duas fases:

- (i) elaboração pela *ARRF - Australian Accounting Research Foundation*, e
- (ii) aprovação pelos conselhos nacionais de dois órgãos profissionais de contabilidade.

No Quadro 15, são apresentadas as principais normas sobre o reconhecimento dos efeitos da variação dos preços, no contexto australiano.

Quadro 15 - Normas relativas ao reconhecimento dos efeitos da inflação na contabilidade.

Data de Emissão	Dispositivos	Objetivos e Consequências
Out/1974	Explosure Draft - Accounting for Changes in the Purchasing Power of Money Baseado no SSAP nº 7 do Reino Unido.	A primeira intervenção do governo australiano foi manifestada, em 1974, pela constituição do <i>Comitê Mathews</i> , encarregado de examinar os efeitos da inflação sobre a tributação do lucro medido de forma convencional. Antecipando a proposta elaborada pelos contadores, este Comitê recomendou o uso da abordagem do custo corrente.
Jun/1975	Explosure Draft - Current Value Accounting	Prescreveu a abordagem do custo corrente.
Jul/1976	TSVA - Trading Stock Valuation Adjustment.	O governo australiano modificou o sistema de tributação, criando o TSVA - "Trading Stock Valuation Adjustment", que introduziu, para fins de tributação, a abordagem do custo corrente. Este sistema reconhecia, para fins de tributação, o resultado a custo corrente, implantado quatro meses antes da emissão da norma elaborada pelos contadores. Assim, apesar de se manter neutro nas questões puramente contábeis, o governo australiano acabou oferecendo grande incentivo ao reconhecimento da variação específica dos preços no momento da implementação do TSVA.
Out/1976	Provisional Accounting Standard - Current Cost Accounting	Somente, em outubro de 1976, os órgãos contábeis emitiram uma norma provisória, "Provisional Accounting Standards", que estabelecia o uso e o reconhecimento do custo corrente nas demonstrações contábeis (não incluía o ajuste sobre itens monetários). Em março de 1977, foi formado um grupo para rever os aspectos no desenvolvimento da contabilidade a custo corrente.
Jul/1978	Explosure Draft - Recognition of Gains and Losses on Holding Monetary Items in the Context of Current Cost Accounting	Propôs o reconhecimento dos ganhos e perdas sobre itens monetários, considerada uma nova versão, mais ampla e complexa da contabilidade a custo corrente, que se tornaria um grande obstáculo. Os grupos contra a normatização começaram a ganhar força, divididos em três grupos: a) os totalmente contrários ao reconhecimento dos efeitos da variação de preços nas demonstrações financeiras; b) os partidários da contabilidade a custo corrente, que consideravam a abordagem complementar não adequada; e c) os que queriam que fosse utilizada uma abordagem diferente, por exemplo, a da contabilidade em moeda constante.
Jun/1979	TSVA	A revogação do TSVA contribuiu para aumentar o desinteresse pela contabilidade a custo corrente. Sem o benefício fiscal, os administradores passaram a ser contra qualquer abordagem que tivesse algum efeito negativo sobre seus lucros, defendendo, assim, a flexibilidade na divulgação das demonstrações.
Ago/1979	Explosure Draft	A emissão do ED tinha como objetivo revisar a abordagem sobre o reconhecimento dos ganhos e perdas sobre itens monetários.
Mar/1980	Explosure Draft - Current Cost Accounting	Considerava a abordagem a custo corrente sobre os investimentos, ativos intangíveis, efeitos tributários e passivos não monetários.
1981	AAS Nº 1	Ratificação das práticas de reavaliação dos ativos não monetários. Vale ressaltar que as práticas contábeis australianas prevêm, desde 1961, essa prática.

Continuação

Data de Emissão	Dispositivos	Objetivos e Consequências
Abr/1981	CCA Statement	A emissão do <i>Statement of Accounting Practice</i> nº 1, baseado nos mesmos moldes do SSAP nº 16 do Reino Unido, tinha como finalidade, divulgar informações a custo corrente das empresas Australianas, de forma complementar ao custo histórico. Entretanto, poderia ser realizada uma contabilidade em custo corrente, desde que a informação a custo histórico fosse informada em notas explicativas. Em função das grandes objeções, em relação às informações a custo corrente, a norma foi publicada com o menor grau de autoridade, sendo apresentada como uma recomendação.
Ago/1983	CCA Statement	A abordagem a custo corrente não obrigatória, o que representou um comprometimento cada vez menor em reconhecer os efeitos da variação dos preços na contabilidade. No final dos anos 80, as empresas abandonaram, efetivamente, as iniciativas de reconhecimento dos efeitos da inflação, embora as taxas inflacionárias permanecessem altas, de acordo com padrões históricos.

FONTE: Adaptado de SILVA (2001) e BURROWS e ROWLES (1996, p. 19).

Um ponto de destaque no processo inflacionário da Austrália, no período de 1948 a 53, foi inexpressivo envolvimento dos órgãos contábeis na emissão de normas, assim como no Reino Unido. Vale ressaltar que as normas publicadas na Austrália constituíam uma reprodução fiel de recomendações de órgãos britânicos (BURROWS & ROWLES, 1996). Entretanto, no início dos anos 70, a profissão contábil australiana já estava mais bem organizada, possuindo inclusive uma entidade de pesquisa para apoio técnico, a AARF *Australian Accounting Research Foundation* (Fundação Australiana de Pesquisa em Contabilidade).

Apesar das semelhanças entre os ciclos de desenvolvimento das normas na Austrália e no Reino Unido, as etapas tiveram intensidade, seqüência e duração diferentes. Acrescenta-se que diferentemente do governo britânico, a participação do governo australiano foi muito mais forte (SILVA *et al*, 2001).

No início de 1976, em dois fóruns de contabilidade patrocinados pela AARF, em Sydney e Melbourne, houve muita discordância em relação aos fundamentos e abordagem da contabilidade a custo corrente. Dentre as contribuições, destacam-se a de Chambers, que defendeu o valor realizável dos ativos, e de Gynther sobre a abordagem a custo corrente (BURROWS & ROWLES, 1996). De um modo geral, a inflação caracteriza-se como um fenômeno da interação entre o desenvolvimento econômico e social que, por muitas décadas, impactou tanto a economia brasileira quanto a de outras nações. Além disso, é um fenômeno que ocasiona consequências sociais, econômicas e culturais à vida cotidiana da sociedade.

2.9 As Relações do Ambiente Inflacionário e a Informação Contábil

A inflação cria um campo de disputa entre organizações, agentes institucionais e atores organizacionais e sociais. O nível de conflito, nesse processo, torna-se amplo, pois os agentes envolvidos tomam iniciativas a favor ou contra o processo de normatização (PONG & WHITTINGTON, 1996). Dessa forma, o processo de normatização é visto como um confronto político entre os diferentes interesses existentes.

Diante das constatações observadas na pesquisa de Pong e Whittington (1996), pode-se, então, dividir a análise do processo inflacionário e a informação contábil (sistemáticas para ajuste da informação pelos efeitos da inflação) em três etapas: (1) o papel dos agentes no processo de normatização em ambiente inflacionário; (2) ciclo comum de ações, nos países (com altos níveis de inflação); e (3) ciclo comum de ações, nos países (com baixos níveis de inflação). O papel dos diversos agentes no processo de normatização em ambiente inflacionário pode ser observado, no Quadro 16.

Quadro 16 - Processo de normatização e o papel dos agentes.

Agentes	Descrição do papel dos Agentes
A tensão entre os interesses das companhias e auditores	As companhias tendem a preferir modelos mais flexíveis de divulgação financeira, defendendo maior liberdade para escolher o método mais adequado aos seus propósitos. Os auditores, por outro lado, preferem métodos preestabelecidos, detalhados e preferencialmente rígidos que reduzam a necessidade de julgamento.
A influência exercida pelas companhias sobre os contadores	Os contadores responsáveis pela elaboração das demonstrações contábeis podem sofrer, em alguns casos, algum tipo de pressão, por parte das empresas, e tendem a respeitar a utilização de métodos mais convenientes aos interesses das empresas.
A Importância do Ambiente Econômico e Político	Aspectos como o crescimento econômico, inflação, tributação e nível de desenvolvimento dos órgãos normativos causam significativo impacto no processo de normatização contábil.
O Papel dos Órgãos Contábeis	O nível de autoridade e independência, grau de organização e coesão dos profissionais (contadores, auditores e acadêmicos), nível de envolvimento político e desenvolvimento técnico também são fatores decisivos no processo de normatização contábil.
O Papel do Governo	O interesse na arrecadação de tributos, desenvolvimento do mercado de capitais, entre outros, determinam o grau de envolvimento do governo na emissão de normas contábeis.
O Envolvimento dos Usuários Externos	Estes esperam uma divulgação ampla de demonstrações contábeis que reflitam a verdadeira situação das empresas, bem como maior padronização para facilitar a comparação entre as empresas do mesmo setor. Assim, também podem intervir no processo de normatização.

FONTE: Elaborado a partir de PONG e WHITTINGTON (1996, p. 51)

De um modo geral, o produto da normatização contábil, durante um processo inflacionário, tende a envolver diversos agentes, que buscam maximizar seus próprios interesses, aumentando os conflitos, no campo organizacional. A seguir, apresentam-se exemplos de conflitos, no campo organizacional:

- O governo, preocupado com a arrecadação tributária, toma medidas sem o adequado embasamento técnico, atendendo única e exclusivamente aos seus interesses.
- Os administradores, preocupados com a tributação e com a divulgação de bons resultados, se posicionam contra a utilização das sistemáticas de correção, pois, em alguns casos, elas podem provocar a divulgação de resultados menores.
- Os investidores, preocupados com o pagamento de dividendos, podem intervir no processo de normatização exercendo pressão, por seus interesses.
- Os profissionais contábeis não apresentam consenso sobre a melhor abordagem, a ser utilizada no reconhecimento da inflação.

Esse ambiente de conflito de interesses contribui para um baixo nível de institucionalização de padrões e normas contábeis (de caráter voluntário). Dada a disparidade de interesses, o governo acaba intervindo de forma coercitiva. Pong e Whittington (1996) reconhecem que o processo de normatização dos padrões contábeis de reconhecimento da inflação envolve diversos grupos de interesses e propiciam níveis significativos de conflitos e *lobby*. Silva *et al* (2000) acrescentam que os diversos interesses envolvidos atuam acelerando ou retardando significativamente o desenvolvimento, implantação e abandono das normas relativas ao reconhecimento de seus efeitos na contabilidade.

A escolha da abordagem institucional, com fonte teórica para análise desse fenômeno, justifica-se pela observação empírica do conjunto de instituições e diversidade de interesses, no processo de produção de conhecimento no campo da contabilidade. Para a delimitação das características, agentes e estruturas, que o compõem o campo organizacional, desta pesquisa, fundamentou-se na definição de DiMaggio e Powell (1991), que afirma que para a compreensão da institucionalização de padrões e formas organizacionais, é necessário compreender o processo de institucionalização e a estruturação do campo organizacional.

O processo contábil de combate a inflação, segundo Nobes (1991), obedece a um ciclo comum de ações, nos países (com altos níveis de inflação):

1. Aumento da inflação e redução do preço das ações;
2. Reação dos contadores (por meio de órgãos de classe e publicações de estudos);
3. Intervenção governamental;
4. Estudos radicais sobre técnicas contábeis para combater a inflação;
5. Controvérsia entre os contadores (falta de consenso na profissão);

6. Formulação de recomendações;
7. Redução da inflação e recuperação do preço das ações; e
8. Diminuição do interesse pela normatização.

O ciclo comum de ações, nos países com baixos níveis de inflação, de acordo com Nobes (1991) amplia as inferências de Pong e Whittington (1996), ao destacar que esse processo de desenvolvimento de normas contábeis seria semelhante em todos os países, composto pelas seguintes etapas:

1. Baixo nível de normatização;
2. Estímulo à normatização desencadeado pela crítica à prática de divulgação financeira existente ou pela alteração do ambiente econômico;
3. Surgimento de uma força a favor da normatização;
4. Surgimento de uma força contrária à normatização; e
5. Publicação de uma norma fraca e permissiva.

Conforme observado, na pesquisa de Nobes (1991), o processo de normatização contábil apresenta as etapas evolutivas das normas contábeis (criação, aprimoramento e descontinuidade). Essa abordagem ajuda a explicar o processo de normatização, ocorrido em cada país, e pode ser usada para traçar tendências, tendo em vista seu caráter cíclico.

Cada nação reage de maneira diferente às etapas apresentadas, podendo, até mesmo, não existir. Nobes (1991) destaca que, no passado, pelo fato dos contadores não exercerem ações organizadas, acabavam por dispor de pequena influência no processo de normatização contábil. A inflação como evento acabar por criar área comum de abrangência entre os atores sociais.

Neste contexto, Hoffman (1999, p.4) propõe que “um campo deveria ser pensado como centro de canais comuns de diálogo e discussão [...] que reuniria vários constituintes do campo com propósitos díspares”. Nessa perspectiva, a atenção é direcionada para um tema central com potencial para colocar em debate diferentes agentes, em geral organizados coletivamente sob a forma de coalizões, que não compartilham necessariamente um diálogo isomórfico, expresso em uma retórica comum, mas, ao contrário, disputam interesses díspares, porém relevantes para o alcance dos seus objetivos específicos. Por conseguinte, o campo resulta da negociação por interpretações acerca dos elementos constituintes do tema central em questão,

ou seja, de sua estrutura institucional (HOFFMAN, 1999, 2001).

Para Hoffman (1999, 2001) a ênfase em temáticas possibilita uma terceira acepção de campo organizacional que está associada à noção de temática ou assunto, ou seja, um evento. Machado-da-Silva et. al (2006, p.162) define como

Conjunto de organizações, muitas vezes com propósitos díspares, que se reconhecem como participantes de um mesmo debate acerca de temáticas específicas, além daquelas preocupadas com a reprodução de práticas ou arranjos relacionados a questão.

Nesta pesquisa, entende-se que a inflação cria um campo organizacional que envolve diferentes organizações, que participam do mesmo debate. A definição do campo organizacional como evento permite a análise da sua dinâmica e da mudança ao longo do tempo (ZIETSMA & WINN, 2005). No entanto, Machado-da-silva *et al* (2006, p.165) alertam “que em campos mais estáveis, onde a contestação por temáticas não é intensa, em face da ocorrência de uma lógica institucional mais bem definida e legitimada, sua aplicabilidade é dificultada”.

Machado-da-silva *et al* (2006) sugerem que a definição de campo deva considerar tanto aquelas organizações mais intensamente envolvidas no debate como aquelas preocupadas com a produção e a reprodução de um conjunto específico de práticas ou de arranjos institucionais relacionados à temática em pauta.

Na análise do fenômeno pesquisado, recomenda-se assumir a noção de campo organizacional como uma temática ou evento (neste caso, a inflação), ou seja, qualquer estado momentâneo do campo, definido pelo interesse do pesquisador (SZTOMPKA, 1998), uma vez que o campo organizacional é formado pelo conjunto de organizações que se relacionam e se influenciam de alguma forma. A formação do campo organizacional é o lugar em que ocorre a construção de conhecimento, bem como a sua institucionalização, que tem a participação de vários grupos de interesses. A partir deste fenômeno, pretende-se compreender os seus efeitos sobre as ações cotidianas dos atores, bem como mapear o processo de construção de significados e sua institucionalização (SZTOMPKA, 1998).

As inter-relações produzidas entre os atores que compõem o campo organizacional, podem ser compreendidas por meio da construção de significados compartilhados sobre o fenômeno da inflação e suas conseqüências sobre a vida cotidiana das pessoas e sobre as transações

econômico-financeiras realizadas pelas organizações. As Sistemáticas de Correção Monetária representam uma construção de significados compartilhados, ou seja, uma medida da inflação e de seus efeitos, que são institucionalizados com o objetivo dar estabilidade ao convívio social e econômico (BERGER & LUCKMANN, 1985).

O produto socialmente construído e institucionalizado representa a interação dos diversos atores no campo, após a defesa dos interesses dos respectivos grupos. Nessa linha, Puxty's (1997) comenta que os gestores são susceptíveis a adotar políticas contábeis que proporcionem a melhor visão do seu próprio desempenho¹¹. Um exemplo disso foi o processo de adoção da sistemática do custo corrente, pelas empresas inglesas, pós-privatização. Mesmo diante do importante papel desempenhado pela contabilidade, no período de definição e adoção das práticas de custos correntes, na Inglaterra:

- (i) Ocorreu um abandono da prática pela maioria das indústrias britânicas e pela maioria dos profissionais de contabilidade;
- (ii) A sistemática instituída pelo *SSAP 16*, era controversa, tornando-se impopular e rapidamente abandonada pelo setor privado; e
- (iii) Pouco consenso, entre os próprios reguladores, sobre as bases de apuração e metodologia de preparação das contas, que trouxeram implicações práticas às organizações (CONRAD, 2005).

O fracasso na adoção do custo corrente foi decorrente da subjetividade de sua aplicação prática, nas demonstrações financeiras. Parece que nunca houve um consenso mínimo por uma abordagem única - custo histórico ou custo corrente (VASS, 2001). Portanto, a construção, o compartilhamento de significados (conhecimentos) e sua institucionalização, na contabilidade, decorrem basicamente por meio de mecanismos coercitivos, que são ineficientes no longo prazo. Pois, os reguladores (instituidores) não conseguem adaptar e aglutinar todas as diferenças existentes (circunstâncias específicas) nos setores, além de impor a adoção de práticas que foram bem sucedidas em outros países, um fenômeno denominado de isomorfismo.

Para Puxty's (1997), as escolhas contábeis podem ser melhores entendidas, em termos de

¹¹ *Managers are likely to adopt accounting policies that provide the best view of their own performance.*

crises enfrentadas pelas organizações e suas necessidades por legitimidade (BERGER & LUCKAM, 1985)¹², com seus vários interlocutores e atores sociais (*constituencies*¹³).

O fracasso no processo de institucionalização pode decorrer pelas diferenças *sociais, econômicas e políticas* existentes entre os países, fazendo com que as soluções desenvolvidas e implementadas para reconhecimento da inflação não atendam às necessidades específicas. Silva *et al* (2000) acrescentam que, até mesmo em países de mesma origem, existe a necessidade de escolha e adoção de critérios diferenciados, devido ao nível de desenvolvimento político do país¹⁴.

2.10 A Relevância da Informação Contábil Financeira Ajustada pela Inflação

2.10.1 Pesquisa e Estudos Nacionais

A influência do ambiente inflacionário, vivido nas últimas décadas, no Brasil, colaborou para o desenvolvimento da produção científica sobre a contabilidade e inflação (flutuações de preços). Desse modo, buscou-se identificar, descrever e analisar a produção científica, os temas abordados, bem como a estrutura de relacionamento entre os pesquisadores.

A pesquisa deve ser baseada em uma ou mais realizações científicas passadas. Essas realizações são relatadas por manuais científicos que expõem a teoria aceita, pelos quais se ilustram suas aplicações bem sucedidas. Esses manuais definem os problemas e métodos legítimos de um campo de pesquisa, atraindo um grupo significativo e duradouro de partidários (KUHN, 1978). Desse modo, justifica-se, nesta pesquisa, uma análise da produção científica sobre contabilidade e inflação, com objetivo de levantar as realizações científicas passadas, problemas de pesquisa e métodos utilizados, bem como os grupos partidários do tema. Para tanto, utilizou-se a estratégia de análise das teses, dissertações e artigos científicos e técnicos.

2.10.1.1 Teses e Dissertações

No ambiente institucional da pesquisa em contabilidade, diversos trabalhos de pesquisa foram realizados, conforme descrito, no Quadro 17.

¹² Berger e Luckman (1985).

¹³ Um distrito que elege seu representante próprio. Pessoa que vive e vota num distrito particular, grupo particular de pessoas que suportam uma pessoa, uma idéia ou um produto.

¹⁴ É considerado como o fator mais importante no estabelecimento de normas contábeis.

Quadro 17 - Relação das Pesquisas entre 1966 e 2006 – FEA/USP.

Autor (es)	Título	Ano	Categoria de Publicação
IUDÍCIBUS, Sérgio de	Contribuição a teoria dos ajustamentos contábeis	1966	Tese
IUDÍCIBUS, Sérgio de	Aspectos da avaliação de estoques a preços correntes	1968	Tese (Livre Docência)
LIMA, Iran Siqueira	As flutuações de preços e seus efeitos nas demonstrações das empresas brasileiras admitidas ao mercado de capitais	1976	Dissertação
MATINS, Eliseu	Aspectos do lucro e da alavancagem financeira no Brasil – em condições de alta inflação	1979	Tese (Livre Docência)
SANTOS, Ariovaldo dos	Aspectos da conversão de demonstrações Financeiras para moeda estrangeira	1980	Dissertação
SZUSTER, Natan	Métodos contábeis de reconhecimento da variação do poder aquisitivo da moeda	1980	Dissertação
PIMENTEL, João da Silva	Tratamento contábil das transações e demonstrações Financeiras em moeda estrangeira	1981	Dissertação
NEVES, Aécio Cordeiro	Mensuração do efeito sobre os lucros dos bancos comerciais privados um ajuste contábil	1982	Dissertação
SZUSTER, Natan	Análise do lucro possível de distribuição: uma abordagem reconhecendo a manutenção do capital da empresa	1985	Tese
PIMENTEL, João da Silva	Contribuição ao estudo da avaliação contábil do lucro passível de distribuição	1986	Tese
BARBIERI, Geraldo	Demonstrações das origens e aplicações de recursos: Apresentação de um modelo para bancos comerciais	1987	Dissertação
MARION, José Carlos	Contribuição a análise e interpretação das demonstrações financeiras no período de transição de cruzeiro para cruzado e na era cruzado	1987	Tese
NATAL, Lairton	Tradução monetária das demonstrações financeiras para moeda estrangeira	1988	Dissertação
YAMAMOTO, Mariana Mitiyo	Correção monetária integral – Uma abordagem prática	1988	Dissertação
FAVA, Ivete	O custo de reposição para fixação de preços de venda – Algumas análises em situação de inflação do fluxo financeiro	1998	Dissertação
SANTOS, Ariovaldo dos	Alguns efeitos da utilização de índices inadequados na correção dos balanços de empresas estrangeiras no Brasil / Ariovaldo dos Santos	1993	Tese
BARBIERI, Geraldo	Fluxo de Caixa – modelo para bancos múltiplos	1995	Tese
NELO, Ana Maria	Avaliação de estoques a valores de entrada e de saída	1996	Dissertação
OLIVEIRA, Heraldo Gilberto de	A extinção da correção monetária no Brasil: principais implicações contábeis e tributárias	1997	Dissertação
DOMINAS, Walter Rodrigues	Custo corrente corrigido: um estudo sobre a sua utilização pelas companhias abertas	1998	Dissertação

Continuação

Autor (es)	Título	Ano	Categoria de Publicação
PORTO, Patrícia Cavalheiro Corrêa	Alguns efeitos da falta do reconhecimento da inflação nos demonstrativos contábeis e seus impactos financeiros um caso prático	1998	Dissertação
GONZÁLEZ, Patrícia	Revisão crítica do sistema de correção monetária vigente na Colômbia, sob uma perspectiva da técnica desenvolvida no Brasil	1999	Dissertação
GRECCO, Marta Cristina Pelucio	Tradução das demonstrações contábeis para moeda estrangeira: uma análise da mudança metodológica após o Plano Real	2001	Dissertação
CORREA, Denise Maria Moreira Chagas	Aspectos contábeis e jurídicos da vedação ao reconhecimento dos efeitos inflacionários nas empresas tributadas com base no lucro real	2002	Dissertação
FEITOSA, Agricioneide	Uma análise dos efeitos inflacionários sobre demonstrações contábeis de empresas brasileiras traduzidas para apresentação no exterior	2003	Dissertação
GREGORIO, Jaime	Análise comparativa da rentabilidade do setor bancário privado atuante no Brasil no período de 1997 a 2004	2005	Dissertação
AMBROZINI, Marcelo Augusto	O impacto do fim da correção monetária no resultado das companhias brasileiras de capital aberto e na distribuição de dividendos: estudo empírico no período de 1996 a 2004	2006	Dissertação

Destaca-se um número significativo de teses e dissertações elaborado no Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da Faculdade de Economia e Contabilidade, da Universidade de São Paulo. No mapeamento e avaliação dos conteúdos das teses e dissertações, foram identificados os seguintes eixos teóricos: a) modelos de correção monetária – custo histórico corrigido, custo corrente e custo corrente corrigido e correção integral; a) inflação e juros reais - empréstimos compulsórios, atualização monetária e juros periódicos e aplicação do valor presente; c) inflação e registros contábeis - efeitos tributários, reserva de correção monetária e outros registros (contas do ativo, passivo, resultado); d) análise da informação com ou sem inflação – impacto sobre os indicadores operacionais, financeiros e econômicos; e e) efeitos da extinção da correção monetária e distribuição de resultados - distribuição de dividendos, juros sobre o capital próprio e inflação.

No que se refere aos métodos de pesquisa empregados, na maioria dos estudos, são utilizadas simulações, a partir das demonstrações contábeis publicadas pelas empresas brasileiras. No entanto, foram encontrados trabalhos puramente teóricos. Sobre as perspectivas epistemológicas, que fundamentam tais estudos, destaca-se que o paradigma central das pesquisas está centrado no Princípio do Denominador Comum Monetário e na Utilidade da Informação Contábil.

Nos programas de Pós-graduação em contabilidade, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro e da Universidade Federal do Rio de Janeiro, foram identificadas, apenas, pesquisas realizadas após o fim da obrigatoriedade das práticas de correção monetária, impostas pela Lei 9.249/95, conforme demonstrado no Quadro 18.

Quadro 18 - Relação das Pesquisas entre 1999 a 2004 – UERJ e UFRJ.

Autor (es)		Título	Ano	Categoria de Publicação
UERJ	GOMES NETO, Francisco de Paula	Conversão de Demonstrações Financeiras Real x Dólar.	1999	Dissertação
	SOUZA, Cristina de Andrade Nader de	Reconhecimento da Inflação No Brasil: Reflexos Com A Extinção	1999	Dissertação
	PAIVA, José Wagner Morais de	O Impacto dos Juros Sob o Capital Próprio Na Política de Dividendos das Empresas Abertas.	2000	Dissertação
	SOUSA FILHO, Rodolfo da Costa	Análise Contábil da Extinção da Correção Monetária em Cinco Setores da Economia, no Período de 1996-2000 – Efeito Tributário	2002	Dissertação
UFRJ	MARTINS, Áurea de carvalho	Dólar justo x dólar oficial nas demonstrações contábeis convertidas pelo SFAS 52 – uma aplicação do modelo Szuster	2004	Dissertação
	CARNEIRO, Carlos Renato	Modelo integrado de avaliação financeira e o impacto do não reconhecimento da inflação: estudo de casos no período pós-plano real	2004	Dissertação

No mapeamento e avaliação dos conteúdos das dissertações, foram identificados os seguintes eixos teóricos: (i) Modelos de correção monetária – uma análise comparativa entre conversão de moedas; (ii) Análise da qualidade e utilidade da informação contábil; e (iii) Efeitos da extinção da correção monetária e distribuição de resultados - distribuição de dividendos, juros sobre o capital próprio e inflação e os efeitos da extinção sobre a carga tributária das empresas.

No que se refere aos métodos de pesquisa empregados, na maioria dos estudos, são utilizadas simulações, a partir das demonstrações contábeis publicadas pelas empresas brasileiras. As pesquisas restringiram-se apenas na apreciação de modelos comparativos e avaliação financeira dos impactos pós-plano real. A perspectiva epistemológica fundamenta-se na utilidade e qualidade da Informação Contábil. No programa de pós-graduação da COPPEAD / UFRJ, que possui Finanças e Controle Gerencial como áreas de concentração, destacam-se os trabalhos apresentados no Quadro 19.

Quadro 19 - Relação de Pesquisa entre 1981 a 1997 – COPPEAD / UFRJ.

Autor	Título	Ano	Categoria de Publicação
CONTADOR, Claudio Roberto.	A experiência da correção monetária no Brasil: a realidade e o mito.	1981	Periódico
MOREIRA, José Nazareno	A inflação e os resultados dos bancos - mensuração das distorções causadas pelas práticas contábeis vigentes: um estudo de caso	1984	Dissertação
LAMBRANHO, Fersen Lamas	Taxa de juros, inflação e dívida pública	1986	Dissertação
BRITO, N.R.O.	Eficiência informacional fraca de mercados de capitais sob condições de inflação.	1977	Periódico
BRITO, N.R.O.	Inflação e o mercado de letras do Tesouro Nacional.	1978	Periódico
SANCOVSCHI, M.;CONTADOR, C.R.	Instabilidade da moeda e inflação: uma questão de conceito.	1983	Periódico
GOMES, J.S.; MOREIRA, J.N.	Análise da abrangência do reconhecimento contábil da inflação nas demonstrações financeiras dos bancos no Brasil - um estudo de caso.	1984	Periódico
CONTADOR, Claudio Roberto.	A inflação no Brasil: teorias e evidências.	1984	Periódico
CONTADOR, Claudio Roberto.	Crescimento econômico e inflação: uma quantificação da história brasileira.	1984	Periódico
CONTADOR, Claudio Roberto.	A hiperinflação no Brasil: a cronologia do pesadelo a ser evitado.	1989	Periódico
CONTADOR, Claudio Roberto.	Juros, inflação e recessão: os mitos.	1992	Periódico
CONTADOR, Claudio Roberto.	Capacidade ociosa, choques de oferta e inflação: notas para o caso brasileiro.	1995	Periódico
CONTADOR, Claudio Roberto; AZEVEDO, G.H.W.; FERRAZ, C.B.	Mercado de seguros, crescimento econômico e inflação: uma análise internacional – I.	1997	Periódico

No mapeamento e avaliação dos conteúdos das dissertações e relatórios de pesquisa, foram identificados os seguintes eixos teóricos: inflação, juros reais e economia – dívida pública, resultados dos bancos, crescimento econômico e instabilidade da moeda e capacidade ociosa; inflação e registros contábeis - reconhecimento dos efeitos da inflação nas demonstrações financeiras; e análise da informação com ou sem inflação – experiência com correção monetária, eficiência informacional do mercado de capitais, mercado de letras do tesouro nacional e mercado de seguros.

No que se refere aos métodos de pesquisa empregados, na maioria dos estudos, são utilizadas simulações, a partir das demonstrações contábeis publicadas pelas empresas brasileiras e análise do cenário econômico. A perspectiva epistemológica fundamenta-se na utilidade e qualidade da Informação Contábil e premissas econômicas de crescimento. Nos levantamentos realizados sobre o tema, observou-se uma alta densidade de relacionamentos, ou seja, boa parte das pesquisas estão centradas num conjunto pequeno de orientadores.

Na Ilustração 2, demonstra-se uma análise da centralidade de grau da relação entre os orientadores. O tamanho dos nós refere-se ao número de laços entre os orientadores e seus respectivos orientados.

Ilustração 2 – Redes sociais de pesquisa em contabilidade e inflação

Kogut e Walker (2001, p. 317-335) e Rossoni (2006) explicam que

Entender a dinâmica local entre pesquisadores possibilita verificar como eles constroem em nível micro o conhecimento científico. No entanto, a idéia de coesão não é suficiente para compreender os mecanismos de geração do conhecimento por parte dos pesquisadores, pois em ambientes de alta densidade de relacionamentos, seu conteúdo torna-se cada vez mais redundante.

A concentração da pesquisa, num único centro, pode representar um ponto frágil para o desenvolvimento do conhecimento. Acrescenta-se que “relacionamentos estabelecidos fora do círculo coeso possibilitam acesso a outras fontes de recursos e informação, o que pode levar à criação de novas formas de conhecimento” (ROSSONI, 2006, p. 85).

2.10.1.2 Congressos e Periódicos

As pesquisas sobre práticas contábeis de correção monetária, publicadas em congressos e periódicos de administração e contabilidade, entre o período de 1992 a 2007,¹⁵ estão demonstradas na Tabela 8.

Tabela 8 - Relação de Publicações entre 1992 e 2007.

Número de Artigos	1992-1995	1996-2000	2001-2007	Total por Veículo
ENANPAD	-	3	2	5
CONGRESSO USP	-	1	3	4
RC & F	11	3	4	18
RAC – Eletrônica	-	-	-	-
BAR	-	-	-	-
RAC	-	-	1	1
UNB Contábil	-	-	1	1
Revista de Contabilidade UERJ	-	-	2	2
Total	11	7	12	30

No mapeamento e avaliação dos conteúdos dos periódicos e congressos, foram identificados os seguintes eixos teóricos: a) índices e preços - dispersão nos níveis de preços e adequação de índices de inflação (SILVA, 1992; KANITZ, 1992; SANTOS, 1994); ajuste a valor presente cálculos e impostos (BARBIERI, SANTOS & MARTINS, 1993; SANTOS, 1994); b) resultados e distribuição - correção do resultado mensal e decisão de distribuição de lucro (JALORETTO, 1992; SANTOS, 1994; PADOVEZE, FREZATTI & BENEDICTO, 1994); lucro inflacionário e fluxo de caixa (SANTOS, 1995; BARBIERI, 1995; MARTINS, 1999); juros sobre capital próprio no Brasil (SANTOS, 2007); c) demonstrações financeiras e valor da firma - avaliação patrimonial (TINOCO, 1992; MARTINS, 2000; WASSERMAN, 2003); divulgação de demonstrações financeiras (análise financeira, cálculo de dividendos e impostos) (HOFFMANN & NOSSA, 2004; SANTOS, 1997); análise do capital de giro e inflação (BATISTELLA, 2006); análises comparativas de indicadores para análise de balanço (SALOTTI, 2002; LIMA *et al*, 2004; SALOTTI *et al*, 2006; MONTEIRO E MARQUES, (2006); d) aspectos históricos - análise histórica correção monetária (SILVA, PESSANHA & MARQUES, 2001; BERNARDO, TACHIBANA & MARTIN, 2001); e tratamento contábil do câmbio flutuante (SZUSTER & SZUSTER, 2003); e) Mercado de capitais - efeito da correção monetária, concordata preventiva, desempenho das empresas e retornos das ações (HERRERA, 1997; HERRERA & PROCIANOY, 1998); inflação, retorno do mercado acionário em países desenvolvidos e emergentes (TERRA, 2006); e relevância da informação contábil corrigida para o mercado de ações brasileiro (REZENDE *et al*, 2008); e f) Outras aplicações - a contabilidade e a teoria da informação (SANVICENTE, 1999).

¹⁵ Foram analisados apenas os periódicos classificados no QUALIS / CAPES.

Dentre as pesquisas publicadas, destaca-se que a Revista de Contabilidade e Finanças – FEA/USP, que apresentou o maior número de pesquisas sobre o tema (aproximadamente 60%). A base epistemológica da maioria das pesquisas analisadas tem uma característica funcionalista, com abordagem metodológica predominantemente teórica e voltada ao desenvolvimento de soluções técnicas para problema reais.

A pesquisa esteve centrada, por um longo período, na FEA/USP, por ser o único programa de pós-graduação (Doutorado) em contabilidade. Destacam-se os pesquisadores: Eliseu Martins, Ariovaldo dos Santos e Geraldo Barbieri, são considerados pesquisadores de destaque nesse contexto. No entanto, nessas pesquisas não foram constatados os fatores indutores do processo de abandono dos modelos institucionalizados, nem os motivos pelos quais as empresas não reconhecem mais os efeitos inflacionários. De um modo geral, as pesquisas têm dado, apenas, um enfoque econômico e normativo ao processo, sem ultrapassar as análises de relatórios financeiros, leis, decretos e instruções normativas. Além disso, foi observada a existência de congruência, nos resultados das pesquisas, quanto à perda de qualidade da informação contábil sem correção.

2.10.1.3 Revistas Técnicas

O principal veículo de produção técnica, sobre correção monetária, entre o período de 1977 a 2007, foi o Boletim IOB¹⁶ – Informações Objetivos. Esse periódico mantém um caderno destinado às publicações em contabilidade. Ele foi responsável pela disseminação de pesquisas, aplicações teóricas e soluções técnicas aos problemas vivenciados na contabilidade brasileira. O número de artigos publicados sobre inflação e seus impactos denota a importância do tema no cenário brasileiro, conforme demonstrado na Tabela 9.

Tabela 9 - Publicações entre o período de 1982 a 2008.

Relação de Artigos – IOB Boletim Técnico											
Anos	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	Total
Artigos	3	10	8	13	13	21	8	19	9	19	123
Anos	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	
Artigos	13	9	14	21	13	0	3	0	5	5	83
Anos	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008				
Artigos	5	7	4	6	1	2	2				27
Total											233

¹⁶ Este boletim técnico teve papel importante, junto aos contadores das empresas brasileiras, pois foi caracterizado como veículo de comunicação e divulgação de estudos e orientações técnicas.

No tocante aos assuntos publicados no Boletim – IOB sobre contabilidade, inflação e correção monetária, encontram-se distribuídos nas seguintes temáticas, conforme Tabela 10.

Tabela 10 – Assuntos Publicados de 1982 a 2008.

Assuntos Publicados	N. Artigos
Sistemática de correção monetária	58
Demonstrações contábeis e inflação	58
Indexação, planos econômicos e conversão	53
Imposto de renda e outros tributos	10
Juros reais e JSCP	11
Distribuição de resultado, dividendos, lucros e inflação	33
Princípios contábeis e inflação	10
Total	233

No mapeamento e avaliação dos conteúdos dos boletins, foram identificados os seguintes eixos teóricos: (i) Modelos de correção monetária – custo histórico corrigido, custo corrente e custo corrente corrigido e correção integral. (ii) Inflação e juros reais - empréstimos compulsórios, atualização monetária e juros periódicos e aplicação do valor presente; (iii) Inflação e registros contábeis - efeitos tributários, reserva de correção monetária e outros registros (contas do ativo, passivo, resultado); (iv) Análise da informação com ou sem inflação – impacto sobre os indicadores operacionais, financeiros e econômicos; e (v) Efeitos da extinção da correção monetária - distribuição de dividendos, juros sobre o capital próprio e inflação.

Por meio das análises das publicações técnicas, identificou-se a dinâmica das pressões ambientais sobre o processo de normatização de padrões contábeis para o reconhecimento dos efeitos da inflação sobre a informação contábil. Além disso, verificou-se que o Princípio do Denominador Comum Monetário representou um elemento de justificativa para o desenvolvimento, implementação e manutenção (institucionalização) das práticas contábeis de correção monetária. As publicações eram fundamentadas sob uma perspectiva epistemológica, baseadas na utilidade e qualidade da informação contábil. Destaca-se alguns artigos, publicados internacionalmente sobre o fenômeno inflacionário brasileiro, estão demonstrados no Quadro 20.

Quadro 20 - Publicações internacionais sobre o fenômeno inflacionário brasileiro.

Autores	Ano	Títulos e Periódicos
DOUPNIK, T. S.,	1982	Indexation: Brazil's Response to Inflation." <i>International Journal of Accounting</i> , Fall 1982.
DOUPNIK, T. S.,	1986	"The Evolution of Financial Statement Indexation in Brazil." <i>The Accounting Historians Journal</i> , Spring 1986
DOUPNIK, T. S.,	1987	"The Brazilian System of Monetary Correction." <i>Advances in International Accounting</i> , v.. 1, 1987
DOUPNIK, T. S.,	1995	"Inflation Accounting in Brasilien," with S. Pirker. <i>Oesterreichische Zeitschrift für Rechnungswesen</i> , August 1995.
DOUPNIK, T. S., MARTINS, E. e BARBIERI, G.	1995	"The New Brazilian System of Integral Monetary Correction". <i>International Journal of Accounting</i> , v 30, . 4, 1995
DOUPNIK, T. S.,	1996	Inflation Accounting in Brazil" in <i>An Encyclopedia of the History of Accounting and Accounting Thought</i> .Harden, CT: Garland Publishing, 1996.
DOUPNIK, T. S.,	1996	"Inflation Accounting in Brazil" in <i>An Encyclopedia of the History of Accounting and Accounting Thought</i> .Harden, CT: Garland Publishing, 1996.
DOUPNIK, T. S.,	1995	"Inflation Accounting in Brasilien," with S. Pirker. <i>Oesterreichische Zeitschrift für Rechnungswesen</i> , August 1995.

Essas publicações tiveram como foco a divulgação das experiências brasileiras num ambiente inflacionário e dos modelos contábeis de correção monetária desenvolvidos pela academia científica brasileira.

2.10.2 Pesquisas e Estudos Internacionais

2.10.2.1 A relevância da informação contábil

Nas últimas décadas, diversas pesquisas têm buscado identificar a relevância da informação contábil, e isto tem se revelado uma tarefa árdua (BROW & BALL, 1969; WATTS & ZIMMERMAN, 1980). Neste contexto, Beaver (1998, p. 50) enumerou algumas consequências econômicas relevantes da informação contábil em pesquisas internacionais:

- (i) afetar a distribuição de riqueza entre investidores. Essa consequência decorre do fato de que investidores mais bem informados podem aumentar sua riqueza às custas de investidores menos informados;
- (ii) alertar o investidor quanto a percepção dos coeficientes de risco e sua distribuição entre os agentes econômicos;
- (iii) alterar as taxas de investimento e consumo em toda a sociedade; e
- (iv) diversificar as formas de investimentos alocados entre empresas.

De um modo geral, a informação contábil depende de uma multiplicidade de fatores exógenos e endógenos às organizações. Sendo ela pode ser influenciada pela existência de critérios alternativos de mensuração e evidenciação, fazendo com que o administrador possa escolher

dentre as normas e práticas permitidas pela regulação contábil (VASCONCELOS *et al*, 2008).

Destaca-se que as escolhas dos gestores, em termos de práticas, podem representar um elemento crucial para a compreensão do nível de relevância da informação bem como sua utilidade. Fields *et al* (2001) afirmam que a natureza das escolhas contábeis inclui: escolha entre regras igualmente aceitas; julgamentos e estimativas requeridos por alguns sistemas contábeis; decisões de estratégias de *disclosure*; decisões do momento do reconhecimento; e atividades de lobby.

Isso possibilita que os administradores escolham alternativas válidas com o objetivo de apresentarem informações da forma desejada, impactando no desempenho econômico ou na estrutura financeira da empresa (FIELDS *et al*, 2001).

Scott (2003, p. 369) afirma que o gerenciamento de resultados é decorrente das escolhas de política contábil, de forma que se atinja algum objetivo específico. Martinez (2001) cita algumas causas que podem levar os executivos a ter comportamento oportunístico sobre os números contábeis como, por exemplo, o desejo de preservar o cargo, mesmo que isso implique comprometer a qualidade dos resultados contábeis apresentados; a pressão dos acionistas por resultados cada vez maiores e melhores, bem como o anseio de atrair novos investidores e acionistas; reduzir da variabilidade dos resultados contábeis; o aumento ou diminuição dos resultados contábeis; e a ambição de obter bônus significativos.

Portanto, a adoção de práticas contábeis, pelas organizações, depende de fatores econômicos, sociais e políticos, que podem influenciar tanto a institucionalização, em determinada época, quanto o seu abandono (desinstitucionalização). É neste âmbito, que esta pesquisa busca entender os fatores que influenciaram o processo de desinstitucionalização das práticas contábeis de correção monetária.

2.10.2.2 A relevância da informação contábil corrigida

A mensuração dos efeitos da inflação sobre as transações realizadas pelas empresas bem como os impactos sobre os seus resultados foi alvo de inúmeras pesquisas, no mercado americano. Assim, destaca-se que as pesquisas internacionais, sobre a relevância da informação financeira ajustada pela inflação “*inflation-adjusted financial information*”, têm considerado a percepção de diversos usuários da informação.

As estratégias metodológicas utilizadas têm sido variadas, tais como: uso de questionário ‘survey’; realização de entrevistas (contadores, diretores financeiros e diretores de sindicatos); e análises econométricas, a partir de dados financeiros publicados pelas empresas.

O experimento de campo de Dyckman (1969) está entre as primeiras investigações empíricas sobre os efeitos da informação contábil ajustada pela inflação. Usando demonstrativos financeiros de uma companhia aberta, Dyckman (1969) cria dólar nominal e demonstrações ajustadas pelo nível de preço para duas firmas hipotéticas. As estruturas de ativos das firmas são manipuladas, tanto que as empresas que são mais lucrativas com moeda nominal são menos lucrativas em moeda constante. Estes demonstrativos são apresentados em várias combinações para analistas financeiros, que são indagados (questionados) a sugerir preços apropriados para ofertas públicas iniciais de ações para as duas firmas.

Os resultados de Dyckman (1969) demonstraram que a informação em moeda constante (dólar) pesa menos nas decisões dos analistas. Enquanto esses resultados oferecem encorajamento preliminar para os que propõem a contabilidade ajustada ao nível de preço, eles não encaminham as questões de como melhor preparar tais informações ou quais efeitos finais sua apresentação deve conter na alocação dos recursos econômicos.

Mautz Jr (1990) destaca que vários estudos, na década de 70, investigaram a utilidade das demonstrações financeiras ajustadas pela inflação, baseadas no SFAS 33 e no *Accounting Series Release 190* (ASR 190). Constatou-se que o *disclosure*, preparado sob o ASR 190, não forneceu evidências da utilidade da informação corrigida e os resultados revelaram pouco entusiasmo entre investidores e credores. No entanto, o autor acrescenta que os estudos que abrangem o mercado de capitais têm falhado ao demonstrar qualquer efeito sistemático deste tipo de informação sobre o preço e o volume de negociações de ações.

Baran *et al* (1980) pesquisou sobre a capacidade preditiva da informação contábil corrigida e encontrou evidências de que um modelo discriminante, empregando dados em moeda constante (dólar), na predição de risco e avaliação de títulos “*Bonds Ratings*” é melhor do que o modelo baseado em dados a custo histórico. Watts e Zimmerman (1980) concluem que os resultados apurados nas pesquisas não mostraram evidências que dão suporte às recomendações, feitas pela SEC, de que os benefícios do *disclosure* compensam os seus custos.

Freishkoff (1982) enfatiza que existe pouca evidência de que a informação contábil ajustada pela inflação é útil. Contudo, importantes *gaps* ainda permanecem na literatura. Ele observa que pesquisas comportamentais são baseadas, quase que inteiramente, na aplicação de questionários “*survey*” e que o uso de laboratório e experimento de campo foram pouco utilizados para análise da utilidade dos dados sobre informação ajustada.

Em pesquisa sobre informação contábil ajustada pela inflação e mercados de capitais, Beaver & Landman (1983, p. 10) analisaram os pronunciamentos do SFAS 33 e os resultados de seus achados não oferecem evidências sobre capacidade informacional dos dados contábeis ajustados pela inflação. Eles pesquisaram o uso da informação contábil ajustada pela inflação e o mercado de capitais e rejeitaram três explicações alternativas: (i) a reação dos preços das ações para os dados ajustados pelo SFAS 33 e este evento é pequeno para ser capturado por um estudo de eventos; (ii) os dados ajustados pelo SFAS 33 são carregados de erros e irrelevantes para a inflação motivar as mudanças nos preços das ações; e (iii) analistas financeiros não são suficientemente bem informados para utilizar este tipo de dados.

Em relação à capacidade informacional, Beaver *et al* (1982) não encontrou evidências de que a informação corrigida tem capacidade informacional incremental nos lucros mensurados a partir do custo de reposição gerado sob padrão do ASR 190 para empresas americanas. Contudo, Lustgarten (1982) detectou reação anterior para dados relacionados ao ASR 190, mas incapaz de determinar se os efeitos resultaram do ASR 190 ou de fontes alternativas de informação. Complementarmente, os resultados das pesquisas de Schaefer (1984) não indicam que os lucros a custo corrente, a partir das operações contínuas, como definido pelo SFAS 33, possuem qualquer informação além da transmitida pelo custo histórico. Já Matolcsy (1984) detectou informação marginal nos dados ajustados pela inflação.

Analisando o *disclosure*, Brayshaw & Miro (1985) não encontraram efeito do *disclosure* a custo corrente nos preços das ações no Reino Unido. No entanto, Em pesquisa comparativa, Olsen (1985), considerando o nível de preço geral e dados financeiros a custo corrente e os preços das ações das companhias elétricas, ele também encontrou capacidade informacional no *disclosure*, baseado nas recomendações do SFAS 33, como os resultados de pesquisas anteriores.

Olsen (1985) analisando os efeitos dos dados financeiros mensurados pelo nível geral de preços e custo corrente sobre o preço das ações das companhias elétricas, não constatou

conteúdo informacional no *disclosure* baseado no SFAS 33. Os resultados foram similares a pesquisas anteriores.

Bublitz *et al* (1985) verificou que a colinearidade entre o custo histórico e as variáveis ajustadas pela inflação dificultam a interpretação dos coeficientes nas análises de regressão. Focando no R^2 ajustado, os autores detectaram um aumento estatisticamente significativo no poder preditivo atribuível ao *disclosure* baseado no SFAS 33, mas não aos dados ASR 190. Eles concluíram que o *disclosure*, elaborado a partir do SFAS 33, está associado à informação usada pelo mercado, para estabelecer os preços das ações. E afirmam que existe uma pequena indicação de que os demonstrativos contábeis ajustados pela inflação são úteis nas decisões de investimentos.

Em relação à evidenciação suplementar de informações financeiras ajustadas pela inflação e o processo de barganha dos sindicatos, o tema tem sido analisado sob diversas perspectivas.

Pillsbury (1958) destaca que os sindicatos usam demonstrações financeiras publicadas da mesma maneira que os investidores e credores, com a finalidade avaliar a *performance* passada e tomar decisões a respeito do futuro. A ausência de uniformidade e comparabilidade que resulta da disponibilidade de procedimentos contábeis alternativos pode ser um incômodo aos dirigentes sindicalistas.

No levantamento realizado por Palmer (1977), constatou-se que tempestividade e seletividade do *disclosure* informacional suportam posições de barganha (negociação), pois o aumento da disponibilidade da informação contábil permitirá a ambos os lados barganhar mais profissionalmente e chegar ao estabelecimento de um ponto ótimo na negociação.

Owen & Lloyd (1985) analisaram o uso de informações em negociações (barganhas coletivas) para determinação de salários entre empresas e sindicatos, os seus resultados apontam que as informações financeiras são relevantes.

Mautz Jr (1990) examinou o impacto da evidenciação suplementar (demonstrações financeiras ajustadas pela inflação) para sindicatos como forma de avaliar a capacidade de pagamento das empresas (aumentar salários e outros benefícios). Ele concluiu que não é possível afirmar que não existe conteúdo informacional para a informação corrigida. Seus resultados sugerem que as informações contábeis ajustada não são úteis aos sindicatos, uma vez que elas podem ser confusas a estes usuários. Especificamente, ele analisou o papel das

informações financeiras no processo de barganha coletiva (empresa e sindicato); buscou estabelecer uma relação estatística entre as variáveis financeiras da firma e salário; e avaliou a utilidade da informação financeira ajustada pela inflação.

Embora os resultados de Mautz Jr. (1990) tenham confirmado parcialmente os achados da pesquisa de Lloyd's & Owen (1985), o autor destaca que, devido às limitações da sua pesquisa (amostra não probabilística), os seus resultados devem ser interpretados com cuidado.

Foley & Maunders (1997) realizaram uma revisão das pesquisas empíricas sobre a questão. Eles encontraram evidências de que os sindicatos podem influenciar a inflação sobre os salários. Eles não encontraram evidências de que indique uma relação causal entre informação contábil e taxas de salários. No entanto, eles afirmam que uma política de *disclosure* liberal pode ser benéfica, no longo prazo, promovendo o desenvolvimento da credibilidade através da sistemática do *disclosure*. O desejo de expandir o papel da informação financeira na barganha coletiva não é universalmente aceita.

Craft (1981) supõe que as decisões do *disclosure* são afetadas por uma variedade de fatores, incluindo poder de barganha da gestão com o sindicato, a independência firma com um barganhador (negociador) na sua indústria; e natureza da relação com o sindicato.

Pesquisas que avaliam às reações individuais no processo decisório, diante de informação contábil ajustada pela inflação, têm sido utilizadas como estratégia metodológicas: o uso de questionário (*survey*) e a realização de entrevistas.

Os resultados dos estudos realizados no mercado americano têm, geralmente, indicado que os leitores dos demonstrativos financeiros estão interessados nos efeitos da inflação, mas eles não ficaram entusiasmados com os *disclosures* produzidos sob ASR 190 SFAS 33. Portanto, as pesquisa realizadas, nas últimas décadas, sobre a relevância da informação em moeda constante foi basicamente contestada, enquanto que os dados a custo corrente foram considerados como suspeitos de serem não confiáveis.

Seed (1978) entrevistou elaboradores e usuários da informação financeira e constatou que seus respondentes são unânimes em acreditar que os dados ASR 190 e SFAS 33 são enganosos ou inúteis. Ele relata que os interesses dos elaboradores e usuários da informação estavam relacionados à obtenção de benefícios tributários e não à avaliação da *performance* financeira das empresas.

Arthur Young (1982) realizou um *survey* com funcionários da área financeira '*senior financial officers*' e revelou similar ambivalente, em relação ao *disclosure* do SFAS 33. Estes respondentes questionaram a efetividade dos custos de obrigatoriedade da informação suplementar.

Cornick (1982) em pesquisa com os diretores de bancos comerciais, constatou que eles têm limitada familiaridade com as técnicas contábeis de inflação, em geral. Mas, frequentemente, ajustavam os efeitos da inflação nos demonstrativos financeiros e contábeis. Ele concluiu que os banqueiros estão interessados na informação financeira ajustada pela inflação, mas acreditam que o *disclosure* do SFAS 33 seja de pouco uso.

McCaslin e Stanga (1982) realizaram um *survey* com os CFOs das 500 empresas listadas pelo Fortune. Os resultados indicaram que os CFOs, sistematicamente, vêem a informação a custo histórico como mais relevante e mais confiável do que a informação em moeda constante ou a custo corrente. Nessa mesma linha, Flesher e Soroosh (1983) reportam que os analistas financeiros gráficos e controllers também consideram que os *disclosure* do SFAS 33 sejam de pouco uso.

As pesquisas que têm avaliado, de forma experimental, a relação entre o comportamento individual dos investidores e a utilidade dos dados ajustado pela inflação, similarmente, não tem obtido sucesso. McIntyre (1973) testou os efeitos das demonstrações a custo corrente nas decisões dos investidores e não constatou evidências de que as informações a custo corrente influenciam as escolhas dos investidores, entre companhias alternativas.

McIntyre (1973) sugere que a ausência de diferenças significativas pode ser atribuída ao fato de que os preços de mercado das ações são influenciados por inúmeros fatores não mensurados nos demonstrativos financeiros. Ele destaca que o uso dos preços das ações como *proxy* para avaliar a qualidade das decisões pode ser uma estratégia inapropriada para testar a utilidade da informação a custo corrente. Heintz (1973) também simulou a tomada de decisões de investimentos, experimentalmente, e encontrou resultados similares, conclui, então, que a informação corrigida (pelo nível de preço) não afeta as previsões e decisões dos investidores.

Enis (1988) estudou o impacto da informação contábil, mensurada pelo custo de reposição, sobre as decisões dos investidores sofisticados e na acurácia das previsões dos analistas

(predição da *performance* do preço das ações de ações selecionadas). Ele concluiu que a sofisticação dos investidores não se apresentou como fator estatisticamente significativo. No entanto, os efeitos negativos dos dados a custo de reposição podem ser mais pronunciados entre investidores não sofisticados. Por fim, Enis (1988) destaca que pesquisas adicionais poderiam avaliar como decorre o processamento dos usuários sobre a informação contábil ajustada pela inflação.

3 CONTABILIDADE: UMA PRÁXIS SOCIAL E INSTITUCIONAL

A contabilidade representa uma linguagem que denota significação às coisas e aos objetos e serve como objetivação de experiências, empregada para interpretar experiências em campos delimitados de significação (BERGER & LUCKMANN, 1985). A linguagem possibilita expressar e tornar compreensiva as ações humanas, em objetivações.

A linguagem usada na vida cotidiana fornece-me continuamente as necessárias objetificações e determina a ordem em que estas adquirem sentido e na qual a vida cotidiana ganha significado para mim. Vivo num lugar que é geograficamente determinado; uso instrumentos [...], que tem sua designação no vocabulário técnico da minha sociedade, vivo dentro de uma teia de relações humanas, [...] que também são ordenadas por meio do vocabulário (BERGER & LUCKMAN, 1985, p. 38).

Os autores acrescentam que a linguagem representa um sistema de sinais vocais e/ou escritos, que possibilita a compreensão da realidade da vida cotidiana, representa acumulações de significados e experiências que podem, então, ser preservadas no tempo e transmitidas às gerações seguintes; ela também é expansiva. A linguagem representa a participação no acervo social do conhecimento, permitindo a “localização” dos indivíduos na sociedade e o “manejo” deles de maneira apropriada (BERGER & LUCKMANN, 1985).

Para compreensão de como é compartilhada a informação contábil, faz-se necessário analisar o processo de interação social, na vida cotidiana, e como “a realidade é partilhada com os outros”, numa situação face a face, numa situação em que “a subjetividade do outro me é acessível” (BERGER & LUCKMANN, 1985, p. 46-48). Essas interações são padronizadas dentro da rotina da vida cotidiana, uma vez que a realidade cotidiana contém esquemas tipificadores, nos quais os outros indivíduos são apreendidos na relação face a face.

A abordagem sociológica tem oferecido pressupostos importantes para análise da contabilidade com uma *práxis* social e institucional. Berger e Luckmann (1985, p.52) definem que “a estrutura social é a soma dessas tipificações e dos padrões recorrentes de interação estabelecidos por meio delas. [...] A estrutura social é um elemento essencial da realidade cotidiana”, uma vez que minhas relações com os outros não se limitam aos conhecidos e contemporâneos, os predecessores e os sucessores.

A contabilidade como uma prática social insere-se, neste contexto, como uma linguagem carregada e moldada de esquemas tipificadores, que possibilita aos atores e às organizações compartilharem significados entre si. As práticas contábeis, por sua vez, caracterizam-se

como meio de compartilhamento das minhas experiências cotidianas com as experiências dos outros, numa situação de face a face, caracterizando um protótipo da interação social. A realidade da vida cotidiana apresenta-se, a mim, como um mundo intersubjetivo, um mundo do qual participo juntamente como outros indivíduos (BERGER & LUCKMANN, 1985).

Dentro dessa concepção, as práticas contábeis representam, para os atores sociais, o produto e o processo da intersubjetividade das relações sociais compartilhadas. No entanto, o padrão estabelecido na relação face a face não pode resistir à maciça demonstração de subjetividade alheia (BERGER & LUCKMANN, 1985), pois pode ocasionar a interpretação errônea das intenções dos outros. Berger e Luckmann (1985, p 40-48) acrescentam que “é muito difícil impor padrões rígidos”, suas modificações podem decorrer “devido ao intercâmbio extremamente variado e sutil de significados subjetivos que têm lugar”. Hopwood e Miller (1994) acrescentam que as práticas de contabilidade têm exercido influência sobre a realidade organizacional e são, da mesma forma, influenciadas por uma multiplicidade de agentes, agências, instituições e processos.

A contabilidade tem representado uma fonte de conhecimento importante para análise de diversas questões, no âmbito das organizações e do campo organizacional. A contabilidade serve de conexão para delinear uma variedade de temas como: poder, conflito, racionalidade, governança e comportamento organizacional. Nessa mesma linha, as práticas contábeis representam uma interface contínua na construção e re-construção do ambiente social compartilhado, pelos atores e organizações, em que fatores políticos, econômicos e sociais influenciam suas características, abrangência, adoção e extinção; tanto dentro das organizações, ao influenciar e/ou determinar as ações dos indivíduos e dos grupos, como padrão de conduta na homogeneização do campo organizacional. Neste contexto, o novo institucionalismo representa um recente desenvolvimento na teoria das organizações e com grande relevância para pesquisa contábil, em que novas práticas contábeis, sob esta abordagem, são consideradas como parte de um grande conjunto de características, que podem legitimar as organizações, por meio de uma construção de aparência de racionalidade e eficiência (CARRUTHERS, 1995).

3.1 A Contabilidade como Mitos Racionalizados

Os novos institucionalistas acreditam que as pessoas vivem em um mundo socialmente construído, permeado por regras e significados. E boa parte da ação dos atores não é nem

intencional nem consciente, pois é empreendida inconscientemente, apenas, por uma questão de rotina. Meyer e Rowan (1991) defendem a presença de uma dicotomia entre a busca pela eficiência por meio de atividades técnicas e a busca por legitimidade por meio de uma inserção no ambiente institucionalizado. Eles argumentam que estruturas formais de muitas organizações na sociedade pós-industrial, dramaticamente, refletem os mitos de seus ambientes institucionais, em vez das demandas de suas atividades operacionais. Desse modo, as regras institucionalizadas são classificações construídas, no seio da sociedade, como tipificações ou interpretações recíprocas, e são tidas como certas ou são mantidas pela opinião pública ou pela força da lei (MEYER & ROWAN, 1991). Uma vez que as organizações têm, freqüentemente, incorporada em sua estrutura formal uma variedade de procedimentos racionais, processos e regras, por exemplo, a contabilidade representa um sistema formal (CARRUTHERS, 1995).

Meyer e Rowan (1991) destacam que a principal razão para adoção de uma estrutura formal seria, normalmente, a busca por maior eficiência nas decisões organizacionais e obtenção de melhores resultados. Pelo contrário, elementos racionalizados são incorporados porque eles mantêm aparências. Ainda nesse raciocínio, eles acrescentam que as organizações que incorporam elementos racionais, socialmente legitimados, em suas estruturas formais maximizam sua legitimidade e aumentam seus recursos e sua capacidade de sobrevivência.

Os mitos são tidos como certos, legítimos, independentemente de avaliações de seu impacto sobre resultados operacionais. Eles ajudam a conferir legitimidade à organização. Ademais, as sociedades ocidentais modernas privilegiam uma forma particular de racionalidade e, por isso, as organizações que operam dentro de um contexto cultural, irão obter mais legitimidade se puderem imitar ou reproduzir simbolicamente aquela racionalidade (CARRUTHERS, 1995). Nessa linha, a inflação representa um produto da conduta social, representa um significado compartilhado pelos atores, ou seja, representa a subjetividade individual e coletiva compartilhada. Na pesquisa, Carruthers (1995) discute o conceito de *decoupling*, extraído de dentro dos argumentos de Meyer e Rowan. A estrutura organizacional formal, com a sua aparência altamente racionalizada, está dissociada da prática organizacional real.

A adoção de determinada prática contábil ou sistema contábil, como estrutura formal, em certo período, pode representar bem o conceito acima ilustrado. Essa estrutura pode representar apenas uma estrutura formal cerimonial, uma espécie de símbolo para criar uma boa impressão, mas de fato não mostra os fatos reais. Carruthers (1995) esclarece que quando

a dissociação é significativa, isso pode ser atribuído à propagação de procedimentos e regras racionalizados pela cultura, em vez de processos técnicos, pois eles não são capazes de melhorar o desempenho organizacional. Eles podem, no entanto, reforçar a aparência da organização, criando uma imagem de escolhas racionais, em vez da realidade. Meyer e Rowan (1991) comentam que o sucesso organizacional depende de outros fatores, além da coordenação eficiente e dos controles das atividades produtivas.

Nessa linha, Chua (1986) comenta que a contabilidade teria com função ajudar as pessoas a tomarem decisões altamente racionais, pois ela representa um conjunto de procedimentos, que possibilita a criação e o processamento de informações, que auxiliam as pessoas de negócios a realizarem escolhas de ação mais rentáveis (DAVIDSON *et al*, 1988 ; ISTVAN & AVERY, 1979). A dissociação de uma nova prática contábil, que obteve pouco ou nenhum efeito sobre as operações corporativas, segundo o novo institucionalismo serviria para justificar ação do gestor que utilizou um procedimento racional e, assim, obteria uma boa imagem perante seus investidores (CARRUTHERS, 1995).

O *Mainstream* da teoria contábil considera que as contas podem ajudar a produzir melhores decisões. Respectivamente, a aplicação de regras contábeis gerará informações que irão informar os tomadores de decisão sobre a situação atual e ajudá-los a escolher a melhores estratégias. No entanto, se as contas estão sendo usadas, mais para justificar decisões, do que tomar boas decisões, então, pode-se dizer que a racionalização contabilidade está dissociada do real (CARRUTHERS, 1995). À medida que as contas financeiras são manipuláveis, ou são vistas apenas com uma espécie de símbolo para criar uma boa impressão, sua credibilidade, neutralidade, imparcialidade e objetividade perdem eficácia na avaliação do desempenho organizacional. Assim, torna-se difícil manter as aparências, pois a dissociação entre a estrutura formal e a prática organizacional real, torna-se demasiadamente transparente. No entanto, a dissociação em contas financeiras é mais provável de acontecer para pessoas que não possuem *expertise*, na área contábil, sendo mais suscetíveis de serem "enganadas" e acreditarem numa aparência racional e sendo menos provável descobrir o grau de dissociação (CARRUTHERS, 1995).

A dissociação pode colocar em perigo a aparência organizacional, quando as regras contábeis são usadas para manipular medidas oficiais de lucro. Por exemplo, uma corporação pode inflar o lucro em favor dos acionistas ou apresentar uma imagem imprecisa aos seus trabalhadores sindicalizados. Uma vez que as contas podem significar coisas diferentes para

diferentes públicos, dependendo da forma como elas são utilizadas (CARRUTHERS, 1995).

Neste cenário, as práticas contábeis de correção monetária representam um exemplo de dissociação entre a aparência e a realidade dos fatos. A ausência de correção (da informação contábil) pode ser entendida com um exemplo de *decoupling* nas contas apresentadas pelos gestores. A adoção da referida prática pode ser justificada por refletir um desempenho inferior, aos olhos dos *stakeholders*.

As contas são freqüentemente um componente central da estrutura formal, representam uma medida de caráter econômico e organizacional. As contas, como linguagem, são utilizadas para transmitir uma imagem do mundo. Ou seja, a contabilidade mexe com as estruturas de poder, com os interesses dos atores sociais, pode ser usada para defesa e justificação de ações e interesses de grupos específicos, tanto dentro das organizações quanto no campo organizacional de sua abrangência. Uma prática contábil poder ser vista como um instrumento de monitoramento das ações dos atores sociais. Por exemplo, o fisco usa as práticas contábeis para monitorar seus interesses econômicos e financeiros, junto aos atores sociais.

O significado da informação contábil consiste na forma como ela é usada. Carruthers (1995) afirma que a atenção dada a informação deveria ser deslocada da "sintaxe" e da "semântica" para uma visão 'pragmática', pois, o papel da contabilidade representa um espelho, ao refletir a realidade econômica e organizacional. Nesse contexto, a contabilidade pode ser usada para quantificar as qualidades do mundo social e organizacional, tornando-os calculáveis e previsíveis (MILLER, 1992).

A contabilidade pode resumir e reduzir uma enorme complexidade social e organizacional, apenas, numa única linha, o lucro líquido. As contas podem ser usadas para registrar e monitorar acontecimentos, operações e o comportamento individual dos atores, além da avaliação e controle organizacional de processos e resultados. As contas são formas de criar e gerenciar informações, que compreendem um conjunto mais vasto de práticas informacionais. Elas podem ser utilizadas para completar ou mesmo substituir uma memória individual ou organizacional (YATES, 1989). As contas reforçam a capacidade cognitiva limitada dos tomadores de decisão. Ao propiciar a quantificação, o registro e avaliação, como premissa das decisões.

Carruthers (1995) conclui, em sua pesquisa, que o responsável por uma decisão é, muitas

vezes, mais importante do que o resultado real da decisão, propriamente dita. Na verdade, quando a relação entre os meios e os fins organizacionais é incerta, ou quando os resultados são ambíguos, a legitimidade do tomador de uma decisão é mais forte do que o próprio resultado.

Uma característica típica da teoria institucional é a compreensão da base cultural, como determinante do comportamento e das limitações normativas do processo decisório racional (CARVALHO *et al*, 1999).

No tocante ao *decoupling* observado na contabilidade gerencial das empresas, é denominado por Scapens e Burns (2000) como *Gaps*. Nesse âmbito, Guerreiro *et al* (2004) discutiram num ensaio teórico a integração de novos elementos à abordagem institucional, por exemplo, abordagens psicológica e de cultura organizacional, buscando entender como decorre a formação de hábitos, rotinas e as causas do *gap* que existe entre a teoria e a prática da contabilidade.

Destacam-se algumas tentativas, realizadas no campo da contabilidade gerencial, Reis e Pereira (2007), que realizaram uma análise sobre as contribuições das teorias organizacionais para o estudo da contabilidade gerencial e concluíram que a área de Estudos Organizacionais vem fornecendo uma base teórica e metodológica consistente para a análise da Contabilidade Gerencial. Já Oyadomari *et al* (2007) pesquisou o processo de institucionalização das práticas de VBM - *value based management* como prática de contabilidade gerencial e concluíram que a sua institucionalização foi motivada pelos aspectos cognitivo-culturais e mecanismos miméticos, pautados pela necessidade dos administradores legitimarem suas ações perante os acionistas.

A seguir, são abordados os conceitos fundamentais da teoria institucional, que foram empregados, neste estudo.

3.2 Teoria Institucional

Não se tem uma data precisa para o início da teoria institucional, mas sim um conjunto de fatores e circunstâncias, que propiciaram a elaboração de uma abordagem teórica. De 1880 até a metade do século XX, a teoria institucional desenvolveu as suas primeiras formulações e, posteriormente, analistas contemporâneos reconfiguraram o seu escopo (SCOTT, 2008). O institucionalismo de Emile Durkheim (1858-1917), segundo Lourau (1975) ofereceu grandes

construções a essa abordagem sociológica. Robert Merton e seus discípulos, no fim da década de 40, dedicaram-se à caracterização da organização como um sistema social. Ainda neste processo, o trabalho de Merton, focalizado na dinâmica da mudança social, despertou o reconhecimento de que “as organizações são atores sociais independentes e que as estruturas existentes contribuem para o funcionamento de um sistema social”.

Para Carvalho *et al* (1999, p. 1), a abordagem estrutural e comportamental de Philip Selznick, considerado um discípulo de Robert Merton, introduziu as bases de um modelo institucional, que possibilitou interpretar as organizações como uma “expressão estrutural da ação racional”. Na visão de Selznick, observa-se que as organizações transformam-se em instituições, ao serem impregnadas de valor, deixando de significar meros instrumentos e tornando-se fontes de gratificação pessoal e integridade de um grupo. Nesta condição, a organização distingue-se por seu caráter que lhe dá uma identidade própria (AMANTHEA, 2004).

A teoria institucional ganha força, a partir da década de 70, diante das supostas crises dos paradigmas tradicionais — o behaviorismo, o funcionalismo e o marxismo, como as abordagens racionalistas e formalistas das instituições. Assim, surge o novo institucionalismo um processo de “mudança de percepção”, uma “nova maneira de ver”, que coloca em evidência os *valores humanos*, anteriormente mascarados pela predominância da *racionalidade* (COSTA, 2001; AMANTHEA, 2004).

Na perspectiva institucional, ocorreu um abandono da concepção de um ambiente formado exclusivamente por recursos humanos, materiais e econômicos para destacar a presença de elementos culturais — valores, símbolos, mitos, sistema de crenças e programas profissionais. Uma característica típica refere-se à compreensão da base cultural como determinantes do comportamento e nas limitações normativas do processo decisório racional (CARVALHO *et al*, 1999).

O modelo institucional passa, então, a analisar também a “complexidade do ambiente em que as organizações estão inseridas”. Além de considerar as relações organizacionais dos atores externos, avança também “nas questões cognitivas e comportamentais dos atores individuais” (SACOMANO NETO & TRUZZI, 2002, p. 3).

Não se pode dizer que o novo institucionalismo configura uma proposição de um novo

paradigma para a ciência social, nem mesmo diante da crise de paradigmas tradicionais e do desafio proposto pelas abordagens racionalistas. Este consistiu na “elaboração de um instrumental analítico que desse conta do problema da ‘mediação’ ou ‘conversão’ dos fundamentos teóricos da ação coletiva, propostos pelas diversas abordagens – racionalidade, interesses, cultura, etc. – em processos de ação coletiva concretos e passíveis de verificação empírica” (COSTA, 2001).

A teoria institucional representa uma das mais importantes perspectivas contemporâneas, utilizada nos estudos organizacionais, que aborda aspectos organizacionais não racionais como: política, história, ideologia, valores, normas, costume, imitação e moda (HANDEL, 2003; TOLBERT & ZUCKER, 1999).

3.2.1 Instituição

Para entender o processo de mudanças sociais, ao longo do tempo, é necessária uma apreciação minuciosa da dinâmica e da estática que permeiam as estruturas das organizações, passando pela análise da dinâmica das economias modernas, que segundo Strachman e Deus (2005, p. 575),

Tem como sua principal base o aprendizado e o conhecimento, que, ao mesmo tempo, dependem de e se refletem sobre inovações e transformações nas instituições, na política, em ideologias, em interesses, etc. O processo de aprendizado e o estoque de conhecimento dependem de e geram conseqüências sobre o comportamento econômico e as relações sociais dos agentes.

As inovações e as mudanças técnicas ocorrem por meio de um acúmulo dinâmico de conhecimentos, no tempo, que estão localizados de maneira desigual (espaço e tempo), e sofrem a influência das diferentes estruturas materiais e institucionais (FREEMAN & SOETE, 1999). Desse modo, a compreensão de como as instituições são formadas e quais são suas características e funções, numa dada sociedade, torna-se imprescindível.

As instituições podem ser consideradas como um dos elementos responsáveis pela condução das relações sociais entre os agentes nas organizações (VEBLEN, 1899). Embora as instituições sejam estruturas relativamente rígidas e de difícil mudança, a freqüente tensão entre tecnologia e instituições é considerada como um importante fator provocador de mudanças, tanto nos ambientes institucionais quanto nos conhecimentos acumulados.

Numa abordagem restritiva estabelece que as instituições podem e restringem as escolhas e os comportamentos possíveis dos indivíduos, pelo menos em termos do que é socialmente

apoiado, ou considerado aceitável e racional, o que não significa que esses indivíduos necessariamente tenham consciência de tais normas e regras, ou do seu significado e da sua racionalidade (ELSTER, 1989). As normas sociais precisam ser compartilhadas por algumas (ou muitas) pessoas (BERGER & LUCKMAN, 1985; MACHADO-DA-SILVA *et al*, 2005).

O conteúdo das instituições, para Tool (1990), representa os padrões de comportamento socialmente correlacionados, que são internalizados pelos indivíduos e tornam-se habituais. “As instituições, então, são constituídas de hábitos, mas não são determinadas por hábitos. Sendo constituídas de hábitos, as instituições são freqüentemente resistentes a mudar”(TOOL, 1990, p.166).

As instituições refletem e assentam a estrutura de valores da sociedade, prescrevendo o comportamento e o desempenho esperados para certas funções e situações sociais, além de determinar as motivações e o grau de confiança que se pode ter com relação a tais comportamentos e desempenho, juntamente com as formas de recompensa e estímulo e sanções contra condutas desviantes (STRACHMAN & DEUS, 2005). Os valores são elementos importantes e representam uma precondição à institucionalização (DIMAGGIO & POWELL, 1991).

Sob uma perspectiva no tempo e no espaço, as instituições representam as regras e os padrões de comportamento ou de interação entre pessoas numa sociedade. Berger e Luckmann (1985) colocam que o mundo é estruturado espacialmente e temporalmente. A temporalidade é uma propriedade intrínseca da consciência. Guiddens (1984) destaca que a existência das instituições demarca e permite a ação. Assim, observa-se que regras e padrões apresentarão especificidades das sociedades, em um dado período considerado, contendo características locais, delimitadas geograficamente.

As instituições para, Jepperson (1991), poderiam estar interligadas à cultura dos agentes, entendida como transmissão de conhecimentos, formas de percepção, conceitos, idéias, valores, mitos, rituais, teorias, relatos de uma pessoa para outra e/ou de uma geração para outra. Strachman e Deus (2005) comentam que as instituições teriam profundas características locais, pois a transmissão desse conhecimento em cada sociedade são centrais para a abordagem das instituições (ver HODGSON, 1993). No entanto, Jepperson (1991) contrapõe a visão das instituições serem delimitadas geograficamente, pois algumas associações científicas ou tecnológicas internacionais ultrapassam contornos territoriais.

As instituições podem ser vistas como elementos de interação e manipulação do ambiente, ao atuarem como meios de redução da incerteza comportamental e ao restringirem os impactos de incertezas do ambiente, no qual estão inseridos os diversos agentes. As instituições atuam como mecanismos de coordenação das ações e/ou expectativas dos agentes, concentrando-as em certos intervalos e reduzindo o montante necessário de informações (NORTH, 1990; 1991; EDQUIST & JOHNSON, 1997).

As instituições constituem e representam as “regras do jogo” ou restrições humanas impostas, que moldam a interação humana. Essas restrições definem tanto os limites e cursos de ação possíveis quanto o conjunto de oportunidades, por estruturarem os incentivos e as condições para efetivação das trocas, sejam elas políticas, econômicas ou sociais (NORTH, 1990, 1991). No entanto, há uma tendência a uma maior formalização institucional, à medida que as sociedades tornam-se mais complexas, devido a especialização e divisão do trabalho (NORTH, 1990).

À medida que as sociedades transformam-se em sistemas, cada vez mais complexos, aumenta a utilidade de regras formais, que têm por finalidade delimitar com maior precisão os deveres e direitos de cada agente, em situações com certa regularidade (STRACHMAN & DEUS, 2005).

As instituições reduzem a incerteza ao estabelecerem procedimentos orientadores para a ação humana, fornecendo modelos morais ou cognitivos que permitam a interpretação ou a ação. Isso pode ser constatado na realização de tarefas rotineiras ao se cumprimentar amigos, dirigir um veículo, comprar mercadorias, emprestar dinheiro, formar um negócio, procurar emprego, entre outras (LOURAU, 1975; NORTH, 1990).

As instituições podem ser de natureza formal e informal. As instituições formais apresentam uma maior visibilidade e podem ser representadas por constituições, leis e normas escritas, enquanto as informais não, pois há necessidade de observá-las indiretamente por meio do comportamento das pessoas e das organizações — tabus, costumes, tradições, convenções, comportamentos, códigos de conduta, costumes, tradições, direito consuetudinário (NORTH, 1990). A progressiva disseminação de organizações e hierarquias em sociedades, cada vez mais complexas incrementa a necessidade de formalização de estruturas e instituições (interna e externa). Por outro lado, em muitos casos, as regras informais (costumes, tradições, etc.) constituem extensões das regras formais.

Não é possível afirmar que exista qualquer correlação simples entre o desenvolvimento desses dois tipos de instituições formais e informais. Também não é possível concluir que há correlações entre determinadas estruturas institucionais e seu desempenho econômico, pois existem diversos motivos (relacionados a instituições formais e informais), que intervêm no desempenho institucional geral. Além disso, é necessário considerar a estrutura material e humana e seus componentes sociais, tais como ideologias, política (distribuição de poder) e interesses (STRACHMAN & DEUS, 2005).

As razões para o descompasso entre estruturas institucionais e seu desempenho econômico podem estar associados ao fato de que as sociedades tendem a investir mais em mudanças técnicas do que em mudanças institucionais, pois mudanças técnicas normalmente implicam menores conflitos. Já as mudanças de natureza institucional têm suas repercussões sobre interesses políticos dos agentes (DALUM *et al.*, 1992; VEBLEN, 1899).

As organizações não são vistas como instituições, mas constituídas por um conjunto de instituições. A separação entre organizações e instituições é útil, visto que elas desempenham papéis diferentes nos processos de inovação, mesmo que, às vezes, os dois conceitos se misturem (STRACHMAN & DEUS, 2005).

As organizações representam grupos de indivíduos interligados por algum (ns) propósito (s), que devem agir segundo certas regras ou normas de conduta, formalizadas ou não (deve ficar claro, portanto, que as firmas se incluem nessa definição de instituições) (DOSI, 1988; JEPPEPERSON, 1991).

As instituições podem ser conscientemente criadas (leis, normas e regras formalmente estabelecidas) ou surgir e evoluir de forma não premeditada (originada de certos hábitos e costumes). O surgimento das instituições pode decorrer de aspectos práticos e materiais (instrumentais), simbólicos ou rituais, podendo estar presentes simultaneamente (LANGLOIS, 1986; PONDÉ, 1996).

O caráter simbólico das instituições não é plenamente equivalente à cerimonialidade,¹⁷ pois

¹⁷ “O comportamento cerimonial seria aquele guiado unicamente por considerações de posição social e status, sendo necessária, para sua aceitação, alguma forma de pressão por parte da sociedade (ou de alguma parcela de uma sociedade), ainda que através da aceitação de certa(s) ideologia(s) cerimonial(is), mesmo implícita e/ou não conscientemente, e, portanto, do recurso a alguma forma de autoridade (via força política, ideologia, etc.)” (STRACHMAN e DEUS, 2005, p. 575-604).

esse conceito não apenas significa que determinada instituição possui uma natureza simbólica, mas também que assume um feitiço anti-instrumental, tendo como finalidade única ou precípua a diferenciação de status, os privilégios e o exercício de poder.

O caráter instrumental das instituições é marcado pela utilidade na resolução de problemas. Veblen (1899) define a instrumentalidade como o pensamento ou a ação, capaz de alcançar um objetivo ou solução específica para um problema. Em síntese, os fatores condutores de novas instituições podem decorrer tanto de características práticas quanto simbólicas, no entanto, a natureza cerimonial pode agir no sentido de justificar práticas úteis à sociedade, pelo menos por um certo período. (FRIEDLAND & ALFORD, 1991; GRANOVETTER, 1985; MILLER, 1978).

Outro aspecto importante, é que as instituições estão interligadas entre si e têm relação também com as condições materiais. Dosi (1988), comenta que é possível separar as instituições eminentemente econômicas de outras com menor conexão com a economia. Outras classificações e características sobre instituições podem ser observadas no Quadro 21.

Quadro 21 - Outras classificações para instituições

CLASSIFICAÇÕES	CARACTERÍSTICAS	AUTORES
Função	Básica: as instituições têm como função a constituição de regras constitucionais ou gerais, em termos econômicos (direitos de propriedade, regras de cooperação ou para regulação de conflitos no mercado de trabalho, entre firmas, etc.).	Edquist e Johnson (1997, p. 50-1); Coriat e Weinstein (2002, p. 283)
	Apoio: as instituições estão focadas na determinação das restrições ao uso da propriedade privada em certas situações, regras para a regulação de jornada de trabalho, horas extras, etc.	
Tipo ¹⁸	Dura: as instituições são tidas como restritivas.	Edquist e Johnson (1997, p. 50)
	Suave: as instituições funcionam como sugestões de comportamento (<i>rules of thumb</i>).	
Nível de <i>enforcement</i>	É caracterizado pelo critério de <i>autoridade e de coação</i> sobre todos os agentes, de forma mais restrita, ou sobre acordos privados entre grupos de agentes. Que podem subdividir as instituições em de longa ou curta duração.	Coriat e Weinstein (2002, p. 283)
Tamanho	Micro: as instituições compreendem estruturas empresariais e corporações (por exemplo, as estruturas funcionais e hierárquicas).	Pondé (1993, p. 14)
	Macro: ¹⁹ as instituições abrangem os organismos públicos (agências, ministérios, instituições de pesquisa, etc.).	

Na visão de Scott (2008), as concepções sobre instituições:

¹⁸Segundo Strachman e Deus (2005), o tipo da instituição dependerá, também, do contexto, por exemplo, regras de comportamento à mesa podem ser duras em certos círculos sociais e ocasiões, mas suaves e até ignoradas em outros círculos ou no dia-a-dia; enquanto direitos de propriedade podem ser obedecidos estritamente em determinados momentos históricos, mas desconsiderados (ou seja, serem vistos como suaves) em outros.

¹⁹ As macroinstituições têm como função os aparatos de regulação econômica e fomento (normas e legislações gerais, regras para concessão de créditos, incentivos, cobrança de tributos, interações com o governo para vendas, compras, P&D, relações usuário-produtor). No entanto, Dosi (1988) faz uma ressalva, pois se refere ao ambiente institucional como um todo, de um país ou região, afetando também firmas e mercados, ainda que não uniformemente.

1. São estruturas sociais que atingiram um alto grau de recomposição;
2. São compostas de elementos cognitivo-culturais, normativos e regulativos, os quais estão associados com atividades e recursos, provendo estabilidade e significado para a vida social;
3. São transmitidas por vários tipos de portadores, incluindo sistema simbólico, sistema relacional, rotinas e artefatos;
4. Operam em múltiplos níveis de jurisdição, do sistema mundial para relações interpessoais localizadas; e
5. Conotam estabilidade, mas estão sujeitas ao processo de mudança, sejam incrementais ou por descontinuidade.

As instituições, para Buttel (1997) representam em geral um conjunto especial ou específico de normas e relações que canalizam comportamentos a fim de atender necessidades físicas humanas, psicológicas e sociais (consumo, governo, proteção, união primordial e sentido humano, crença humana, socialização e aprendizagem). Nesse contexto, complexos institucionais (específicos) podem ser nominados de econômica, política, família, religiosa e educacional, geralmente considerados pelos sociólogos os mais importantes.

As instituições englobam formas de limitação ou incentivo aos seres humanos, ao impor e moldar a interação entre eles, por restrições formais ou informais (NORTH, 1990; GOODIN, 1997). A partir dessas abordagens, Amanthea (2004) sintetiza que as instituições podem ser incluídas nas seguintes esferas:

- Da família e laços de parentesco, com foco sobre as relações biológicas e de procriação entre seus membros;
- Da educação, que visa à socialização e transformação dos jovens em adultos e da transmissão de herança cultural;
- Econômica, na regulação da produção, distribuição e consumo de bens e serviços;
- Política, que trata do controle do uso da força, manutenção da paz e definição e implementação de metas coletivas;
- Cultural, voltada à provisão de condições que facilitem a criação e conservação de construções culturais;
- Da estratificação, que regula as diferenças de posições e recursos entre os indivíduos de uma sociedade.

A definição de instituição exige uma ampla contextualização, pois cada dimensão valorizada promove um conceito próprio. Nesta tese, adotou-se o conceito de que as instituições são “mediações entre as estruturas sociais e os comportamentos sociais” (SCOTT, 2008), a fim de “compreender a ação dos indivíduos e suas manifestações coletivas” (THÉRET, 2003, p. 2). As mediações propostas na abordagem de Scott (2008) representam sistemas multifacetados, que incorporam sistemas simbólicos: construções cognitivas, regras normativas e processos regulativos, constituindo estruturas indutoras na modelagem do comportamento social, além de fornecerem estabilidade e significado.

Nesta tese, as instituições são entendidas como um conjunto de regras e padrões de comportamento ou de interação entre pessoas, verificados em uma sociedade, os quais adquirem alguma estabilidade, sendo repetidos mesmo que por um breve período de tempo.

3.2.2 Pilares Institucionais

Os pilares institucionais representam o elemento aglutinador das instituições, dividido em: cultural-cognitivo, normativo e regulativo, considerados pelos teóricos como componentes vitais das instituições (SCOTT, 2008 e 2001; JEPPEPERSON, 1991). A relação entre os pilares, para Scott (2008), representa uma relação de interdependentes e reforçadores entre si, pois dão suporte as instituições, conforme demonstrado no Quadro 22.

Quadro 22 - Variações de veículo – pilares institucionais

Veículo	Pilares		
	Regulativo	Normativo	Cognitivo
Bases de Conformidade	Utilidade	Obrigaçao	Aceitação de pressupostos e entendimento compartilhado
Bases de Ordem	Regras regulatórias	Expectativa de adesão	Esquemas Constitutivos
Mecanismos	Instrumental	Normativo	Mimético
Lógica	Instrumental	Adequação	Ortodoxia
Indicadores	Regras, leis e Sanções	Certificação e Aceitação	Crença comum e lógica compartilhada de ação
Base de Legitimação	Legalmente Sancionado	Moralmente governado	Conceitualmente correto e culturalmente sustentado

Fonte: SCOTT (1995, p. 52).

3.2.2.1 Pilar Regulativo

O pilar regulativo tem como ênfase o processo regulatório, explícito por meio de normas, regras, leis, monitoramentos e sanções, sendo que esses aspectos das instituições forçam e regulam o comportamento social, que caracteriza a base de legitimação institucional deste pilar. Esse processo envolve a capacidade de estabelecer regras, inspecionar a conformidade

dos agentes e, se necessário, manipular as sanções, recompensas e punições na tentativa de influenciar o comportamento futuro. Scott (2008) acrescenta que a difusão do processo regulatório não precisa ser necessariamente formalizado, uma vez que são impostas penalidades ao descumprimento das regras e leis formuladas, cuja lógica admite os atores sociais, incluindo-se as organizações que agem sob uma ótica racional e utilitarista de custo-benefício (ROSSONI, 2006).

DiMaggio e Powell (1983, 1991) associam esse pilar ao isomorfismo coercitivo, derivado de influências políticas e do problema da legitimidade, que englobam tanto as pressões formais, quanto informais, que são exercidas sobre as organizações por outras organizações das quais elas dependem e por expectativas culturais da sociedade no meio em que atuam.

3.2.2.2 Pilar Normativo

Essa dimensão é fundamentada pelo contexto social, seguindo um modelo de conformidade. Scott (2008) destaca que os valores são concepções preferenciais ou desejáveis, juntamente com a construção de padrões, em que as estruturas existentes ou o comportamento podem ser comparados e acessados. Normas especificam como as coisas devem ser feitas, definindo os meios legitimados para atingir os fins desejados. A legitimidade institucional é alcançada por meio de padrões adequados de conduta, de acordo com o papel dos valores e expectativas predominantes (ROSSONI, 2006).

Um aspecto importante dessa dimensão refere-se à profissionalização, considerado como o compartilhamento de um conjunto de normas e rotinas de trabalho, comumente transmitidas por universidades, associações e institutos de treinamento às organizações, por meio da seleção e promoção dos membros que compartilharam tal conjunto de regras, implementando-as nas organizações (MACHADO-DA-SILVA & GONÇALVES, 2000; ROSSONI, 2006).

Esse pilar (mecanismos normativos) é associado com os dispostos no isomorfismo normativo, que são derivados principalmente da profissionalização (DIMAGGIO & POWELL, 1983, 1991). Destaca-se também que os sistemas normativos permitem e capacitam a ação social e não agem apenas como restrições ao comportamento social (GIDDENS, 1978, 1989; SCOTT, 2008).

3.2.2.3 Pilar Cultural-Cognitivo

Este pilar enfatiza que a natureza da realidade social é constituída a partir da criação de significado, ou seja, sua lógica de ação provém de um conjunto de conhecimentos culturalmente difundidos e socialmente aceitos, considerado como elemento central para os sociólogos, pois a dimensão cultural-cognitiva está relacionada à forma:

- Como a realidade é concebida pelos atores sociais, a partir dos estímulos do mundo externo, sendo que o processo de interpretação é influenciado pela estrutura cultural externa;
- Como os atores sociais internalizam as representações simbólicas;
- Como o significado é atribuído à objetividade;
- Como o ambiente é interpretado e a interpretação do sujeito é o mecanismo operacional desta dimensão (MACHADO-DA-SILVA et. al., 2005; SCOTT, 2008, ROSSONI, 2006).

A dimensão cognitiva encontra aderência aos pressupostos da sociologia do conhecimento (BERGER & LUCKMANN, 1985). DiMaggio e Powell (1983, 1991b) associam esse pilar como o processo mimético, a uma resposta padronizada frente às incertezas, denominado de isomorfismo mimético, que ocorre em situações ambíguas e ambientes turbulentos, podendo influenciar as organizações a adotarem práticas de outras organizações, consideradas por ela com “válidas”.

Essas abordagens, para Amanthea (2004, p. 66), “compreendem diferentes aspectos de um mesmo fenômeno e devem ser entendidas como alternativas analíticas complementares”, uma vez que há uma predominância, para os teóricos, dos pilares normativo e cognitivo, sendo que o pilar regulativo é considerado de maneira residual (SCOTT, 1995, 2008).

Além das estruturas sociais, que formam as instituições, Scott (2008) apresenta os elementos de condução dos pilares institucionais, nas organizações. Jepperson (1991) explica que as instituições são pressionadas pelos elementos regulativos, normativos ou cultural-cognitivos, que formam vários tipos de repositores ou conduções, categorizados como: sistemas simbólicos, sistemas relacionais, rotinas e artefatos, conforme demonstrado, no Quadro 23.

Quadro 23 - Pilares institucionais e condução

Condução	Pilares		
	Regulativo	Normativo	Cultural-cognitivo
Sistemas Simbólicos	Regras e Leis	Valores e expectativas	Categorias, tipificações, esquemas
Sistemas Relacionais	Sistemas de governança e sistemas de poder	Regimes e sistemas Autoritários	Isomorfismo Estrutural e identidades
Rotinas	Protocolos, padrões operantes e procedimentos	Trabalho, Papéis e obediência para (dever obrigação)	Scripts
Artefatos	Objetivo a cumprir com mandatos e especificações	Reunião de Objetivos, convenções e padrões	Objetivos perseguidos valores simbólicos

FONTE: SCOTT (2001).

Em relação às respostas e interpretações dos atores, relacionadas às estruturas criadas e reproduzidas, o conceito de agência torna-se imprescindível, nesta análise.

3.3 Agência e Processo Decisório

A análise do comportamento dos atores, tanto no contexto organizacional como dentro das organizações, depende da agência exercida pelos atores sociais. A compreensão das respostas e interpretações dos atores está, diretamente, relacionada às estruturas criadas e reproduzidas.

A agência refere-se à habilidade que os atores têm de produzir efeitos sobre o mundo social, alterando as regras ou a distribuição de recursos. De um modo geral, todos os atores, coletivos ou individuais, possuem algum grau de agência, subjacente ao pensamento do novo institucionalismo (SCOTT, 2001, 2008).

O conceito de agência é considerado como elemento vital ao processo interpretativo, em que as escolhas são imaginadas, avaliadas e, contingencialmente, reconstruídas, pelos atores (SCOTT, 2001). A agência compreende a ação e o processo de escolhas dos atores na abordagem institucional. Assim como em outros sistemas sociais, existe uma relação de dualidade entre estrutura e agência nos processos de institucionalização (GIDDENS, 1989).

Augusto (2007, p. 5) comenta que

A agência coletiva dentro do sistema social desenvolvido por Giddens (2003) é resultado de presença maciça de organizações na sociedade, com relações fora das barreiras tradicionais (e.g. multinacionais), que permitem intersecções com diferentes ambientes, juntando com a pluralidade de participação de atores em diversas organizações, cria uma grande oportunidade para a agência coletiva e mudança. Desta forma, a estrutura não acaba com a agência por meio de uma força monolítica, mas a capacita por sua complexidade e contradição.

Na visão de Machado-da-Silva *et al* (2005), o arcabouço teórico da teoria institucional é visto como uma abordagem multiparadigmática, que entende a reprodução de sistemas sociais

como desempenho qualificado da agência humana, e não simplesmente como uma série mecânica de processos.

A dimensão de agência dos atores, segundo Alexander (1992), representa o resultado de uma articulação por meio do processo de invenção, tipificação e ação estratégica, que está engajado com as dimensões estruturadas internas aos atores e que movimenta estes ambientes no tempo e espaço.

A agência, para Emirbayer e Mische (1998, p. 970), representa o

Engajamento temporalmente construído por atores de diferentes ambientes estruturais — o contexto temporal-relacional de ação — os quais, por meio da inter-relação entre hábito, imaginação e julgamento, reproduz e transforma estas estruturas com respostas interativas aos problemas impostos pelas mudanças nas situações históricas.

Esse conceito representa um fundamento importante para compreensão do processo de formação das instituições e como o processo de mudança decorre, pois as respostas interativas aos problemas ao longo da história possibilitam observar o grau de agência exercido, pelos atores, em determinadas circunstâncias. Augusto (2007,) comenta que definição Emirbayer e Mische (1998) desagrega o conceito de agência em três elementos distintos.

O primeiro elemento é denominado de iterativo, refere-se à reativação seletiva feita de padrões de pensamento e ações passadas, incorporadas como rotineiras nas atividades práticas, fornecendo estabilidade e ordem ao universo social e auxiliando a sustentação de identidades, interações e instituições ao longo do tempo.

O segundo elemento, chamado de transpositivo-projetivo, refere-se à geração imaginativa de trajetórias de ação futuras possíveis, nas quais as estruturas recebidas de pensamento e ação podem ser criativamente reconfiguradas, em relação aos desejos, esperanças e medos do ator sobre o futuro.

O terceiro e último elemento, chamado de avaliativo-prático, refere-se à capacidade dos atores de realizar julgamentos normativos e práticos entre as possíveis trajetórias de ação em resposta às demandas emergentes, dilemas e ambigüidades das situações que estão se desenvolvendo no presente.

A característica interativa se refere, basicamente, ao contínuo das instituições, criações e reproduções, que compõem o dia-a-dia dos atores e das estruturas das organizações,

fornecendo estabilidade às instituições (hábitos e rotinas), por longos períodos, caracterizando, assim, a persistências de determinadas instituições. No entanto, os elementos transpositivo-projetivo e avaliativo-prático da agência têm como foco a possibilidade da ruptura e/ou mudança de percurso. Esses últimos elementos apresentam aderência ao modelo proposto de Oliver (1991), que avalia as respostas ativas e passivas dos atores.

Essas configurações (estágios) da ação humana, segundo Emirbayer e Mische (1998), podem ser encontrados em graus variados, em qualquer ação empírica da realidade. No entanto, não existem garantias que ocorrerá uma linearidade de estágios de ação entre passado, presente e futuro, pois a agência está temporalmente imersa no fluxo do tempo e na capacidade de modificar a relação agente/estrutura.

A agência pode ser vista como formas de experimentar o mundo (visão interna do ator – consciência) ou como interações reais com o contexto, de maneira dialógica (visão externa) (AUGUSTO, 2007). Portanto, a agência é produto da imersão cultural dos atores sociais, na qual eles imaginam, dialogam, negociam e se comprometem com o futuro. Nesse contexto, Sewell (1992) destaca que as variações estruturais no âmbito da agência se transformam na capacidade de atores, equipados com recursos, em agir criativamente por meio da transposição de esquemas existentes para novos contextos. Augusto (2007) acrescenta que a imaginação é a chave para descrição, o que faz do ser humano um ser único.

Nessa linha, Rapport (2000) apud Augusto (2007) coloca que devido à imaginação, a vida humana tem uma qualidade emergente caracterizada por ir além: além da situação presente e das condições estruturais, que limitam a ação. Por causa da imaginação o mundo humano possuiu uma ordem dinâmica intrínseca na qual indivíduos, possuidores de consciência, estão continuamente no processo de formação e desenvolvimento.

Desse modo, a relação entre as experiências individuais e as formas objetivas da vida propicia o surgimento de novos significados, que sempre ultrapassam as condições sócio-culturais presentes. Para Rapport (2000) *apud* Augusto (2007), a socialização e a aprendizagem estão vinculadas à cultura, como ferramenta para comunicação e expressão de códigos culturais dentro do domínio do hábito. Nesse contexto, Emirbayer e Mische (1998) acrescentam que a dimensão de agência da ação social só pode ser capturada inteiramente se for situada, analiticamente, dentro do fluxo temporal.

3.4 Instituições e Estrutura

Para Giddens e Turner (1999), a reprodução de práticas institucionais, na dualidade da estrutura, fornece uma base para reconciliação da ação com a estrutura. Nesse processo, as ações dos atores são importantes na reprodução das estruturas sociais institucionalizadas, tanto no seu próprio ambiente como em outros.

A dualidade da estrutura refere-se à retroatividade essencial da vida social como constituída em práticas sociais. A estrutura é tanto meio como resultado das práticas. A dualidade da estrutura é composta por regras que impactam o ambiente organizacional e suas práticas (GIDDENS & TURNER, 1999). Todas as regras que compõem a dualidade da estrutura são pressupostos que auxiliam o entendimento da formação e utilização das práticas contábeis, tanto no nível organizacional como no campo organizacional, conforme demonstrado no Quadro 24.

Quadro 24 - As regras na dualidade da estrutura

Regras na dualidade da estrutura	Ambiente organizacional e as práticas contábeis
Regras como Procedimentos generalizados	Formas de tratamento das transações econômicas e financeiras que transcende as organizações.
Regras como Regularidades de conduta como propriedades estruturais na coletividade social	Ações dos atores são instrumentos de validação dos padrões de conduta assumidos na vida cotidiana. Nas organizações, o resultado apurado, o valor dos gastos, o dividendo pago, os impostos a serem pagos pelas organizações.
Regras como Práticas institucionalizadas reproduzidas	Práticas contábeis (modelos e artefatos) que são utilizados continuamente, ao longo do ciclo de vida das organizações.
Regras como Aspectos semânticos e normativos	A interpretação dos atores sobre resultado contábil, financeiro e econômico (diferentes conceitos de receita e lucro).
Regras Constituídas nas práticas cotidianas	A normatização nasce de práticas cotidianas que são transformadas em leis e regras a serem seguidas pelos demais atores sociais.
Regras como Condutas institucionalizadas que resultam de estratégias de controle	Os artefatos e práticas servem como forma de controle de comportamentos, por exemplo: as práticas de auditorias, técnicas de orçamento, rateio de custos e sistemas de governança corporativa.

FONTE: Elaborado a partir de COHEN (1999).

Não existe garantia de que os agentes irão reproduzir regularidades de conduta, do modo como fizeram anteriormente. Oliver (1992) estabelece que esse processo refere-se à transmissão imperfeita de práticas institucionalizadas que acabam por se deteriorar, no transcorrer do tempo, resultando num processo de desinstitucionalização.

Em relação à influência do ambiente às práticas organizacionais e o seu processo de reprodução, Giddens e Turner (1999) estabelece que o conceito de reprodução social não é explicativo: toda reprodução é contingente e histórica. Em relação ao papel dos agentes, ele

destaca que estes podem desviar-se das rotinas estabelecidas: cometendo erros ou lapsos culturais e que os atores, que detêm a competência e a capacidade de reproduzir as práticas de rotina, abstêm-se de fazê-las. Oliver (1992) justifica que esse processo decorre das pressões ambientais sofridas, de natureza social, política e instrumental.

Ao analisar o processo de institucionalização e desinstitucionalização, sob uma visão recursiva da abordagem institucional, Machado-da-Silva *et al* (2005) destacam a institucionalização como um processo recorrente, isto é, que implica a simultaneidade e reciprocidade entre estrutura e agência, que condiciona a ação, na medida em que também a delimita e viabiliza. Toda institucionalização de uma nova prática pressupõe a desinstitucionalização de uma prática anteriormente assumida, pois as instituições não existem no vácuo, elas estão continuamente produzindo e reproduzindo suas estruturas, num processo de interação entre ator, estrutura e agência. Sob essa ótica, não ocorre unicamente a reprodução de estruturas, mas a repetição das oportunidades e sua reinterpretação, ao longo do tempo, podendo ocorrer reprodução e mudanças.

Giddens e Turner (1999) concebe a possibilidade de mudança como inerente a qualquer ato de reprodução social, as continuidades da conduta sempre acompanham e facilitam a geração de descontinuidade, nas práxis sociais. Muitas rotinas institucionalizadas continuam a ser reproduzidas, mesmo durante os mais radicais episódios de mudança social. Diante da abordagem de Giddens e Turner (1999), pode-se observar, em relação ao processo de desinstitucionalização das práticas contábeis de correção monetária, objeto de estudo desta tese, que mesmo com as pressões políticas, sofridas pelos atores, parece que as organizações não abandonaram totalmente o exercício das práticas, pois parte das companhias de capital aberto continuam publicando os efeitos inflacionários sobre a informação contábil.

Giddens e Turner (1999) afirma que, subjacente a todas as práticas de rotina, os agentes desenvolvem um senso inconsciente da verdade, no tecido das atividades sociais e do mundo de objetos que abrange o curso e as circunstâncias de sua vida diária. Neste contexto, observa-se um sistema de segurança básico (segurança ontológica), inconsciente dos agentes e procedimentos de rotina da reprodução social. No entanto, os agentes podem resistir a se envolver na conduta social, por várias razões.

3.5 Elementos da Abordagem Institucional

3.5.1 A Relação do Ambiente-Organização

Os componentes estruturais das organizações absorvem os reflexos ambientais (AMANTHEA, 2004). Assim, a adoção da teoria institucional pode identificar quais os fatores culturais externos que, somados aos internos, contribuíram análise de determinada ideologia organizacional. Nessa linha, Handel (2003) comenta que a teoria institucional oferece uma abordagem que trata a dinâmica organização-ambiente, sob os aspectos de sistemas sociais.

Dada à interação organização-ambiente e os sistemas sociais, torna-se necessário decompor a formação do ambiente, seus elementos e as dimensões que os compreendem. A constituição do ambiente era, basicamente, vista apenas pelos seus elementos materiais numa dimensão objetiva, constituído por recursos materiais, tecnológicos e de capital. Ao incluir o ator no processo, tornou-se importante a discussão de outra dimensão, a subjetiva (AMANTHEA, 2004). Nessa linha, aspectos institucionais tornaram-se imprescindíveis, devido à concepção de que a aceitação de normas e de comportamentos adequados está relacionada a roteiros mentais e lógicas institucionais, que conduzem à legitimação (SCOTT, 1992, 2008). Portanto, a teoria institucional fundamenta-se em um modelo político no qual o comportamento social é pautado pela legitimização e pela conformidade a padrões socialmente impostos pela socialização dos indivíduos e dos contextos da organização e dos mercados (VASCONCELOS, 2007).

3.5.2 Legitimação e Legitimidade

Na abordagem institucional, a legitimação e a legitimidade referem-se a um processo pelo qual determinado padrão de conduta adquire status e validação social (SONPAR *et al*, 2003). A “legitimação é uma percepção generalizada ou uma suposição de que as ações de uma entidade são desejáveis, corretas ou adequadas, dentro de algum sistema de normas, valores, crenças e definições socialmente construídas” (SUCHMAN, 1995, p. 574). Para Selznick (1996, p. 3), a legitimação é vista como um “imperativo” organizacional, “uma fonte de inércia e também uma convocação para justificar formas particulares e práticas”

A função da legitimação, segundo Berger e Luckmann (1985), consiste em tornar objetivamente acessível e subjetivamente plausível as objetivações de que foram

institucionalizadas. No entanto, o problema da legitimação surge inevitavelmente quando as objetivações da ordem institucional (agora histórica) têm de ser transmitidas a uma nova geração. Os autores consideram que a legitimação não é apenas uma questão de “valores”. Sempre implica também “conhecimento”. O “conhecimento” precede os “valores” na legitimação das instituições. Esse processo apresenta-se em diferentes níveis:

- Primeiro nível legitimação (incipiente) – acha-se presente logo que um *sistema de objetivações* lingüísticas da experiência humana é transmitido.
- Segundo nível de legitimação – contém proposições teóricas em forma rudimentar. Vários esquemas explicativos podem ser encontrados, nesse nível, e relacionam conjuntos de *significações* objetivas.
- Terceiro nível de legitimação – contém teorias explícitas pelas quais um setor institucional é legitimado em termos de um corpo diferenciado de conhecimentos.
- Quarto nível da legitimação (universos simbólicos) – são corpos de tradição teórica que integram diferentes áreas de significação e abrangem a ordem institucional em uma totalidade simbólica.

O estágio avançado da legitimação é observado no universo simbólico, que fornece a legitimação final da ordem institucional, considerado como o nível mais alto de integração para os significados discrepantes realizados dentro da vida cotidiana na sociedade. Machado-da-Silva *et al*(2005, p. 29) colocam que:

Legitimidade é a palavra-chave da teoria neo-institucional, pois é o elemento que permite a manutenção ou a mudança das instituições, questionamentos a respeito da adequação das práticas, normas e procedimentos em razões de pressões internas e externas podem impossibilitar a reprodução dos padrões institucionalizados, acarretando a perda da sua legitimidade.

A teoria institucional e da legitimidade representam, segundo Suchman (1995), sinônimos. Hybels (1995,) afirma que as instituições necessariamente têm a característica de legitimidade, que provém de normas e valores institucionalizados e, sem ela, um padrão institucional poderia não ser sustentado.

A legitimidade “é um processo pelo qual uma organização justifica-se perante um sistema subordinado, motivo de sua existência” (MAURER, 1971 *apud* SUCHMAN, 1995, p. 575). McNulty (1975) coloca que os constituintes da legitimidade são uma questão que deveria ser respondida numa dada circunstância social e crenças políticas. Peter Drucker (1985) exemplifica que o poder é legítimo quando ele é justificado por princípios éticos ou

metafísicos, que tem sido aceitado pela sociedade.

Pode-se entender que a legitimidade diz respeito a determinada sociedade enquanto esta continuar existindo. Entretanto, ela está subordinada à aprovação coletiva e independe de observações particulares (SUCHMAN, 1995). Pesquisadores institucionais (DIMAGGIO & POWELL, 1983, 1991; MEYER & ROWAN, 1991; MEYER & SCOTT, 1983; ZUCKER, 1987) abordam a legitimidade não apenas como um recurso operacional, mas como um conjunto de crenças constitutivas (SUCHMAN, 1995). A legitimidade é um elemento crucial, pois se o agente político fere as crenças, valores, ritos, normas de determinada sociedade, esta por sua vez, fornece um senso de direção demonstrando o que é desejável e o que é indesejável. Ou seja, qualquer desvio na mudança de padrões pode ocasionar uma desaprovação pública (SUCHMAN, 1995).

A legitimidade é um produto socialmente construído, na medida em que reflete uma congruência entre o comportamento da entidade e as crenças de alguns grupos sociais, legitimados e compartilhados. Desse modo, a legitimidade depende de uma aprovação coletiva. Suchman (1995) acrescenta que um padrão de comportamento possui legitimidade, se um grupo de observadores, aceita ou apóia o comportamento padrão como um todo.

Suchman (1995), destaca que “as organizações procuram legitimidade por muitas razões e as conclusões sobre a importância, dificuldade e eficácia dos esforços da legitimação podem depender dos objetivos contra os quais estes esforços são mensurados”.²⁰ Nesse processo, duas dimensões de por que as organizações buscam por legitimidade podem ser enumeradas: (1) a distinção entre a busca por continuidade e por credibilidade; e (2) a distinção entre os que procuram suporte passivo ou suporte ativo.

A continuidade *versus* credibilidade propicia a estabilidade e a compreensibilidade das atividades operacionais. Contudo, é difícil afirmar que os comportamentos organizacionais oferecem continuidade, credibilidade e persistência, em igual grau.

A legitimidade leva à persistência, porque são mais susceptíveis de as pessoas fornecerem recursos para as organizações que parecem ser desejáveis ou adequadas (SUCHMAN, 1995 *apud* PARSONS, 1960). Suchman (1988) enumera três grandes tipos de legitimidade

²⁰ *Organizations seek legitimacy for many reasons, and conclusions about the importance, difficulty, and effectiveness of legitimation efforts may depend on the objectives against which these efforts are measured.*

organizacional: legitimidade pragmática, moral e cognitiva.

3.5.2.1 Tipos de Legitimidade

As categorias propostas por Suchman (1988) envolvem uma percepção generalizada ou pressuposto organizacional de que as atividades são desejáveis, corretas ou apropriadas. Cada categoria de legitimidade representa uma dinâmica que é subdividida em subtipos dentro de cada categoria principal, compondo contrastes e inter-relações entre estes processos, conforme demonstrado, na Ilustração 3.

Ilustração 3 - Tipos de legitimidade.

FONTE: elaborado a partir de SUCHMAN (1995).

A legitimidade pragmática está relacionada aos cálculos que envolvem os auto-interesses, entre uma organização e as diversas pessoas interessadas (público). A legitimidade pragmática pode envolver uma interdependência política, econômica e social, em que a ação organizacional afeta os interesses (bem-estar) dos diversos *stakeholders*. A legitimidade pode servir para avaliação das consequências práticas de uma determinada atividade, diante de um círculo eleitoral, criado pelos diversos interessados, dado o comportamento organizacional (WOOD, 1991). Esta modalidade é pautada pelas seguintes características: disposição dos interesses dos diversos públicos e o caráter.

A legitimidade moral representa uma avaliação normativa positiva da organização e de suas atividades (ALDRICH & FIORI, 1994; PARSONS, 1960). Esta categoria difere-se da legitimidade pragmática, pois suas características não repousam sobre o julgamento dos benefícios das decisões de determinada atividade, mas sim sobre o julgamento se atividade é “a coisa certa a fazer”. No entanto, esses julgamentos podem refletir as crenças que são definidas pelo sistema de valores socialmente construídos, ou por determinado grupo (SUCHMAN, 1995). A legitimidade moral compreende as seguintes formas de avaliação: (i) avaliação dos resultados produzidos e suas consequências; (ii) avaliação das técnicas e procedimentos; (iii) avaliação das categorias e estruturas; e (iv) avaliação dos líderes e

representantes, considerada mais rara, mas não menos importante (SCOTT & MEYER, 1991). Elas são demonstradas, na Ilustração 4.

Ilustração 4 - Tipos de legitimidade moral.
FONTE: elaborado a partir de SUCMAN (1995).

I

A legitimidade Conseqüente refere-se ao fato de que as organizações deveriam ser julgadas por aquilo que elas realizam. Suchman (1995) exemplifica que muitas indústrias vendem os seus produtos nos mercados informais e que os consumidores julgam a qualidade e valor, assim determinam o nível de recompensas para cada produtor.

As conseqüências produzidas pelas atividades de alguns setores (taxa de emissão de gases pelos automóveis, taxa de mortalidade dos hospitais e níveis de reprovação das escolas), mesmo diante de níveis de eficiência organizacional questionável (SUCHMAN, 1995); a legitimidade conseqüente obtida é socialmente definida (as características técnicas de saídas/resultados) e não existem outros sentidos concretos que permitam que elas sejam descobertas empiricamente (MEYER & ROWAN, 1991). Pode-se até entender as conseqüências, mas não é fácil atacar suas causas. Em face disso, a legitimidade conseqüente acaba por não ser atingida.

A legitimidade processual – As organizações também podem obter legitimidade moral abraçando técnicas e procedimentos socialmente aceitos (SCOTT, 1977). Esse tipo de legitimidade processual torna-se mais significativo, quando existe uma ausência clara de medidas de mensuração de resultados (SCOTT, 1992). Esse tipo de legitimidade pode ser observado no exercício de uma atividade profissional, em que crenças culturais:

- (a) definem certos resultados, em grande parte, como estocástico; e
- (b) exaltam certas metodologias como rituais decretados e organizam-se princípios centrais da sociedade, tais como a ciência, a cidadania e o livre arbítrio (ABBOTT, 1981).

Nesse contexto, Suchmann (1995) exemplifica que é pouco provável que um hospital perca sua legitimidade, simplesmente, porque alguns pacientes morrem. Entretanto, é bastante provável que perca sua legitimidade se obtiver uma *performance* involuntária.

A Legitimidade Estrutural refere-se ao terceiro tipo de legitimidade moral e pode ser denominado como estrutural ou categórica (SCOTT, 1977; ZUCKER, 1987). Nesse tipo, o público vê as organizações como valiosas e dignas de apoio, pois suas características estruturais estão localizadas dentro de uma categoria taxonômica moralmente favorecida. Nesse contexto, Scott (1977, 1992) descreve estruturas como indicadores de uma organização, socialmente construídas, que refletem a capacidade de executar tipos específicos de trabalho. Meyer e Rowan (1991, p. 50) acrescentam que, institucionalmente, estruturas prescritas transmitem uma mensagem de que uma organização está conseguindo, sobre os valores coletivos, propor uma maneira correta e adequada. Para Suchmann (1995) a legitimidade processual representa a adoção de procedimentos, por exemplo, será que a organização inspeciona se seus produtos têm defeitos? Enquanto que a legitimação *estrutural* - será que a organização tem um departamento de controle de qualidade?

A legitimidade pessoal representa o quarto e último tipo de legitimidade moral, que repousa sobre o carisma de cada um dos líderes organizacionais. Esse tipo de legitimidade pessoal tende a ser relativamente transitória e idiossincrática. Considera-se, basicamente, que os atos praticados pelos agentes podem exercer influência pessoal sobre as atividades das organizações. Considera-se também que há baixo nível de objetificação e exterioridade no processo de institucionalização (ZUCKER, 1991). Suchman (1995) acrescenta que a literatura oferece diversas afirmações que "a moral dos empresários / empreendedores" podem desempenhar papel importante na desregulação de antigas instituições e no início de novas atividades (DIMAGGIO, 1997; WEBER, 1978, 1990).

A legitimidade cognitiva é um tipo de legitimidade dinâmica baseada na cognição, em vez de interesses e/ou avaliação de performance, que compreende duas variantes significativas: legitimidade baseada na compreensibilidade e legitimidade baseada *taken-for-grantedness*. Para os teóricos, o papel da compreensibilidade na legitimação, geralmente, retrata o mundo social como um ambiente cognitivamente caótico, em que os participantes devem lutar para organizar as suas experiências. A legitimidade cognitiva deriva-se, também, da disponibilidade de modelos culturais que forneçam explicações às ações dos indivíduos nas organizações.

3.5.3 Valores Simbólicos

Uma análise dos valores simbólicos permite ampliar a discussão sobre a realidade no domínio ambiental. Carvalho *et al* (1999, p. 7) comenta que

Os ambientes técnicos e institucionais sustentam diferentes racionalidades: num **ambiente técnico** o “**racional**” é o que permite às organizações serem **eficientes**, produzir bens ou serviços aceitos pelo mercado e assim lograr os seus objetivos; num **ambiente institucional**, por sua vez, a **ação racional** está representada nos procedimentos capazes de proporcionar **legitimidade** no presente e no futuro organizacional (grifo nosso).

Nessa linha, Meyer e Rowan (1977) acrescentam, com sua pesquisa, novas e significativas percepções à abordagem institucional, pois destacaram que os valores *racionais podem ser caracterizados pela eficiência, coordenação, controle, tamanho, complexidade* que predominavam nas explicações sobre as estruturas organizacionais, constituindo as interações entre os diferentes componentes da estrutura e os arranjos estruturais (TOLBERT; ZUCKER, 1999).

Tolbert e Zucker (1999) acrescentam que as limitações das explicações racionais ficam mais expostas, a partir da compreensão de que as estruturas formais das organizações podem ser visualizadas por meio de seus *valores simbólicos* emitidos e socialmente compartilhados, conforme demonstrado, na Ilustração 5.

Ilustração 5 - Interação entre estrutura, propriedades e padrões.

FONTE: Ilustração adaptada (MEYER & ROWAN, 1977; TOLBERT & ZUCKER, 1994, 1999; AMANTHEA, 2004)

Por sua vez, as organizações, estruturalmente, refletem a realidade socialmente construída. Aquelas que incorporam a função de *regras institucionais* como *mitos* ganham legitimidade, recursos, estabilidade e elevam suas perspectivas de sobrevivência. Assim, também, quando

suas estruturas tornam-se *isomórficas*, com os mitos do ambiente institucional, a *coordenação interna* e o *controle* diminuem, de modo a manter sua *legitimação* (BERGER 7 LUCKMANN, 1985; MEYER & ROWAN, 1977).

3.5.4 Isomorfismo

Tem-se observado um movimento significativo, junto às organizações, pela adoção de novas metodologias voltadas à gestão. Essas práticas gerenciais adotadas, consideradas fórmulas mágicas e instantâneas de promoção do sucesso e de receitas de fácil implementação, cumprem seu papel com promessas de mudança e inovação.. No entanto, Tomei e Lerner (1997, p. 1) observam que

Efeitos destas intervenções organizacionais meteóricas, as quais denominaremos de “modismos gerenciais” na dinâmica organizacional, com base na premissa de que qualquer mudança quando não reflete as reais necessidades organizacionais, alimenta um ciclo vicioso de expectativa/frustração gerando vários problemas tais como: insatisfação, desmotivação e frustração, aumentando o grau de resistência à mudança, diminuindo a confiabilidade de outros instrumentos gerenciais, e, em alguns casos, levando à obsolescência, a decadência, o descrédito e o fechamento das organizações à inovação e à criatividade.

A discussão sobre os modismos gerenciais nas organizações tem ocupado espaço significativo, nos estudos organizacionais, assim, destacam-se vários modelos e teorias. Tomei e Lerner (1997) ressaltam que o ciclo de modismo gerencial nas organizações é influenciado por modelos Sociológicos, Psicológicos, Econômicos, Culturais, Geográficos, Históricos, Comportamentais, Mercadológicos e de Comunicações.

A compreensão desse fenômeno passa primeiramente pela análise do elemento “moda”, entendido com uma ação que se encontra em oposição aos costumes, sendo que os costumes cultuam o passado, enquanto que a moda cultua o presente, adotando sempre a novidade. Os costumes representam tipos de comportamentos sociais relativamente mais permanentes e que mudam, acarretando uma participação menos ativa e consciente do indivíduo (TOMEI & LERNER, 1997).

A moda não pode ser considerada uma força elementar da vida coletiva, nem o princípio permanente de transformação das sociedades. Ela se refere a um aspecto sócio-histórico, de um tipo de sociedade (LIPOVETSKY, 1991). Já para Mccracken (1985) a moda é a busca da novidade por si própria.

Sproles (1985) define que moda representa uma forma de comportamento que é

temporariamente adotada por uma proporção identificável de membros de um grupo social, porque este comportamento escolhido é percebido como socialmente apropriado para o tempo e para a situação.

Não há convergência sobre uma teoria singular que explique e analise o fenômeno da moda. O processo da moda pode ser conceituado em seis fases seqüenciais:

- (1) invenção e introdução;
- (2) a liderança na moda;
- (3) aumento da visibilidade social;
- (4) conformidade com e através dos grupos sociais;
- (5) saturação social; e
- (6) declínio e obsolescência. Já o fenômeno modismo pode ser entendido como programas implementados pelas organizações e que se encaixam nestas seis fases seqüenciais (TOMEI & LERNER, 1997).

Quando o foco da análise são práticas e processos gerenciais, e não produtos, duas fases, daquelas citadas anteriormente, podem ser destacados como pontos chaves:

- Aumento da visibilidade social, a prática recebe crescente aceitabilidade por outros consumidores e começa a ser mais visível entre camadas mais amplas de grupos sociais e estilos diferentes; e
- Conformidade com e através dos grupos sociais, a prática alcança “legitimidade social” e as forças de conformidade, comunicação e marketing de massa propagam sua adoção.

Esses processos (moda e modismo), na abordagem institucional (DIMAGGIO & POWELL, 1991), assemelham-se ao isomorfismo mimético, caracterizado pela adoção de práticas implementadas, por outras organizações (nível organizacional e campo organizacional).

O isomorfismo institucional representa o processo composto pelos mecanismos que encorajam a similaridade isomórfica. Esses mecanismos isomórficos estão vinculados aos pilares do institucionalismo (DIMAGGIO & POWELL, 1991):

- O isomorfismo coercitivo deriva do exercício dos poderes político, econômico e ideológico, resulta de pressões formais e informais, mais ou menos sutis, de organizações

sobre organizações, sob a forma de coerção e persuasão. As organizações tendem a se homogeneizar pela força do “MEDO”, pois os atores estão diante sanções legais cabíveis.

- O isomorfismo normativo deriva da profissionalização, alimentado pela educação formal, por redes de profissionais, pela seleção de pessoal e pela existência de organizações centrais legitimadas, que exportam quadros e comportamentos. As organizações tendem a se homogeneizar pela força da “PRECAUÇÃO”, que os atores têm diante do ambiente. O isomorfismo normativo tem uma característica de recomendação às organizações, tendo em vista que as organizações, não necessariamente, sofrerão uma punição objetiva.
- O isomorfismo mimético deriva da resposta à incerteza, normalmente, ocorre quando organizações tomam outras organizações como modelo. As práticas e os modelos implementados são percebidos pelas organizações como vantajosos, pois sua adoção poupa esforços. As organizações tendem a se homogeneizar pela força da “DÚVIDA”, que os atores têm diante do ambiente. No entanto, não há obrigatoriedade da adoção. Abernety e Chua (1996) acrescentam que, no comportamento mimético, existe motivação racional e que esse comportamento minimiza os custos de pesquisa de soluções viáveis.

3.5.4.1 Os Preditores de Mudanças Isomórficas

No seio da teoria institucional, a abordagem sobre o isomorfismo refere-se às forças que levariam as organizações a se tornarem homogêneas.

DiMaggio e Powell (2005, p 74-89) sugerem que a abordagem proposta tem como utilidade a predição, pois acreditam que “deveríamos ser capazes de prever empiricamente os campos organizacionais mais homogêneos em termos de estrutura, processos e comportamento”. Assim, propuseram hipóteses em dois níveis: nível organizacional e nível do campo, conforme demonstrado na Ilustração 6 e na Ilustração 7.

Ilustração 6 - Preditores no nível organizacional
 Fonte: Elaborado a partir de DiMaggio e Powell (1983).

No nível organizacional (Ilustração 6), são enumeradas duas proposições por mecanismo isomórfico, que são decompostas nas seguintes variáveis: coercitivo (dependência e centralização); mimético (incerteza e ambigüidade das metas); e normativo (confiança em credenciais acadêmicas e participação em associações).

Já no nível do campo organizacional (Ilustração 7), as proposições por mecanismo isomórfico são decompostas nas seguintes variáveis: coercitivo (dependência e interação); mimético (alternativas visíveis e incerteza das tecnologias ou ambigüidade das metas); e normativo (grau de profissionalização e grau de estruturação).

Ilustração 1 - Preditores no nível do campo organizacional

Fonte: Elaborado a partir de DiMaggio e Powell (1983)

Portanto, quando uma tecnologia não é bem compreendida, os objetivos são ambíguos ou o ambiente cria incertezas simbólicas, encoraja-se a imitação a fim de reduzir tais incertezas. O processo mimético move-se pelo desejo de ganhar legitimidade através da escolha e implementação de sistemas utilizados pelos mais prestigiados (AMANTHE, 2004), ou seja, “siga o líder”.

O isomorfismo institucional representa um nível de passividade assumido que, segundo Oliver (1991), representa uma especificidade, *uma das tendências* entre as *diversas respostas estratégicas* das organizações, aos *estímulos dos ambientes institucionais*.

3.6 Respostas Estratégicas

A tipologia das respostas estratégicas, desenvolvidas por Oliver (1991), é uma forma estratégica que as organizações utilizam para responder as pressões ambientais (SCOTT, 2004, 2008). Essa abordagem oferece uma contribuição de convergência e complementaridade, no tocante à teoria *institucional* e à *dependência de recursos*, de acordo com a Ilustração 8.

Ilustração 8 – Perspectiva institucional *versus* dependência de recursos

Fonte: Elaborados a partir OLIVER (1991, p. 147)

O comportamento organizacional assumido pode representar desde uma *conformidade passiva* até uma *resistência ativa*, em resposta às pressões institucionais, sendo que as diferentes respostas estratégicas assumidas dependerão da *natureza* e do *contexto* das próprias pressões (OLIVER, 1991). Essa abordagem parte das premissas de que “a escolha organizacional é limitada por uma variedade de pressões externas, os ambientes são coletivos e interligados e as organizações devem ser reativas às demandas externas e expectativas para garantir sua sobrevivência” (AMANTHEA, 2004, p. 74), conforme demonstrado, no Quadro 25.

Quadro 25 - Respostas estratégicas das organizações às pressões institucionais.

Estratégia	Posicionamento	Táticas	Exemplos
AQUIESCÊNCIA	Aceitação	Habituar	Seguir normas invisíveis, dadas como certas
		Imitar	Imitar modelos institucionais
		Aceder	Obedecer às regras e aceitar as normas
COMPROMISSO	Tentativa negociada de minimizar efeitos	Equilibrar	Equilibrar as expectativas de públicos múltiplos
		Pacificar	Aplacar e acomodar elementos institucionais
		Barganhar	Negociar com grupos institucionais
ESQUIVANÇA	Tentativa dissimulada de impedir	Ocultar	Disfarçar a não-conformidade
		Amortecer	Afrouxar as ligações institucionais
		Escapar	Mudar objetivos, atividades ou domínios
DESAFIO	Recusa explícita Provocar e contestar regras e exigências	Rejeitar	Desconsiderar normas e valores explícitos
		Provocar	Contestar regras e exigências
		Atacar	Violar as fontes de pressão institucional
MANIPULAÇÃO	Ações ativas de impedimento	Cooptar	Importar pessoas influentes
		Influenciar	Moldar valores e critérios dissimulado
		Controlar	Dominar públicos e processos institucionais

Fonte: Oliver (1991, p. 152).

As organizações respondem às pressões ambientais, de forma passiva ou ativa, de um modo que varia da aceitação (aquiescência) até a rejeição ativa (manipulação). No âmbito da contabilidade, Frezatti *et al* (2007) analisaram as respostas estratégicas dos gestores de uma empresa multinacional fabricante de insumos para produtos duráveis, que atua no país, a partir de várias unidades de negócios, e constataram que as respostas são positivamente associadas ao fato dos gestores atingirem suas metas, bem como as respostas estão negativamente associadas com a performance dos gestores.

Por meio de um estudo de caso, Abreu (2006) analisou o grau de institucionalização e a sua influência na percepção de desempenho no processo de planejamento. Os conceitos apresentados serão fundamentais para análise comportamental dos agentes, no contexto histórico do processo de institucionalização das práticas contábeis de correção monetária.

3.7 Tipificação Recíproca e Ações Habituais

A natureza estável, recorrente e repetitiva do comportamento social representa uma característica elucidativa do processo de institucionalização. Desse modo, para compreensão do processo de institucionalização é necessário entender seus elementos, características e processos. A institucionalização decorre sempre que existe uma tipificação recíproca de ações habituais pelos atores (BERGER & LUCKMANN, 1985). Os atores, por meio do uso da

linguagem interpretam as ações, assim, externalizam ou objetificam suas idéias como uma realidade exterior, separada de si. A interpretação ou tipificação representa uma tentativa de rotular o comportamento para capacitar os participantes a agirem do mesmo modo.

A linguagem facilita o processo de institucionalização, pois a transmissão do conhecimento constitui-se dinâmica motivadora da conduta institucionalizada, sendo interiorizado como verdade objetivamente válida no curso da socialização (BERGER & LUCKMANN, 1985). O contato entre duas pessoas cria tipificações, expressas em padrões específicos de conduta. As tipificações recíprocas representam ações que são construídas no curso de uma história compartilhada. À medida que novos indivíduos entram em ação, os hábitos e as tipificações empreendidos na vida comum dos dois indivíduos originais tornam-se agora instituições históricas (BERGER & LUCKMANN, 1985).

Portanto, toda atividade humana está sujeita ao hábito. Berger e Luckmann (1985) acrescentam que ações freqüentemente repetidas tornam-se moldadas em padrões, que podem, em seguida, ser reproduzidos com economia de esforço e que, são apreendidos pelo executante como tal padrão. A formação do hábito acarreta ganho psicológico, pois se estreitam as opções. Esses processos de formação de hábitos precedem toda institucionalização, sendo que a institucionalização ocorre sempre que há uma tipificação recíproca de ações habituais pelos atores (BERGER & LUCKMANN, 1985).

A atividade humana foi institucionalizada por ser submetida ao controle social. Novos mecanismos de controle só são exigidos se os processos de institucionalização não forem completamente bem sucedidos. Em princípio, a institucionalização pode ocorrer em qualquer área da conduta coletivamente importante. É um fato empírico pelo qual as instituições tendem a “permanecer juntas”. “Certos interesses serão comuns a todos os membros de uma coletividade. [...] Muitas áreas de conduta só terão importância para alguns tipos” (BERGER & LUCKMANN, 1985, p. 68-79). Os esquemas interpretativos dos atores sociais são recheados de crenças e valores que se difere entre eles. Por exemplo, se o indivíduo for criado numa sociedade extremamente autoritarista, tende a não ser crítico ou questionador (BERGER & LUCKMANN, 1985).

3.8 Processos de Institucionalização

Para entender a institucionalização das formas organizacionais, faz-se “necessário

compreender os processos de institucionalização e estruturação do campo organizacional” (DIMAGGIO, 1991, p. 267). O campo organizacional é formado pelo conjunto de organizações que se relacionam e se influenciam de alguma forma. Fazem parte do campo organizacional as organizações que controlam, regulam, organizam e representam as outras organizações, dentro do campo (LEÃO JÚNIOR, 2001).

Embora as organizações, tradicionalmente, sejam entendidas como sistemas de atividades coordenadas e controladas que surgem quando as tarefas são incorporadas em redes complexas de trabalho, em sociedades modernas, esse entendimento não é suficiente, sendo necessário acrescentar que estruturas organizacionais formais se originam em contextos altamente institucionalizados (MEYER & ROWAN, 1991).

Em outras palavras, as “organizações seguem uma tendência no sentido de incorporar práticas e procedimentos definidos pelos conceitos racionalizados predominantes do trabalho organizacional e institucionalizados na sociedade” (MEYER e ROWAN, 1991, p. 41), de maneira que organizações que seguem essa tendência aumentando sua legitimidade e sua perspectiva de sobrevivência, independentemente da eficácia imediata das práticas e procedimentos adquiridos.

Para DAFT (1997, p. 346) “A perspectiva institucional descreve como as organizações sobrevivem e são bem-sucedidas por meio da congruência entre uma organização e as expectativas do seu ambiente”, sendo o ambiente institucional “composto de normas e valores dos interessados ou beneficiários”. “A visão institucional acredita que as organizações adotam estruturas e processos para agradar entidades externas, e essas atividades são aceitas como regras nas organizações”.

Pode-se afirmar que a visão de que a organização representa sistemas de atividades coordenadas e controladas é limitada, na medida em que não considera o ambiente institucional no qual atua, pois esses ambientes são compostos de crenças, normas e valores dos interessados que o configuram, exercem uma influência sobre as escolhas organizacionais. Em tal dimensão é possível a adoção de determinados procedimentos organizacionais, apenas por serem legitimados pelo ambiente institucional, embora não apresentem eficácia imediata.

A teoria institucional, dentro de sua dimensão sociológica, possui pelo menos quatro correntes

que definem e compreendem as instituições e o processo de institucionalização de maneira diferente (SCOTT, 1987). Tal fato não significa a inexistência de similaridades entre essas correntes, mas, ao mesmo tempo em que essas ocorrem, as divergências ou pouca convergência, em pontos específicos, são marcantes (SCOTT, 1987).

Uma das mais antigas e mais influentes correntes da teoria institucional das organizações está associada aos trabalhos de Selznick e seus colaboradores (SCOTT, 1987). Selznick (1996) destaca que postulou a existência de distinção entre “organização” e “instituição”, sugerindo que, talvez, o mais significativo aspecto do processo de institucionalização seria a introdução de valores, de maneira que as exigências das tarefas organizacionais não se limitariam a aspectos técnicos.

A segunda corrente tem o trabalho de Berger e Luckmann como o mais influente (SCOTT, 1987). O processo de institucionalização, sob a ótica de Berger e Luckmann (1985), inicia-se com a produção de tipificações recíprocas decorrente da interação entre dois indivíduos quaisquer. À medida que novos indivíduos são acrescentados nesse processo, pode-se caracterizar uma exteriorização das tipificações que antes eram decorrentes das interações apenas entre esses dois indivíduos, ganhando o caráter da historicidade, que conduz a segunda etapa do processo de institucionalização, ou seja, a objetividade.

Segundo Berger e Luckmann (1985, p. 84), objetividade “significa que as instituições que estão agora cristalizadas [...] são experimentadas como existindo por cima e além dos indivíduos que ‘acontece’ corporificá-las no momento”. A última etapa do processo de institucionalização, diz respeito à interiorização. Nessa etapa, ocorre a transmissão do mundo social objetivado para novas gerações, ao mesmo tempo em que exige legitimação, ou seja, explicação e justificação para sua existência. Embora de grande utilidade, Tolbert e Zucker (1999, p. 205) afirmam que a análise de Berger e Luckmann se concentra, apenas, “na ocorrência de processos de institucionalização entre atores individuais e não organizacionais”.

A terceira corrente sociológica que explica o processo de institucionalização tem o trabalho de Meyer e Rowan como referência (SCOTT, 1987). Esses autores, diferentemente da corrente anterior, têm por objeto de análise a institucionalização em estruturas organizacionais formais. Meyer e Rowan (1991, p. 44) afirmam que a estrutura formal de uma organização não representa apenas um conjunto de atividades coordenadas e controladas, ao contrário, inclui muitos elementos que “são altamente institucionalizados e funcionam como mitos”. Tais

mitos possuem duas propriedades: (1) “são prescrições racionalizadas e impessoais que identificam vários propósitos sociais como técnicos e especificam, de maneira semelhante, as regras, os meios apropriados de perseguir esses propósitos técnicos de maneira racional”; e (2) “em alguma medida, estão além do juízo de qualquer organização ou participante individual”.

A quarta corrente trata de instituições e do processo de institucionalização, “ênfatisa a existência de um conjunto de sistemas cognitivos e diferenciados – lógicas institucionais – e atividades humanas padronizadas que se originam e tendem a persistir, em formas e conteúdos variados, em todas as sociedades” (SCOTT, 1987, p. 500).

Dentro dessa concepção, instituições são vistas como “padrões supra-organizacionais de atividade humana através dos quais indivíduos e organizações produzem e reproduzem sua subsistência material e organizam seu tempo e seu espaço” (FRIEDLAND & ALFORD, 1991, p. 243); além disso, instituições são sistemas simbólicos ou mecanismos de ordenação da realidade através dos quais os indivíduos e as organizações categorizam as suas atividades, infundindo nelas significado. “Sem entender a especificidade histórica e institucional das categorias primárias de análise, cientistas sociais correm o risco de apenas elaborar a racionalidade das instituições que são estudadas” (FRIEDLAND & ALFORD, 1991, p. 260).

Em linhas gerais, o processo de institucionalização pode ser compreendido como a ação de criação de valor e realidade na qual, durante determinado período de tempo, as organizações e os agentes deste processo tendem a mudar sua compreensão social, suas crenças, adquirindo estabilidade (GOODIN, 1997; POWELL & DIMAGGIO, 1991; SCOTT, 1987). Para Frumkin e Kaplan (2000, p. 4), as “instituições emergem da dinâmica na qual os indivíduos são moldados por forças institucionais, passando a atuar em seus ambientes institucionalizados”.

A institucionalização representa um “processo fenomenológico através do qual certas relações sociais e ações são admitidas como certas”, em que as cognições compartilhadas definem “o que tem significado e que ações são possíveis” (ZUCKER, 1991, p. 2; ROSTE, 2004, p. 11). Nesse processo, a legitimação, como objetivação de sentido, “produz novos significados que servem para integrarem-se àqueles já ligados a processos institucionais díspares”. Consiste em tornar objetivamente acessível e subjetivamente plausível as objetivações, que foram institucionalizadas (BERGER; LUCKMANN, 1985).

De um modo geral, a institucionalização compreende o processo que transforma as atividades sociais, obrigações ou realidades em regras como status na ação e no pensamento social (MEYER & ROWAN, 1977; BERGER & LUCKMANN, 1985). O processo de institucionalização tem uma relação direta com “qualquer resistência à mudança” (SONPAR *et al*, 2003; ZUCKER, 1991; SCOTT, 1995).

No processo de institucionalização, a instituição representa o resultado ou estágio final de um processo de institucionalização, considerada um processo central na criação e perpetuação de grupos sociais duradouros (TOLBERT & ZUCKER, 1999; BERGER & LUCKMANN, 1985).

A seguir, serão apresentados modelos relativos a processos de institucionalização e seus respectivos níveis de formação, os agentes institucionalizadores, os requisitos para que se formem uma instituição e seus *constituintes básicos*.

3.8.1 Níveis de Institucionalização

A sociedade como realidade subjetiva e o seu processo de interiorização da realidade, numa abordagem dialética em curso, segundo Berger e Luckmann (1985) caracterizam-se pela dinâmica de construção social de padrões técnicos e institucionais, consolidados em três momentos: exteriorização, objetivação e interiorização. Estes momentos não devem ser pensados como ocorrendo em uma sequência temporal.

O processo de institucionalização, proposto por Berger e Luckmann (1985) influenciou Zucker (1991), que realizou um estudo cujo objetivo foi investigar “o efeito de diferentes níveis de institucionalização em realidades construídas sobre persistência cultural”. Zucker (1991), no entanto, adota uma terminologia diferente para caracterizar as diferentes etapas do processo de institucionalização: habitualização; objetividade ou objetificação; exterioridade. Embora sejam utilizados termos diferentes, o entendimento do processo de institucionalização é semelhante.

No estudo de Zucker (1991, p. 83), a institucionalização refere-se a um “processo pelo qual cada indivíduo transmite o que é socialmente definido como real e, ao mesmo tempo, em qualquer ponto do processo, o significado de um ato pode ser definido como uma parte mais ou menos tida como certa nesta realidade social”. Zucker (1991) constatou que havia uma relação direta entre o grau de objetividade e exterioridade e o grau de institucionalização, de

maneira que, aumentando-se o primeiro, aumenta-se o segundo. Ao mesmo tempo, Zucker (1991) percebeu que o aumento nesse grau de institucionalização estava relacionado ao aumento da resistência a mudanças nas ações transmitidas, sendo alta também a sua permanência ao longo do tempo.

Tolbert e Zucker (1999, p. 205) afirmam que a análise de Zucker (1991) supera a limitação da abordagem de Berger e Luckmann, ao se concentrar não apenas em atores individuais, mas também em atores organizacionais. No entanto, essa inclusão ocorre ainda em nível micro. Para Tolbert e Zucker (1999, p. 205) “atores organizacionais distinguem-se por determinado número de propriedades [...] que, provavelmente, afetarão o modo pelo qual os processos institucionais são desempenhados, tanto entre as organizações como dentro delas”. A partir desse entendimento, Tolbert e Zucker (1991) consideram uma extensão do processo de institucionalização “para fluxos institucionais entre organizações formais”. A Ilustração 9 sintetiza a análise proposta por esses autores.

Ilustração 9 - Processos inerentes à institucionalização

Fonte: TOLBERT e ZUCKER (1999, p. 207).

Para Tolbert e Zucker (1999, p. 206), dentro de um contexto organizacional, o processo de habitualização “envolve a geração de novos arranjos estruturais em resposta a problemas ou conjuntos de problemas organizacionais específicos”. Corresponde à “formalização de tais arranjos em políticas e procedimentos de uma dada organização, ou um conjunto de organizações que encontrem problemas iguais ou semelhantes”. O resultado do processo de habitualização é o desenvolvimento de estruturas “que podem ser classificadas como um estágio de pré-institucionalização”.

Nesse sentido, diferentes organizações, de maneira independente, podem adotar semelhantes inovações como decorrência da submissão ao mesmo contexto organizacional. Tal fato pode

conduzir ao que Tolbert e Zucker (1999) denominam de invenção simultânea, ou seja, diferentes empresas adotarem o mesmo processo de maneira simultânea. Além disso, pode conduzir ao entendimento de isomorfismo ou imitação de DiMaggio e Powell (1991), o que significa que uma empresa adota soluções desenvolvidas por outras empresas em decorrência de um destes três fatores ou da combinação entre eles: (1) influência política e da necessidade de legitimização (coercitivo); (2) padronização de respostas à incerteza (mimético); e (3) profissionalização (normativo).

Em síntese, Tolbert e Zucker (1999, p. 205-206) afirmam que:

No estágio de pré-institucionalização, então, muitas organizações podem adotar uma dada estrutura, mas essas serão provavelmente em pequeno número, limitado a um conjunto circunscrito de organizações similares, possivelmente organizações interconectadas, que enfrentam circunstâncias similares, e que variam consideravelmente em termos da forma de implementação.

Os principais fatores que conduzem as organizações à inovação ou à necessidade de inovar, são: (1) mudanças tecnológicas, ou seja, reorientação técnica ou tecnológica; (2) legislação, representando novos arranjos jurídicos, que podem provocar maior ou menor receptividade por parte das organizações; e (3) forças do mercado, decorrentes de fatores econômicos. Portanto, são esses três fatores que conduzem a empresa à inovação e conseqüente ao processo de habitualização.

O processo seguinte é a *objetificação*, que “envolve o desenvolvimento de um certo grau de consenso social entre os decisores da organização a respeito do valor da estrutura, e a crescente adoção pelas organizações com base nesse consenso”, ou seja, assume um caráter “mais permanente e disseminado” (TOLBERT & ZUCKER, 1999, p. 207). São identificadas por Tolbert e Zucker (1999) duas fontes para esse consenso, as quais, embora sejam diferentes, podem estar relacionadas ao monitoramento interorganizacional e à teorização:

Pelo monitoramento interorganizacional, “as organizações podem utilizar evidências colhidas diretamente de uma variedade de fontes [...] para avaliar os riscos de adoção da nova estrutura”, nesse sentido, a objetificação da estrutura é “em parte, conseqüência do monitoramento que a organização faz dos competidores, e de esforços para aumentar sua competitividade relativa”(TOLBERT & ZUCKER, 1999, p.207-208).

A teorização, por meio do que é denominado *champions*, um conjunto de indivíduos, com interesse material na estrutura (por exemplo, consultores), deve realizar duas grandes tarefas

de teorização: (1) a definição de um problema organizacional genérico, o que inclui a especificação de um conjunto ou categoria de atores organizacionais caracterizados pelo problema; e (2) a justificação de um arranjo estrutural formal particular como a solução para o problema com bases lógicas ou empíricas (TOLBERT & ZUCKER, 1991).

Nesse sentido, primeiramente, identifica-se um problema, decorrente de insatisfação ou de fracasso organizacional, típico de um determinado campo organizacional, o qual possui reconhecimento público. Em seguida, desenvolvem-se teorias “que diagnostiquem as fontes de insatisfação ou de fracasso, de modo compatível com a apresentação de uma estrutura específica como solução ou tratamento” (TOLBERT & ZUCKER, 1991, p. 208). Ao final desse processo, a estrutura adquire legitimidade cognitiva e normativa. Esse estágio é denominado por Tolbert e Zucker (1991) como semi-institucionalização, havendo, entre as organizações adotantes de uma solução ou estrutura específica, uma heterogeneidade marcante, sendo que “à medida que a teorização se desenvolve e se explicita, deve diminuir a variação na forma que as estruturas tomam em diferentes organizações”(TOLBERT & ZUCKER, 1991, p. 209).

A institucionalização total ocorre com a etapa de sedimentação, que representa “um processo que fundamentalmente se apóia na continuidade histórica da estrutura e, especialmente, em sua sobrevivência pelas várias gerações de membros da organização” (TOLBERT & ZUCKER, 1999, p. 209), envolvendo duas dimensões: (1) a propagação das estruturas para todos os indivíduos teorizados como adotantes; e (2) a perpetuação dessas mesmas estruturas, ao longo de um tempo, consideravelmente longo. Para que o processo de institucionalização seja total, é preciso identificar alguns fatores que afetam tanto a difusão quanto a conservação ao longo do tempo das estruturas.

Tolbert e Zucker (1999) identificam três fatores principais: (i) Impactos positivos, resultados demonstráveis associados à estrutura; (ii) Resistência de grupo, pessoas que são afetadas adversamente pela estrutura; e (iii) Defesa de grupo de interesse, pessoas que são favoráveis às mudanças na estrutura.

A determinação se uma mudança organizacional será ou não bem-sucedida e o sucesso no processo de institucionalização depende de um conjunto de fatores (Tolbert & Zucker, 1999). Nessa linha, Santos, G. (2004, p. 3) configurou o processo em três estágios:

- Pré-institucionalização: onde “uma dada estrutura é limitada a um conjunto circunscrito de organizações”. Significa a adoção de mudanças estruturais em resposta a problemas específicos e a conseqüente formalização de tais arranjos, traduzidos em políticas e normas de procedimentos, em uma dada organização ou em um conjunto de organizações, que passam por situações similares.
- Semi-institucional: surge pelo “monitoramento que as organizações fazem dos concorrentes e se acumulam as percepções acerca dos benefícios de adoção de uma estrutura ‘pré-testada’”; e
- Institucionalização total: nesse estágio deverá existir “baixa resistência de grupos de oposição, promoção e apoio cultural continuado, e uma relação positiva com os resultados almejados”.

As características dos estágios de institucionalização são sintetizadas no Quadro 26.

Quadro 26 - Estágios de institucionalização

Dimensão	Estágio Pré-institucional	Estágio Semi-institucional	Estágio de total institucionalização
Processos	Habitualização	Objetificação	Sedimentação
Características dos adotantes	Homogêneos	Heterogêneos	Heterogêneos
Ímpeto para difusão	Imitação	Imitativo/Normativo	Normativo
Atividade de teorização	Nenhuma	Alta	Baixa
Variância na implementação	Alta	Moderada	Baixa
Taxa de fracasso estrutural	Alta	Moderada	Baixo

FONTE: TOLBERT e ZUCKER (1999, p. 211)

Num primeiro instante, as ações habituais tornam-se tipificações. Com a transmissão dessas tipificações ao longo do tempo e das gerações, elas passam a ser objetivadas, isto é, aceitas como fatos inegáveis. Desse modo, o hábito ganha caráter normativo inerente ao sistema de conhecimento humano. A criação de um conjunto de crenças e conhecimentos compartilhados se origina de uma realidade socialmente construída, institucionalizada e legitimada, perante a sociedade. A construção do mundo institucional decorre de três momentos, dialeticamente relacionados, que correspondem a uma caracterização do mundo social: a exteriorização, em que a sociedade é tratada como produto humano; a objetivação, atribuindo à sociedade a qualidade de realidade objetiva; e a interiorização, que entende o homem como produto social (MACHADO-DA-SILVA, 2003; BERGER e LUCKMANN, 1985).

Examinando a característica temporal do fenômeno de institucionalização, Lawrence, Winn e Jennings (2001) apontam para um padrão típico de eventos e relações, num processo institucionalização, conforme demonstrado, na Ilustração 10.

Ilustração 10 – Processo de institucionalização e desinstitucionalização

Fonte: LAWRENCE, WINN e JENNINGS (2001)

O processo institucional nesta abordagem é composto pelas seguintes fases: (1) fase inicial de inovação, que envolve poucos atores; (2) fase de difusão rápida; (3) estágio de saturação ocorre a completa legitimização; e (4) a fase de desinstitucionalização. Greenwood, Suddaby, and Hinings (2002) acrescentam alguns estágio no processo de mudança institucional: (1) uma *precipitação* abrupta que provocam distúrbios as práticas existentes; (2) *desinstitucionalização*, em que o consenso socialmente construído é desafiado, e novos atores e práticas entram em cena; (3) a *Pré-institucionalização*, no qual sugerem invasões organizacionais independentemente; (4) a *Teorização*, em que desvios tornam-se predominantes convenções captadas e postos à disposição para uma maior adaptação; (5) a *Difusão*, que decorre depois do sucesso da teorização; (6) a *Re-insitucionalização* considerada como o estágio, no qual novas idéias, práticas etc, tornam-se totalmente institucionalizadas.

3.8.2 Agentes Institucionalizadores

As organizações representam *pools* de indivíduos, no entanto, os indivíduos fora de seus contextos organizacionais possuem muito pouca substância. Nesse contexto, Zucker (1988) coloca que a interação e iniciativas individuais produzem o fenômeno organizacional numa dinâmica social, que os transforma, molda interesses e induz as preferências. Por sua vez, os atores individuais representam personagens-chave na história das instituições e no processo de mudança organizacional, caracterizado pelas discontinuidades e por rupturas abruptas. Frumkin e Kaplan (2000) acrescentam que os indivíduos podem exercer uma participação significativa, no processo de institucionalização, motivados por um alto grau de interesses próprios.

O processo de institucionalização é composto pela participação de agentes institucionalizadores, referidos na literatura como *champions*, que representam grupos de interesse na promoção de mudanças estruturais em organizações (TOLBERT; ZUCKER, 1999). Nesse processo, Lourau (1975) destaca os principais agentes que compõem o processo: o *instituído*, a capacidade *instituinte*, o *instituidor*, a *instituição* e o *agente* institucionalizador. Dentre os agentes institucionalizadores internos a uma organização, encontram-se os que poderiam ser chamados mantenedores e guardiões, conforme definições apresentadas, no Quadro 27.

Quadro 27 - Agentes institucionalizadores

Agentes	Características e Função
Mantenedor (da instituição)	Esse agente tem uma tendência a retornar aos costumes tradicionais e continuar com o que já existe.
Instituído	Refere-se a algo que está sendo “aprendido”, adotado individualmente ou por grupos de pessoas e que afeta as inter-relações em todos os níveis. Assim, é possível compreender o processo de institucionalização como “processo de aprender e desaprender” (PARTO, 2003, p. 3). Quanto mais institucionalizado o processo, mais forte seria a sua função.
Champion	Significa “um líder de projeto, uma liderança incansável por um objetivo ou projeto” (TOLBERT e ZUCKER, 1999, p. 208). São agentes estimuladores, geralmente externos ou, quando dotados de poder, internos à organização.
Guardião	O <i>guardião</i> armazena crenças e conceitos de mudança para colocá-los em prática oportunamente. O guardião (da institucionalização) seria um <i>agente instituinte</i> , um <i>instituidor</i> , com a função de aperfeiçoar ou mudar o <i>instituído</i> . Sua ligação maior seria mais com o <i>instituir</i> do que com o <i>instituído</i> .

Tanto o *mantenedor* quanto o *guardião* tem naturalmente uma posição passiva, mas desempenham seus respectivos papéis ativamente ao surgirem oportunidades. Mas, o *mantenedor* tende a conservar a inércia organizacional.

Os agentes institucionalizadores podem introduzir níveis de perturbações no sistema, ocasionando o rompimento do equilíbrio e iniciando um novo *round* de institucionalização. Eles podem formular e desenvolver um modelo, que mais tarde será institucionalizado ou contribuir para sancionar um modelo ou prática emergente. Quando os agentes institucionalizadores estão alinhados, podem evocar pressões poderosas no campo organizacional, no entanto, se os seus interesses divergirem, este conflito poderá inibir a institucionalização ou ainda testemunhar “o processo de desinstitucionalização” (FRUMKIN & KAPLAN, 2000, p.10).

O papel da mídia como agente institucionalizador representa um fator relevante, que influencia a criação de valores e formação de opinião. A mídia pode tanto agir enquanto ator, quanto funcionar como um recurso de poder e canal de expressão de interesses (RUA, 1997 *apud* PIRES, 2001).

O papel e ação dos atores dentro do processo de mudança institucional, especificamente nas fases da desestabilização e re-estabilização, dentro dos campos organizacionais, são destacados por Maguire *et al*, (2004, p. 675) como “a luta travada entre a ‘velha guarda’ que se dedica a controlar a mudança como forma de salvaguardar suas posições, enquanto atores da nova guarda buscam tirar proveito da situação para transformar o campo”.

Os agentes institucionalizadores terão maiores chances quando existir mercado potencial para a realização de inovação, nesse sentido, para os *champions* serem bem sucedidos, duas grandes tarefas de teorização são realizadas: (i) a definição de um problema organizacional genérico — tarefa que envolve geração de reconhecimento público da existência de um padrão consistente de insatisfação ou de fracasso organizacional característico de determinado grupo de organizações; e (ii) a justificação de um arranjo estrutural formal particular como a solução para o problema com bases lógicas ou empíricas — tarefa que envolve o desenvolvimento de teorias que diagnostiquem as fontes de insatisfação ou fracasso, de modo compatível com a apresentação de uma estrutura específica como solução ou tratamento (TOLBERT & ZUCKER, 1999).

Para que os esforços de teorização sejam persuasivos e eficientes, eles devem oferecer evidências de que a mudança será bem sucedida, examinados por outros, considerando a adoção da nova estrutura.

No processo de institucionalização, dois critérios globais são imprescindíveis para avaliação da *existência* e *persistência* das instituições: (1) a *socialização interna*, que representa a consolidação das crenças; e (2) a *efetividade externa*, que corresponde à capacidade de implementação de metas (OFFE, 1997).

Nesta tese, os estímulos do ambiente externo (altos níveis de inflação) provocaram um entrave à mensuração de resultados e à avaliação do desempenho das organizações. Esse cenário abriu espaço para inovação, possibilitando uma ação efetiva dos agentes institucionalizadores (TOLBERT & ZUCKER, 1999), na inserção de novas sistemáticas de tratamento da inflação sobre a informação contábil.

3.9 Elementos Constitutivos do Processo Institucional

Tem-se observado, na abordagem institucional, uma discussão sobre os espaços ainda não preenchidos, sobre a seqüência de eventos e ações que impliquem formação de instituições e

elementos constitutivos do processo institucional. Nesse raciocínio, Frumkin e Kaplan (2000) têm realizado esforços para equacionar soluções que expliquem as conexões entre as condições institucionais, elementos constitutivos do processo institucionalização e a formação de campos organizacionais.

O modelo conceitual de Frumkin e Kaplan (2000) tem com objetivo integrar a ligação de ações individuais no nível micro e o fenômeno social, no nível macro, baseado numa abordagem indutiva, fundamentado numa análise histórica da formação dos campos organizacionais, conforme demonstrado na Ilustração 11.

Ilustração 11 - Teoria institucional - conexões nos níveis micro e macro
Fonte: FRUMKIN e KAPLAN (2000).

Para a análise do fenômeno de institucionalização das práticas contábeis de correção monetária, utilizou-se o modelo proposto por Frumkin e Kaplan (2000), como meio para estruturação e delimitação dos elementos constitutivos do processo institucional investigado. Nesse sentido, Zucker (1977) e Frumkin e Kaplan (2000, p. 21) destacam a importância de se contemplar o nível micro e macro, pois os campos representam áreas em que o pensamento individual mantém mapas mentais idênticos ou similares, ou seja, existe uma convergência cognitiva. Portanto, o nível micro é constituído e representado pelos atores individuais e o

nível macro pelas estruturas, dentro das quais os indivíduos agem.

A primeira proposição do modelo de análise refere-se ao momento de ocorrência de choques externos, que provocam mudanças na configuração do campo organizacional. Esses choques podem ter origens econômicas, políticas ou conceituais (profissões). Para a situação, Frumkin e Kaplan (2000) apresentaram a seguinte proposição:

- Proposição 1: a institucionalização começa com um gatilho (externo ou interno) político, mercadológico ou conceitual, que causa um choque no sistema social em estado equilibrado.

Para que o processo de institucionalização tome forma, é necessário um agente condutor que empreenda e promova respostas críticas às soluções apresentadas (FRUMKIN & KAPLAN, 2000). “Os condutores podem introduzir uma perturbação no sistema que rompe o equilíbrio e inicia um nova rodada de institucionalização, eles participam por meio de sanções a modelos emergentes e novas práticas” (AUGUSTO, 2007, p. 10).

Nesse processo, três categorias de condutores merecem destaque: atores políticos (governo, legisladores, etc.); elites sociais e profissionais; e organizações associativas. Esses condutores tendem a dar legitimidade ao esforço de mudança, ao controlarem recursos importantes e são considerados como “constituintes chaves do ambiente institucionalizado”. Nesse sentido, destaca-se que se existir conflito entre os condutores, pode-se esperar tanto o desenvolvimento de um processo de institucionalização quanto de desinstitucionalização. Nesse contexto, constitui-se a seguinte proposição:

- Proposição 2: a institucionalização requer um condutor, empreendedor ou líder, que possa responder a uma conjuntura crítica, por meio do provimento da atenção de outros e pela proposição de respostas que tenham peso (legitimidade).

A terceira proposição lança a discussão, dentro processo de institucionalização, sobre a interação social entre ações coletivas e atores individuais. Nesse campo, Oliver (1991) destaca que as respostas às pressões ambientais podem ser de forma passiva ou ativa. Além disso, “as organizações podem representar a soma de vontades e necessidades individuais, onde a dinâmica social transforma os indivíduos, forma os interesses e induz preferências” (AUGUSTO, 2007, p.11). O comportamento passivo dos atores sociais pode decorrer em função do contexto social, que direciona a forma de agir e tem reflexo sobre suas escolhas

ativas. Assim, formulou-se a seguinte proposição:

- Proposição 3: dentro do processo de institucionalização, a representação da agência pode ser tanto reprodutora de práticas e formas institucionalizadas quanto transformadora destas práticas e formas.

A quarta vertente, no processo de institucionalização, representa a realidade criada (BERGER & LUCKMAN, 1985), caracterizada como práticas ou formas institucionais (as instituições), ou seja, produto social, produzido pelo homem, no curso contínuo da externalização de suas ações. Processo pelo qual as *ações tornam-se habituais, repetidas* no decorrer do tempo, ganhando um significado compartilhado entre os atores (BERGER & LUCKMANN, 1985). Essas ações são consideradas como veículo ou mecanismo pelos quais a institucionalização ocorre sempre que há uma tipificação recíproca de ações habituais entre os agentes. Tornando-se hábitos e rotinas, adotadas pelos indivíduos. Esses veículos de institucionalização, para Augusto (2007), representam símbolos e hábitos, imbricados nas formas ou práticas, que passam de práticas aceitas para objetos institucionais. Ou seja, instituições que se transformam em “constructos cognitivos ou mapas mentais”, representado pela seguinte proposição:

- Proposição 4: instituições estão imersas, nos indivíduos, por meio do uso de símbolos ou rotinas estabelecidas ou ambas.

No modelo de Frumkin e Kaplan (2000), o tempo de difusão de uma prática tem representado um ponto importante, na análise do processo de institucionalização. Pois, desse modo, é possível mapear a penetração das crenças e práticas, dentro do campo. O grau de difusão, segundo Augusto (2007), apresenta consequências para o grau de homogeneidade, alcançado dentro do campo. No entanto, Mizruchi (1999) destaca que

A ênfase na convergência levou a teoria neo-institucional à confusão entre a idéia da pressão que impõe a convergência, geralmente identificada com os mecanismos miméticos, cognitivos, normativos e coercitivos, e o objeto que emerge dentro do campo, seja uma prática ou uma forma organizacional. [...] Os neo-institucionalistas têm ofuscado se a instituição que estão analisando é a pressão isomórfica ou a forma homogênea que dela resulta.

Essa proposição sobre o tempo de difusão, no processo institucional, oferece uma vertente importante para análise da variância, dentro de um campo organizacional, ou seja, quanto tempo leva para uma prática passar de uma resposta de uma organização específica para uma resposta institucional dentro do campo organizacional. Para essa situação, apresenta-se a seguinte proposição:

- Proposição 5: o tempo da difusão de uma prática ou forma influencia o quanto unificado e homogêneo o campo se torna.

O grau de convergência e homogeneidade, dentro de um campo, bem como o nível de similaridade como um indicador do grau de institucionalização, são considerados com elementos chaves do novo institucionalismo (DIMAGGIO & POWELL, 1991; POWELL, 1991). Entretanto, os baixos níveis de homogeneidade têm sido associados a baixos níveis de institucionalização, dentro da literatura, e questionam a noção de homogeneidade, dentro da teoria institucional (KRAATZ & ZAJAC, 1995; AUGUSTO, 2007). A estreita ligação da homogeneidade com o institucionalismo representa um fator limitante e necessita de revisões teóricas (ZUCKER, 1991).

A conceituação dos campos organizacionais pode decorrer, desde a convergência cognitiva, em que os campos podem representar áreas nas quais os atores sociais são dotados de mapas mentais similares (ZUCKER, 1977), até a convergência de estruturas. Acrescenta-se que o campo gravita em torno do isomorfismo, ao longo do tempo, pelo aparecimento de estruturas organizacionais semelhantes. Os campos são constituídos por um grupo de organizações que compartilham uma estrutura comum e uma maneira de operar (AUGUSTO, 2007). Para essa situação, tem-se a seguinte proposição:

- Proposição 6: o nível de convergência entre as formas estruturais, práticas e/ou esquemas interpretativos, variará consideravelmente dentro dos campos institucionalizados.

Os imperativos, que solidificam as crenças individuais e práticas em um campo organizacional unificado, dividem-se em dois grupos: materiais e cognitivos, que consolidam as relações, no nível micro, com os resultados no nível macro-social (FRUMKIN & KAPLAN, 2000). Esses imperativos são considerados como o pano de fundo, no qual o processo de institucionalização começa e termina.

Essa abordagem é justificada sob a luz de três categorias de condições: (1) limitações cognitivas (SIMON, 1979), (2) preocupações com o status e (3) incerteza ambiental. Devido às limitações cognitivas, as instituições representam, para os indivíduos, mapas mentais ou atalhos que facilitem sua navegação dentro de um mundo complicado e mutável (WEICK, 1993).

Os imperativos materiais representam sistemas institucionais, na abordagem de Williamson (1979), dotados de racionalidade econômica ou material, reduzindo os custos de transação ou a incerteza. Portanto, esses imperativos acabam por sacrificar a flexibilidade e adaptabilidade, ou seja, “os atalhos institucionais permitem que os indivíduos mantenham um nível de entendimento face à incerteza” (AUGUSTO, 2007, p. 12). Portanto, apresenta-se a seguinte proposição:

- Proposição 7: as limitações cognitivas, preocupações com status, identidade e incertezas ambientais são condições sócio-cognitivas e materiais, que sedimentam as ações no nível micro em resultados macro sociais. Sempre presentes, estas condições são o pano de fundo sobre o qual o processo de institucionalização começa e termina.

Os imperativos materiais são condições necessárias, mas não suficientes para conduzir o processo de institucionalização, em que os imperativos psicológicos assumem um papel crítico e indispensável. Essa proposição possibilita uma análise abrangente do processo de institucionalização, pois as condições e imperativos de natureza psicológica ou material representam uma tentativa de responder à questão de como o nível micro da ação se combina em resultados macro-sociais (AUGUSTO, 2007).

O modelo proposto apresenta elementos constitutivos do processo institucional, composto por sete proposições teóricas, demonstradas no Quadro 28.

Quadro 28 - Proposições e elementos constitutivos do processo institucional.

QUESTÃO		ELEMENTOS CONSTITUTIVOS		PROPOSIÇÃO TEÓRICA
1	Quais são os fatores que desencadeiam a institucionalização?	DISPARADORES OU GATILHO	Conflito Social e Político	A institucionalização começa com um disparador político, de marketing ou conceitual, que promove um choque social em um sistema estagnado.
			Crise de Confidência	
			Novo Paradigma	
			Exigência de Mercado	
2	Quem ou o quê conduz e sustenta a institucionalização?	CONDUTORES	Governo	A institucionalização requer um condutor, empreendedor ou promotor que possa responder a uma conjunção crítica, chamando a atenção dos outros e apresentando proposições de peso.
			Elites Sociais	
			Organizações Associativas	
3	O quanto a concepção do agente individual é ativa ou passiva?	AGENCIAMENTO	Ativo	Em um processo de institucionalização, ambas a concepção ativa e passiva dos agentes são válidas.
			Passivo	
			Ambos	
4	Quais os veículos interiorizados nos indivíduos que estão envolvidos em processos institucionais?	VEÍCULOS	Hábitos e Rotinas	As instituições são assimiladas pelos indivíduos por meio do uso de símbolos, estabelecimento de rotinas ou ambos.
			Símbolos	
5	Que fatores afetam a difusão de processos institucionais?	TEMPO DE DIFUSÃO	Breve	O tempo de difusão de um formato ou prática poderá influenciar o quão unificado e homogêneo o campo se torna.
			Moderado	
			Longo	
6	Qual é o caráter da homogeneidade encontrada no campo?	FORMAÇÃO DE CAMPO	Convergência na Estrutura	O nível de convergência de pensamento ou estrutura organizacional ou ambos, em um campo institucionalizado, poderá variar consideravelmente.
			Convergência no Pensamento	
7	Que tipos de condições imperativas solidificam as crenças individuais e práticas em um campo organizacional unificado?	CONDIÇÕES IMPERATIVAS	Psicológicas	As limitações cognitivas, preocupações com status e incertezas ambientais são condições psicológicas e materiais que consolidam o nível micro de ações nos resultados macro-sociais. Sempre presentes, estas condições são o pano de fundo, no qual o processo de institucionalização começa e termina.
			Materiais	

FONTE: Adaptação e tradução de FRUMKIN e KAPLAN (2000) e AUGUSTO (2007)

3.10 Mudança Institucional

Embora os sistemas possam permanecer em equilíbrio por longos períodos de tempo, o processo de institucionalização deve ser capaz de explicar como a mudança é possível, mesmo quando há situações de estabilidade e persistência, dentro de campos organizacionais.

Os processos de mudanças institucionais podem ser caracterizados desde as mudanças

incrementais até mudanças radicais. Em relação às questões inerentes a liberdade ou determinismo, em princípio, os agentes são sempre capazes de agir de outra maneira, representando uma negação do determinismo total da ação (SCOTT, 1991; GIDDENS & TURNER, 1999).

Na abordagem institucional, torna-se clara a razão pela qual a institucionalização deve ser vista como um processo, admitindo como função da instituição a promoção e a busca pela estabilidade, bem como as possibilidades de mudanças, que podem desencadear uma série de ações, o que pode atingir o processo de desinstitucionalização. Nesse sentido, destaca-se a afirmação de Berger e Luckmann (1985, p. 113),

A institucionalização não é, contudo, um processo irreversível, a despeito do fato de as instituições, uma vez formadas, terem tendência a perdurar. Por uma multiplicidade de razões históricas, a extensão das ações institucionalizadas pode diminuir. Pode haver desinstitucionalização em certas áreas da vida social.

Nesse contexto, diversas pesquisas foram realizadas sobre como as formas institucionalizadas são modificadas e representam as diferentes faces do processo de mudança institucional. Nos Quadros 29 e 30, são apresentados dois estudos dessa natureza.

Quadro 29 - Mudança institucional - transformação estrutural da indústria americana.

Estudo	Mudança institucional - transformação estrutural da indústria americana
Autor	Flingstein (1991)
Objeto ou Fenômeno analisado	Explicar a diversificação das corporações. Variável dependente: a estratégia. Variáveis independentes: os fatores de estabilidade e inércia.

Esse autor aponta que só os choques, no campo organizacional, não são suficientes para desencadear a mudança, entretanto, se forem interpretados pelos atores, haverá uma possibilidade das mudanças ocorrerem.

Quadro 30 - Mudança institucional - ao longo do tempo num campo interorganizacional

Estudo	Mudança institucional – ao longo do tempo num campo interorganizacional
Autores	Leblebici <i>et al</i> (1991)
Objeto ou Fenômeno analisado	Explorou como as práticas institucionalizadas mudam com o tempo num campo interorganizacional, no contexto histórico da indústria americana de transmissão de rádio.

De modo geral, observa-se que as organizações de um campo interorganizacional podem ser consideradas como produto de soluções práticas (desenvolvidas no nível micro) e o processo de práticas institucionalizadas deriva por meio de convenções (constituídas no nível macro). Graeff (2005), ao comentar a pesquisa de Leblebici *et al* (1991), destaca que as inovações

propostas no campo são oriundas de ações de atores novos ou menos poderosos e, por conseguinte, com menor acesso aos recursos legitimados no ambiente; logo, inovam como forma alternativa para sobrevivência.

Nessa sequência, os atores centrais, que não viam grandes vantagens em termos instrumentais das convenções legitimadas, começam a usar as inovações dos atores periféricos e, conseqüentemente, tornam essas práticas legítimas no ambiente. Nesse caso, o abandono é tido como o fim de uma atividade ou de características estruturais de uma organização. No estudo desenvolvido por Flingstein (1991), o abandono de estratégia é, normalmente, um evento de substituição, em que a nova estratégia substitui a antiga (GRAEFF, 2005). Esse contágio, que ocorre entre as organizações, é visto como uma forma de aprendizado interorganizacional, decorrente da incerteza dos tomadores de decisões, que utilizam a comparação das ações sociais para avaliar as práticas de sua organização.

Na pesquisa de Klann *et al* (2006), foi observado que a mudança de hábitos na contabilidade gerencial, nas empresas brasileiras pesquisada, é mais acentuadas para empresas cuja cultura organizacional é mais receptiva aos processos de alterações, e menos perceptíveis em empresas com cultura organizacional mais conservadora, em decorrência de alterações ocorridas nos últimos cinco anos nos processos, tecnologia da informação e controles de gestão.

Embora os atores possam ocupar um campo organizacional comum, por meio do qual eles influenciam um ao outro, seria incorreto afirmar que eles compartilham as mesmas crenças e atitudes em relação ao ambiente. Nesse sentido, três aspectos devem ser analisados: (i) o aumento da frequência de interação entre as organizações; (ii) o aumento de compartilhamento de informações; e (iii) o desenvolvimento de uma consciência mútua de que eles estão envolvidos num debate comum (HOFFMAN, 1999). Destaca-se que o campo organizacional é uma fonte dinâmica de influência, que tem significado para as organizações nele inseridas.

Sob uma perspectiva de mudança, a estrutura institucional irá, mais cedo ou mais tarde, ser destruída, ainda que isso possa levar um longo tempo para ocorrer, necessitando de comparações e demonstrações claras de ineficiência e atraso entre países, regiões, empresas, etc. (GREIF, 2001).

As incompatibilidades (nas estruturas institucionais) podem ser resolvidas por pequenas mudanças nas instituições existentes e/ou pela criação de novas instituições (novas leis e regras), como arranjos para a solução de conflitos. No entanto, Powell (1991) esclarece que se torna, às vezes, extremamente difícil modificar hábitos e interesses técnicos, financeiros, gerenciais, cognitivos, etc., pois o “desenvolvimento das instituições apresenta fortes relações com suas configurações passadas e com a estrutura material como um todo” (STRACHMAN & DEUS, 2005, p. 575).

As mudanças institucionais, segundo Zysman (1994), podem ocorrer épocas de crise e em situações excepcionais, instituições anteriormente estáveis e relativamente imutáveis desmoronam com uma rapidez assustadora — por exemplo, antes ou depois de guerras ou revoluções.

No processo de mudança, Jepperson (1991) define que a persistência de instituições e institucionalidade não necessariamente têm conexão com qualquer noção de legitimidade, a não ser que consideremos essa estabilidade institucional como um legitimador dessas instituições.

Quanto à utilização dos pressupostos da abordagem institucional, no contexto da contabilidade, apontam-se algumas pesquisas:

- Uma análise da dinâmica entre velha guarda e os novos agentes no processo de formação dos hábitos e das rotinas da contabilidade gerencial, em que a troca de hábitos passa, em primeiro plano, pela definição de novos hábitos desejados alinhados com os novos fatores contingentes que se apresentam no ambiente (GUERREIRO, *et al*, 2006).
- Processo de Institucionalização da contabilidade gerencial do Banco do Brasil, a partir do modelo de Burns e Scapens (2000) (GUERREIRO & PEREIRA, 2005).
- Implementação bem-sucedida de uma metodologia de programação de orçamento em uma organização paraestatal, à luz da abordagem Institucional (TOLBERT & ZUCKER, 1999), constataram que o sucesso no processo foi em decorrência dos fatores motivadores e grupos condutores terem maior força que grupos inibidores (FREZATTI *et al*, 2005).
- O processo de mudança das práticas gerenciais de uma empresa do setor bancário, Guerreiro e Pereira (2005) constaram que os processos de mudanças na estrutura da

contabilidade gerencial foi eficaz, pelos seguintes fatores contingenciais (sobrevivência), pois a empresa vinha obtendo uma sequência de resultados negativos.

- Em busca de pressupostos que explicassem por que os processos de institucionalização de novos conceitos, efetivamente não ocorreram, Guerreiro *et al* (2005) fizeram uma discussão teórica à luz da abordagem institucional (*OIE*) sobre o paradoxo da estabilidade dos sistemas de contabilidade gerencial, ou seja, porque as organizações, na prática, utilizam muito pouco a base conceitual disponível na teoria.

Cada vez mais pesquisadores da teoria institucional evidenciam a necessidade de estudos que contemplem a relação dos arranjos e desarranjos institucionais e campo organizacional (HOFFMAN, 1999; GREENWOOD SUDDABY & HININGS, 2002).

3.10.1 Processo de Desinstitucionalização

O processo de desinstitucionalização, diferentemente do processo de mudança, tem recebido pouca atenção dos estudiosos (SCOTT, 1991; MACHADO-DA-SILVA *et al*, 2005). A desinstitucionalização se refere ao processo pelo qual as instituições se enfraquecem e desaparecem. Nesse processo, ressalta-se a importância das crenças e dos comportamentos, e dos esquemas e recursos.

Estudos anteriores reforçam a visão processual e dinâmica da institucionalização, bem como da desinstitucionalização. Em que se constitui um ambiente em que diversas organizações estão envolvidas em torno de um ponto comum, formando um campo organizacional (HOFFMAN, 1999).

A partir disso, existem diversos interesses envolvidos, o que se configura um caráter limitador, mas, também, estimulador de mudanças, característico das instituições. Uma vez que se tem um grupo de atores, que estão sujeitos ao mesmo ambiente, mas que podem fazer diferentes interpretações com base em sua necessidade para atuação, é estabelecida a dualidade entre estrutura e ação, cuja predominância dos consensos será estabelecida pelo processo de construção social da realidade (GRAEFF, 2005).

3.10.2 Pressões Ambientais

As pressões ambientais, para Oliver (1992), consideram que, dadas condições específicas, o comportamento organizacional e a mudança não poderão ser explicados pelo consenso social,

existente em torno do significado e valor de uma atividade, nem pela conformidade às pressões institucionais, mas pela percepção de que aquela prática exercida pelas organizações não atende mais às necessidades atuais das mesmas, não havendo, nesse sentido, o desejo ou habilidade das organizações em manter ou, continuamente, recriar a atividade organizacional institucionalizada.

Quatro razões são dadas para justificar a importância das pesquisas da desinstitucionalização e suas causas específicas:

- (i) As mudanças organizacionais negligenciadas podem ser explicadas pela perspectiva institucional, como desafios ao status quo institucional, abandono de hábito ou costumes e a deterioração do consenso organizacional sobre uma prática ou atividade;
- (ii) Questionamento da estabilidade e longevidade de valores e práticas institucionalizadas, considerando que podem ser sujeitos a desafios, reavaliações ou rejeições;
- (iii) As condições, sob as quais as pressões institucionais para conformidade falham no alcance de seus efeitos esperados; e
- (iv) Os fatores não institucionalizados, que moldam as respostas das organizações às pressões institucionais.

As pressões políticas, instrumentais e sociais, como ferramentas institucionais, têm como objetivo explicar as razões que desencadeiam o processo de desinstitucionalização e as pressões para inércia e entropia, sendo que o primeiro dificulta o processo e o segundo acelera (OLIVER, 1992). A entropia organizacional enfatiza a tendência natural à erosão do fenômeno institucional, já a inércia supõe que os valores e atividades institucionalizadas exibirão uma resistência inevitável à erosão e à mudança, conforme observado na Ilustração 12.

Ilustração 12 - Pressões para a Desinstitucionalização

Fonte: OLIVER (1992, p. 567)

3.10.3 Pressões Políticas, Instrumentais / Funcionais e Sociais

As pressões políticas são aquelas decorrentes das crises de desempenho, da divergência das crenças dos participantes, em relação ao *status quo*, da pressão para adotar práticas inovadoras e da redução dos constituintes que apóiam as práticas usuais. Considerando que o consenso entre os atores, sobre os significados, valores ou validade de uma forma organizacional ou atividade, é a condição fundamental para a continuidade das práticas institucionais, o desenvolvimento do dissenso político ou do conflito de interesses, quebra a unanimidade do acordo entre os membros organizacionais, sobre o valor de uma prática particular, antecedente crítico para a desinstitucionalização (OLIVER, 1992).

Essas pressões demandam esforços organizacionais para proteger seus interesses ou a viabilização para amenizar ou resolver os conflitos sobre o valor e/ou legitimidade da atividade organizacional institucionalizada. As pressões políticas são aquelas resultantes da mudança de interesse ou da distribuição de poder subjacente que dão suporte aos arranjos institucionais existentes (SCOTT, 2001).

As pressões instrumentais estão relacionadas com as considerações técnicas ou funcionais que comprometem ou levantam dúvidas sobre o valor instrumental de uma prática institucionalizada, considerando que uma prática institucionalizada é aquela que possui um valor intrínseco ou legitimidade, que supera as exigências técnicas (OLIVER, 1992). Graeff (2005) sintetiza que essas pressões, de natureza instrumental, ocorrem de diversas maneiras: quando há recompensas instrumentais para a conformidade, são revistas; quando há um aumento na conscientização das especificações técnicas; ou quando há demandas por eficiência e recursos. Desse modo, as competições de domínio e as práticas institucionais se tornam cada vez mais incompatíveis com os objetivos econômicos e técnicos, é quando eventos e dados dissonantes desestabilizam ou violam os pressupostos e princípios organizacionais tradicionais. Nessas condições, a necessidade funcional de uma atividade institucionalizada será seriamente questionada e a sua utilidade presumida será, provavelmente, desafiada ou amplamente rejeitada, mais no âmbito econômico do que no político, para acomodar mudanças em distribuições de poder ou interesses.

As pressões instrumentais são aquelas que nascem de problemas percebidos nos níveis de desempenho, associadas com as práticas institucionalizadas (SCOTT, 2001). As práticas contábeis, por exemplo, apresentam aderência significativa às pressões instrumentais, tendo

em vista que os artefatos são criados e reproduzidos para medir e avaliar o desempenho dos atores.

As pressões sociais podem explicar muitas das condições, sob as quais as organizações não são nem agentes pró-ativos da institucionalização, nem pretendem centralmente abandonar ou rejeitar tradições institucionais particulares. Essas condições incluem a fragmentação normativa de uma organização, resultados de mudanças organizacionais, rupturas na continuidade histórica, mudanças nas leis ou expectativas societárias — que proíbem ou desencorajam a perpetuação de uma prática institucional — e mudanças estruturais para a organização ou o ambiente no qual a organização reside — que desagrega as normas e valores coletivos (OLIVER, 1992). As pressões sociais são aquelas associadas com a diferenciação de grupos e a existência de crenças ou práticas heterogêneas divergentes ou discordantes (SCOTT, 2001). As características e antecedentes das pressões ambientais, do processo institucional, são descritas no Quadro 31.

Quadro 31 - Antecedentes da desinstitucionalização.

Nível de Análise	Pressões Políticas	Pressões instrumentais	Pressões Sociais
Organização	Aumento nas crises de desempenho	Mudança na utilidade econômica	Aumento na fragmentação social
	Interesses internos conflitantes	Aumento da especificação técnica	Rompimento na continuidade histórica
	Aumento das pressões para inovação	Aumento da competitividade por recursos	Mudança nos valores Ou regras institucionalizadas
Ambiente	Mudança nas dependências externas	Dados ou eventos emergentes	Aumento na desagregação estrutural

FONTE: OLIVER (1992, p. 567).

O que se observa é que as pressões ambientais são compostas de facetas técnicas e institucionais, que influenciam, continuamente, os processos de institucionalização e desinstitucionalização de práticas sociais. Espera-se que a utilização do arcabouço teórico institucional possa oferecer uma contribuição ao entendimento do processo de desinstitucionalização das práticas contábeis de correção monetária.

3.11 Modelos Teóricos, Hipóteses e Variáveis

O uso de hipóteses desempenha um importante papel na organização da pesquisa, pois a partir da sua formulação, o pesquisador identifica as informações necessárias, evita a dispersão, focaliza determinados segmentos do campo de observação, seleciona os dados (COOPER & SCHINDLER, 2003; YIN, 2001; TEIXEIRA, 2005).

Recomenda-se, para fins descritivos, a hipótese qualitativa que é utilizada para organizar a pesquisa. O uso de sub-hipóteses contribuem para sustentação de uma hipótese principal. Cabe destacar que os dados levantados são computados de modo a evidenciar as hipóteses que têm maiores sustentações empíricas (COOPER & SCHINDLER, 2003; YIN, 2001; TEIXEIRA, 2005).

3.11.1 Modelo 1 – Isomorfismo

Uma importante questão a ser considerada é por que as empresas têm adotado o comportamento de não realizarem mais os ajustes dos efeitos da inflação sobre a informação contábil. Para responder esta questão, foram utilizados os pressupostos da perspectiva institucional e foram estruturados dois modelos de análise: i) o primeiro modelo baseou-se nos pressupostos da abordagem do isomorfismo institucional (DIMAGGIO & POWEL, 1983) e o segundo nos pressupostos da desinstitucionalização (OLIVER, 1992). A revisão de literatura possibilitou o desenvolvimento de um conjunto de hipóteses.

O elemento central da pesquisa de DiMaggio e Powel (1983) busca entender por que as organizações apresentam similaridades, em termos de estrutura, comportamentos e uso de artefatos. Neste contexto, Meyer e Rowan (1997) argumentam que estas similaridades entre as organizações são resultados da busca de legitimidade²¹ dentro de seus ambientes. DiMaggio e Powell (1983) categoriza este processo de similaridade entre as organizações em elementos isomórficos competitivo e institucional.

A similaridade do isomorfismo competitivo é decorrente da competição²² do mercado (ALDRICH, 1979; HANNAN & FREEMAN, 1977). Nessa linha, Meyer e Rowan (1977) e Tolbert & Zucker, (1999) afirmam que as ações dos gestores podem ser influenciadas por diversos fatores: nível de eficiência, coordenação, controle, tamanho, complexidade das estruturas organizacionais, etc. Desse modo, a mensuração do nível de intensidade competitiva considerou as seguintes variáveis: o tamanho da empresa; se a empresa mantém relacionamento com o mercado externo; se os níveis de inflação afetam os resultados publicados; e se existe impacto da inflação sobre os setores econômicos (VENARD &

²¹ O conceito de legitimidade é considerado o um elemento central no trabalho de Meyer and Rowan (1977). Estes autores definem a legitimidade como um status conferido pelos atores sociais (de acordo com o ponto de vista do ator social) para determinada ação ou comportamento. No aspecto organizacional entende-se que a legitimidade da firma refere-se quando os valores e ações estão congruentes com os valores e expectativas dos atores sociais (PFEFFER & SALANCIK, 1978)

²² O grau de competição é melhor delineado por Porter (1980) que elenca cinco forças: novos entrantes (*players*); poder de barganha dos clientes, poder de barganha dos fornecedores, produtos e serviços substitutos.

HANAFI, 2007). Considerando o escopo desta pesquisa, no contexto brasileiro (*emerging countries*), sinaliza-se a primeira hipótese:

H1a: Existe um relacionamento positivo entre a intensidade da competição para empresas locais e estrangeiras e o uso das práticas contábeis de correção monetária.

Esta hipótese assume que existe uma relação entre a intensidade da competição e a desinstitucionalização das práticas de correção monetária. Contudo, esta relação pode ser mais complexa, pois a realização dos ajustes da inflação sobre as transações, e a sua posterior publicação, pode trazer conseqüências econômicas ao desempenho das empresas, por exemplo, índices de rentabilidade menores, redução nos montantes dos lucros e dos dividendos a serem distribuídos e efeito negativo sobre o desempenho dos gestores etc. O uso destas práticas pode acarretar a construção de uma aparência de racionalidade e eficiência que não interesse aos gestores internamente (CARRUTHERS, 1995).

DiMaggio e Powell (1983) enumeram três mecanismos para análise do isomorfismo institucional: coercitivo, mimético e normativo. Eles consideram que a similaridade entre as firmas é decorrente de restrições institucionais²³. As restrições institucionais representam as “regras do jogo” e podem ser explícitas e/ou implícitas, criam incentivos apropriados e comportamentos econômicos desejáveis (RODRIK & SUBRAMANIAN, 2003) e influenciam o comportamento das organizações (VENARD & HANAFI, 2007)

Na análise dos tipos de mecanismos coercitivos, o *framework* legal pode ser entendido como fortes pressões do ambiente como, por exemplo: subsidiárias de multinacionais, que poderia ser descrita como uma pressão coercitiva para o isomorfismo (ROSENZWEIG & SINGH, 1991). Entretanto, uma estrutura legal é também uma norma e poderia ser usada como *proxy* de isomorfismo normativo. A exemplo disso, cita-se a Instrução nº 64/87, emitida pela CVM, que obrigava as empresas de capital aberto a publicarem informação corrigida, no entanto, a publicação da Lei 9.249/95 proibiu as empresas de publicarem informação corrigida.

Aliados aos fatores coercitivos cabe destacar o aspecto da politização da atividade econômica, que representa examinar o papel do governo no processo de desinstitucionalização das práticas contábeis de correção monetária. Johnson *et al*, (1998) destacam que num nível

²³ *Institutions are defined as the humanly devised constraints that structure political, economic, and social interactions (North, 1990, 1991).*

macro econômico, a intervenção política sinaliza uma transformação do contexto individual das firmas e que o papel dos governos é criar regras para o mercado e assegurar que essas regras serão respeitadas. Sendo que o fenômeno de politização da atividade econômica é definido com uma situação em que políticos e burocratas intervêm nas firmas, para exercerem o controle delas.

Venard e Hanafi, (2007) esclarecem que a intervenção do Estado poderia ser um fator positivo no combate da inflação e assim melhorar a qualidade informacional das demonstrações contábeis. Mas, em nível micro econômico, os governos podem ser intervencionistas não muito bem organizado e podem ter um grande número de burocratas encaminhando suas próprias agendas.

Em economias emergentes, o primeiro período de liberalização da economia é caracterizado por um aumento de competição e melhora da estrutura institucional. Isso pode sinalizar um aumento de politização da atividade econômica (VENARD & HANAFI, 2007). A politização da economia poderia ser necessária para fazer com que as regras do jogo fossem respeitadas. As reações do Estado poderiam ser para promulgar e forçar novas leis, mas também, para controlar as decisões das instituições. Portanto, para combater a inflação, o Estado pode ter que intervir nas decisões que dizem respeito à evidenciação de informação contábil corrigida, mediante regulamentação (normas e leis). Assim, estruturou-se a seguinte hipótese:

H1b: Em países emergentes, existe uma relação negativa entre o nível de politização da atividade econômica e o nível de inflação.

Considerando que o isomorfismo coercitivo deriva do exercício dos poderes político, econômico e ideológico, que resultam de pressões formais e informais, mais ou menos sutis, de organizações sobre organizações, sob a forma de coerção e persuasão. As organizações tendem a se homogeneizar pela força do “MEDO”, pois os atores estão diante sanções legais cabíveis. Por exemplo, as organizações poderiam mudar suas estruturas organizacionais de acordo com as demandas de poder dos atores (VENARD & HANAFI, 2007).

Em linhas gerais, DiMaggio e Powell (1993) elucidam que o isomorfismo coercitivo refere-se ao fato de que organizações adotam estruturas impostas por outras organizações das quais são dependentes. Meyer e Rowan (1977) acrescentam que uma organização necessita de legitimidade, que é considerada como uma função de suas necessidades, para extrair recursos do ambiente. Sob esta perspectiva, destaca-se que entidades reguladoras (CVM e SRF)

impuseram (poder institucional das entidades reguladoras), em momentos distintos, a determinados sistemas de negócios (empresas de capital aberto e tributadas pelo lucro real), o impedimento da continuidade das práticas contábeis de correção monetária, que foram imposta, anteriormente, pela Lei 6 404/76.

Nesse contexto, ressaltam-se três elementos chaves: estrutura legal, *enforcement*²⁴ da lei e a qualidade do mercado de capitais, dentro do país. Scott (2008) destaca que a estrutura legal (instituição) é uma variável importante nas análises de qualquer sistema de negócios. Venard e Hanafi (2007) comentam que o ambiente legal é um elemento chave do desenvolvimento econômico de países emergentes, eles acrescentam que é crucial a criação de leis e um corpo legal (obrigatoriedade imposta pela lei) que proteja a propriedade privada e ofereça *enforce*²⁵ dos contratos entre as partes. Assim, a estrutura legal é particularmente importante no estudo sobre os sistemas contábeis adotados em países emergentes. Portanto, supõe-se que:

H2a: Existe uma relação positiva entre a estrutura legal e a adoção das práticas contábeis de correção monetária.

Venard e Hanafi (2007) colocam que se as leis são importantes, elas são menos úteis sem *enforcement*. Portanto, a capacidade dos governos para aplicar as leis é crucial para avaliar a qualidade do ambiente institucional. Assim, tem-se que é crucial a eficiência do sistema judiciário para o cumprimento dos contratos, bem como determinante do crescimento econômico (NORTH, 1990). Nesse contexto, o fato de não existir fiscalização e punição pode ser um elemento de influência à continuidade da evidenciação suplementar de informações financeiras ajustadas pela inflação, pelas empresas brasileiras. Vale ressaltar que é difícil avaliar a qualidade do *enforcement* legal se o respondente nunca esteve envolvido com as práticas de correção monetária. Esta discussão sinaliza a seguinte hipótese:

H2b: Existe um relacionamento positivo entre o *enforcement* legal e o nível de adoção das práticas contábeis de correção monetária.

A qualidade do mercado de capitais é uma importante parte de qualquer sistema econômico. Assim, a qualidade das informações contábeis, evidenciadas pelas empresas aos investidores e credores, poderia influenciar o seu comportamento (processo decisório). Ou seja, o desenvolvimento do mercado capitais influencia o processo de normatização e o uso das práticas contábeis de correção monetária (NOBES, 1991, PONG & WHITTINGTON, 1996; SILVA *et al*, 2001).

²⁴ Aplicação de uma lei ou norma,

²⁵ Fazer cumprir uma lei ou norma.

O desenvolvimento do mercado de capitais pode acarretar, à contabilidade, novas demandas conceituais, envolvendo definições, métodos de reconhecimento, mensuração e evidenciação (PONTE, *et al.*, 2007). Assim, supõe-se que o surgimento de novas tecnologias contábeis, como: variação cambial, indexação pelo dólar, *hedge accounting* das operações, etc., podem ter contribuído no processo de desinstitucionalização das práticas contábeis de correção monetária. Dessa forma, levanta-se a hipótese:

H2c: Existe um relacionamento positivo entre o nível de desenvolvimento do mercado capital e a relevância dos sistemas contábeis adotados.

Outro tipo de isomorfismo institucional é o mimético, que deriva da resposta à incerteza, normalmente, ocorre quando organizações tomam outras organizações como modelo. As práticas e os modelos implementados são percebidos pelas organizações como vantajosos, pois sua adoção poupa esforços. As organizações tendem a se homogeneizar pela força da “DÚVIDA”, que os atores têm diante do ambiente. No entanto, não há obrigatoriedade da adoção (DIMAGGIO E POWEL, 1983).

Abernety e Chua (1996) acrescentam que, no comportamento mimético, existe motivação racional e que esse comportamento minimiza os custos de pesquisa de soluções viáveis. Em síntese, o comportamento mimético é uma cópia de ações de negócios parceiros ou relacionados (DIMAGGIO & POWEL, 1983). No tocante, à competição doméstica (local), tem-se que as empresas teriam menores incentivos de realizarem qualquer ajuste da inflação sobre a informação contábil, uma vez que os seus concorrentes não realizam ou, até mesmo, o nível de divulgação informacional dos concorrentes pode influenciar a adoção da prática no campo organizacional. Assim, levanta-se a hipótese:

H3: Existe um efeito mimético na adoção das práticas contábeis de correção monetária pelas empresas

Nessa pesquisa, a inflação não traz implicações apenas para as empresas, mas também tem impacto no comportamento de outros atores sociais, especialmente, num ambiente inflacionário. Desse modo, supõe-se que as empresas também podem imitar o comportamento de outras empresas líderes no mercado (DIMAGGIO E POWEL, 1983).

No âmbito da competição internacional, supõe-se que as empresas, ao terem que reportar seus resultados à matriz (no exterior), deveriam reconhecer os efeitos da inflação nos demonstrativos das empresas situadas em países emergentes, com o intuito de minimizar as

distorções informacionais (MELONI *et al*, 2008; NOBES, 1991). Assim, tem-se que a publicação de informação corrigida poderia gerar incerteza no processo decisório dos usuários.

O último mecanismo refere-se ao isomorfismo normativo e deriva da profissionalização, alimentado pela educação formal, por redes de profissionais, pela seleção de pessoal e pela existência de organizações centrais legitimadas, que exportam quadros e comportamentos. As organizações tendem a se homogeneizar pela força da “PRECAUÇÃO”, que os atores têm diante do ambiente (DIMAGGIO & POWEL, 1983).

O isomorfismo normativo tem uma característica de recomendação às organizações, tendo em vista que as organizações, não necessariamente, sofrerão uma punição objetiva. Em síntese, correspondem à internalização de normas, mas também, pressões societárias pelos membros de outras organizações, que implicam pelo menos algum grau de coercitividade externa (PERROW, 1986). Assim, supõe-se que:

H4: Existe uma relação positiva entre o uso das práticas contábeis de correção monetária e o nível de profissionalização da atividade contábil.

Portanto, tem-se que a continuidade ou não da evidenciação suplementar de informação corrigida pode ser decorrente das recomendações das entidades de pesquisas, pronunciamentos emitidos pelas entidades de classes e/ou por recomendações das empresas de consultoria e auditoria (PONG & WHITTINGTON, 1996). Sendo que a decisão de continuar com a referida prática pode não depender exclusivamente de pressões internas.

No Quadro 32, apresenta-se uma síntese dos constructos, hipóteses e variáveis que compreendem o modelo de análise.

Quadro 32 – Modelo isomorfismo – constructos e variáveis

Constructos Teóricos e Hipóteses		Variáveis
Isomorfismo Competitivo	H1: Existe um relacionamento positivo entre a intensidade da competição para empresas locais e estrangeiras e o uso das práticas contábeis de correção monetária.	1. O Tamanho da empresa representa um fator decisivo 2. Empresa mantém relacionamento com o mercado externo 3. Os níveis de inflação afeta dos resultados publicados 4. O impacto da inflação sobre o setor
Isomorfismo Institucional	Coercitivo H1a: Em países emergentes, existe uma relação negativa entre o nível de politização da atividade econômica e o nível de inflação. H2a: Existe uma relação positiva entre a estrutura legal e a adoção das práticas contábeis de correção monetária. H2b: Existe um relacionamento positivo entre o <i>enforcement</i> legal e o nível de adoção das práticas contábeis de correção monetária. H2c: Existe um relacionamento positivo entre o nível de desenvolvimento do mercado capital e a relevância dos sistemas contábeis adotados.	5. A regulamentação do governo (politização da atividade econômica) 6. Usos das práticas estão condicionados a obrigatoriedade imposta pela lei; e 7. Poder institucional das entidades reguladoras (CVM e SRF) 8. O fato de não existir fiscalização e punição influencia a adoção 9. O desenvolvimento do mercado capital influencia no processo de normatização e uso das práticas contábeis de correção monetária. 10. O surgimento de novas tecnologias contábeis (variação cambial, indexação pelo dólar, hedge accounting das operações) substitui a necessidade de ajustes inflacionários.
	Mimético H3: Existe um efeito mimético na adoção das práticas contábeis de correção monetária pelas empresas.	11. A empresa não faz, porque o concorrente não faz 12. Nível de divulgação informacional dos concorrentes 13. A publicação de informação corrigida pode gerar incerteza no processo decisório dos usuários
	Normativo H4: Existe uma relação positiva entre o uso das práticas contábeis de correção monetária e o nível de profissionalização da atividade contábil.	14. As Recomendações das entidades de pesquisas 15. Os Pronunciamentos das entidades de classes 16. As Recomendações das empresas consultoria e Auditoria

3.11.2 Modelo 2 – Desinstitucionalização

Este modelo de análise foi estruturado, a partir dos pressupostos da desinstitucionalização (Oliver, 1992), que se propõe a explicar a relevância do uso das práticas contábeis de correção monetária, tanto no nível organizacional quanto no do ambiente (campo organizacional).

Oliver (1992) destaca que a desinstitucionalização pode ser motivada por pressões políticas, que são decorrentes do aumento nas crises de desempenho entre gestores, da existência de interesses internos conflitantes e/ou do aumento das pressões para inovação, por parte dos atores sociais. Portanto, supõe-se que,

H1-org: Existe uma relação negativa entre o uso das práticas contábeis de correção monetária e as pressões políticas organizacionais

Tendo em vista, que a publicação de informação corrigida pode influenciar a remuneração dos gestores e suas áreas ou unidades de negócios de sua responsabilidade (PUXTY, 1997; SCOTT, 2003; MARTINEZ, 2001; FIELDS *et al*, 2001), esta variável pode contribuir no entendimento do processo de desinstitucionalização. Para Pong & Whittington (1996), esta prática não representa inovação informacional para o mercado de capitais e o seu uso está relacionado com a diminuição dos índices de inflação da economia. Contudo, Owen & Lloyd (1985) analisaram a utilização de informações de negociações (barganhas coletivas) para determinação de salários entre empresas e sindicatos e os seus resultados apontam que informações financeiras são relevantes. Mas, Mautz Jr. (1990) constatou que informação contábil corrigida não possui conteúdo informacional para sindicatos (empregados), no processo de barganha de aumento de salários e outros benefícios.

Oliver (1992) destaca que, no nível do ambiente, as mudanças nas dependências externas podem provocar interferências nas configurações internas das organizações. Assim, supõe que,

H1-amb: Existe uma relação positiva entre o uso das práticas contábeis de correção monetária no campo organizacional e as mudanças nas configurações externas.

Desse modo, buscou-se avaliar, sob a perspectiva do ambiente, as seguintes variáveis: diminuição dos índices de inflação da economia brasileira; mudança das leis sobre a publicação de informação contábil corrigida; não exigência do mercado financeiro; ausência de incentivos fiscais (SEED, 1978); e não exigência de matriz, clientes e fornecedores (RODRIK & SUBRAMANIAN, 2003; VENARD & HANAFI, 2007).

Outras pressões, que podem ocasionar o processo de desinstitucionalização, referem-se às pressões funcionais ou instrumentais, que são motivadas pela mudança dos níveis de utilidade das práticas, anteriormente, institucionalizadas; pelo aumento da especificação técnica, que pode provocar um descompasso no processo tecnológico adotado pelas organizações; e pelo aumento da competitividade por recursos entre as organizações. A partir deste raciocínio (OLIVER, 1992), tem-se a seguinte hipótese:

H2-org: Existe uma relação positiva entre o uso das práticas contábeis de correção monetária e as mudanças funcionais

Para avaliação desta hipótese, foram analisadas as seguintes variáveis: os custos de manter a prática superam os benefícios da informação gerada (ARTHUR YOUNG, 1982; WATTS & ZIRMMERMAN, 1980); o surgimento de novas tecnologias contábeis influenciou o processo de desinstitucionalização (PONTE, *et al.*, 2007); o uso deste tipo de informação restringe os recursos internamente; e se este tipo de informação pode ser relevante no processo decisório de investidores e acionistas (HEINTZ, 1973; MCINTYRE, 1973; MARTINEZ, 2001).

Oliver (1992) esclarece que no nível do ambiente as pressões funcionais, no processo de desinstitucionalização, podem ser motivadas por dados ou eventos emergentes, imputados no campo organizacional (PONG & WHITTINGTON, 1996). Portanto, tem-se a seguinte hipótese:

H2_amb: Existe uma relação positiva entre o uso das práticas contábeis de correção monetária e os eventos emergentes do campo organizacional.

A não continuidade com a referida prática de evidenciação suplementar pode ser motivada por eventos emergentes, tais como: mudança nos níveis de inflação no período (mês e ano), surgimento de nova regulamentação para os setores econômicos, além de influenciar a distribuição de dividendos (BEAVER, 1998; MARTINEZ, 2001), devido aos efeitos da inflação sobre os resultados (SUCHMAN, 1995).

Na análise do processo, Oliver (1992) acrescenta que as pressões sociais também podem representar uma explicação relevante para o processo de mudança. Essas pressões podem ser decorrentes do aumento na fragmentação social, do rompimento da continuidade histórica ou da mudança nos valores ou regras institucionalizadas. Assim, tem-se a seguinte hipótese:

H3_org: Existe uma relação negativa entre o uso das práticas contábeis de correção monetária e as pressões sociais organizacionais

Sob a perspectiva das pressões sociais, considerou-se que o processo de desinstitucionalização das práticas contábeis de correção monetária pode ter sido motivada por mudança na configuração jurídica das empresas, por exemplo: abertura de capital ou fechamento de capital; realização de mudança na estrutura organizacional, realização de fusões, cisões ou

incorporações e mudança dos gestores internos (atores sociais). Desse modo, o processo de desinstitucionalização está associado com a diferenciação de grupos e a existência de crenças ou práticas heterogêneas divergentes ou discordantes (SCOTT, 2001).

Oliver (1992) destaca que as pressões sociais, no nível do ambiente, podem provocar um aumento na desagregação estrutural, na dimensão do campo organizacional. Assim, supõe-se que:

H3_amb: Existe uma relação negativa entre o uso das práticas contábeis de correção monetária e a desagregação estrutural no campo organizacional.

No nível do ambiente, averiguou-se se o processo de internacionalização da contabilidade (harmonização internacional das práticas contábeis) contribuiu para o processo de desinstitucionalização das referidas práticas (NIYAMA, 2005). Uma vez que este processo pode afetar as empresas e os seus *stakeholders*, pois cria, no curto e médio prazo, um nível de instabilidade sobre as práticas e valores, até então, institucionalizados (GREENWOOD *et al.*, (2002). Em linhas gerais, este modelo busca avaliar os fatores motivadores do processo de desinstitucionalização dos ajustes dos efeitos da inflação sobre a informação contábil (práticas contábeis de correção monetária).

Quadro 33 – Modelo desinstitucionalização – constructos e hipóteses

Constructos	Hipóteses	Constructos	Itens medidos
Pressões políticas	H1-org: Existe uma relação negativa entre o uso das práticas contábeis de correção monetária e as pressões políticas organizacionais	Aumento nas crises de desempenho entre gestores,	1. Influencia a remuneração dos gestores 2. Distorce o desempenho dos gestores (departamentos/áreas/unidades de negócio)
		Existência de interesses internos conflitantes	3. Ausência de conteúdo informacional para sindicatos (empregados)
		Aumento das pressões para inovação	4. Não representa inovação informacional para o mercado de capitais
	H1-amb: Existe uma relação positiva entre o uso das práticas contábeis de correção monetária no campo organizacional e as mudanças nas configurações externas.	nível de mudança nas dependências externas	5. Diminuição dos índices de inflação da economia brasileira 6. Mudança das leis sobre a publicação de informação contábil corrigida 7. O mercado financeiro não exige e 8. Ausência de incentivos fiscais 9. Matriz não exige Clientes e fornecedores não exigem
Pressões funcionais	H2-org: Existe uma relação positiva entre o uso das práticas contábeis de correção monetária e as mudanças funcionais	Mudança na utilidade econômica	10. Os custos de manter a prática superam os benefícios da informação gerada
		Aumento da especificação técnica	11. O surgimento de novas tecnologias contábeis (variação cambial, indexação pelo dólar, hedge accounting das operações) substitui a necessidade de ajustes inflacionários.
		Aumento da competitividade por recursos	12. Restringe o uso dos recursos internamente. 13. Não possui conteúdo informacional para investidores e acionistas
	H2_amb: Existe uma relação positiva entre o uso das práticas contábeis de correção monetária e os eventos emergentes do campo organizacional.	Dados ou eventos emergentes	14. Níveis de inflação no período (mês e ano) 15. Devido as novas regulamentação para o setor 16. Influencia a distribuição de dividendos
Pressões sociais	H3_org: Existe uma relação negativa entre o uso das práticas contábeis de correção monetária e as pressões sociais organizacionais	Aumento da Fragmentação social	17. Mudança na estrutura organizacional
		Rompimento da continuidade histórica.	18. Mudança da configuração jurídica da empresa (abertura de capital ou fechamento de capital)
		Mudança nos valores ou regras institucionalizadas.	19. Realização de fusões, Cisões ou incorporações Mudança dos gestores internos (atores sociais)
	H3_amb: Existe uma relação negativa entre o uso das práticas contábeis de correção monetária e a desagregação estrutural no campo organizacional.	<i>Desagregação estrutural</i>	20. Harmonização internacional das práticas contábeis

Nas seções seguintes foram realizadas diversas análises estatísticas com a finalidade de verificar aderência conceitual dos modelos teóricos propostos na análise do processo de desinstitucionalização das práticas contábeis de correção monetária.

4 ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

Neste capítulo, apresenta-se a metodologia de pesquisa, utilizada, nesta tese, para análise empírica da dinâmica dos fatores e contexto institucionais que resultaram no processo de desinstitucionalização das práticas contábeis de correção monetária pelas empresas brasileiras. A seguir, são apresentados os itens relacionados à especificação dos principais aspectos, tais como: suporte metodológico, delimitações da pesquisa e amostra.

4.1 Suporte Metodológico

O pressuposto básico da ciência moderna é uma convicção, baseada na existência de uma ordem das coisas. Sendo que os fenômenos são resultados de uma recorrência na natureza, que pressupõe a exemplificações por um conjunto de princípios gerais. Nessa tipologia, parte-se do pressuposto que um conjunto fixo de leis, padrões ou mecanismos explicam por que a natureza segue o seu caminho (COHEN, 1999).

Uma abordagem baseada no princípio da uniformidade costuma utilizar-se dos métodos indutivos fundamentos nos modelos matemáticos. Os teóricos sociais que propõem ou aceitam uma estratégia positivista para a construção de teorias indicam um compromisso com estas bases metodológicas (COHEN, 1999).

As doutrinas positivistas, de acordo com Cohen (1999) interferem, efetivamente, no modo como os cientistas sociais concebem a constituição da vida social, pois, as estratégias positivistas de observação e medição desprezam e distorcem as complexas racionalidades e estratégias subjetivas que compreendem aspectos fundamentais da *práxis* social humana.

Giddens (1989, p. 5), se coloca nesta questão da seguinte forma,

A diferença entre sociedade e natureza não é [...] produzida pelo homem [...] Enquanto não é feita por nenhuma pessoa singular, a sociedade é criada e recriada, se não *ex nihilo*, pelos participantes em cada encontro social. A produção de sociedade é um desempenho qualificado, sustentado e “feito acontecer” pelos seres humanos.

As pesquisas em contabilidade, basicamente, têm buscado suporte teórico em abordagens econômicas (WILLIAMSON, 1979; BERLE & MEANS, 1932; JENSEN & MECKLING, 1976; FAMÁ, 1980). Todas essas abordagens baseiam-se no pressuposto de racionalidade econômica dos agentes, que têm relação direta com as suas escolhas, tanto no nível organizacional quanto no campo organizacional. Destaca-se, também, que o suporte

metodológico dessas pesquisas está centrado numa abordagem objetivista da realidade social, em que as ações são vistas como elementos objetivos e concretamente determinados por forças impessoais. Nesse contexto, Gibson Burrell e Gareth Morgan (1979) classificam o objetivismo, em ciências sociais, como um conjunto de quatro características fundamentais, assim sintetizadas por Vasconcelos (2007, p. 24):

- **Visão ontológica realista** - a crença de que o mundo social é formado por estruturas - instituições, mercado, organizações – que independem da cognição dos indivíduos, e que elas são realidades empíricas preexistentes à consciência do sujeito individual e superiores a ele em grau de generalidade.

- **Visão epistemológica positiva** – a existência de uma realidade objetiva (física e social) acompanhada da confiança no progresso da ciência em sua marcha para desvendar essa verdade objetiva.

- **Visão determinista da natureza humana** - o argumento segundo o qual a ação humana é determinada pelas condições ambientais e que a postura humana face a esse ambiente é essencialmente reativa. Essa visão corresponde ao que o sociólogo britânico Zygmunt Bauman chamou de “uma ciência da não-liberdade” (Bauman, 1977), na qual se atribui à atividade humana a condição de variável dependente.

- **Visão metodológica nomotética** - o pressuposto de que o mundo social apresenta regularidades observáveis, que podem ser expressas em termos de princípios formais similares às leis que governam as ciências naturais, a decorrência lógica dessa abordagem; e que a pesquisa em ciências sociais dever ser sistematicamente controlada por protocolos de pesquisa e métodos quantitativos, visando identificar as regularidades que darão origem à comprovação empírica dos modelos teóricos.

Para análise do processo de institucionalização de práticas contábeis de correção monetária, buscou-se suporte teórico e metodológico na sociologia do conhecimento (BERGER & LUCKMAN, 1985), por meio de uma abordagem interpretativa, que contempla um raciocínio de que os ambientes são socialmente construídos (*enacted*), que difere da abordagem objetivista, pois defende o pressuposto de que o ambiente e as organizações são criados juntos, caracterizados por um processo de construção social da realidade, por atores dentro e fora da organização. Nessa tipologia, o ambiente não existe como entidade independente (BERGER & LUCKMANN 1985, VASCONCELOS, 2007, MACHADO-DA-SILVA *et al*, 2005).

A abordagem interpretativa tem seu gênese vinculado à sociologia interpretativa, proposta por Weber (1978, 1990), que considera uma posição intermediária entre o objetivismo e o subjetivismo. Para Weber (1978, 1990), quando se considera a validade absoluta de leis gerais, em ciências sociais, a partir de um conjunto de variáveis observadas, não se leva em conta a dimensão individual e significativa da ação humana e a reduz a simples mecanismos automáticos, que não explicam, de maneira eficaz, a evolução da sociedade. Ele sintetiza:

- A totalidade do conhecimento da realidade social não se resume apenas em leis sociais

ou em regularidades e relações causais, assim, existem diversas formas para análise da estruturação e organização do pensamento.

- A significação do contexto dos atos sociais torna-se um elemento primordial na descoberta e explicação dos eventos culturais e sociais, por meio de uma estruturação de modo singular e específico.

Desse modo, a abordagem sociológica interpretativa possibilita uma interpretação do fenômeno, em vez de uma explicação puramente causal. No entanto, mesmo diante desse foco qualitativo, seria importante inserir o “uso de métodos nomotéticos como parâmetros de avaliação e de generalização das interpretações” (WEBER, 1990, 1978; VASCONCELOS, 2007, p. 27), o que propiciaria uma análise mais robusta dos aspectos objetivos e subjetivos da realidade na construção do conhecimento social.

As pesquisas, no âmbito institucional, devem ser configuradas, preferencialmente, em termos de usos de métodos múltiplos, com privilégio para os procedimentos qualitativos de pesquisa, sob uma perspectiva longitudinal e histórica, desde que a lógica predominante seja interpretativa e não de causalidade linear (MACHADO-DA-SILVA *et al*, 2005).

4.1.1 Classificação Metodológica

Para Schutz (1967) o conhecimento, tanto na vida cotidiana quanto no pensamento científico, caracteriza-se como um jogo de abstrações, generalizações, formalizações e idealizações específicas, encaixadas em níveis da articulação do pensamento. No tocante à classificação das etapas do processo, esta pesquisa baseou-se na classificação de Laughlin (1995):

- a) **Abordagem metodológica** – destacam-se os fundamentos de uma análise interpretativa e uma análise discursiva crítica;
- b) **Narrativa dos dados** – destaca-se a análise qualitativa, no que se refere à interpretação das percepções sobre os constructos investigados e a análise quantitativa, no tocante aos dados primários e secundários coletados sobre o fenômeno;
- c) **Métodos de coleta de dados** – destacam-se as seguintes estratégias de pesquisas: aplicação de questionários, junto aos gestores das empresas participantes do universo investigado; análise de documentos coletados, junto às empresas da amostra pesquisada; realização de entrevistas semi-estruturadas, junto aos grupos de interesses (atores), que compartilham conhecimento no campo organizacional, delineado nesta pesquisa.

4.1.2 Definição Constitutiva e Operacional Das Variáveis

Pressões Ambientais

D.C.: Eventos que promovem a desestabilização de práticas estabelecidas, podendo ocorrer por meio de mudanças sociais, inovações tecnológicas, descontinuidades competitivas e mudanças regulatórias (MUNIR, 2005). A análise empírica contemplou três tipos de pressões: políticas, instrumentais e sociais (OLIVER, 1992; GRAEFF, 2005; ROSSONI, 2006).

Pressões Políticas

D.C.: São as pressões que questionam a legitimidade ou a utilidade de uma prática institucional (OLIVER, 1992), resultantes da mudança de interesses ou da distribuição de poder, que dão suporte aos arranjos institucionais existentes (SCOTT, 2001; GRAEFF, 2005; ROSSONI, 2006).

D.O.: Foi operacionalizada por meio de análise documental e de conteúdo dos dados secundários, aplicação de questionário e análise de conteúdo das entrevistas semi-estruturadas, realizadas com os gestores (representantes das organizações que adotaram as práticas contábeis de correção monetária) (GRAEFF, 2005; ROSSONI, 2006).

Pressões Instrumentais

D.C.: São pressões que levantam questões sobre o valor instrumental de uma prática institucional (OLIVER, 1992), decorrentes de problemas percebidos nos níveis de desempenho, associados com práticas institucionalizadas (SCOTT, 2001; GRAEFF, 2005; ROSSONI, 2006).

D.O.: Foi operacionalizada por meio de análise documental e de conteúdo dos dados secundários, aplicação de questionário e análise de conteúdo das entrevistas semi-estruturadas, realizadas com os gestores (representantes das organizações que adotaram as práticas contábeis de correção monetária) (GRAEFF, 2005; ROSSONI, 2006).

Pressões Sociais

D.C.: São pressões que levantam as questões relativas às tradições arraigadas na sociedade (OLIVER, 1992), associadas à diferenciação de grupos e à existência de crenças ou práticas heterogêneas divergentes ou discordantes (SCOTT, 2001; GRAEFF, 2005; ROSSONI, 2006).

D.O.: Foi operacionalizada por meio de análise documental e de conteúdo dos dados secundários, aplicação de questionário e análise de conteúdo das entrevistas semi-estruturadas, realizadas com os gestores (representantes das organizações que adotaram as práticas contábeis de correção monetária) (GRAEFF, 2005; ROSSONI, 2006).

Respostas Estratégicas

D.C.: Ações organizacionais, em resposta às pressões ambientais, na tentativa de defender interesses específicos, que podem variar num contínuo que vai da \conformidade à resistência (OLIVER, 1991; GRAEFF, 2005; ROSSONI, 2006).

D.O.: Foi operacionalizada, a partir da análise estatística das respostas do questionário, submetido aos gestores das empresas e aos membros participantes dos grupos de interesses, com base nos cinco tipos de respostas, identificadas por Oliver (1991): aquiescência, compromisso, esquivança, desafio e manipulação (GRAEFF, 2005; ROSSONI, 2006).

Institucionalização

D.C.: É um processo condicionado pela lógica da conformidade às normas, socialmente aceitas, bem como pela incorporação de um sistema de conhecimento construído ao longo da interação social, que constituem parâmetros para a concepção de realidade dos atores sociais, definindo, portanto, seu modo de agir (MACHADO-DA-SILVA, 2003, GRAEFF, 2005; ROSSONI, 2006).

D.O.: Foi operacionalizada, por meio de análise documental e de conteúdo dos dados secundários, pela análise de conteúdo das entrevistas semi-estruturadas e pela análise estatística das respostas aos questionários, evidenciando temas relevantes, opiniões e idéias compartilhadas, que caracterizam as estruturas e atividades cognitivas, normativas e regulativos que promovem estabilidade e significado ao comportamento social (SCOTT, 2001; GRAEFF, 2005; ROSSONI, 2006).

Desinstitucionalização

D.C.: É o processo pelo qual a legitimidade de uma prática organizacional estabelecida ou institucionalizada entra em erosão ou desaparece (OLIVER, 1992; GRAEFF, 2005; ROSSONI, 2006).

D.O.: Foi operacionalizada, por meio de análise documental e de conteúdo dos dados secundários, pela análise de conteúdo das entrevistas semi-estruturadas e pela análise

estatística das respostas aos questionários, evidenciando a substituição das práticas contábeis de correção monetária (GRAEFF, 2005; ROSSONI, 2006).

4.1.3 Delineamento da Pesquisa

Nesta pesquisa, o método utilizado para análise dos objetivos propostos une dados quantitativos e qualitativos. Vasconcelos (2007) destaca que mesmo diante desse foco qualitativo, o uso de métodos nomotéticos, como parâmetros de avaliação e de generalização das interpretações, propiciaria uma análise mais robusta dos aspectos objetivos e subjetivos da realidade na construção do conhecimento social.

Para análise do fenômeno da desinstitucionalização, utilizou-se um corte transversal e uma avaliação longitudinal, a partir dos dados coletados de documentos e dos levantamentos empíricos realizados nas empresas e atores participantes. Como suporte teórico, utilizou-se a abordagem proposta por Oliver (1992) e DiMaggio e Powell (1983).

Diante da complexidade do fenômeno pesquisa, Martins (2008) esclarece que nas situações em que as questões a serem respondidas são do tipo “como?” ou “por que?” quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e em situações nas quais o foco se encontra em fenômenos complexos e contemporâneos, inseridos no contexto da vida real recomenda-se o estudo de caso.

4.2 Amostra e Método de Coleta de Dados

Para a elaboração da pesquisa, foram utilizados dados primários e secundários, coletados de várias fontes, tais como: (i) aplicação de questionário, (ii) entrevistas com os contadores e *controllers* e (iii) dados sobre o desempenho econômico-financeiro, obtidos nos relatórios publicados pelas empresas. Estas estratégias metodológicas permitiram a operacionalização dos indicadores e a mensuração dos constructos que compõem os modelos propostos.

4.2.1 Pesquisa Piloto

De posse do questionário, realizou-se uma pesquisa piloto, a partir de uma amostra de 20 respondentes: professores e alunos do curso de MBA²⁶. Esta fase teve os seguintes objetivos: (i) avaliação da aderência conceitual dos constructos teóricos; (ii) tempo de preenchimento das respostas do questionário; e (iii) nível de compreensibilidade das questões.

²⁶ Alunos da 22ª Turma de MBA em Controladoria e Finanças - FUNDACE / FEA-RP/USP.

4.2.2 Seleção da Amostra

Foram selecionadas, para a realização da pesquisa, as 500 maiores e melhores empresas de acordo com a Revista EXAME, entre os períodos de 1996 e 2006. Dentre as quais, foram identificadas 212 empresas que publicaram informação contábil corrigida, conforme demonstrado na Tabela 11.

Tabela 11 - Relação das empresas que publicaram informação corrigida

PERÍODO	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Subtotal Comércio	17	12	3	2	1						
Varejo	12	8	2	1							
Atacado	5	4	1	1	1						
Subtotal Indústria	141	82	18	11	8	5	4	3	2	2	2
Auto-indústria	7	4	1	1	1	1					
Bens de Capital	1	1	1								
Bens de Consumo	26	19	4								
Diversos	4	2		1	1	1	1	1			
Eletroeletrônico	5	4	1								
Energia	1	1		2	2						
Farmacêutica	1	1									
Indústria da Construção	5	3	1	1							
Mineração	6	1					1		1	1	1
Papel e Celulose	14	7	1	1	1	1					
Química e Petroquímica	41	26	6	2	1	1	2	2	1	1	1
Siderurgia e Metalurgia	19	8	1	1	1	1					
Têxteis	11	5	2	2	1						
Subtotal Serviços	34	16	4	4	3	2	3	2	2	2	1
Comunicações	4	2	1	1	1		1				
Energia	11	6	1	1	1	1	1	1	1		1
Indústria Digital	3	1									
Serviços	6	4	2	2	1	1	1	1	1		
Telecomunicações	2										
Transporte	8	3									
Subtotal Outros	2										
Diversos	2										
Total	194	110	25	17	12	7	7	5	4	4	3

Fonte: FIPECAFI e Revista EXAME.

A partir da amostra, elaborou-se uma análise do percentual de empresas que publicaram demonstrações financeiras, ajustadas pelo efeito da inflação, durante o mesmo período (1996 a 2006), conforme mostrado na Ilustração 13.

Ilustração 13 – Empresas que continuaram publicando informação contábil corrigida após 1995.

Fonte: FIPECAFI e Revista Exame

Conforme se pode observar houve um declínio no percentual de empresas que continuaram publicando informação contábil corrigida, que caracteriza um processo de desinstitucionalização das práticas contábeis de correção monetária. Em 2006, apenas 1,55% das empresas continuaram publicando informação contábil corrigida, conforme Ilustração 13.

A partir do banco de dados das 500 Maiores e Melhores empresas (FIPECAFI e Revista EXAME), foram selecionadas as 212 empresas que publicaram demonstrativo contábil suplementar, contendo informação contábil corrigida, dentre as quais, 61 encontram-se inativas. Na Tabela 12, apresenta-se a relação das 118 empresas pesquisadas.

Tabela 12 - Relação de empresas pesquisadas

Ramo de Atividade	Total	Não Participantes	Amostra	Respondentes	% Respondentes
Serviços	33	8	25	14	56%
Indústria	103	17	86	27	31%
Comercio	15	8	7	3	43%
Total	151	33	118	44	37%

Após contato telefônico, com as 151 empresas, constatou-se que 33 empresas não se dispuseram a responder o questionário, dentre os motivos destacam: política da empresa que não autoriza os gestores a participar de pesquisas; empresas que foram adquiridas por outros grupos econômicos, etc. Assim, a amostra de empresas pesquisadas delimitou-se a 118 empresas, das quais, foram obtidas 44 respostas (questionários) válidas, entre 12 de março a 17 de abril de 2009.

Dentre as 118 empresas, foram selecionadas 16 empresas que publicaram demonstrações contábeis corrigidas, por um período de 5 anos consecutivos. Dentre essas empresas, foram realizadas 6 entrevistas com seus gestores. Nessas entrevistas, buscou-se identificar quais foram as causas motivadoras do processo de persistência institucional (das práticas contábeis de correção monetária), bem como, averiguar a relevância dos pressupostos do isomorfismo e das pressões políticas, funcionais e sociais, no processo de abandono desta prática (desinstitucionalização).

4.2.3 Instrumento de Coleta de dados

O instrumento utilizado para coleta de dados é composto por quatro blocos, conforme descrito, a seguir (Quadro 34):

- Bloco I - Questões sobre as características qualitativas da informação contábil corrigida;
- Bloco II - Questões sobre o uso da informação contábil corrigida nas empresas;
- Bloco III - Razões que influenciaram as empresas a não realizar mais a prática de correção monetária: a) Sob a perspectiva do Isomorfismo Institucional e b) Sob os pressupostos da desinstitucionalização; e
- Bloco IV – Informações gerais sobre o gestor e empresa.

No Quadro 34, são apresentados as questões, constructos e variáveis que foram medidas, junto às empresas pesquisadas.

Quadro 34 – Questões, constructos e variáveis

Características Qualitativas da Informação	Variável
<ul style="list-style-type: none"> As informações contábeis ajustadas pela inflação (corrigidas) são compreensíveis aos seus usuários. 	Inf1
<ul style="list-style-type: none"> A publicação suplementar de informações contábeis ajustadas pela inflação é relevante no processo de tomada de decisão dos usuários. 	Inf2
<ul style="list-style-type: none"> As informações contábeis ajustadas pela inflação (corrigidas) são mais confiáveis do que as informações contábeis não ajustadas. 	Inf3
<ul style="list-style-type: none"> As informações contábeis ajustadas pela inflação (corrigidas) permitem maior comparabilidade do que as informações não ajustada (não corrigidas). 	Inf4
A empresa continua realizando algum tipo de ajuste dos efeitos da inflação sobre as transações realizadas (práticas contábeis de correção monetária)?	
<ul style="list-style-type: none"> Correção Monetária Integral 	CM1
<ul style="list-style-type: none"> Correção Monetária de Balanço 	CM2
<ul style="list-style-type: none"> Aplicação de Índices Setoriais 	CM3
<ul style="list-style-type: none"> Outro tipo de ajuste 	CM4
Atribua um grau de importância para as razões que influenciaram a empresa a não realizar mais a Prática Contábil de Correção Monetária	
ISOMORFISMO COMPETITIVO	
<ul style="list-style-type: none"> O tamanho da empresa 	IC1
<ul style="list-style-type: none"> Relacionamento com o mercado externo 	IC2
<ul style="list-style-type: none"> Impacto dos níveis de inflação sobre os resultados publicados 	IC3
<ul style="list-style-type: none"> Impacto dos níveis de inflação sobre o setor 	IC4
ISOMORFISMO INSTITUCIONAL – COERCITIVO	
<ul style="list-style-type: none"> A regulamentação do governo (politização da atividade econômica) 	ICOE1
<ul style="list-style-type: none"> A obrigatoriedade imposta pela Lei 	ICOE2
<ul style="list-style-type: none"> Poder institucional das entidades reguladoras (CVM – Comissão de Valores Mobiliários e SRF – Secretaria da Receita Federal) 	ICOE3
<ul style="list-style-type: none"> A ausência de fiscalização e punição 	ICOE4
<ul style="list-style-type: none"> O desenvolvimento do mercado capitais 	ICOE5
<ul style="list-style-type: none"> O surgimento de novas tecnologias contábeis (variação cambial, indexação pelo dólar, hedge accounting das operações) substitui a necessidade de ajustes inflacionários 	ICOE6
ISOMORFISMO INSTITUCIONAL – MIMÉTICO	
<ul style="list-style-type: none"> Empresas concorrentes 1m mais a prática de correção monetária 	ISM1
<ul style="list-style-type: none"> Nível de divulgação informacional dos concorrentes 	ISM2
<ul style="list-style-type: none"> A publicação de informação corrigida pode gerar incerteza no processo decisório dos usuários 	ISM3
ISOMORFISMO INSTITUCIONAL – NORMATIVO	
<ul style="list-style-type: none"> As recomendações das entidades de pesquisas e acadêmicas 	ISN1
<ul style="list-style-type: none"> Os pronunciamentos das entidades de classes 	ISN2
<ul style="list-style-type: none"> As recomendações das empresas consultoria e auditoria 	ISN3

Continuação

PRESSÕES POLÍTICAS	Variável
• Influencia o desempenho e a remuneração dos gestores	Ppo1
• Distorce o desempenho dos departamentos, áreas e unidades de negócio	Ppo2
• Ausência de conteúdo informacional para sindicatos (empregados)	Ppo3
• Não representa inovação informacional para o mercado de capitais	Ppo4
• Diminuição dos índices de inflação da economia brasileira	Ppo5
• Mudança das leis sobre publicação de informação contábil corrigida	Ppa1
• O mercado financeiro não exige	Ppa2
• Ausência de incentivos fiscais	Ppa3
• A matriz não exige	Ppa4
• Clientes e fornecedores não exigem	Ppa5
PRESSÕES FUNCIONAIS	
• Os custos de manter a prática superam os benefícios da informação gerada	Pfo1
• O surgimento de novas tecnologias contábeis	Pfo2
• Restringe o uso dos recursos internamente	Pfo3
• Não possui conteúdo informacional para investidores e acionistas	Pfo4
• Níveis de inflação no período (mês e ano)	Pfa1
• Devido as novas regulamentação para o setor	Pfa2
• Influencia a distribuição de dividendos	Pfa3
PRESSÕES SOCIAIS	
• Mudança da configuração jurídica da empresa (abertura de capital ou fechamento de capital)	Pso1
• Mudança na estrutura organizacional	Pso2
• Realização de fusões, cisões ou incorporações	Pso3
• Mudança dos gestores internos (atores sociais)	Pso4
• Harmonização internacional das práticas contábeis	Psam
IMPORTÂNCIA DA PRÁTICA PARA EMPRESA E PERCEPÇÃO PESSOAL	
• Como você avalia esta prática para empresa	IPEMP
• Atribua um grau de relevância para a questão	IPEPES
• Setores Econômicos	Set
• Assinale a função em que você atua na empresa.	Fun

A coleta de dados, realizada entre 12 de março a 17 de abril de 2009, compreendeu as seguintes etapas:

- Por meio de ligações feitas para as empresas da amostra, identificou-se o gestor contábil apropriado para o preenchimento do questionário; e

- Após contato, foram explicados os objetivos da pesquisa e havendo concordância do gestor, foram enviados, via e-mail, os questionários. Os dados foram coletados mediante envio de questionário eletrônico por meio do Software Formsite.com.

Nesta pesquisa, utilizou-se da abordagem quantitativa (questionários) e qualitativa (entrevistas). Entende-se que as fontes de evidências baseadas nos depoimentos dos gestores responsáveis pela preparação das demonstrações contábeis complementaram as informações coletadas e os documentos e arquivos, que estivessem disponíveis. Patton (1990, p. 14) destaca que métodos qualitativos e quantitativos representam estratégias de pesquisa alternativas e não são mutuamente exclusivas, podem ser coletados no mesmo estudo. O uso combinado de ambos os métodos apresenta as seguintes vantagens:

- confirmar um com o outro por triangulação;
- elaborar ou desenvolver análise, provendo detalhes mais ricos; e
- iniciar novas linhas de pensamento e provendo novos insights (ROSSMAN & Wilson (1985; 1994 *apud* MILES; HUBERMAN, 1994, p. 41).

O uso do método qualitativo possibilita ao pesquisador a identificação de casos representativos, que serve como dados de apoio; auxilia na interpretação dos achados quantitativos e proporciona a validação das interpretações (SEIDMAN, 1991; YIN, 2001). Neste contexto, destaca-se que nem sempre as evidências apuradas pela pesquisa serão convergentes, cabendo ao pesquisador identificar e entender o porquê das diferenças. Sendo que não necessariamente duas observações que produzem resultados diferentes estão erradas, elas podem ter sido captadas em aspectos distintos do fenômeno. Portanto, reconhecer e explicar essas diferenças aumenta a credibilidade dos resultados e achados (PATTON, 1990; YIN, 2001).

As entrevistas realizadas tiveram como objetivo, a partir do depoimento dos entrevistados, formar uma imagem do conjunto de eventos que propiciaram o processo de mudança (desinstitucionalização) e afetaram o uso das práticas contábeis de correção monetária nas empresas, no decurso de sua história.

Em relação ao uso do método de entrevista, Marshall e Rossman (1995, p.80) comentam que o pesquisador explora alguns tópicos gerais na tentativa de descobrir a perspectiva do entrevistado, sempre obedecendo a forma como o participante coloca e estrutura suas respostas. Eles acrescentam que algum grau de sistematização pode ser necessário, quando se

trabalham com casos múltiplos ou vários participantes são entrevistados.

A entrevista representa uma forma de encorajar o respondente a compartilhar o máximo de informações possíveis sobre um conjunto de tópicos por meio de perguntas (COOPER & SCHINDLER, 2003; YIN, 2001)

Seidman (1991, p. 3) esclarece que o uso da entrevista possibilita, por meio de questões abertas, que o respondente reconstrua sua experiência com respeito ao tópico que está sendo pesquisado. Ele sugere a condução da pesquisa em três partes: 1) estabelecer o contexto da experiência do participante; 2) concentrar nos detalhes concretos da experiência presente do participante; e 3) refletir sobre o significado da experiência que tiveram.

A entrevista por si só ressalta os aspectos subjetivos da visão do entrevistado sobre o fenômeno. Maior objetividade é obtida pela triangulação dos dados da entrevista com dados coletados por outros métodos. Neste processo, a validade dos achados é reforçada pelas entrevistas em partes, pois estabelece um contexto de referência, que possibilita avaliar a consistência interna dos relatos obtidos através de entrevistas, que permiti conectar e checar os comentários de um participante em relação aos demais (SEIDMAN, 1991, YIN, 2001).

A quantidade de entrevistas realizadas deveria obedecer a critérios de suficiência, sendo que o número de entrevistas realizadas deveria refletir a variabilidade do escopo da pesquisa e a saturação nos achados. Sendo que a inclusão de mais um participante não acrescentaria informação ou perspectivas além das já obtidas (SEIDMAN, 1991, p. 45).

Martins (2008, p. 12) esclarece que a utilização de múltiplas fontes de evidências precisam convergir e oferecer condições para se afirmar fidedignidade e validade dos resultados apurados, por meio de triangulações de informações, dados, evidências e mesmo de teorias. Desse modo, as conclusões e descobertas tornam-se mais convincentes e apuradas já que provém de um conjunto de corroborações.

5 RESULTADOS E ANÁLISES

5.1 Análises Descritivas

Nesta pesquisa, foram analisados os seguintes aspectos: (i) perfil do respondente da pesquisa (ii) características qualitativas da informação contábil (compreensibilidade, relevância, confiabilidade e comparabilidade); (iii) importância das práticas contábeis de correção monetária para a empresa e para os gestores; (v) a relevância de informações contábeis ajustadas pela inflação no processo de tomada de decisão dos usuários e as razões que influenciaram as empresas a não realizar mais a prática de correção monetária: a) sob a perspectiva do isomorfismo institucional e b) sob os pressupostos da desinstitucionalização.

5.1.1 Perfil do Respondente

Na Tabela 13, demonstra-se os resultados sobre o tempo de atuação dos respondentes e a e função exercida na empresa.

Tabela 13 – Perfil do Respondente da Pesquisa

Tabela de Contingência (tabela cruzada)											
Tempo (ano)	Menos de 1 ano		De 1 a 5 anos		De 5 a 10 anos		De 10 a 15 anos		mais 15 anos		Total
Função	Count	%	Count	%	Count	%	Count	%	Count	%	
Contador (a)	-	-	2,00	10,0%	-	-	5,00	25,0%	13,00	65,0%	20,00
<i>Controllers</i>	-	-	1,00	9,1%	-	-	3,00	27,3%	7,00	63,6%	11,00
Diretor (a)											
Financeiro (a)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Relação c/ Investidores	-	-	-	-	-	-	-	-	1,00	100,0%	1,00
Gerente	-	-	-	-	1,00	16,7%	1,00	16,7%	4,00	66,7%	6,00
Analista	1,00	33,3%	1,00	33,3%	1,00	33,3%	-	0,0%	-	0,0%	3,00
Supervisor	-	-	1,00	33,3%	-	0,0%	-	0,0%	2,00	66,7%	3,00
Outros*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	1,00	2,3%	5,00	11,4%	2,00	4,5%	9,00	20,5%	27,00	61,4%	44,00

Conforme demonstrado, na Tabela 13, 75,0% dos respondentes são contadores e controllers e 92% deles têm mais de 10 anos na empresas, 25,0% dos respondentes atuam, atualmente, como *controllers* na empresas. Os resultados demonstram que o perfil da amostra dos respondentes atende ao que se esperava como perfil desejado dos respondentes (contadores, *controllers* e tempo significativo na empresa).

5.1.2 Características Qualitativas da Informação Contábil

As questões, relativas às características qualitativas da informação contábil, tiveram como

objetivo verificar como os aspectos qualitativos da informação contábil corrigida podem influenciar o seu uso, nas organizações.

Tabela 14 – Compreensibilidade

Escala		Frequência	Percentual
1	Discordo totalmente	0	0
2	Discordo	11	25,0
3	Indiferente	9	20,5
4	Concordo	20	45,5
5	Concordo totalmente	4	9,1
Total		44	100,0

Fonte: Elaborado a partir dos relatórios do SSPS 13.

Conforme observado, na Tabela 14, 45,5% dos gestores assinalaram que discordam ou são indiferentes, quanto ao nível de compreensibilidade da informação contábil corrigida. No entanto, 54,6% assinalaram que concordam e concordam totalmente quanto a compreensibilidade dessa informação. Destaca-se que não houve respondentes que discordaram totalmente sobre a compreensibilidade deste tipo de informação.

Tabela 15 – Relevância

Escala		Frequência	Percentual
1	Discordo totalmente	0	0
2	Discordo	11	25,0
3	Indiferente	9	20,5
4	Concordo	20	45,5
5	Concordo totalmente	4	9,1
Total		44	100,0

Fonte: Elaborado a partir dos relatórios do SSPS 13.

De acordo com a Tabela 15, 45,5% dos respondentes concordam com a relevância da informação contábil corrigida.

Tabela 16 – Confiabilidade

Escala		Frequência	Percentual
1	Discordo totalmente	1	2,3
2	Discordo	10	22,7
3	Indiferente	9	20,5
4	Concordo	17	38,6
5	Concordo totalmente	7	15,9
Total		44	100,0

Fonte: Elaborado a partir dos relatórios do SSPS 13.

Em relação ao nível da confiabilidade da informação contábil corrigida, pode-se observar, conforme a Tabela 16, que 54,5% dos respondentes consideram este tipo de informação confiável.

Tabela 17 – Comparabilidade

Escala		Frequência	Percentual
1	Discordo totalmente	1	2,3
2	Discordo	8	18,2
3	Indiferente	5	11,4
4	Concordo	22	50,0
5	Concordo totalmente	8	18,2
Total		44	100,0

Fonte: Elaborado a partir dos relatórios do SSPS 13.

Na Tabela 17, verifica-se que 68,2% dos respondentes concordam que a informação contábil corrigida apresenta a característica de comparabilidade, para os seus usuários, no processo decisório. Em linhas gerais, observou-se que a informação contábil corrigida, atualmente, para os seus usuários (maioria dos respondentes) não se apresenta tão relevante, mas, uma vez mensurada e evidenciada, é comparável, confiável e compreensível.

5.1.3 Práticas Contábeis de Correção Monetária

Foi investigado, se as empresas continuam realizando algum tipo de ajuste dos efeitos da inflação sobre as transações realizadas, como, por exemplo: (i) práticas de correção monetária integral; (ii) correção monetária de balanço, (iii) aplicação de índices setoriais e (iv) outros tipos de ajustes.

Tabela 18 – Práticas contábeis de correção monetária

Práticas	Correção Monetária Integral		Correção de Monetária de Balanço		Aplicação de Índices Setoriais		Outros tipos de ajustes	
	Freq.	Percent	Freq.	Percent	Freq.	Percent	Freq.	Percent
1 – não realizam	42	95,5	43	97,7	39	88,6	40	90,9
2 - realizam parcialmente	1	2,3	-	-	5	11,4	3	6,8
3 – realizam totalmente	1	2,3	1	2,3	-	-	1	2,3
Total	44	100,0	44	100,0	44	100,0	44	100,0

Fonte: Elaborado a partir dos relatórios do SSPS 13.

De acordo com as respostas obtidas, observadas na Tabela 18, 2,3% das empresas mantêm a prática de correção monetária integral, 2,3%, das empresas, mantêm a prática de correção monetária de balanço, 11,4% das empresas realizam parcialmente a aplicação de índices setoriais e 9,1% das empresas afirmam que realizam outros tipos de ajustes de correção monetária. Estes resultados (Tabela 18) estão em concordância com a pouca relevância, atribuída à informação contábil corrigida, pelos gestores. Nas seções seguintes, investigou-se o grau de importância das práticas contábeis de correção monetária para empresa e para os respondentes.

5.1.4 Importância das Práticas Contábeis de Correção Monetária

Estas questões tiveram como finalidade investigar como os gestores avaliam a importância das práticas contábeis de correção monetária, para a empresa e para eles mesmos.

Tabela 19 - Importância da informação corrigida para as empresas

Escala	Frequência	Percentual
1 – nenhuma importância	6	13,6
2 – pouca importância	24	54,5
3 - alguma importância	7	15,9
4 - muita importância	7	15,9
5 – elevada importância	0	0
Total	44	100,0

Fonte: Elaborado a partir dos relatórios do SSPS 13.

Pode-se observar, de acordo com a Tabela 19, que 68,10% dos respondentes atribuíram entre nenhuma e pouca importância para o uso das práticas contábeis de correção monetária para as empresas.

Tabela 20 - Importância atribuída pelos respondentes (percepção pessoal)

Escala	Frequência	Percentual
1 – nenhuma importância	3	6,8
2 - pouca importância	5	11,4
3 – alguma importância	19	43,2
4 - muita importância	15	34,1
5- elevada importância	2	4,5
Total	44	100,0

Fonte: Elaborado a partir dos relatórios do SSPS 13.

Comparativamente, pode-se observar que a percepção pessoal do respondente (gestor) difere do nível de importância atribuída para as empresas. Pois, 81,8% dos gestores atribuíram entre alguma, muita e elevada importância ao uso das práticas contábeis de correção monetária.

5.1.5 Isomorfismo: Competitivo e Institucional

Nesta seção, buscou-se identificar as principais as razões que influenciaram as empresas a não realizar mais a prática contábil de correção monetária, sob a perspectiva isomorfismo: competitivo e institucional. Na Tabela 21, demonstram-se os resultados de como os fatores competitivos que influenciaram o processo de abandono das práticas contábeis de correção monetária.

Tabela 21 – Isomorfismo competitivo

Constructos / Variáveis	Escala	1. Nenhuma	2. Pouca	3. Alguma	4. Muita	5. Elevada	Total
O tamanho da empresa	Count	23	11	4	4	2	44
	%	52,30%	25,00%	9,10%	9,10%	4,50%	100
Relacionamento com o mercado externo	Count	17	11	7	4	5	44
	%	38,60%	25,00%	15,90%	9,10%	11,40%	100
Impacto dos níveis de inflação sobre os resultados publicados	Count	10	8	15	7	4	44
	%	22,70%	18,20%	34,10%	15,90%	9,10%	100
Impacto dos níveis de inflação sobre o setor	Count	11	8	18	3	4	44
	%	25,00%	18,20%	40,90%	6,80%	9,10%	100

Fonte: Elaborado a partir dos relatórios do SSPS 13.

Observa-se na Tabela 21, que a maioria dos respondentes assinalou que os fatores competitivos, tais como: tamanho, relacionamento com o mercado e o impacto da inflação sobre os resultados não representam muita importância para o uso das práticas contábeis de correção monetária. Também foi avaliado como o isomorfismo institucional pode ter influenciado o abandono das práticas contábeis de correção monetária, nas empresas brasileiras. Os resultados podem ser observados, nas tabelas: 22, 23 e 24.

Tabela 1 - Mecanismos coercitivos

Constructos / Variáveis	Escala	1. Nenhuma	2. Pouca	3. Alguma	4. Muita	5. Elevada	Total
Regulação Governo	Count	13	2	11	10	8	44
	%	29,50%	4,50%	25,00%	22,70%	18,20%	100
Obrigatoriedade Lei	Count	6	1	10	9	18	44
	%	13,60%	2,30%	22,70%	20,50%	40,90%	100
Poder institucional Entidade regulação	Count	4	4	7	15	14	44
	%	9,10%	9,10%	15,90%	34,10%	31,80%	100
Ausência de Fiscalização e Punição	Count	21	6	11	3	3	44
	%	47,70%	13,60%	25,00%	6,80%	6,80%	100
Desenvolvimento do Mercado de Capitais	Count	13	12	11	5	3	44
	%	29,50%	27,30%	25,00%	11,40%	6,80%	100
O surgimento de novas tecnologias contábeis	Count	10	10	12	7	5	44
	%	22,70%	22,70%	27,30%	15,90%	11,40%	100

Fonte: Elaborado a partir dos relatórios do SSPS 13.

Observa-se na Tabela 22, que três atributos merecem destaque. Pois, 62,2% dos respondentes assinalam, entre alguma a elevada importância, para a regulamentação do governo; 83,3% destacam, entre alguma a elevada importância, à obrigatoriedade imposta pela Lei e 81% dos respondentes atribuíram, entre alguma a elevada importância, ao poder institucional das entidades reguladoras (CVM - Comissão de Valores Mobiliários e SRF - Secretaria da Receita Federal) como atributos predominantes no processo de desinstitucionalização das

práticas contábeis de correção monetária.

Tabela 23 - Mecanismos miméticos

Constructos / Variáveis	Escala	1 – Nenhuma	2 – Pouca	3 – Alguma	4 – Muita	5- Elevada	Total
Empresas concorrentes não realizam mais a prática CM	Count	17	7	8	8	4	44
	%	38,60%	15,90%	18,20%	18,20%	9,10%	100
Nível de divulgação informacional dos concorrentes	Count	17	6	15	4	2	44
	%	38,60%	13,60%	34,10%	9,10%	4,50%	100
A publicação de informação corrigida pode gerar incerteza no processo decisório dos usuários	Count	15	9	12	6	2	44
	%	34,10%	20,50%	27,30%	13,60%	4,50%	100

Fonte: Elaborado a partir dos relatórios do SSPS 13.

Na Tabela 23, constata-se que os três mecanismos miméticos analisados apresentaram entre nenhuma e pouca importância ao processo de desinstitucionalização das práticas contábeis de correção monetária.

Tabela 24 - Mecanismos normativos

Constructos / Variáveis	Escala	1 – Nenhuma	2 – Pouca	3 – Alguma	4 – Muita	5- Elevada	Total
As recomendações das entidades de pesquisas e acadêmicas	Count	15	12	10	6	1	44
	%	34,10%	27,30%	22,70%	13,60%	2,30%	100
Os pronunciamentos das entidades de classes	Count	12	5	11	10	6	44
	%	27,30%	11,40%	25,00%	22,70%	13,60%	100
As recomendações das empresas consultoria e auditoria	Count	9	6	7	12	10	44
	%	20,50%	13,60%	15,90%	27,30%	22,70%	100

Fonte: Elaborado a partir dos relatórios do SSPS 13.

Os níveis de importância dos mecanismos normativos atribuídos (entre nenhuma e muita importância) pelos gestores e apresentados na Tabela 24, não foram discriminantes e nem decisivos no processo de desinstitucionalização das práticas contábeis de correção monetária.

5.1.6 Processo de Desinstitucionalização

Nesta seção, analisou-se como as pressões políticas, funcionais e sociais contribuíram no processo de desinstitucionalização das práticas contábeis de correção monetária.

Tabela 25 - Atributos – Pressões políticas (organizacional e ambiente)

Níveis / Variáveis / Escala			1 Nenhuma	2 Pouca	3 Alguma	4 Muita	5 Elevada	Total
Organizacional	Ausência de conteúdo informacional para sindicatos (empregados)	Count	29	9	4	2		44
		%	65,90%	20,50%	9,10%	4,50%		100
	Influência a remuneração dos gestores	Count	25	8	9	2		44
		%	56,80%	18,20%	20,50%	4,50%		100
	Distorce o desempenho dos gestores	Count	31	7	3	1	2	44
		%	70,50%	15,90%	6,80%	2,30%	4,50%	100
Ambiente	Diminuição dos índices de inflação da economia brasileira	Count	11	2	5	18	8	44
		%	25,00%	4,50%	11,40%	40,90%	18,20%	100
	Mudança das leis sobre publicação de informação contábil corrigida	Count	4	2	6	16	16	44
		%	9,10%	4,50%	13,60%	36,40%	36,40%	100
	O mercado financeiro não exige	Count	8	2	12	12	10	44
		%	18,20%	4,50%	27,30%	27,30%	22,70%	100
	Ausência de incentivos fiscais	Count	20	2	10	8	4	44
		%	45,50%	4,50%	22,70%	18,20%	9,10%	100
	A matriz não exige	Count	23	3	4	5	9	44
		%	52,30%	6,80%	9,10%	11,40%	20,50%	100
	Clientes e fornecedores não exigem	Count	17	5	9	8	5	44
		%	38,60%	11,40%	20,50%	18,20%	11,40%	100

Fonte: Elaborado a partir dos relatórios do SSPS 13.

Conforme descrito na Tabela 25, as pressões políticas (no âmbito organizacional) não demonstraram tão relevantes como se esperava. No entanto, resultados obtidos com as variáveis do constructo pressões políticas no nível do ambiente representaram uma fonte rica para explicação do fenômeno, por exemplo:

- 69% dos respondentes atribuíram entre elevada e muita importância para a diminuição dos índices de inflação da economia brasileira;
- 85,7% atribuíram entre elevada e muita importância às mudanças nas leis sobre publicação de informação contábil corrigida; e
- 50,0% assinalaram, entre muita e elevada importância, para o fato do mercado financeiro não exigir este tipo de informação.

Tabela 26 - Pressões funcionais (organizacional)

Nível / Variáveis	Escala	1. Nenhuma	2. Pouca	3. Alguma	4. Muita	5. Elevada	Total
Os custos de manter a prática superam os benefícios da informação gerada	Count	8	2	10	12	12	44
	%	18,20%	4,50%	22,70%	27,30%	27,30%	100
O surgimento de novas tecnologias contábeis	Count	11	4	10	13	6	44
	%	25,00%	9,10%	22,70%	29,50%	13,60%	100
Restringe o uso dos recursos internamente.	Count	17	8	13	3	3	44
	%	38,60%	18,20%	29,50%	6,80%	6,80%	100
Não possui conteúdo informacional para investidores e acionistas	Count	13	6	10	13	2	44
	%	29,50%	13,60%	22,70%	29,50%	4,50%	100

Fonte: Elaborado a partir dos relatórios do SSPS 13.

Conforme, Tabela 26, os resultados referentes às pressões funcionais, demonstraram-se significativos ao processo de desinstitucionalização das práticas de correção monetária. 67,2% dos respondentes atribuíram, entre elevada e muita influência, ao fato de que os custos para manter a prática superam os benefícios da informação gerada; e 43,1% atribuíram, entre elevada e muita influência, para o surgimento de novas tecnologias contábeis.

Tabela 27 - Pressões funcionais (ambiente)

Nível / Variáveis	Escala	1. Nenhuma	2. Pouca	3. Alguma	4. Muita	5. Elevada	Total
Níveis de inflação no período (mês e ano)	Count	6	5	10	14	9	44
	%	13,60%	11,40%	22,70%	31,80%	20,50%	100
Devido as novas regulamentação para o setor	Count	14	3	12	7	8	44
	%	31,80%	6,80%	27,30%	15,90%	18,20%	100
Influencia a distribuição de dividendos	Count	19	5	6	11	3	44
	%	43,20%	11,40%	13,60%	25,00%	6,80%	100

Fonte: Elaborado a partir dos relatórios do SSPS 13.

Na Tabela 27, são apresentados os resultados obtidos, referente às variáveis que incluem os aspectos do ambiente, no qual a organização está inserida, cabendo destaque às seguintes variáveis: 75,0% dos respondentes atribuíram, entre alguma e elevada influência, para os níveis de inflação no mês e ano; 61,4% afirmaram, entre alguma e elevada influência, que novas regulamentações setoriais podem influenciar o uso destas práticas, em determinado período; e para 43,2% dos respondentes, o uso das práticas contábeis de correção monetária não apresenta nenhuma relação com a distribuição de dividendos.

Tabela 28 - Pressões sociais (organizacional e ambiente)

Níveis / Variáveis	Escala	1. Nenhuma	2. Pouca	3. Alguma	4. Muita	5. Elevada	Total
Mudança da configuração jurídica da empresa (abertura de capital ou fechamento)	Count	28	3	8	2	3	44
	%	63,60%	6,80%	18,20%	4,50%	6,80%	100
Mudança na estrutura Organizacional	Count	27	5	10	1	1	44
	%	61,40%	11,40%	22,70%	2,30%	2,30%	100
Realização de fusões, Cisões ou incorporações	Count	31	4	5	3	1	44
	%	70,50%	9,10%	11,40%	6,80%	2,30%	100
Mudança dos gestores internos (atores sociais)	Count	29	9	5	1		44
	%	65,90%	20,50%	11,40%	2,30%		100
Harmonização internacional das práticas contábeis	Count	10		9	12	13	44
	%	22,70%		20,50%	27,30%	29,50%	100

Fonte: Elaborado a partir dos relatórios do SSPS 13.

Em relação às pressões sociais, conforme descrito na Tabela 28, apenas o atributo harmonização internacional das práticas contábeis apresentou-se como fator significativo, pois 67,2% dos respondentes atribuíram, entre elevada e muita importância, para este item.

Nas seções seguintes, foram realizadas diversas análises estatísticas com a finalidade de verificar como as variáveis agrupadas podem oferecer uma melhor explicação sobre o processo de desinstitucionalização e persistência institucional das práticas contábeis de correção monetária.

5.2 Aspectos Conceituais da Análise Fatorial

Após a realização da mensuração da frequência dos itens, que compõem cada constructo, aplicou-se a técnica de AF - Análise Fatorial, com a finalidade de realizar uma análise do comportamento dos itens, propostos nos modelos teóricos, que buscam identificar as principais razões pelas quais as empresas não devem continuar realizando mais as práticas contábeis de correção monetária.

Maroco (2003) define a análise fatorial (AF) como uma técnica de análise exploratória de dados que tem por objetivo descobrir e analisar a estrutura de um conjunto de variáveis inter-relacionadas, de modo a construir uma escala de medida para fatores (intrínsecos) que, de alguma forma (mais ou menos explícita), controla as variáveis originais. Buscou-se com esta técnica, a partir das correlações observadas entre as variáveis originais, estimar os fatores comuns que são subjacentes às variáveis e não diretamente observáveis.

Para Favero *et al* (2009, p. 236), “o principal objetivo da análise fatorial é permitir a

simplificação ou redução de um grande número de variáveis por meio da determinação das dimensões latentes comuns (fatores)”. E assim, transformar um conjunto de variáveis correlacionadas em outro grupo que não apresenta correlação entre si, reduzindo a complexidade e facilitando a interpretação dos dados. Maroco (2003) acrescenta que análise fatorial possibilita atribuir um escore (quantificação) a constructos, ou fatores, que não são diretamente observáveis, que reduzem um número de variáveis em fatores. Estes fatores possibilitam a identificação de relações estruturais entre as variáveis que, de outra forma, poderiam não ser observadas no conjunto de variáveis originais.

Para aplicação desta técnica, supõe-se a existência de alguns pressupostos:

- normalidade e linearidade, pois os desvios na normalidade e na linearidade podem reduzir as correlações observadas entre as variáveis e podem prejudicar a solução; e
- matriz de correlação com valores significativos, sendo que a existência de correlações altas entre as variáveis representa uma justificativa para a sua aplicação. Favero *et al* (2009, p. 236) consideram que se deva admitir valores superiores a 0,30 de correlação.

Algumas limitações são apresentadas na literatura como, por exemplo, tamanho de amostra. Hair *et al* (2005) afirmam que dificilmente se aplica uma análise fatorial com uma amostra de 50 observações, sendo que o tamanho da amostra deveria ser igual ou superior a 100 observações. Tem-se como regra geral, utilizar o mínimo de 5 vezes mais observações do que o número de variáveis que compõem o banco de dados. Recomenda-se que este coeficiente seja de 10 observações para cada variável.

A aplicação da Análise Fatorial, nesta pesquisa, foi realizada em quatro etapas: (i) Análise da matriz de correlações e adequação da utilização da utilização AF; (ii) Extração dos fatores iniciais e determinação do número de fatores; (iii) Rotação dos fatores, e (iv) Interpretação dos fatores.

Na investigação dos fatores inerentes do processo de abandono das práticas contábeis de correção monetária, foram utilizados dois modelos: 1) isomorfismo competitivo e institucional e 2) desinstitucionalização.

5.2.1 Análise Fatorial - Isomorfismo

A técnica de análise fatorial foi utilizada para a verificação da relevância de cada constructo

teórico sob a perspectiva do isomorfismo: competitivo e institucional. O objetivo desta análise é verificar quais constructos se demonstram mais influentes no processo de desinstitucionalização das práticas contábeis de correção monetária. Foram utilizados os escores fatoriais para avaliação da importância/peso de cada constructo.

Tabela 29 – Estatística descritiva

Variáveis	Média	Desvio Padrão
Tamanho	1,89	1,185
Relaci_merc_exter	2,30	1,374
Impac_níveis_infla_result_pub	2,70	1,250
Impac_níveis_infla_setor	2,57	1,208

Fonte: Elaborado a partir dos relatórios do SPSS 13.

Na Tabela 29, apresenta-se uma análise descritiva dos itens que compõem o constructo isomorfismo competitivo. Conforme ilustrado, os itens deste constructo apresentaram médias baixas, quando comparados com outros constructos analisados.

Tabela 30 – Análise dos componentes do isomorfismo competitivo

Indicadores	CP1	Communalities	Cronbach's Alpha
Tamanho	0,7792	0,6072	0,850
Relaci_merc_exter	0,8568	0,7340	
Impac_níveis_infla_result_pub	0,8126	0,6603	
Impac_níveis_infla_setor	0,8924	0,7964	
Total Variância Explicada (%)		0,6995	
Initial Eigenvalues – Autovalor		2,7978	
KMO - Kaiser-Meyer-Olkin		0,6207	
Bartlett's Test		99,8472	
Sig.		0,00	

Fonte: SPSS versão 13.

Os resultados apurados no Testes Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) e o de Esfericidade de Bartlett, conforme Tabela 30, indicam qual é o grau de suscetibilidade ou o ajuste dos dados à análise fatorial, pois se espera que os valores para o KMO sejam maiores que 0,50 e para o teste Bartlett o nível de confiança seja menor que 0,05 (HAIR et al, 2005; FÁVERO et al, 2009).

As comunalidades (*communalities*) representam o indicador de variância total explicada pelos fatores em cada variável. As comunalidades iniciais são 1, sendo que após extração dos fatores variam entre 0 e 1. Neste caso, observa-se que todas as variáveis possuem valores elevados na comunalidade. Para a retenção dos fatores, utilizou-se a regra de valores superiores a 1. Neste caso, observa-se que o valor de variância explicada é de 69,94%.

5.2.1.1 Isomorfismo Institucional – Mecanismos Coercitivos

Na Tabela 31, são demonstrados os valores médios das variáveis que compõem o constructo isomorfismo institucional, em que diversas variáveis apresentaram médias elevadas, quando comparado com outros constructos. Isto pode ser um indicativo, aparentemente, do relacionamento conceitual entre a teoria e o fenômeno pesquisado.

Tabela 31 – Estatística descritiva

Variáveis	Média	Desvio Padrão
Regul_Gov	2,95	1,493
Obrig_Le	3,73	1,387
Poder_inst_ent_regul	3,70	1,268
Ausên_fisc_pun	2,11	1,280
Des_mercado_cap	2,39	1,224
Surg_novas_tecnol	2,70	1,304

Fonte: Elaborado a partir dos relatórios do SPSS 13.

Conforme observado, na Tabela 32, as variáveis: obrigatoriedade legal; poder das instituições (CVM e SRF); e regulamentação governamental apresentaram as maiores médias, ou seja, isto pode significar maior influência no processo de abandono das práticas contábeis de correção monetária.

Tabela 32 - Análise dos componentes do isomorfismo institucional (mecanismos coercitivos)

Indicadores	CP1	Communalities	Cronbach's Alpha
Regul_Gov	0,7907	0,6251	0,710
Obrig_Le	0,7024	0,4934	
Poder_inst_ent_regul	0,8591	0,7380	
Ausên_fisc_pun	0,5953	0,3544	
Des_mercado_cap	0,6615	0,4376	
Surg_novas_tecnol	0,1060	0,0112	
Total Variância Explicada (%)		44,33	
Initial Eigenvalues – Autovalor		2,659	
KMO - Kaiser-Meyer-Olkin		0,689	
Bartlett's Test		65,558	
Sig.		0,00	

Fonte: Elaborado a partir dos relatórios do SPSS 13.

De acordo com a Tabela 32, as variáveis demonstraram-se aderentes, pois o total de variância extraída, neste constructo (mecanismo coercitivo), foi de 68,9%. A seguir, são apresentados os resultados inerentes aos mecanismos miméticos e suas respectivas relações com o objeto pesquisado.

5.2.1.2 Isomorfismo Institucional - Mecanismos Miméticos

Na Tabela 33, apresenta-se a análise descritiva dos fatores miméticos e sua importância ao uso de informações corrigidas.

Tabela 33 – Estatística descritiva

Variáveis	Média	Desvio Padrão
Emp_concor	2,43	1,404
Nível_divulg_Crente	2,27	1,208
Public_Infor_Incerteza	2,34	1,219

Fonte: Elaborado a partir dos relatórios do SSPS 13

Os resultados obtidos (Tabela 33) demonstram que as três variáveis analisadas apresentaram médias entre 2,27 a 2,43. Aparentemente, representam níveis baixos comparados com outros constructos analisados.

Tabela 34 - Análise dos componentes do isomorfismo institucional (mecanismos miméticos)

Indicadores	CP1	Communalities	Cronbach's Alpha
Emp_concor	0,9242	0,8541	0,847
Nível_divulg_Crente	0,8805	0,7753	
Public_Infor_Incerteza	0,8203	0,6730	
Total Variância Explicada (%)		76,744	
Initial Eigenvalues – Autovalor		2,302	
KMO – Kaiser-Meyer-Olkin		0,676	
Bartlett's Test		58,780	
Sig.		0,00	

Fonte: Elaborado a partir dos relatórios do SSPS 13.

Na Tabela 34, pode-se observar que estas variáveis formam, de maneira homogênea, um fator, pois os valores relacionados à comunalidade são superiores 0,5 e a variância explicada é de 67,6%.

5.2.1.3 Isomorfismo Institucional – Mecanismos Normativos

Na Tabela 35, é apresentada a estatística descritiva dos itens relacionados aos mecanismos normativos.

Tabela 35 – Estatística descritiva

Variáveis	Média	Desvio Padrão
Recomend_Entid_Pesq_Acad	2,23	1,138
Pronunc_Ent_Class	2,84	1,413
Recom_emp_consult_aud	3,18	1,467

Fonte: Elaborado a partir dos relatórios do SSPS 13

Observando os dados da Tabela 35, cabe destaque para as variáveis: recomendações de empresas de consultoria e auditoria e pronunciamentos de classes, cujas médias foram de 3,18 e 2,84, respectivamente. A variável recomendações das entidades de pesquisas e acadêmicas apresentou média de 2,23.

Tabela 36 - Análise dos componentes do isomorfismo institucional (mecanismos normativos)

Indicadores	CP1	Communalities	Cronbach's Alpha
Recomend_Entid_Pesq_Acad	0,8333	0,6944	0,848
Pronunc_Ent_Class	0,9151	0,8375	
Recom_emp_consult_aud	0,8866	0,7860	
Total Variância Explicada (%)		77,26	
Initial Eigenvalues – Autovalor		2,317	
KMO – Kaiser-Meyer-Olkin		0,700	
Bartlett's Test		58,045	
Sig.		0,00	

Fonte: Elaborado a partir dos relatórios do SSPS 13.

Conforme descrito, na Tabela 36, os valores de comunalidade foram superiores 0,6 e a variância explicada foi de 77,2%, estes resultados demonstram que as variáveis são relevantes na composição de um fator.

5.2.2 Análise Fatorial – Desinstitucionalização

Nesta seção são apresentados os resultados obtidos, a partir das variáveis que compõem o segundo modelo utilizado. Este modelo compreende os pressupostos da desinstitucionalização, que compreende três tipos de pressões: políticas, funcionais e sociais, que possuem dois níveis: organizacional ou ambiente (OLIVER, 1992).

5.2.2.1 Pressões Políticas

As médias das pressões políticas, referente ao nível organizacional, estão demonstradas, na Tabela 37.

Tabela 37 – Estatística descritiva

Variáveis	Média	Desvio Padrão
Infl_desemp_rem_gest	1,52	,849
Distorc_desemp_areas_unid	1,73	,949
Aus_conteúd_inform_Sind	1,55	1,044
Repres_Inov_inform_merc	2,07	1,108

Fonte: Elaborado a partir dos relatórios do SSPS 13.

De acordo com os resultados obtidos (Tabela 37), as variáveis inerentes a pressões políticas

foram as variáveis que apresentaram os menores valores, referentes às médias, em ambos modelos e constructos analisados, médias entre 1,52 a 2,07, que representam entre nenhuma e pouca influência ao uso de informação corrigida, nas organizações pesquisadas.

Tabela 38 - Análise dos componentes da desinstitucionalização (pressões políticas)

Indicadores	CPI	Communalities	Cronbach's Alpha
Infl_desemp_rem_gest	0,7768	0,6034	0,828
Distorc_desemp_areas_unid	0,9298	0,8645	
Aus_conteúd_inform_Sind	0,8581	0,7363	
Repres_Inov_inform_merc	0,7022	0,4930	
Total Variância Explicada (%)		67,431	
Initial Eigenvalues – Autovalor		2,697	
KMO - Kaiser-Meyer-Olkin		0,736	
Bartlett's Test		76,933	
Sig.		0,00	

Fonte: Elaborado a partir dos relatórios do SSPS 13.

Mesmo diante dos valores baixos, auferidos nas médias destes constructos, de um modo geral, as variáveis apresentaram-se aderentes à constituição de fator (constructo), pois os valores referentes à comunalidade são superiores ou muito próximos de 0,5. Outro aspecto relevante é o valor obtido no total de variância explicada, que foi de 67,43%.

Em relação às variáveis relacionadas às pressões políticas, em que se considera o nível do ambiente, foram obtidos resultados totalmente diferentes, conforme demonstrados na Tabela 39.

Tabela 39 – Estatística descritiva

Variáveis	Média	Desvio Padrão
Dimin_índices_inflaç	3,23	1,476
Mud_leis_public	3,86	1,231
Merc_fin_n_exig	3,32	1,377
Aus_incent_fiscais	2,41	1,452
Matriz_não_exig	2,41	1,675
Client_forn_não_exig	2,52	1,455

Fonte: Elaborado a partir dos relatórios do SSPS 13.

Os valores das médias (Tabela 40) concentraram-se entre 2,41 a 3,86, que na percepção dos respondentes representam entre alguma a elevada influência sobre o uso de informação corrigida. Cabendo destaque às variáveis: diminuição dos índices de inflação que está relacionado ao nível de politização econômica do governo com média de 3,32; mudanças nas leis sobre publicação, que representa vínculo significativo como fatores políticos que se obteve média de 3,86 e o fato do mercado financeiro não exigir este tipo de informação na concessão de crédito, apresentou média de 3,32.

Tabela 40 - Análise dos componentes da desinstitucionalização (pressões políticas - ambiente)

Indicadores	CP1	Communalities	Cronbach's Alpha
Dimin_índices_inflaç	0,5373	0,2886	0,795
Mud_leis_public	0,7164	0,5133	
Merc_fin_n_exig	0,7303	0,5333	
Aus_incent_fiscais	0,7512	0,5642	
Matriz_não_exig	0,6835	0,4671	
Client_forn_não_exig	0,8174	0,6681	
Total Variância Explicada (%)		50,577	
Initial Eigenvalues – Autovalor		3,034	
KMO - Kaiser-Meyer-Olkin		0,699	
Bartlett's Test		97,541	
Sig.		0,00	

Fonte: Elaborado a partir dos relatórios do SSPS 13.

Conforme demonstrado na Tabela 40, a maioria dos valores relacionados a comunalidades foram superiores a 0,5, cabendo ressalva para as variáveis diminuição dos índices de inflação e matriz não exige este tipo de informação, que apresentaram valores inferiores ao esperado. No entanto, o nível total de variância explicada foi de 50,57%, que atende ao mínimo esperado para constituição de um fator (constructo). Vale ressaltar que o fato de se considerar apenas um fator nesta análise pode penalizar os resultados. Assim, caberia a consideração de mais de um fator para as pressões políticas, no nível ambiente.

5.2.3 Pressões Funcionais

Foram analisadas, nesta seção, como as pressões funcionais podem ter influenciado o processo de desinstitucionalização das práticas contábeis de correção monetária.

Tabela 41 – Estatística descritiva

Variáveis	Média	Desvio Padrão
Custos_benef_infor	3,41	1,419
Surg_novas_tecnol	2,98	1,406
Restri_recur_inter	2,25	1,241
Conteúd_infor_investid	2,66	1,311

Fonte: Elaborado a partir dos relatórios do SSPS 13.

Conforme demonstrado, na Tabela 41, as variáveis apresentaram as maiores médias, no nível organizacional, foram: a) custo versus benefício da informação corrigida, e b) surgimento de novas tecnologias. No entanto, a variável restrição ao uso de recursos internamente foi à variável que recebeu a menor importância dentre as variáveis que compõem este fator (constructo).

Tabela 42 - Análise dos componentes da desinstitucionalização (pressões funcionais)

Indicadores	CP1	Communalities	Cronbach's Alpha
Custos_benef_infor	0,6905	0,4767	0,774
Surg_novas_tecnol0	0,8201	0,6725	
Restri_recur_inter	0,8383	0,7027	
Conteúd_infor_investid	0,7459	0,5563	
Total Variância Explicada (%)		60,20	
Initial Eigenvalues – Autovalor		2,408	
KMO - Kaiser-Meyer-Olkin		0,763	
Bartlett's Test		45,141	
Sig.		0,00	

Fonte: Elaborado a partir dos relatórios do SSPS 13.

Na Tabela 42, observa-se que os valores obtidos na comunalidade são superiores ou bem próximos de 0,5. Destaca-se que o valor total de variância explicada foi de 60,2%, que representa um aspecto importante para consecução do fator (constructo).

Tabela 43 – Estatística descritiva

Variáveis	Média	Desvio Padrão
Níveis_inf_mês_ano	3,34	1,311
Novas_reg_setor	2,82	1,498
Influ_Dist_Div	2,41	1,436

Fonte: Elaborado a partir dos relatórios do SSPS 13.

Na Tabela 43, são apresentados os valores médios obtidos nas variáveis que compõem o constructo pressões funcionais, considerando o nível do ambiente. Ressalta-se que as duas primeiras variáveis mensuradas: níveis de inflação e novas regulamentações para os setores apresentaram valores médias relevantes, mas a variável que abordou sobre a influência da distribuição de dividendos na desinstitucionalização das práticas contábeis de correção monetária obteve um valor inferior (2,42).

Tabela 44 - Análise dos componentes desinstitucionalização (pressões funcionais)

Indicadores	CP1	Communalities	Cronbach's Alpha
Níveis_inf_mês_ano	0,6839	0,4678	0,530
Novas_reg_setor	0,7948	0,6318	
Influ_Dist_Div	0,6709	0,4501	
Total Variância Explicada (%)		51,652	
Initial Eigenvalues – Autovalor		1,549	
KMO - Kaiser-Meyer-Olkin		0,583	
Bartlett's Test		9,272	
Sig.		0,00	

Fonte: Elaborado a partir dos relatórios do SSPS 13.

Conforme observado, na Tabela 44, os valores obtidos na comunalidade demonstram-se próximos de 0,5 e o valor total de variância explicada é de 51,65%. A seguir, apresentam-se os resultados obtidos que avalia a importância dos fatores sociais para o processo de desinstitucionalização das práticas contábeis de correção monetária.

5.2.4 Pressões Sociais

Na Tabela 45, são apresentadas as médias das variáveis que compõem o fator (constructo) pressões sociais. Contrariamente, nestas variáveis foram obtidos os menores valores médios, comparativamente, às análises anteriores.

Tabela 45 – Estatística descritiva

Variáveis	Média	Desvio Padrão
Mud_config_juríd_Ab_Fec	1,84	1,275
Mud_estrut_org	1,73	1,042
Real_fus_cis_incor	1,61	1,083
Mud_gest_inter	1,50	,792
Harm_cont	3,41	1,499

Fonte: Elaborado a partir dos relatórios do SSPS 13.

Pode-se observar que a variável harmonização internacional da contabilidade apresentou média de 3,41, que representa um nível entre muita a elevada importância no processo de desinstitucionalização das práticas contábeis de correção monetária.

Tabela 46 - Análise dos componentes da desinstitucionalização (pressões sociais)

Indicadores	CP1	Communalities	Cronbach's Alpha
Mud_config_juríd_Ab_Fec	0,8976	0,8058	0,820
Mud_estrut_org	0,9242	0,8542	
Real_fus_cis_incor	0,8476	0,7184	
Mud_gest_inter	0,7819	0,6113	
Harm_cont	0,4745	0,2251	
Total Variância Explicada (%)		64,297	
Initial Eigenvalues – Autovalor		3,214	
KMO - Kaiser-Meyer-Olkin		0,799	
Bartlett's Test		117,183	
Sig.		0,00	

Fonte: Elaborado a partir dos relatórios do SSPS 13.

Cabe ressaltar, que no constructo pressões sociais foram consideradas quatro variáveis organizacionais e uma variável no nível do ambiente, incluídas num único fator. O número reduzido de variáveis, para este constructo (pressões sociais – ambiente), deve-se a dificuldade na operacionalização do pressuposto teórico desenvolvido por Oliver (1992), pois existem poucos trabalhos que consideram analiticamente este nível.

5.3 Avaliação da Relevância dos Constructos Teóricos

A análise fatorial teve como finalidade averiguar-se o nível de aderência de cada constructo, que possibilitou uma verificação prévia do comportamento das variáveis e constructos na explicação do fenômeno pesquisado. Conforme demonstrado, na Tabela 47, os resultados

obtidos na análise fatorial demonstraram que os modelos teóricos (constructos) são homogêneos e aderentes na explicação do fenômeno pesquisado.

Tabela 47 - Resultados da análise fatorial - isomorfismo

Isomorfismos	Total Variância Explicada (%)	KMO - Kaiser-Meyer-Olkin	Initial Eigenvalues - Autovalor
1. Competitivo	69,95	0,62	2,80
2. Coercitivo	44,33	0,69	2,66
3. Mimético	76,74	0,68	2,30
4. Normativo	77,26	0,70	2,32

Fonte: Elaborado a partir dos relatórios do SSPS 13.

Conforme ilustrado, na Tabela 47, o total de variância explicada é superior a 50% para todos os constructos do modelo; o teste KMO - Kaiser-Meyer-Olkin demonstra-se favorável a aplicação da técnica e os valores obtidos no *Eigenvalues* são superiores a 1, como recomenda a literatura (HAIR JR, 2005).

Tabela 48 - Resultados da análise fatorial – desinstitucionalização

Pressões	Total Variância Explicada (%)	KMO - Kaiser-Meyer-Olkin	Initial Eigenvalues – Autovalor
Políticas- Organizacional	67,43	0,74	2,70
Políticas – Ambiente	50,58	0,70	3,03
Funcionais - Organizacional	60,21	0,76	2,41
Funcionais – Ambiente	51,65	0,58	1,55
Sociais – Organizacional /Ambiente	64,30	0,80	3,21

Fonte: Elaborado a partir dos relatórios do SSPS 13.

Conforme demonstrado, na Tabela 48, os resultados da variância explicada, do KMO e do *Eigenvalues* no segundo modelo, baseado nos pressupostos da desinstitucionalização (OLIVER, 1992) estão de acordo como as recomendações estatísticas (HAIR JR, 2005).

A partir das análises fatoriais realizadas e identificação dos fatores e escores, elaborou-se uma análise para identificar a relevância e influência de cada fator (constructo). E assim, poder extrair conclusões sobre o comportamento do fenômeno pesquisado. Na Ilustração 14, apresenta-se uma síntese do processo de mensuração de cada constructo, para ambos os modelos (Isomorfismo e desinstitucionalização).

Ilustração 14 – Mensuração dos fatores (constructos)

Cabe destacar que os resultados (escores) apurados pela análise fatorial, para os dois modelos, representam escores fatoriais padronizados, calculados da seguinte forma:

$$F_1 = w_1 * z_1 + w_2 * z_2 + w_3 * z_3 \dots w_n * z_n$$

Onde: F_1 = Escore padronizado do fator 1; w_1 = peso fatorial (*weight*) e z_1 = variável padronizada.

Em relação a interpretação dos escores fatoriais padronizados, Bido (2009) esclarece que como os todos os itens foram mensurados pela escala *Likert* de 1 a 5, ter o escore fatorial na mesma escala de seus indicadores poderia facilitar a interpretação dos resultados e até possibilitar a execução de outras análises, a partir desses escores. Desse modo, transformaram-se os escores padronizados (análise fatorial) de ambos os modelos, para a escala dos itens. Este procedimento é utilizado pelo software SmartPLS (www.smartpls.de) para obtenção de escores não padronizados das variáveis latentes (BIDO, 2009). Este procedimento foi formalizado por Fornell *et al* (1996, p.17), detalhado por Tenenhaus *et al* (2005, p.167).

5.3.1 Cálculo dos Escores Não-padronizados

Os escores não padronizados são calculados da seguinte forma: obtêm-se os *Component Score Coefficient Matrix*, na análise fatorial, conforme Tabela 49.

Tabela 49 - Component score coefficient matrix

Variáveis	Componentes
	1
Tamanho	0,27850
Relaci_merc_exter	0,30622
Impac_níveis_infla_result_pub	0,29043
Impac_níveis_infla_setor	0,31896

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization.

Component Scores.

Fonte: Elaborado a partir dos relatórios do SSPS 13.

Calcula-se o desvio padrão de cada variável que compõe o fator, em seguida divide-se os valores obtidos no *Component Score Coefficient Matrix* de cada variável pelo seu desvio padrão, assim, obtêm-se um produto (SC/DP), que é dividido novamente pela soma do produto de todas variáveis do constructo. Após apurado o coeficiente para cada variável, basta multiplicar o valor de cada variável (valores observados) pelo coeficiente do escore. Conforme demonstrado na Tabela 50.

Tabela 50 – Transformação dos escores fatoriais para a escala de medida original

Variável	EC	DP	C E / DP	Coef.	Valores Observados	Escore não Padronizados
IC1	0,27850	1,18549	0,23493	0,24621	4	0,984848
IC2	0,30622	1,37383	0,22290	0,23361	5	1,168026
IC3	0,29043	1,24974	0,23239	0,24356	3	0,730676
IC4	0,31896	1,20845	0,26394	0,27662	3	0,829872
Valor obtido para a observação						3,713

CE – Coeficiente dos Escores; ** DP – Desvio Padrão; *** Coeficiente dos Escores /Desvio Padrão

Fonte: Elaborado a partir dos relatórios do SSPS 13

$$\text{Escore_NP}_{\text{Isomorf. Competitivo Obser_01}} = \text{IC}_1 * 0,246 + \text{IC}_2 * 0,233 + \text{IC}_3 * 0,243 + \text{IC}_4 * 0,276$$

$$\text{Escore_NP}_{\text{Isomorf. Competitivo Obser_01}} = 4 * 0,246 + 5 * 0,233 + 3 * 0,243 + 3 * 0,276$$

$$\text{Escore_NP}_{\text{Isomorf. Competitivo Obser_01}} = 3,7313$$

Este procedimento de transformação dos escores fatoriais padronizados na escala original de medida foi realizado para todas as variáveis. Foram apurados 9 (nove) constructos, o que possibilitou a análise do peso de cada constructo sobre os resultados auferidos, nas 44 observações. Na Tabela 51, apurou-se a média dos escores fatoriais não padronizados de cada constructo para o primeiro modelo (Isomorfismo).

Tabela 51 – Estatística descritiva

	N.	Mínimo	Máxima	Média	Desvio Padrão
IC_N	44	1,00	5,00	2,3698	1,04804
ICOE_N	44	1,00	4,40	3,0191	,94990
ISM_N	44	1,00	5,00	2,3458	1,11756
ISN_N	44	1,00	5,00	2,7183	1,16839
Valid N (listwise)	44				

Fonte: Elaborado a partir dos relatórios do SPSS 13.

Para facilitar as análises, elaborou-se a Ilustração 15, que compreende as médias dos escores fatoriais não padronizados. Pode-se observar, visualmente, que as médias dos escores não padronizados não são iguais.

Ilustração 15 – Médias dos escores não padronizados - isomorfismo

Fonte: SPSS 13.

Na Tabela 52, apurou-se a média dos escores fatoriais não padronizados de cada constructo para o segundo modelo (Desinstitucionalização).

Tabela 52 – Estatística descritiva

	N	Mínimo	Máxima	Média	Desvio Padrão
Ppo_N	44	1,00	4,00	1,6913	,80511
Ppa_N	44	1,00	4,88	2,9794	1,02402
Pfo_N	44	1,00	4,58	2,7775	1,04065
Pfa_N	44	1,00	5,00	2,8719	1,01981
Psoa_N	44	1,00	4,00	1,8086	,87441
Valid N (listwise)	44				

Fonte: SPSS 13.

Na Ilustração 16, demonstra-se a média dos escores fatoriais não padronizados. Pode-se observar, visualmente, que as médias dos escores não padronizados não são iguais.

Ilustração 16 - Médias dos escores não padronizados – desinstitucionalização

Fonte: SPSS 13.

Com a finalidade de certificar as validades convergentes, observadas nas frequências e nos resultados apurados, pela análise fatorial, realizou-se o teste de média não paramétrico *Kruskal-Wallis Test* e o teste ANOVA one way, considerando as médias, as variâncias e as mediadas dos constructos, que compõem cada modelo teórico.

5.3.2 Isomorfismo - *Kruskal-Wallis Test*

As técnicas estatísticas não paramétricas são adaptáveis aos dados das ciências do comportamento, sendo que a sua aplicação não exige suposições quanto à distribuição da população, da qual se tenha retirado amostras para análises. Destaca-se também que o *Kruskal-Wallis Test* pode ser aplicado a dados que se disponham em ordem, ou mesmo para estudo de variáveis nominais. São aplicáveis para análise de pequenas amostras. Indépende dos parâmetros populacionais e amostrais (média, variância, desvio padrão). Portanto, trata-se de um teste para decidir se K amostras ($K > 2$) independentes provêm de populações com medianas iguais (TRIOLA, 2005; MAROCO, 2003).

Para Maroco (2003, p. 175), o teste *Kruskal-Wallis Test* é uma alternativa não paramétrica à ANOVA One way, utilizado para testar duas ou mais amostras de uma mesma população ou de populações diferentes, com a mesma distribuição. As hipóteses do teste são:

$$H_0: \theta_1 = \theta_2 = \dots = \theta_k \text{ (as medianas são iguais)}$$

verus.

$$H_1: \exists i, j \theta_i \neq \theta_j (i \neq j = 1, \dots, k)$$

(que se lê: existe pelo menos um par de mediana significativamente diferente).

Na Tabela 53, apresenta-se a média dos *ranks* dos escores (constructos). Pode-se observar que o constructo coercitivo e o normativo apresentam-se diferentes dos constructos miméticos e competitivos.

Tabela 53 – Ranking

Grup-I		N	Ranque das médias
Isomorfismo	Competitivo	44	76,84
	Coercitivo	44	108,41
	Mimético	44	75,92
	Normativo	44	92,83
Total		176	

Fonte: SPSS 13.

Os resultados confirmam as hipóteses de que os fatores coercitivos e normativos (modelo 1) são mais significativos para explicar o processo de abandono das práticas contábeis de correção monetária.

Tabela 54 - Test statistics(a,b)

	Isomorfismo
Chi-Square	12,075
DF	3
Asymp. Sig.	,007

a Kruskal Wallis Test b Grouping Variable: Grup-I

Fonte: SPSS 13.

Conforme demonstrado, na Tabela 54, os resultados obtidos no teste *Kruskal-Wallis Test* indicam que as medianas dos constructos (Isomorfismo: competitivo; coercitivo; mimético e normativo) são significativamente diferentes, pois o $p\text{-value} = 0,007 < \alpha = 0,05$, que indica a rejeição de H_0 em favor de H_1 . Portanto, é possível identificar quais os constructos que se demonstram mais relevantes na explicação do fenômeno.

5.3.3 Desisntitucionalização - *Kruskal-Wallis Test*

Na Tabela 55, apresenta-se a média dos *ranks* dos escores (constructos). Pode-se observar que o constructo pressões políticas (organizacionais) e sociais não demonstraram-se tão significativas para explicar o fenômeno da desinstitucionalização.

Tabela 55 - Ranking

Grup-II		N	Média dos Ranques
Pressões	Políticas Org	44	67,31
	Políticas Amb	44	140,73
	Funcionais Org	44	131,59
	Funcionais Amb	44	136,35
	Sociais Org/Amb	44	76,52
	Total	220	

Fonte: SSPS 13.

Os resultados confirmam as hipóteses de que os constructos pressões políticas (ambiente), pressões funcionais (organizacional e ambiente) (modelo 2) são mais significativos para explicar o processo de desinstitucionalização das práticas contábeis de correção monetária.

Tabela 56 - Test statistics(b)

	Desinstitucionalização
Chi-Square	55,145
DF	4
Asymp. Sig.	,000

a Kruskal Wallis Test b Grouping Variable: Grup-II

Fonte: SSPS 13.

Conforme demonstrado, na Tabela 56, os resultados obtidos no teste *Kruskal-Wallis Test* indicam que as medianas dos constructos (Desinstitucionalização: pressões políticas, funcionais e sociais) são significativamente diferentes, pois o $p\text{-value} = 0,000 < \alpha = 0,05$, que indica a rejeição de H_0 em favor de H_1 . Portanto, é possível identificar quais os constructos que se demonstram mais relevantes na explicação do fenômeno.

5.3.4 Isomorfismo - *Teste ANOVA one- way*

O teste ANOVA a um fator *one- way* tem como objetivo comparar as médias de mais do que duas populações. Este teste considera que a distribuição da variável é normal e as variâncias populacionais são homogêneas (MAROCO, 2003). De forma específica, a ANOVA compara a proporção relativa da variância dentro das amostras com a variância entre as amostras ou grupos.

Na Tabela 57, demonstra-se os resultados do teste de *Kolmogorov-Smirnov*, que avaliou a normalidade dos escores não padronizados.

Tabela 57 -One-sample kolmogorov-smirnov test

		IC_N	ICOE_N	ISM_N	ISN_N
N		44	44	44	44
Normal Parameters(a,b)	Mean	2,3698	3,0191	2,3458	2,7183
	Std. Deviation	1,04804	,94990	1,11756	1,16839
Most Extreme Differences	Absolute	,130	,110	,136	,119
	Positive	,130	,098	,136	,114
	Negative	-,096	-,110	-,114	-,119
Kolmogorov-Smirnov Z		,862	,733	,900	,791
Asymp. Sig. (2-tailed)		,448	,656	,392	,559

a Test distribution is Normal.

b Calculated from data.

Cabe destacar que não se obteve distribuição normal para as variáveis do Modelo 1 – Isomorfismo, mas obteve-se distribuição normal para os escores não padronizados, conforme Tabela 57.

Tabela 58 – Análise Descritivas

		N	Média	Desvio Padrão	Erro Padrão	95% intervalo confiança		Mínimo	Máximo	Variância entre os componentes
						Lower Bound	Upper Bound			
Isomorf Competitivo		44	2,3698	1,03600	,15444	2,0585	2,6810	1,00	5,00	
Isomorf Coercitivo		44	3,0195	,93996	,14012	2,7372	3,3019	1,00	4,40	
Isomorf Mimético		44	2,3464	1,10475	,16469	2,0145	2,6783	1,00	5,00	
Isomorf Normativo		44	2,7175	1,15474	,17214	2,3706	3,0644	1,00	5,00	
Total		180	2,6133	1,08895	,08117	2,4531	2,7735	1,00	5,00	
Model	Fixed Effects			1,06192	,07915	2,4571	2,7695			
	Random Effects				,15981	2,1047	3,1219			,07709

Fonte: SPSS 13.

Os valores médios demonstrados na Tabela 58, possibilitam, aparentemente, identificar que o isomorfismo coercitivo apresenta-se superior aos demais constructos, fato este esperado pelos pressupostos da teoria institucional, pois a contabilidade societária brasileira é regulada, mediante legislação específica. Assim, os testes de variância e médias possibilitam validar as hipóteses qualitativas.

O teste de Levene é considerado um dos testes mais robustos para comparar k médias populacionais a partir de k amostras representativas e verificar se as variâncias populacionais

(estimadas a partir das amostras) são homogêneas (iguais). As hipóteses do teste são:

$$H_0: \alpha_1^2 = \alpha_2^2 = \dots = \alpha_k^n$$

versus.

$$H_1: \exists i, j \alpha_i^2 \neq \alpha_j^2 (ij = 1, \dots, k)$$

(que se lê: “existe pelo menos um i e um j tal que $\alpha_i \neq \alpha_j$ ”).

Tabela 59 – Teste de homogeneidade das variâncias

Levene Statistic	df1	Df2	Sig.
1,419	3	172	,239

Fonte: SPSS 13.

Conforme Tabela 59, pelo teste de Levene, recomenda-se aceitar a hipótese de que as variâncias dos escores (constructos) são homogêneas.

Tabela 60 – Teste ANOVA isomorfismo

	Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Between Groups	11,133	3	3,711	3,117	,028
Within Groups	204,760	172	1,190		
Total	215,894	175			

Fonte: SPSS 13.

Na Tabela 60, apresenta-se os resultados obtidos no teste ANOVA one-way, com a probabilidade de erro de 5%, pode-se concluir que existem constructos (Isomorfismo: competitivo; coercitivo; mimético e normativo) que são significativamente diferentes ($p\text{-value} = 0,028 < \alpha = 0,05$, que indica a rejeição de H_0 em favor de H_1). O teste ANOVA apenas permite concluir que existem pelo menos duas médias diferentes, para tanto, na Tabela 61, é possível identificar quais médias são diferentes.

Tabela 61- Comparações múltiplas - Tukey HSD

(I) Grup-I	(J) Grup-I	Médias Diferentes (I-J)	Erro Padrão	Sig.	95% intervalo de Confiança	
					Lower Bound	Upper Bound
Comp	Coer	-,64744(*)	,22901	,027	-1,2416	-,0533
	Mim	,02341	,22901	1,000	-,5707	,6175
	Norm	-,34773	,22901	,429	-,9419	,2464
Coer	Comp	,64744(*)	,22901	,027	,0533	1,2416
	Mim	,67085(*)	,22901	,020	,0767	1,2650
	Norm	,29971	,22901	,559	-,2944	,8938
Mim	Comp	-,02341	,22901	1,000	-,6175	,5707
	Coer	-,67085(*)	,22901	,020	-1,2650	-,0767
	Norm	-,37114	,22901	,370	-,9653	,2230
Norm	Comp	,34773	,22901	,429	-,2464	,9419
	Coer	-,29971	,22901	,559	-,8938	,2944
	Mim	,37114	,22901	,370	-,2230	,9653

The mean difference is significant at the .05 level

Fonte: SPSS 13.

Pode-se constatar que a média do escore (constructo) isomorfismo competitivo é diferente da média do isomorfismo coercitivo. Na segunda comparação, observa-se que o isomorfismo coercitivo também é diferente do mimético. No entanto, o isomorfismo normativo não se

mostrou significativamente diferente dos demais constructos.

5.3.5 Desinstitucionalização - *Teste ANOVA one-way*

Na Tabela 62, demonstra-se os resultados do teste de *Kolmogorov-Smirnov*, que avaliou a normalidade dos escores não padronizados.

Tabela 62 - One-sample kolmogorov-smirnov test

		Ppo_N	Ppa_N	Pfo_N	Pfa_N	Psoa_N
N		44	44	44	44	44
Normal Parameters(a,b)	Mean	1,6913	2,9794	2,7775	2,8719	1,8086
	Std. Deviation	,80511	1,02402	1,04065	1,01981	,87441
Most Extreme Differences	Absolute	,195	,076	,080	,122	,248
	Positive	,191	,076	,070	,089	,248
	Negative	-,195	-,074	-,080	-,122	-,178
Kolmogorov-Smirnov Z		1,295	,504	,532	,813	1,643
Asymp. Sig. (2-tailed)		,070	,961	,940	,524	,009

a Test distribution is Normal.

b Calculated from data.

Cabe destacar que não se obteve distribuição normal para as variáveis do Modelo 2 – Desinstitucionalização, mas obteve-se distribuição normal para quase todos os escores não padronizados, conforme Tabela 62. Na Tabela 63, apresenta-se a estatística descritiva dos constructos do modelo 2, que abordam, especificamente, pressões políticas, funcionais e sociais.

Tabela 63 - Análise Descritivas

		N	Média	Desvio Padrão	Erro Padrão	95% intervalo confiança		Mínimo	Maximo	Variância entre os componentes
						Lower Bound	Upper Bound			
Pres. Polít – org		44	1,6914	,80473	,12132	1,4467	1,9360	1,00	4,00	
Pres. Polít – amb		44	2,9600	1,01534	,15307	2,6513	3,2687	1,00	4,88	
Pres. Func – org		44	2,7773	1,04093	,15693	2,4608	3,0937	1,00	4,58	
Pres. Func – amb		44	2,8720	1,01936	,15367	2,5621	3,1820	1,00	5,00	
Pres. Soc – org/amb		44	1,8084	,87529	,13196	1,5423	2,0745	1,00	4,00	
Total		220	2,4218	1,09721	,07397	2,2760	2,5676	1,00	5,00	
Model	Fixed Effects			,95575	,06444	2,2948	2,5488			
	Random Effects				,27645	1,6543	3,1894			,36137

Fonte: SPSS 13.

Os valores médios demonstrados na Tabela 63, possibilitam, aparentemente, identificar que as pressões políticas e funcionais, ambas no nível de análise do ambiente apresentaram-se superiores aos demais constructos, fato este esperado pelos pressupostos da teoria institucional. Assim, os testes de variância e médias possibilitam validar as hipóteses qualitativas.

Tabela 64 - Teste de homogeneidade das variâncias

Levene Statistic	df1	Df2	Sig.
1,130	4	215	,343

Fonte: SPSS 13.

Conforme Tabela 64, pelo teste de Levene, recomenda-se aceitar a hipótese de que as variâncias dos escores (constructos) são homogêneas.

Tabela 65 – ANOVA – desinstitucionalização

	Sum of Squares	DF	Mean Square	F	Sig.
Between Groups	67,255	4	16,814	18,407	,000
Within Groups	196,393	215	,913		
Total	263,648	219			

Fonte: SPSS 13.

Na Tabela 65, apresenta-se os resultados obtidos no teste ANOVA one-way, com a probabilidade de erro de 5%, pode-se concluir que existem constructos (*pressões: políticas, funcionais e sociais*) que são significativamente diferentes ($p\text{-value} = 0,000 < \alpha = 0,05$, que indica a rejeição de H_0 em favor de H_1). O teste ANOVA apenas permite concluir que existem pelo menos duas médias diferentes, para tanto, na Tabela 66, é possível identificar quais médias são diferentes.

Tabela 66 - Multiple comparisons - Tukey HSD

(I) Grup-II	(J) Grup-II	Médias diferentes (I-J)	Erro Padrão	Sig.	95% intervalo de Confiança	
					Lower Bound	Upper Bound
Política – org	Política – amb	-1,26864(*)	,20377	,000	-1,8292	-,7081
	Funcional – org	-1,08591(*)	,20377	,000	-1,6465	-,5253
	Funcional – amb	-1,18068(*)	,20377	,000	-1,7413	-,6201
	Social – org/amb	-,11705	,20377	,979	-,6776	,4435
Política – amb	Política – org	1,26864(*)	,20377	,000	,7081	1,8292
	Funcional – org	,18273	,20377	,898	-,3778	,7433
	Funcional – amb	,08795	,20377	,993	-,4726	,6485
	Social – org/amb	1,15159(*)	,20377	,000	,5910	1,7122
Funcional – org	Política – org	1,08591(*)	,20377	,000	,5253	1,6465
	Política – amb	-,18273	,20377	,898	-,7433	,3778
	Funcional – amb	-,09477	,20377	,990	-,6553	,4658
	Social – org/amb	,96886(*)	,20377	,000	,4083	1,5294
Funcional – amb	Pres. Polít – org	1,18068(*)	,20377	,000	,6201	1,7413
	Política – amb	-,08795	,20377	,993	-,6485	,4726
	Funcional – org	,09477	,20377	,990	-,4658	,6553
	Social – org/amb	1,06364(*)	,20377	,000	,5031	1,6242
Social – org/amb	Política – org	,11705	,20377	,979	-,4435	,6776
	Política – amb	-1,15159(*)	,20377	,000	-1,7122	-,5910
	Funcional – org	-,96886(*)	,20377	,000	-1,5294	-,4083
	Funcional – amb	-1,06364(*)	,20377	,000	-1,6242	-,5031

The mean difference is significant at the .05 level.

Fonte: SPSS 13.

Pode-se constatar, na Tabela 66, que:

- Na primeira comparação, a média do escore (constructo) pressões políticas (organizacional) é diferente das médias das pressões funcionais (organizacional e ambiente);
- Na segunda comparação, observa-se que a média das pressões políticas (organizacional) é diferente das médias das pressões políticas (ambiente) e pressões sociais (organizacional/ambiente);
- Na terceira comparação, constatou-se que a média das pressões funcionais (organizacional) também é diferente da média das pressões sociais (organizacional/ambiente);
- Na quarta comparação, verifica-se que a média das pressões funcionais (ambiente) é diferente da média das pressões sociais (organizacional/ambiente); e
- Na quinta comparação, verifica-se que a média das *pressões sociais* (organizacional/ambiente) não se mostrou significativamente diferente da média das *pressões políticas* (organizacional).

5.4 Discussão dos Resultados

5.4.1 Análise da Relevância das Variáveis – Isomorfismo

O uso e a manutenção das práticas contábeis de correção monetária nas organizações dependem de uma multiplicidade de fatores, conforme descritos nas seções anteriores. Para hierarquizar a importância das variáveis que mais influenciaram o processo de desinstitucionalização, elaborou-se um escore²⁷ para cada variável, que possibilitou a identificação, quantitativamente, das variáveis mais representativas. Considerando as variáveis de cada constructo obteve-se o ranking apresentado na Tabela 67.

²⁷ O valor apurado no escore de cada variável mensurada considerou o seguinte raciocínio: o valor auferido para cada observação multiplicado pelo seu peso ($\text{Escore_IC1} = \text{Nota 1} \times \text{peso 0} + (\text{nota 2} \times 1) + (\text{nota 3} \times 2) + (\text{nota 4} \times 3) + (\text{nota 5} \times 4)$), sendo que a nota 1 representa nenhuma importância e a nota 5 elevada importância.

Tabela 67 – Ranking - constructo isomorfismos

Mecanismos	Variáveis	Escores
Competitivo	IC3 - Impacto dos níveis de inflação sobre os resultados publicados	0,43
	IC4 - Impacto dos níveis de inflação sobre o setor	0,39
	IC2 - Relacionamento com o mercado externo	0,32
	IC1 - O tamanho da empresa	0,22
Coercitivo	ICOE 1 - A regulamentação do governo (politização da atividade econômica)	0,49
	ICOE 2 - A obrigatoriedade imposta pela Lei	0,68
	ICOE 3 – Poder institucional das entidades reguladoras (CVM e SRF)	0,68
	ICOE 4 - A ausência de fiscalização e punição	0,28
	ICOE 5 - O desenvolvimento do mercado capitais	0,35
	ICOE 6 - O surgimento de novas tecnologias contábeis	0,43
Mimético	ISM 1 – Empresas concorrentes não realizam mais a prática de correção monetária	0,36
	ISM 2 - Nível de divulgação informacional dos concorrentes	0,32
	ISM 3 - A publicação de informação corrigida pode gerar incerteza no processo decisório dos usuários	0,34
Normativo	ISN 1 - As recomendações das entidades de pesquisas e acadêmicas	0,31
	ISN 2 - Os pronunciamentos das entidades de classes	0,46
	ISN 3 - As recomendações das empresas consultoria e auditoria	0,55

Na Tabela 67, apresenta-se o grau de importância atribuída às pressões competitivas sobre o processo de abandono das práticas contábeis de correção monetária. Constatou-se que o tamanho, relacionamento com o mercado externo têm relacionamento positivo, mas os resultados auferidos foram abaixo de 0,5. Apenas, as variáveis: IC3 e IC4 foram mais relevantes, neste constructo.

Comprovou-se que os fatores isomórficos institucionais têm grande peso na explicação do processo de desinstitucionalização das práticas de correção monetária, de forma mais relevante, os mecanismos coercitivos: a obrigatoriedade imposta pela Lei e o poder institucional das entidades reguladoras. Portanto, este comportamento era esperado, pois o modelo contábil brasileiro é extremamente regulado (Lei. 6.404/76; Lei 9.249/95; Lei 10.303/01 e Lei 11.638/07 dentre outras).

Os mecanismos miméticos demonstraram-se homogêneos, pois o escore médio obtido foi de 0,34, demonstrando-se não tão significativo como se esperava. Em relação às variáveis vinculadas as mecanismos normativos, cabe destaque para o papel das auditorias e consultorias no processo de desinstitucionalização das práticas de correção monetária, pois se esperava que estas entidades influenciassem o processo, uma vez que este tipo de prática pode representar custos adicionais e, no decorrer dos anos, tornar-se uma prática não muito recorrente entre as empresas brasileiras.

5.4.2 Análise da Relevância das Variáveis – Desinstitucionalização

Na Tabela 68, apresenta-se o ranking das variáveis que compõem o modelo baseado nos pressupostos da desinstitucionalização (OLIVER, 1992)

Tabela 68 – Escores das variáveis constructos pressões políticas

Pressões	Nível	Variáveis	Escores
Políticas	Organizacional	Ppo1 – Influencia o desempenho e a remuneração dos gestores	0,13
		Ppo2 – Distorce o desempenho dos departamentos, áreas e unidades de negócio	0,18
		Ppo3 – Ausência de conteúdo informacional para sindicatos (empregados)	0,14
		Ppo4 – Não representa inovação informacional para o mercado de capitais	0,27
	Ambiente	Ppa1 - Diminuição dos índices de inflação da economia brasileira	0,56
		Ppa2 – Mudança das leis sobre publicação de informação contábil corrigida	0,72
		Ppa3 - O mercado financeiro não exige	0,58
		Ppa4 – Ausência de incentivos fiscais	0,35
		Ppa5 - A matriz não exige	0,35
		Ppa6 – Clientes e fornecedores não exigem	0,38
Funcionais	Organizacional	Pfo1 – Os custos de manter a prática superam os benefícios da informação gerada	0,60
		Pfo2 - O surgimento de novas tecnologias contábeis	0,49
		Pfo3 - Restringe o uso dos recursos internamente	0,31
		Pfo4 – Não possui conteúdo informacional para investidores e acionistas	0,41
	Ambiente	Pfa1 - Níveis de inflação no período (mês e ano)	0,59
		Pfa2 – Devido as novas regulamentação para o setor	0,45
		Pfa3 - Influencia a distribuição de dividendos	0,35
Sociais	Organizacional Ambiente	Pso1 - Mudança da configuração jurídica da empresa (abertura de capital ou fechamento)	0,21
		Pso2 - Mudança na estrutura organizacional	0,18
		Pso3 - Realização de fusões, cisões ou incorporações	0,15
		Pso4 - Mudança dos gestores internos (atores sociais)	0,13
		Psam - Harmonização internacional das práticas contábeis	0,60

Conforme Tabela 68, as variáveis que compõem as Pressões Políticas (Organizacional) não se apresentaram relevantes, ou seja, os aspectos internos à organização demonstraram pouca relevância para a explicação do processo de desinstitucionalização. As Pressões Políticas (ambiente) obtiveram maiores escores. Cabendo destaque para: mudança das leis sobre publicação; o mercado financeiro não exige este tipo de informação e a diminuição dos índices de inflação da economia brasileira.

As variáveis relacionadas às pressões funcionais (organizacional) cabe destaque para o custos de manter a referida prática. Já para as variáveis relacionadas às pressões funcionais (ambiente) observa-se que os níveis de inflação no mês e ano, representa um elemento influente. Dentre as variáveis relacionadas às pressões sociais, apenas a variável que processo de harmonização internacional das práticas contábeis, demonstrou-se significativa. Esse

resultado esta aderente com as recomendações do IABS – *Internacional Accounting Board Standards*, que recomenda o uso das práticas contábeis de correção monetária, apenas, quando o nível de inflação atingir o percentual de 33% ano e 100% acumulado, em três anos consecutivos.

5.4.3 Análise das Médias dos Constructos

O constructo que se apresentou mais relevante foi isomorfismo institucional, que contempla mecanismos coercitivos, conforme Tabela 69. Estes resultados já foram observados na análise das variáveis individualmente.

Tabela 69 - Médias dos constructos do isomorfismo

Variáveis	Média	Desvio Padrão
IC_N	2,3698	1,04804
ICOE_N	3,0191	,94990
ISM_N	2,3458	1,11756
ISN_N	2,7183	1,16839
Valid N (listwise)		

Fonte: SPSS 13.

Na análise das diferenças de médias dos constructos (Tabela 70), observa-se que as explicações do processo de desinstitucionalização, basicamente, foram motivadas por fatores coercitivos. Contudo, os constructos normativos e coercitivos não apresentaram diferenças significativas. De acordo como os pressupostos da teoria institucional, este comportamento justifica-se, pois os fatores normativos e coercitivos, no âmbito das práticas de contabilidade financeira, mantêm correlações.

Tabela 70 - Comparação das médias dos constructos

(I) Grup-I	(J) Grup-I	Médias Diferentes (I-J)	Erro Padrão	Sig.	Análise
Comp	Coer	-,64744(*)	,22901	,027	São diferentes
	Mim	,02341	,22901	1,000	Não são diferentes
	Norm	-,34773	,22901	,429	Não são diferentes
Coer	Comp	,64744(*)	,22901	,027	São diferentes
	Mim	,67085(*)	,22901	,020	São diferentes
	Norm	,29971	,22901	,559	Não são diferentes
Mim	Comp	-,02341	,22901	1,000	Não são diferentes
	Coer	-,67085(*)	,22901	,020	São diferentes
	Norm	-,37114	,22901	,370	Não são diferentes
Norm	Comp	,34773	,22901	,429	Não são diferentes
	Coer	-,29971	,22901	,559	Não são diferentes
	Mim	,37114	,22901	,370	Não são diferentes

Fonte: SPSS 13.

No que se refere às médias dos constructos (Tabela 71) que compõem o segundo modelo, cabe destaque para as pressões políticas (ambiente) e pressões funcionais (ambiente e organizacional).

O constructo pressões sociais não apresentou média significativa, comparativamente aos demais constructos. Isto pode ser decorrente das organizações captarem boa parte dos seus recursos no mercado financiamento e ao invés do mercado de capitais, que restringe a participação dos agentes sociais dentro das organizações.

Tabela 71 - Médias dos constructos desinstitucionalização

	Média	Desvio Padrão
Ppo_N	1,6913	,80511
Ppa_N	2,9794	1,02402
Pfo_N	2,7775	1,04065
Pfa_N	2,8719	1,01981
Psoa_N	1,8086	,87441
Valid N (listwise)		

Fonte: SPSS 13.

Os testes de *Kruskal-Wallis* e ANOVA (Tabela 72) confirmaram a existência de diferenças significativas entre as médias dos constructos.

Tabela 72 - Comparação das médias dos constructos

(I) Grup-II	(J) Grup-II	Médias Diferentes (I-J)	Erro Padrão	Sig.	Análises
Política – org	Política – amb	-1,26864(*)	,20377	,000	São diferentes
	Funcional – org	-1,08591(*)	,20377	,000	São diferentes
	Funcional – amb	-1,18068(*)	,20377	,000	São diferentes
	Social – org/amb	-,11705	,20377	,979	Não são diferentes
Política – amb	Política – org	1,26864(*)	,20377	,000	São diferentes
	Funcional – org	,18273	,20377	,898	Não são diferentes
	Funcional – amb	,08795	,20377	,993	Não são diferentes
	Social – org/amb	1,15159(*)	,20377	,000	São diferentes
Funcional – org	Política – org	1,08591(*)	,20377	,000	São diferentes
	Política – amb	-,18273	,20377	,898	Não são diferentes
	Funcional – amb	-,09477	,20377	,990	Não são diferentes
	Social – org/amb	,96886(*)	,20377	,000	São diferentes
Funcional – amb	Pres. Polít – org	1,18068(*)	,20377	,000	São diferentes
	Política – amb	-,08795	,20377	,993	Não são diferentes
	Funcional – org	,09477	,20377	,990	Não são diferentes
	Social – org/amb	1,06364(*)	,20377	,000	São diferentes
Social – org/amb	Política – org	,11705	,20377	,979	Não são diferentes
	Política – amb	-1,15159(*)	,20377	,000	São diferentes
	Funcional – org	-,96886(*)	,20377	,000	São diferentes
	Funcional – amb	-1,06364(*)	,20377	,000	São diferentes

Fonte: SPSS 13.

Portanto, os resultados obtidos em ambos os modelos reafirmam as análises qualitativas e quantitativas apuradas tanto para as variáveis como os constructos de cada modelo analisado, na explicação do fenômeno.

5.4.4 Análises do Processo de Persistência Institucional

Buscou-se por meio da realização de entrevista junto aos contadores e *controllers* (respondentes), uma complementação e confirmação dos fatores que demonstraram algum nível de relevância de acordo, como os resultados obtidos por meio da aplicação dos questionários. Foram realizadas 06 (seis) entrevistas com os gestores responsáveis pelo departamento de contabilidade (contadores, gerentes de contabilidade e *controllers*). Estas entrevistas tiveram como finalidade a análise de duas dimensões, potencialmente:

- (i) Identificar os fatores motivadores do processo de persistência institucional nas empresas que realizaram as práticas contábeis de correção monetária, por mais de 5 anos consecutivos, após o fim da obrigatoriedade; e
- (ii) Mapear as principais razões que levaram estas empresas a parar com a referida prática.

As entrevistas transcorreram-se um mês após o início da aplicação dos questionários. A consideração deste período deu-se após já ter recebido, aproximadamente, 20% dos questionários enviados. Os resultados obtidos nestes questionários possibilitaram a identificação de elementos substantivos e fatores pontuais, que auxiliaram no desenvolvimento das questões do roteiro de entrevistas

Para a realização das entrevistas, foram selecionadas 16 empresas, que mantiveram a prática de publicar demonstrativo suplementar de informação contábil. As empresas cujos gestores se prontificaram a participar da pesquisa foram: CESP; Vale do Rio Doce; Copesul; Tecnos, Sabesp e Usina São Martinho.

Inicialmente, buscou-se identificar junto às publicações (demonstrações financeiras, relatório da administração e notas explicativas), se a empresa apresentava alguma justificativa para a publicação suplementar de informações corrigidas. À luz dos pressupostos da teoria institucional, foram identificadas as razões para a persistência da referida prática. O roteiro de entrevista considerou as seguintes questões:

- A persistência da prática está relacionada com a “utilidade da informação”?
- Quem são os usuários deste tipo de informação?
- Os custos de se calcular a correção monetária representam uma variável relevante?
- Como os agentes externos influenciaram este processo?

- O fato dos concorrentes não realizarem mais a referida prática é relevante para empresa?
- Como os mecanismos coercitivos (obrigatoriedade) influenciaram o processo?
- Como os gestores avaliam as características qualitativas da informação corrigida?
- Qual foi a influência do processo de harmonização internacional da contabilidade?
- Os gestores entendem que a implementação do JSCP – Juros Sobre O Capital Próprio (Lei 9.249/95) amenizou o problema da inflação sobre os resultados?

As entrevistas foram realizadas por meio de contato telefônico e gravadas, entre os meses de abril e maio de 2009, com duração de, aproximadamente, 30 minutos, sendo posteriormente transcritas. Os resultados das entrevistas compuseram 13 categorias, conforme os quadros a seguir. No Quadro 35, são apresentados os resultados que indicam porque a Companhia Energética de São Paulo - CESP continuou realizando as práticas contábeis de correção monetária, após 1995.

Quadro 35 - Cesp - Companhia Energética de São Paulo.

Categorias	Resultados Obtidos
Período de Publicação	A empresa realizou a publicação até o ano de 2007. Atualmente, continua realizando parcialmente, mensurando os efeitos inflacionários sobre os resultados e o patrimônio.
Fatores motivadores da persistência	Atender compromisso externo contratual de captação de recursos (informações sobre índices de cobertura de juros e patrimônio líquido, após ajustes da Correção Monetária Integral).
Utilidade da informação	Demandas contratuais e fins gerenciais (bases dos ativos corrigidos até 2008, para realização do cálculo de <i>impairment</i>).
Usuários da Informação	O gestor acredita que esta informação seja útil para os usuários em geral, caso ela ainda continuassem sendo publicada por outras empresas. No entanto, acredita-se que os analistas de mercado não têm levado em consideração este tipo de informação.
Custo de se calcular a CMI	Os custos não são relevantes, pois a metodologia já se encontrava customizada no sistema de informação.
Obrigatoriedade	O gestor afirma que a prática deveria ser obrigatória.
Influência dos Concorrentes	A não realização de correção monetária pela concorrência é considerada indiferente pelo gestor.
Características qualitativas da informação contábil corrigida	O gestor afirma que este tipo de informação é útil, relevante e possibilita comparabilidade dos resultados e patrimônio.
Processo de harmonização da contabilidade	O gestor não enquadra o processo correção monetária dentro do âmbito da harmonização internacional da contabilidade.
Novas tecnologias	O gestor afirma que as novas tecnologias contábeis não substituem a necessidade das práticas de correção monetária.
JSCP	O gestor considera que esta prática representa um incentivo fiscal e é utilizada como forma de remuneração do acionista.
Influência dos agentes externos?	O gestor afirma que durante o período que manteve as práticas de correção monetária a empresa não recebeu consultoria sobre o assunto, pois a realização da prática era oriunda do conhecimento adquirido, o modelo já estava implementado.
Tempo do gestor na empresa.	Desde abril de 1999.

Para a companhia CESP, a manutenção da prática contábil de correção monetária está vinculada à captação de recursos externos. Portanto, os resultados obtidos na investigação demonstram que os fatores, relacionados à persistência desta prática, estão relacionados a obrigações contratuais.

Entretanto, a empresa decidiu não realizar mais a sua publicação, pois acredita que os analistas de mercado não têm levado em consideração este tipo de informação, ou seja, a utilidade da informação corrigida não proporciona aos atores sociais externos benefícios e nem legitimidade para as ações da empresa (Oliver, 1992).

No Quadro 36, apresenta-se os resultados da empresa Copesul - Cia Petroquímica do Sul.

Quadro 36 – COPESUL - Cia Petroquímica do Sul

Categorias	Resultados Obtidos
Período de Publicação	A empresa manteve a publicação das práticas contábeis de correção monetária até dezembro de 2006.
Fatores motivadores da persistência	<p>Mostrar a realidade econômica e financeira efetiva da empresa. O gestor coloca que seria ótimo se esta prática fosse utilizada como um indicador para definir o real poder de pagamento de dividendos. Mas, isso não era a política da empresa. Sendo que a principal razão da continuidade das práticas de correção monetária estava vinculada à avaliação financeira e patrimonial.</p> <p>O gestor afirma que realizava a prática, porque entendia que era uma forma de valorizar a própria categoria, pois a diretoria utilizava para fins comparativos. A empresa já realizava a contabilidade em BRGAAP, USGAAP, reconciliação e correção monetária integral, ou seja, uma forma de comparabilidade considerando os efeitos da inflação.</p> <p>A empresa passou por processo de incorporação com o grupo Braskem, que resultou na decisão de parar com a referida prática. O gestor afirma que não houve pressões anteriores para o fim da prática e que o departamento de contabilidade tinha total autonomia.</p>
Utilidade da informação	<p>Retrata os valores atuais e valores reais da sua situação financeira da empresa.</p> <p>Informação corrigida não influencia a distribuição de resultado, mas o gestor afirma que este tipo de informação poderia ser bom um indicador para a tomada de decisão no pagamento de dividendos.</p>
Usuários da Informação	<p>Apenas uso interno pela área financeira, que utilizava a título de informação, mas não para fins de decisão. O gestor destaca que o mercado não analisa este tipo de informação, que também não é importante para os investidores. Os investidores estão preocupados apenas como o valor final do dividendo.</p> <p>Este tipo de informação não influencia a valorização das ações da empresa.</p>
Custo de se calcular a CMI	Não são considerados relevantes, pois a prática já estava incorporada nas rotinas da empresa.

Continuação

Categorias	Resultados Obtidos
Obrigatoriedade	O gestor afirma que a prática deveria ser obrigatória, pois contabilidade reage melhor à obrigatoriedade.
Influência dos Concorrentes	As ações da concorrência são indiferentes para empresa, porque o próprio mercado não acredita mais neste tipo de informação. Ela não é base de dividendos, ela não é base de tomada de decisão, mesmo que os valores estejam refletidos com a maior realidade possível.
Características qualitativas da informação contábil corrigida	Segundo o gestor a informação contábil corrigida é mais compreensível internamente. Ele acrescenta que é uma informação confiável. Entretanto, não representa uma informação crível para os investidores, pois eles não estão interessados no poder de ganho efetivo, mas nos dividendos.
Processo de harmonização da contabilidade	Segundo o gestor, este processo representa uma nova era para a contabilidade, ele acredita que com a harmonização, os conceitos da CMI irão se distanciar.
Novas tecnologias	O gestor afirma que as novas tecnologias contábeis não substituem a necessidade das práticas de correção monetária.
JSCP.	O gestor considera que esta prática representa um incentivo fiscal.
Influência dos agentes externos?	O gestor afirma que durante este período a empresa não recebeu consultorias sobre o assunto, mas afirma que os números corrigidos eram auditados.
Tempo do gestor na empresa.	12 anos.

Destaca-se que empresa realizava as práticas contábeis de correção monetária, porque entendia que era uma forma de valorizar a própria categoria, pois a diretoria utilizava para fins comparativos.

Observa-se que a persistência desta prática estava relacionada com as crenças dos gestores contábeis, que a mantinham institucionalizada na empresa. Sendo que os benefícios obtidos com a realização das práticas contábeis de correção monetária influenciavam indiretamente o processo decisório dos gestores. Cabe destacar que a manutenção desta prática propiciava legitimidade às ações dos gestores (SUCHMAN. 1995).

Carruthers (1995) afirma que as ações dos gestores podem legitimar as organizações, por meio de uma construção de aparência de racionalidade e eficiência. No Quadro 37, são demonstrados os resultados apurados na entrevista realizada na empresa SABESP - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo.

Quadro 37 – Sabesp - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo

Categorias	Resultados Obtidos
Período de Publicação	A empresa realizou a publicação até 2005.
Fatores motivadores da persistência	<p>O gestor afirma que a companhia decidiu por continuar realizando as práticas de correção monetária, mesmo após o fim da obrigatoriedade. Segundo o gestor, “o mercado não estava vendo muito bem isso, até os nossos auditores nos perguntavam por que estávamos divulgando. Ele conclui que, num determinado momento, não havia mais razão para continuar realizando a divulgação (publicação) de informações corrigidas, então a empresa resolveu parar com a referida prática.</p> <p>O gestor acredita que este tipo de informação é relevante e é favorável à apuração do balanço considerando o efeito da correção monetária. Ele destaca que a manutenção da prática tinha como intenção a divulgação de informações para o mercado, como mecanismo de transparência. Sendo que este tipo de informação não estava vinculado a nenhuma operação específica.</p> <p>A decisão de parar com as práticas de correção monetária partiu do departamento de contabilidade, pois já havia passado algum tempo do fim da obrigatoriedade e existia uma expectativa de que a obrigatoriedade voltasse, mas isto não aconteceu, então, optou-se definitivamente por não divulgar mais.</p>
Utilidade da informação	Para o gestor, este tipo de informação é relevante para a empresa, devido ao valor do ativo permanente ser superior ao patrimônio líquido, que proporcionava a geração de uma receita elevada. Ele argumenta que a extinção da correção monetária representa uma perda de utilidade para informação contábil, pois deixa de mostrar os efeitos da inflação sobre o patrimônio das empresas.
Usuários da informação.	O gestor discute que no início o objetivo era divulgação e transparência de informações para o mercado, mas com o decorrer do tempo a prática de correção monetária foi utilizada apenas para tomada de decisões internas.
Custo de se calcular a CMI	Segundo o gestor, o trabalho em si não aumenta, mas, eventualmente, tem-se um custo maior. Existe um custo alto e adicional de publicação, no entanto, esse custo não é tão representativo.
Obrigatoriedade	O gestor acredita que a correção monetária deveria ser obrigatória, pois argumenta que no âmbito das atividades contábeis existem muitas demandas, sendo que a obrigatoriedade impõe certa hierarquia nas atividades de preferência.
Influência dos Concorrentes	O gestor acredita que seria interessante se todos fizessem a correção monetária e não acredita que a empresa tenha uma exposição, por conta disso. Pelo contrário, é uma informação adicional, uma forma de a empresa ser transparente.
Características qualitativas da informação contábil corrigida	A informação não é compreensível para os usuários externos, segundo o gestor. Para ele, nem mesmo os auditores sabem o que seja a correção de balanço e acreditam não ter utilidade. O gestor acrescenta que se as empresas continuassem a publicar, os auditores teriam muita dificuldade de avaliar e interpretar a informação corrigida.
Processo de harmonização internacional da contabilidade	O gestor não enquadra o processo correção monetária na harmonização internacional da contabilidade.
Novas tecnologias	O gestor afirma que as novas tecnologias contábeis não substituem a necessidade das práticas de correção monetária. De acordo com a sua impressão, são coisas distintas.
JSCP	O gestor afirma que esta prática não resolve o problema da não realização da correção monetária. Ele acrescenta que o resultado, para fins de distribuição de dividendos, é o societário e não o resultado apurado pela Correção Monetária Integral.
Influência dos agentes externos?	O gestor afirma que durante este período a empresa não recebeu consultorias sobre o assunto, pois a realização da prática de correção era oriunda de especialidade técnica interna. Pois, o modelo já estava implementado e ressalta que o mercado já não investia mais neste tipo de treinamento.
Tempo do gestor na empresa.	25 anos.

Dentre os resultados obtidos, na entrevista com o gestor da empresa SABESP, merece destaque o fato de que os gestores tinham a expectativa de que a obrigatoriedade das práticas contábeis de correção monetária voltasse. A empresa manteve as práticas institucionalizadas por, aproximadamente, 10 anos, após o fim da sua obrigatoriedade. Sendo que a sua desinstitucionalização decorreu por um processo de erosão, ou seja, a prática foi perdendo força, ao longo do tempo.

Oliver (1992) define este processo como entropia organizacional e enfatiza a tendência natural à erosão do fenômeno institucional, mas também coloca que pode haver neste processo uma ação volta a inércia, em que os valores e atividades institucionalizadas exibirão uma resistência, que será inevitável à erosão e à mudança no longo prazo. No Quadro 38, apresenta-se os resultados da empresa Technos Relógios S.A.

Quadro 38 – Technos Relógios S.A

Categorias	Resultados Obtidos
Período de Publicação	A empresa realizou as práticas contábeis de correção monetária até 2008
Fatores motivadores da persistência	O gestor afirma que a empresa TECHNOS manteve todo o processo de geração de informações gerenciais com base em moeda constante, até porque ela usava esta metodologia como ferramenta de tomada de decisão, gerencialmente. Ele destaca que a empresa calculava a participação dos empregados nos resultados, após o resultado pela Correção monetária Integral. Devidamente, homologados em sindicatos. O gestor enumera outros fatores para manutenção da prática: a) Importância desta prática como ferramenta de gestão; b) desconfiança (confiabilidade) dos efeitos da inflação sobre resultados, devido às experiências de períodos econômicos passados; e c) a empresa mantinha operações vinculadas ao dólar flutuante, ou seja, dependência de matéria-prima estrangeira. O gestor esclarece que mesmo diante dos níveis de inflação reduzidos a empresa continuava utilizando os critérios de expurgar o custo financeiro dos estoques, o custo financeiro das vendas, enfim, toda a regra, todos os princípios foram mantidos na íntegra até 2008, como ferramenta interna. O gestor afirma que, a partir de janeiro de 2009, a empresa não fará mais. O gestor acrescenta que não vê as práticas contábeis de correção monetária com tanta importância, como antes, principalmente, se os níveis inflacionários permanecerem nos patamares inflacionários atuais e sob controle. Ele esclarece que a decisão de parar com a prática de correção monetária é decorrente da instituição da Lei 11.638/07. A empresa está buscando um único alinhamento como os padrões atuais de contabilidade e internacionais. E a decisão de parar foi corporativa e ratificada pelo departamento de contabilidade.
Utilidade da informação	Este tipo de informação era utilizado no processo participação dos resultados e ferramenta, estritamente, gerencial. O gestor esclarece que se os níveis de inflação saírem dos padrões atuais, é possível ter que fazer os ajustes, pois, a inflação tem efeitos diretos nos estoques. É um dos grandes pesos no seu capital de giro. Às vezes de difícil recuperação. Mesmo assim, você trabalhando com estoque de giro curto, você ainda tem que ficar atento ao processo inflacionário.
Usuários da informação.	Gestores internos e funcionários. Pois, a empresa é uma Ltda.
Custo de se calcular a CMI	O gestor coloca que existia um custo, mas não era significativo, pois já existia na empresa um domínio conceitual e prático desta prática (ferramentas), aliado aos vários anos de experiência dos gestores com esse tipo de informação. O custo de se calcular a correção monetária foi longo do tempo.

Continuação

Categorias	Resultados Obtidos
Obrigatoriedade	O gestor coloca “Se você estivesse me perguntando isso há dois anos. A resposta seria sim, a obrigatoriedade seria importante. Mas, agora com as mudanças oriundas da Lei 11.638/07, que revisa uma série de conceitos, extremamente, importantes e oferece uma leitura mais saudável dos números, além de proporcionar um alinhamento com a ordem mundial.
Influência dos Concorrentes	Não tem interferência, pois a empresa era Ltda.
Características qualitativas da informação contábil corrigida	O gestor afirma que o nível de compreensibilidade depende tecnicamente do usuário. Ele coloca que os leigos preocupam-se apenas com a última linha da demonstração, ou seja, com o resultado. E eles não têm a desenvoltura necessária para analisar e entender os efeitos da inflação. Em relação à comparabilidade, o gestor destaca que esta característica pode ficar comprometida.
Processo de harmonização internacional da contabilidade	O gestor avalia a harmonização da contabilidade como um processo importante que compreende um grande número de inovações. Pois, ele destaca que até a Lei 11.638/07, abre oportunidade para os gestores avaliarem e trabalharem com a moeda que melhor retrate o seu negócio. Ou seja, dá mais flexibilidade, em contra partida dá mais responsabilidade para o contador.
Novas tecnologias	O gestor afirma que a partir do momento que você setoriza no caso da lei 11.638/08, que impõe o uso do valor justo, real valor, enfim, o próprio valor presente dos seus ativos e dos seus passivos. Isto oferecerá um conforto aos usuários e uma leitura mais saudável dos números que estão sendo apresentados.
JSCP	Ele acredita que JSCP foi introduzido para corrigir uma distorção que existia, principalmente, em relação à questão do capital investido e em relação à questão fiscal. Um mecanismo interessante, que chegou de forma justa e deveria ser mantido. Pois, é uma ferramenta que permite ao acionista medir o custo do capital próprio.
Influência dos agentes externos?	O gestor afirma que durante este período a empresa não recebeu consultorias sobre o assunto, pois a realização da prática de correção era oriunda de especialidade técnica interna.
Tempo do gestor na empresa.	Mais de 10 anos

De acordo com o gestor da Empresa Technos Relógios S.A., a manutenção das práticas contábeis de correção monetária está vinculada, basicamente, a dois fatores:

- participação dos funcionários nos resultados da empresa; e
- ferramenta de gestão. Dessa forma, os fatores relacionados à persistência da prática podem estar relacionados a fatores funcionais (OLIVER, 1992), que motivaram a institucionalização da mesma.

Portanto, a utilidade da informação corrigida para os gestores servia com elemento importante na validação e legitimação das suas ações (MEYER & ROWAN, 1991; CARRUTHERS, 1995). Entretanto, a empresa decidiu não realizar mais a prática a partir de janeiro de 2009, devido à influência do processo de harmonização da contabilidade e a instituição de Lei 11.638/07. No Quadro 39, apresenta-se os resultados qualitativos obtidos junto a Companhia Vale do Rio Doce S.A.

Quadro 39 – Companhia Vale do Rio Doce

Categorias	Resultados Obtidos
Período de Publicação	A empresa realizou a publicação de informação corrigida até 2007.
Fatores motivadores da persistência	<p>O gestor afirma que a manutenção das práticas contábeis de correção monetária era devido ao tamanho da estrutura patrimonial da empresa. Ele exemplifica que em dois, três anos ou cinco acumulados de inflação, dependendo da estrutura patrimonial, pode distorcer, completamente, os resultados e as análises, se a correção monetária não for feita. Ele acrescenta que se considerar o período, desde 1995 até os dias atuais, os resultados podem transformar-se (de lucro para prejuízo ou vice-versa). Ele considera que os números não corrigidos perdem a sua relevância para a captação de recursos no mercado financeiro.</p> <p>O gestor afirma que a empresa parou de publicar informação contábil corrigida, há dois anos, e destaca que o processo de harmonização internacional influenciou o fim da prática. Sendo que a instituição dos elementos como valores de mercado e/ou valor justo foram decisivos para ratificar a não realização mais pela empresa.</p>
Utilidade da informação	Fins gerenciais e avaliação do impacto sobre os resultados e patrimônio.
Usuários da Informação.	Em relação a utilidade da informação contábil corrigida, o gestor define da seguinte forma, “não adianta fazer uma coisa e ninguém entender nada. É o caso do funcionário que faz o serviço bem feito, mas não é o que o chefe quer”.
Custo de se calcular a CMI	Segundo o gestor, o custo não é tão relevante, tem-se um custo inicial, mas isto é incorporado ao longo do tempo.
Obrigatoriedade	O gestor opinou sobre a obrigatoriedade da prática.
Influência dos Concorrentes	O gestor não considera que o fato de somente a empresa realizar a prática de correção monetária, no mercado, seja um incômodo. Ele exemplifica que a adoção das normas internacionais foi antecipada pela empresa.
Características qualitativas da informação contábil corrigida	O gestor não acredita que os <i>stakeholders</i> tenham problemas de compreensibilidade com este tipo de informação.
Processo de harmonização internacional da contabilidade	O gestor afirma que o processo de harmonização internacional influenciou o fim das práticas contábeis de correção monetária, pois aprimorou a forma de valoração do patrimônio (valor de mercado e valor justo). Ele destaca também outros mecanismos, como a variação cambial.
Novas tecnologias	O gestor afirma que as novas tecnologias contábeis minimizam pelo menos parte dos efeitos da inflação, por exemplo: marcação a mercado, valor justo, variação cambial e etc.
JSCP	Não opinou sobre a questão
Influência dos agentes externos?	O gestor afirma que durante este período a empresa não recebeu consultorias sobre o assunto, pois a realização da prática de correção era oriunda de especialidade técnica interna.
Tempo do gestor na empresa.	Mais de 10 anos.

A persistência da prática contábil de correção monetária, na Companhia Vale do Rio Doce, foi motivada pelo tamanho da estrutura patrimonial da empresa.

O gestor justifica que dependendo da estrutura patrimonial, com os níveis atuais de inflação, podem distorcer, completamente, os resultados e as análises, se a correção monetária não for feita. Portanto, os fatores relacionados à persistência são decorrentes da busca por argumentos que validem ou legitimem as ações dos gestores dentro da companhia. No Quadro 40, são

apresentados os resultados apurados na entrevista como o gestor da Usina São Martinho.

Quadro 40 - Usina São Martinho

Categorias	Resultados Obtidos
Período de Publicação	Apenas, 2 anos após fim da obrigatoriedade
Fatores motivadores da persistência	<p>O gestor afirma que a empresa manteve a prática contábil de correção monetária, por apenas dois após o fim da obrigatoriedade. Ele destaca que não houve algum evento relevante que tivesse influenciado o fim da prática na empresa. Sendo que esta decisão coube ao departamento de contabilidade.</p> <p>O fim desta prática decorreu pelo fato dos níveis de inflação, nos últimos anos, serem considerados baixos e não propiciarem impactos significativos aos resultados. Ele acrescenta que a informação contábil corrigida não estava sendo utilizada para as decisões operacionais da empresa e nem os usuários externos estavam utilizando mais este tipo de informação.</p>
Utilidade da informação	O gestor não considera que este tipo de informação relevante. O gestor coloca que, quando a empresa realizava as práticas contábeis de correção monetária, apenas verificava os seus impactos patrimoniais.
Usuários da informação.	Na empresa não se utiliza mais este tipo de informação. Ele afirma que os usuários de um modo geral não entendem e não utilizavam.
Custo de se calcular a CMI	Não é relevante, pois a prática já estava parametrizada no sistema informação da empresa.
Obrigatoriedade	O gestor afirma que esta prática não deveria ser obrigatória.
Influência dos Concorrentes	As ações da concorrência são indiferentes para empresa.
Características qualitativas da informação contábil corrigida	O gestor afirma que as informações corrigidas podem dificultar a compreensibilidade dos usuários.
Processo de harmonização internacional da contabilidade	O gestor avalia a harmonização da contabilidade como um processo importante que contém muitas mudanças. Mas, não acredita que guarde relações significativas entre harmonização e as práticas contábeis de correção monetária.
Novas tecnologias	O gestor elucida que parte do efeito da inflação sobre as informações contábeis pode ter sido neutralizada após a inserção de novas práticas que consideram valores de mercado.
JSCP	O gestor considera que esta prática resolve apenas uma parte do efeito inflacionário.
Influência dos agentes externos?	O gestor afirma que, durante este período, a empresa não recebeu consultorias sobre o assunto, pois a realização da prática de correção continuou por um pequeno período após fim da obrigatoriedade.
Tempo do gestor na empresa.	10 anos

Os resultados obtidos, no Quadro 40, demonstram que a prática de correção monetária, não estava totalmente institucionalizada, pois o gestor afirma que a sua realização deu-se apenas por mais dois períodos, após o fim obrigatoriedade. Ele destaca que esta prática não proporciona mais benefícios para a empresa (OLIVER, 1992). Estes resultados são aderentes com a pesquisa Flesher & Soroosh (1983), que reportam que analistas financeiros *gráficos e controllers* também consideram o *disclosure* de informação corrigida nos EUA ser de pouco uso.

5.4.5 Análise dos Modelos Teóricos, Hipóteses e Variáveis

5.4.5.1 Hipóteses Baseadas nos Pressupostos do Isomorfismo

Os resultados obtidos como aplicação dos questionários possibilitaram avaliar um conjunto de variáveis e hipóteses, que compreendem dois modelos teóricos: isomorfismo e desinstitucionalização. No primeiro modelo, foram analisados os constructos teóricos estruturados, a partir dos pressupostos do isomorfismo institucional. Assim, remete-se as hipóteses que compuseram o primeiro modelo:

H1: Existe um relacionamento positivo entre a intensidade da competição para empresas locais e estrangeiras e o uso das práticas contábeis de correção monetária.

Nesta hipótese, foram analisados os fatores vinculados ao isomorfismo competitivo, tais como, tamanho da empresa; relacionamento com o mercado externo, impacto dos níveis de inflação tanto sobre os resultados quanto sobre os setores econômicos. Os resultados não se demonstraram tão aderentes como esperado. Mas, confirmam que existe relacionamento positivo (possui certa influência) no processo de desinstitucionalização das práticas contábeis de correção monetária.

H1a: Em países emergentes, existe uma relação negativa entre o nível de politização da atividade econômica e o nível de inflação.

Com base nos resultados, constatou-se que o nível regulamentação do governo (politização da atividade econômica), obteve a terceira maior média entre as variáveis que formam o constructo isomorfismo institucional (mecanismos coercitivos). Estes resultados comprovaram que quanto maior o nível de politização da atividade econômica menor o nível de inflação, conseqüentemente, menor será o uso das práticas contábeis de correção monetária.

H2a: Existe uma relação positiva entre a estrutura legal e a adoção das práticas contábeis de correção monetária.

Os resultados comprovaram que existe uma relação positiva entre a manutenção e o uso das práticas contábeis de correção monetária e a estrutura legal vigente (obrigatoriedade e poder institucional das entidades reguladoras), pois foram obtidas as maiores médias para estas

variáveis (3,73 e 3,70, respectivamente).

H2b: Existe um relacionamento positivo entre o *enforcement* legal e o nível de adoção das práticas contábeis de correção monetária.

Constatou-se que a ausência de fiscalização e punição influencia a não adoção das práticas contábeis de correção monetária. Os resultados obtidos indicaram que existe um relacionamento positivo, ou seja, quanto maior o *enforcement* maior o uso. No entanto, no Brasil, atualmente, não há mais a exigência legal para as empresas publicarem informações contábeis corrigidas.

H2c: Existe um relacionamento positivo entre o nível de desenvolvimento do mercado capital e a relevância dos sistemas contábeis adotados.

Os resultados demonstraram que o desenvolvimento do mercado de capitais aliado ao surgimento de novas tecnologias contábeis substitui o uso das práticas contábeis de correção monetária. Destaca-se que a média obtida pela variável surgimento de novas tecnologias (2,70) foi maior que a obtida pela variável desenvolvimento do mercado de capitais (2,39). Estes resultados foram confirmados nas entrevistas realizadas.

H3: Existe um efeito mimético na adoção das práticas contábeis de correção monetária pelas empresas.

Os resultados indicaram pouca influência dos efeitos miméticos (influência dos concorrentes e dos líderes no campo organizacional) na adoção e manutenção das práticas contábeis de correção monetária. Estes resultados foram confirmados nas entrevistas realizadas.

H4: Existe uma relação positiva entre o uso das práticas contábeis de correção monetária e o nível de profissionalização da atividade contábil.

Constatou-se um relacionamento negativo entre o nível de profissionalização da atividade contábil e o uso das práticas contábeis de correção monetária, pois de acordo com as três variáveis analisadas: (i) recomendações das entidades de pesquisas e acadêmicas; (ii) pronunciamentos das entidades de classes; e (iii) recomendações das empresas de consultoria e auditoria, as duas últimas mostraram-se significativas (as médias obtidas foram 2,23, 2,84 e 3,18, respectivamente) para a não adoção das práticas contábeis de correção monetária.

Percebeu-se que as entidades de pesquisa têm pouca influência sobre os pronunciamentos das entidades de classe e as atividades das empresas de auditorias, pois estas estão preocupadas com a obrigatoriedade legal.

5.4.5.2 Hipóteses Baseadas nos Pressupostos da Desinstitucionalização

No segundo modelo, foram analisados os constructos teóricos estruturados, a partir das pressões políticas, funcionais e sociais que compõe o processo de desinstitucionalização. Assim, remete-se as hipóteses que compuseram o segundo modelo:

H1-org: Existe uma relação negativa entre o uso das práticas contábeis de correção monetária e as pressões políticas organizacionais

Nesta hipótese, foi avaliada a relação do uso das práticas contábeis de correção monetária com: (i) a remuneração e o desempenho dos gestores, (ii) a existência de interesses internos conflitantes, e (iii) a inovação informacional mercado de capitais. Os resultados obtidos demonstraram que nenhuma das variáveis analisadas foi influente no processo de desinstitucionalização, conforme médias obtidas (1,52 e 1,73; 1,55 e 2,07, respectivamente). Estes resultados foram confirmados nas entrevistas realizadas.

H1-amb: Existe uma relação positiva entre o uso das práticas contábeis de correção monetária no campo organizacional e as mudanças nas configurações externas.

Avaliou-se, nesta hipótese, como as pressões políticas no campo organizacional influenciaram o uso das práticas contábeis de correção monetária. Constatou-se que o processo de desinstitucionalização dessas práticas foi motivado pelo programa de estabilização da economia brasileira e pela não exigência de informações corrigidas pelo mercado de financeiro para a concessão de crédito. Destacam-se três variáveis das seis mensuradas neste constructo: (i) mudança nas leis sobre publicação de informação contábil corrigida; (ii) diminuição dos índices de inflação da economia brasileira e (iii) exigência do mercado financeiro, conforme médias obtidas (3,23, 3,86 e 3,32).

H2-org: Existe uma relação positiva entre o uso das práticas contábeis de correção monetária e as mudanças funcionais

Nesta hipótese, avaliou-se como: (i) a mudança na utilidade econômica, (ii) o aumento da especificação técnica, e (iii) o aumento da competitividade por recursos influenciaram o processo de desinstitucionalização das práticas contábeis de correção monetária. Os resultados

demonstraram que o custo versus benefício da informação e o surgimento de novas tecnologias foram variáveis consideradas preponderantes para a não manutenção das práticas contábeis de correção monetária, conforme médias obtidas (3,41 e 2,98). A competitividade por recursos não se demonstrou como uma variável influente no processo e, além disso, vale ressaltar que, para as empresas que mantiveram as práticas contábeis de correção monetária, o custo vs. benefício da informação corrigida não se altera e nem representa uma variável relevante, pois a prática já estava customizada no sistema, conforme entrevistas realizadas.

H2_amb: Existe uma relação positiva entre o uso das práticas contábeis de correção monetária e os eventos emergentes do campo organizacional.

Nesta hipótese, identificou-se o grau de influência dos eventos emergentes do campo organizacional no processo de desinstitucionalização das práticas contábeis de correção monetária. Os resultados obtidos indicaram que os níveis de inflação no período e o surgimento de novas regulamentações para os setores foram representativos neste processo. No entanto, a distribuição de resultados da empresa para os acionistas na foi uma variável representativa. Estes resultados foram confirmados nas entrevistas realizadas.

H3_org: Existe uma relação negativa entre o uso das práticas contábeis de correção monetária e as pressões sociais organizacionais

Neste constructo, as variáveis analisadas foram: (i) fragmentação social (mudança na estrutura organizacional); (ii) rompimento da continuidade histórica (mudança da configuração jurídica da empresa - abertura de capital ou fechamento de capital) e (iii) mudança nos valores ou regras institucionalizadas (realização de fusões, Cisões ou incorporações e/ou mudança dos gestores internamente). Os resultados obtidos demonstraram que nenhuma variável deste constructo foi considerada influente, comparado aos resultados obtidos nos demais constructos analisados, conforme médias obtidas (1,84, 1,73, 1,61 e 1,50).

H3_amb: Existe uma relação negativa entre o uso das práticas contábeis de correção monetária e a desagregação estrutural no campo organizacional.

Nesta hipótese, avaliou-se como o processo de harmonização internacional da contabilidade influenciou o uso das práticas contábeis de correção monetária nas empresas. Os resultados obtidos confirmam a hipótese. Estes resultados foram confirmados nas entrevistas realizadas.

6 CONCLUSÕES

A teoria contábil considera que as contas podem ajudar a produzir melhores decisões. Respectivamente, a aplicação de regras contábeis gerará informações que irão informar os tomadores de decisão sobre a situação atual e ajudá-los a escolher as melhores estratégias. No entanto, se as contas estão sendo usadas, mais para justificar decisões, do que tomar boas decisões, então, pode-se dizer que a racionalização contábil está dissociada do real (ISTVAN & AVERY, 1979; CHUA, 1986; DAVIDSON *et al*, 1988; CARRUTHERS, 1995).

O significado da informação contábil consiste na forma como ela é usada. Carruthers (1995) afirma que a atenção dada à informação deveria ser deslocada da "sintaxe" e da "semântica" para uma visão 'pragmática', pois, a contabilidade tem como função espelhar representativamente a realidade econômica e organizacional. Nesse contexto, ela pode ser usada para quantificar as qualidades do mundo social e organizacional, tornando-os calculáveis e previsíveis (MILLER, 1992). Portanto, o propósito desta pesquisa foi identificar a relevância dos fatores institucionais inerentes ao processo de desinstitucionalização práticas contábeis de correção monetária em empresas brasileiras. A pesquisa foi desenvolvida, a partir de uma amostra de 118 empresas brasileiras, de grande porte, constantes da Revista Exame 500 Maiores Empresas e teve como principais respondentes os contadores e gerentes de controladoria.

Os procedimentos utilizados foram: a técnica estatística multivariada Análise Fatorial, o teste ANOVA *one way* e o teste Kruskal-Wallis, como ferramentas, que permitiram identificar relacionamentos interdependentes entre diversas variáveis e, também, oferecer uma resposta a priori ao problema de pesquisa.

O modelo conceitual utilizado para a investigação empírica foi estruturado a partir dos pressupostos da abordagem do novo institucionalismo, que segundo Carruthers (1995) representa um recente desenvolvimento na teoria das organizações e com grande relevância para pesquisa contábil.

Foram estruturados dois modelos teóricos, sendo que: o primeiro contempla os pressupostos do isomorfismo: competitivo e institucional (DIMAGGIO & POWELL, 1983; 1991) e o segundo foi baseado nos pressupostos da desinstitucionalização (OLIVER, 1992). Sendo que os resultados foram discutidos no capítulo 5.

Os resultados do trabalho atenderam aos objetivos da pesquisa e, neste capítulo, são destacadas as considerações finais sobre as hipóteses, as quais se remetem, quando necessário, às discussões do capítulo 5.

Ressalta-se que o uso e manutenção das práticas contábeis de correção monetária, no contexto brasileiro, mantêm um relacionamento estreito como fatores isomórficos: coercitivos e normativos, conforme demonstrado pelo o modelo 1 que contemplou 16 variáveis mensuradas. Sendo que as variáveis mais relevantes foram:

- a) Obrigatoriedade imposta pela Lei ;
- b) Poder institucional das entidades reguladoras (CVM e SRF);
- c) Regulamentação do governo (nível politização da atividade econômica); e
- d) Recomendações das empresas consultoria e auditoria.

Em relação aos constructos avaliados (modelo 1), cabe destaque para os mecanismos coercitivos e normativos. No entanto, o isomorfismo competitivo e os mecanismos miméticos não se demonstraram significativos.

No segundo modelo, foram avaliados 25 variáveis, em cinco dimensões (constructos). Sendo que as variáveis mais significativas foram:

- a) Diminuição dos índices de inflação da economia brasileira;
- b) Mudança das leis sobre publicação de informação contábil corrigida;
- c) Mercado financeiro não exige este tipo de informação;
- d) Custos de manutenção da prática superam os benefícios da informação gerada;
- e) Surgimento de novas tecnologias contábeis;
- f) Níveis de inflação no período (mês e ano); e
- g) Harmonização internacional das práticas contábeis.

Em relação aos constructos avaliados, cabe destaque para as pressões políticas (nível do ambiente), pressões funcionais em ambas as dimensões (organizacional e ambiente). No entanto, as pressões sociais não se demonstraram significativas.

A estratégia de realizar entrevistas com os gestores das empresas que mantiveram ou ainda mantém a prática contábil de correção monetária representou um recurso de grande utilidade no delineamento do fenômeno pesquisado (PATTON, 1990; ROSSMAN & WILSON;

1985; MILES & HUBERMAN, 1994; SEIDMAN, 1991; MARSHALL & ROSSMAN, 1995; COOPER & SCHINDLER, 2003, MARTINS, 2008). Pois, possibilitou, basicamente, a triangulação dos resultados. Cabendo ressaltar as seguintes congruências e diferenças:

- a) a obrigatoriedade da referida prática de correção monetária também é assinalada pelos gestores como desnecessária. No entanto, os custos de se calcular a prática contábil de correção monetária, não é um fator relevante para as empresas que persistiram com a mesma, ou seja, não existem custos adicionais, pois esta prática já se encontrava customizada e parametrizada no sistema de informação da empresa. Enquanto que, para as empresas que deixaram de realizar a prática há algum tempo, tem-se uma percepção diferente.
- b) Quanto ao uso da informação pelos usuários externos obteve-se unanimidade entre os gestores. Eles afirmam que este tipo de informação não é mais apreciado pelo mercado. Entretanto, eles atribuem que este tipo de prática e informação é de extrema relevância no processo decisório internamente. Portanto, nota-se que a prática ainda permeia as crenças e os valores dos gestores contábeis.
- c) Ambos os grupos pesquisados concordam que tanto o processo de harmonização da contabilidade quanto o surgimento de novas tecnologias contábeis como fator que propiciou a desinstitucionalização das referidas práticas.

Em relação ao processo de persistência institucional, observado no grupo de empresas pesquisadas, constatou-se que:

- a) A Companhia Energética de São Paulo manteve a prática contábil de correção monetária devido às obrigações contratuais de captação de recursos (demandas contratuais);
- b) A empresa Vale do Rio Doce manteve prática, pois a utilizava como ferramenta na avaliação dos impactos da inflação sobre o patrimônio e os resultados (tamanho da estrutura patrimonial);
- c) Na empresa Copesul, manutenção se deu para fins comparativos da própria empresa (comparabilidade);
- d) A empresa Technos mantinha a prática, pois a utilizava para calcular a participação dos empregados nos resultados da empresa (influência dos *stakeholders*); e
- e) Na Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp utilizava-se a prática para apuração de informações que seriam posteriormente divulgadas no

mercado (Transparência).

Portanto, chega-se a conclusão de que a explicação do processo de desinstitucionalização das práticas contábeis de correção monetária é decorrente de uma combinação distinta de fatores institucionais. A relevância da informação corrigida no mercado brasileiro, para os gestores contábeis, está aderente aos resultados das pesquisas realizadas no mercado americano e no Reino Unido. Estas pesquisas foram realizadas em cenários inflacionários equivalentes ao mercado brasileiro, cuja inflação também se encontravam em fase de declínio, ou seja, baixos níveis de inflação na economia, tais como:

- a) Características qualitativas da informação: utilidade da informação para os seus usuários (HEINTZ, 1973; ENIS, 1988)
- b) Os custos de se calcular este tipo de informação (WATTS & ZIRMMERMAN, 1980);
- c) Influência de agentes externos (PONG & WHITTINGTON, 1996);
- d) Níveis de *enforcement* e obrigatoriedade de publicação (PERROW, 1986);
- e) Processo de harmonização internacional da contabilidade; e o surgimento de novas práticas (PONG & WHITTINGTON, 1996, NOBES, 1991).

Dentre as limitações da pesquisa, destaca-se que o fato de que os resultados obtidos não permitem generalizações, pois a sua coleta de dados é decorrente de uma amostra não probabilística. Além disso, os resultados obtidos sobre o processo de desinstitucionalização são decorrentes de informações obtidas a partir da percepção apenas de contadores e *controllers*.

Cabe ressaltar que o estudo foi realizado num período distinto e não necessariamente coincidente com o momento exato da desinstitucionalização. A coleta de dados sobre o processo de desinstitucionalização decorreu-se por meio da aplicação de questionários, composto por questões e constructos elaborados, a partir da teoria institucional e a relevância (importância e influência) das variáveis e dos constructos foram mensuradas por meio de uma escala semântica (*likert*).

Sugerem-se como pesquisas futuras:

- a) Analisar o nível de aderências dos pressupostos teóricos institucionais (processo de desinstitucionalização) utilizados nesta pesquisa e em outras áreas gerenciais da

contabilidade.

- b) Averiguar se os fatores assinalados pelos contadores e *controllers* diferem, significativamente, de outros grupos de interesses, tais como: auditores, sindicatos, analistas e investidores.
- c) Verificar se o uso da informação corrigida tem impactos sobre as decisões dos investidores sofisticados e na acurácia das previsões dos analistas.
- d) Avaliar como os usuários interpretam a informação contábil ajustada pela inflação e se os fatores institucionais influenciam suas previsões e decisões (escolhas) de investimento e entre companhias alternativas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBOTT, A. Status and status strain in the professions. **American Journal of Sociology**, 1981, n.86: 819-833.

_____; **Methods of discovery: heuristics for the social sciences**. London: W. W. Norton & Company. 2004.

ABERNETHY, M. A.; CHUA, W. F. A Field Study of Control System “Redesign”: The Impact of Institutional Processes on Strategic Choice. **Contemporary Accounting Research**, v. 13, fall, p. 569 - 606, 1996.

ABREU, L. R. B. C. **Grau de institucionalização e a sua influência na percepção de desempenho no processo de planejamento: um estudo de caso sob a ótica da teoria institucional**. São Paulo: 2006. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

AKERLOF, G. A. (Org.). **An economic theorist’s book of Tales**: essays that entertain the consequences of new assumptions in Economic Theory. Cambridge: Cambridge University, 1984.

ALDRICH, H. E. **Organizations and Environments**, Prentice-Hall, Englewood Cliffs, N.J, 1979.

_____; e FIOL, C. M.. Fools rush in? The institutional context of new industry creation. **Academy of Management Review** 19, 4:645-670, 1994.

ALEXANDER, J. Some remarks on agency in recent sociological theory. **Perspectives**, v. 15, 1, Jan. 1992.

AMANTHEA, N. R. **De Volta para o Futuro**: o Aquífero Guarani como Alternativa Viável ao Desenvolvimento da Região de Londrina, 2004. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidades Estaduais de Londrina e Maringá, Cidade, 2004.

ARAÚJO, E. B. de; LUCINI, J. Um Estudo sobre os Efeitos nas Demonstrações Contábeis da Aplicação do FASB 52 Contraposto à Correção Monetária Integral. In: ENANPAD, **Anais...** Salvador - BA, 2006.

ARTHUR YOUNG & Company, **Usefulness of Inflation-Adjusted Reporting**, *The CPA Journal* (January 1982) pp. 8-9.

ASHTON. A. H., Does Consensus Imply Accuracy in Accounting Studies of Decision-making? **The Accounting Review**. April 1985) pp. 173-185.

_____; **Human Information Processing in Accounting**, *Studies in Accounting Research No. 17* (Sarasota, FL: American Accounting Association, 1982).

AUGUSTO, P. O. M., Teoria Institucional: Qual O Lugar Da Agência? In: ENANPAD, **Anais...** Rio de Janeiro - RJ, 2007.

BALL, R.; BROWN, P. An empirical evaluation of accounting income numbers. **Journal of Accounting Research**, v. 6, autumn 1968, pp. 159-178.

BALL, L.; CECCHETTI, S. G.; e GORDON, R. J., **Inflation and Uncertainty at Short and Long Horizons**, *Brookings Papers on Economic Activity*, Vol. 1990, No. 1. (1990), pp. 215-254.

BARAN, L. & OFER, R., The Vahte of General Price Level Adjusted Data to Bond Rating. *Journal of Business Finance and Accounting* (Spring 1980) pp. 135-149.

BARBIERI, G. **Fluxo de caixa: modelo para bancos múltiplos**. 1995. **Tese (Doutorado Controladoria e contabilidade)** – Faculdade de Economia e Administração – Universidade de São Paulo, São Paulo: 1995.

_____; Lucro inflacionário e fluxo de caixa. **Caderno de Estudos nº. 13**, São Paulo, FIPECAFI, Jan. a Jun., 1996.

_____; SANTOS, A. dos; MARTINS, E. Ajuste a Valor-Presente: ICMS. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 9, p. 1-22, 1993.

BATISTELLA, 2006, **Análise dinâmica do capital de giro e inflação: um estudo de caso em empresa de recursos hídricos**, In: Congresso USP, 6, 2006, Cidade – UF. **Anais...** Cidade – UF: Editora, 2006.

_____; F. D. Análise dinâmica do capital de giro e inflação: um estudo de caso em empresa de recursos hídricos. In: Congresso USP, **Anais...** São Paulo-SP, 2006.

BEAVER, W. H., & LANDSMAN, W. R., **Incremental Information Content of Statement 33 Disclosures** (Stamford, CT: FASB 1983).

_____; GRITFIN, P. A. & LANDSMAN, W. R.. The Incremental Information Content Of Replacement Cost Earnings *Journal of Accounting and Economics* (1982, No. 4) pp. 15-39.

_____; **Financial reporting: an accounting revolution**. 3rd ed. New Jersey: Prentice Hall, 1998.

BENNETT, M.; BOUMA, J. J., CICCIOZZI, E. An institutional perspective on the transfer of accounting knowledge: a case study. **Accounting Education**. 13, 3, p. 329 – 346, sep. 2004.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BERLE, A. A., Jr.; MEANS, G. **The Modern Corporation and Private Property**. New York: Macmillan, 1932.

BERNARD, V. L., RULAND, R. G. The incremental Information Content of Historical Cost and Current Cost Income Numbers: Time-Series Analyses for 1962-1980. **The Accounting Review**. v. LXII, 4, Oct. 1987. p. 707-722.

BERNARDO, M. S.; TACHIBANA, W., MARTIN, N. C., **The Evolution of Monetary Correction in Brazil and Its Effects in the Financial Statement from 1929 to 2000.** Disponível em <<http://www.deakin.edu.au/fac_buslaw/acc_fin/Conferences/ahico35.pdf>> Acesso em 30 ago. 2001.

BIDO, D., **Análise Fatorial exploratória: curiosidades e dicas.** <http://groups.google.com.br/group/fatorial> - acessado em 10/04/2009

BRASIL. **Lei nº 9.249** de 26 de dezembro de 1995. Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências. Disponível em <http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/Leis/Ant2001/lei924995.htm> Acesso em 10/05/2008.

_____. **Lei nº 10.303** de 31 de outubro de 2001. Altera e acrescenta dispositivos na Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as Sociedades por Ações, e na Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/QUADRO/2001.htm. Acesso em 10/05/2008.

_____. **Lei nº 11.638** de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm. Acesso em 10/05/2008.

BRAYSHAW, R. E. & MIRO, A. R., The Information Content of Inflation-Adjusted Financial Statements, *Journal of Business Finance and Accounting* (Summer 1985) pp. 249-261.

BUBLITZ, B., FRECKA, T. J. & MCKEOWN, J. C., Market Association Tests and FASB Statement No. 33 Disclosures: A Reexamination, *Journal of Accounting Research* (Supplement 1985) pp. 1-27.

BURNS, J., SCAPENS, R.W., 'Conceptualizing Management Accounting Change: an Institutional Framework', *Management Accounting Research*, 11, 2000. pp. 3-25.

BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis.** London: Heinemann Educational Books, 1979.

BURROWS, G.; ROWLES, T. The **inflation Accounting Cycle: A British-Australian Comparative Perspective.** Nov. 1996. Disponível em <<<http://www.bham.ac.uk/EAA/ea97/abstracts/ROWLES.HTM>>> Acesso em: 30 ago. 2001.

BUTTEL, F. H. Social Institutions and Environmental Change. In: REDCLIFT, M.; WOODGATE, G. (Orgs.). **The International Handbook of Environmental Sociology.** UK: Edward Elgar, 1997.

CARRUTHERS B. G. Accounting, Ambiguity, and the New Institutionalism. **Accounting, Organizations and Society**, v. 20, 4, May, 1995, p. 313-328.

CARVALHO, C. A. P. de; VIEIRA, M. M. F.; LOPES; F. **Contribuições da perspectiva institucional para análise das organizações**. In: Encontro Nacional da Associação Nacional dos Programas de Administração do Brasil – ANPAD. n.º., 1999, Foz do Iguaçu – PR. **Anais...** Foz do Iguaçu – PR, 1999.

CHUA, W. F., Radical Developments in Accounting Thought. **The Accounting Review**, v. 61, 4, Oct. 1986, p. 601-632.

COASE, R. H. **The nature of the firm**. *Economica*, London, T. Fisher Unwin, n. 4, p.386-405, Nov 1937. Disponível em: <<http://people.bu.edu/>>. Acesso em: dia, mês. Ano 10/03/2007.

_____; The problem of social cost. **The Journal of Law and Economics**, v. 3, Oct 1960, p. 1-44..

COELHO, A. C. D. Qualidade Informacional e Conservadorismo nos Resultados Contábeis Publicados no Brasil. 2007, **Tese (Doutorado em Controladoria e contabilidade)**—faculdade de Economia e Administração – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

COHEN, I. J. Teoria da estruturação e práxis social. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. **Teoria social hoje**. São Paulo: Editora UNESP, 1999, p. 393-446.

CONRAD, L. The Role of Current Cost Accounting for Financial Reporting and Regulation in Utility Industries, **Public Money & Management**. Apr. 2005.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 7^a ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

CORIAT, B.; WEINSTEIN, O. Organizations, firms and institutions in the generation of innovation. **Research Policy**, Amsterdam, The Netherlands, Elsevier Science Publishers, v. 31, p. 273-290, 2002.

CORNICK, M. F., What Information Do Bankers Want From Inflation Accounting? **The journal of Commercial Bank Lfflding** (January 1982) pp. 56-65.

COSTA, V. M. **Novo institucionalismo**: Nova Abordagem ou um Velho Argumento Revistado? Unicamp (Programa de Disciplina). Campinas, 2001.

CRAFT, J. A., Information Disclosure and the Role of the Accountant in Collective Bargaining, **Accounting Organizations and Society** (198 1) pp. 97-107.

CRUZ FILHO, M. R.; PEDREIRA, J. L. B. **Manual da correção monetária das demonstrações financeiras**. Rio de Janeiro: Editora Esplanada, 1978.

DACIN, T.; GOODSTEIN, J.; SCOTT, W. R. Institutional theory and institutional change. **Academy of Management Journal**, v. 45, 1, 2002, p. 45-57.

DAFT, R. L. **Teoria e projeto das organizações**. 6 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1997.

DALUM, B.; JOHNSON, B.; LUNDVALL, B. Public policy in the learning society. In: LUNDVALL, B. (Ed.). **National Systems of Innovation: towards a theory of innovation and interactive learning**. London: Pinter, 1992, p. 296-317.

BURRELL, G. & MORGAN, G., **Sociological Paradigms and Organizational**. London - Heinemann. 432 pp

_____; STICKNEY, C. P. & WEIL, R. L., **Financial Accounting**, 5th Edn (Chicago: Dryden Press, 1988).

DAVIDSON, S. & Weil, R., Inflation Accounting: What Will General Price Level Adjusted Income Statements Show?, *Financial Analysts Journal* - January-February, 1975. pp. 27-31.70-84.

_____; & Weil, R., Inflation Accounting: The SEC Proposal for Replacement Cost Disclosures, *Financial Analysts Journal* (March-April 1976) pp. 57-66.

DAVIDSON, S., Skelton, L. & Weil, R., Financial Reporting and Changing Prices: Estimated Results of Applying the FASB Proposal, *Financial Analysts Journal* (May-June 1979) pp. 41-54.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. A Gaiola de Ferro Revisada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, FGV, São Paulo, v. 45, n. 2, p. 74-89, Abr./Jun. 2005.

_____; _____; W. W. The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism And Collective Rationality In Organizational Fields. **American Sociological Review**, v. 48, 2, apr. p. 147 - 160, 1983.

_____; P. Culture and cognition. **Annual Review of Sociology**, v. 23, p. 263-287, 1997.

_____; POWELL, W. W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. In: POWELL, W. W.; DIMAGGIO, P. J. **The new institutionalism in organizational analysis**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991. p. 63-82

_____; _____; A Gaiola de Ferro Revisitada: Isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 45, 2, p. 23 - 33, abr/jun. 2005.

DOSI, G. **Institutions and markets in a dynamic world**. The Manchester School, Manchester, University of Manchester, v. 56, n. 2, p. 119-146, June 1988.

_____; KOGUT, B. National specificities and the context of change: the coevolution of organization and technology. In: KOGUT, B. (Ed.). **Country competitiveness: technology and the organizing of work**. Oxford: Oxford U. P., 1993, p. 249-262.

DRUCKER, P. F. **The future of industrial man**: a conservative approach, New York : The

John Day Company, 1942.

_____; **Innovation and entrepreneurship: practice and principles**. New York: Harper and Row, 1985.

DYCKMAN, T., *Investment Analysis and General Price-Level Adjustments, Studies in Accounting Research No. I* (Sarasota, FL: American Accounting Association, 1969).

EDQUIST, C.; JOHNSON, B. Institutions and organizations in systems of innovation. In: Edquist, C., (Ed.). **Systems of innovation: technologies, institutions and organizations**. London: Pinter, 1997, p. 41-63.

EDWARDS, E. O., BELL, P. W. **Theory and measurement of business income**. Berkeley: University of California, 1961.

ELSTER, J. Social norms and economic theory. **Journal of Economic Perspectives**, Nashville, TN, American Economic Association, v. 3, n. 4, p. 99-117, Fall 1989. Disponível em: <http://www.geocities.com/>. Acesso em: dia, mês. ano.

EMIRBAYER, M.; MISCHKE, A. What is agency? **American Journal of Sociology**, v. 103, 4, p. 962-1023, 1998.

ENDO, S. K. **Contribuição ao Estudo da Correção Monetária**. Cidade: Edusp, 1989.

ENIS, C. R., The Impact of Current Valued Data on the Predictive Judgments of Investors, *Accounting Organizations and society (1988)* pp. 123-145.

FAMA, E. Efficient Capital Markets: a review os theory and empirical work, **Journal of Finance**, v. 25, 2, may. 1970, p. 383 – 417.

FAMÁ, R. **Retorno sobre o investimento: sua utilização no Brasil, face à inflação e à evolução da legislação sobre a correção monetária nos demonstrativos financeiros**. 1980. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

FASB - Financial Accounting Standards Board, Statement of Financial Accounting Standards Number 82, *Financial Reporting and Changing Prices: Elimination of Certain Disclosures*, (Stamford, CT: FASB, 1984).

FASB – **Statement of Financial Accounting Concepts** No. 1, 2001, disponível em: 10/04/2009

FÁVERO, L. P. L.; BELFIORE, P.; SILVA, F. L. ; CHAN, B. L. . **Análise de Dados: Modelagem Multivariada para Tomada de Decisões**. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2009. 646 p.

FEITOSA, A. **Uma análise dos efeitos inflacionários sobre demonstrações contábeis de empresas brasileiras traduzidas para apresentação no exterior**. 2003. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) Faculdade de Economia e Administração – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

FIELDS, T. D.; LYS, T. Z.; VINCENT, L.. Empirical research on accounting choice. **Journal of Accounting and Economics**. New York: v. 31, 1-3, p. 255-307, sep. 2001.

Financial Accounting Standards Board, Statement of Financial Accounting Standards Number 33, **Financial Reporting and Changing Prices**, Stamford, CT: FASB, 1979.

FIORATI, A. R. dos S.; GARCIA, F. G.; TAMBOSI FILHO, E., Dividendos e juros sobre capital próprio: sinalização de lucratividade futura? Estudo no mercado brasileiro 1999/2004. In: ENANPAD, **Anais...** Rio de Janeiro - RJ: Editora, 2007,

FIPECAFI. **Aprendendo contabilidade em moeda constante**. São Paulo: Atlas, 1995a.

_____; **Manual de contabilidade das sociedades por ações**: aplicável também às demais sociedades. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1995b.

_____; **Aprendendo contabilidade em moeda constante**. São Paulo: Atlas, 1994.

FLESHER, D. L & SOROOSH, J., Controllers Say FASB 33 is Not Very Useful. **Management Accounting** (January 1983) pp. 50-53.

FLINGSTEIN, N. The structural transformation of American industry: an institutional account of the causes of diversification in the largest firms, 1919-1979. In: Powell, W. W.; DiMaggio, P. J. (Ed.). **The new institutionalism in organizational analysis**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991, p. 311-336.

FOLEY, B. J, & MAUNDERS, IC T., **Accounting Information Disclosure and Collective Bargaining**. (New York: MacMillian, 1977).

FORNELL, C., JOHNSON, M. D.; ANDERSON, E. W.; CHA, J.; BRYANT, B. E. The American Customer Satisfaction Index: nature, purpose, and findings. **Journal of Marketing**, v.60, p.7-18, out./1996.

FREEMAN, C.; SOETE, L. G. **The economics of industry innovation**. Massachusetts: MIT Press, 1999.

FREISHKOFF, P., **Financial Reporting and Changing Prices, A Review of Empirical Research**, (Stamford, CT: FASB, 1982).

FREZATTI, F.; AGUIAR, A. A.; REZENDE, A. J. Strategic responses do institutional pressure and success in achieving budget targets: a survey at a multinational company. **International Journal of Information Management**. v. 15, 2, p. 50 - 66, 2007.

FRIEDLAND, R.; ALFORD, R. R. Bringing society back in: symbols, practices, and institutional contradictions. In: POWELL, W. W.; DIMAGGIO, P. J. (Ed.). **The new institutionalism in organizational analysis**. Chicago: University of Chicago, 1991.

FRUMKIN, P.; KAPLAN, G. **Institutional theory and micro-macro link**. Kennedy School of Government. Harvard University. Cambridge. 2000.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 18. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1982.

FUTEMA, M. S.; BASSO, L. F. C.; KAYO, E. K. **A Estrutura de Capital, os Dividendos e os Juros Sobre o Capital Próprio: Evidências Empíricas no Caso Brasileiro de 1995 a 2004.** In: ENANPAD, *Anais...* Rio de Janeiro – RJ, 2007.

GIDDENS, A.; TURNER, J. **Teoria social hoje.** São Paulo: Editora UNESP, 1999.

_____; **Novas Regras do Método Sociológico.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____; **A constituição da sociedade.** São Paulo: Ed. Martins Fontes. 1984.

_____; **A Constituição da Sociedade.** São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1989.

GONZÁLEZ, P. **Revisão Crítica do Sistema de Correção Monetária Vigente na Colômbia sob uma Perspectiva da Técnica Desenvolvida no Brasil. 1999. Dissertação** (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia e Administração – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

GOODIN, R. E. (Org.). **The theory of institutional design.** Cidade: Cambridge University Press, 1997.

GRAEFF, J. F. **Pressões Ambientais e Respostas Estratégicas na Institucionalização no Plantio Direto no Paraná.** 2005. Dissertação (Mestrado em Administração) – Setor de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

GRANDLUND, M.; LUKKA, K. It's a Small World of Management Accounting Practices. **Journal of Management Accounting Research**, v. 10, p. 133 -153, 1998.

_____; Towards explaining stability in and around management accounting systems. **Management Accounting Research**, v. 12, jun., p. 141-166, 2001.

GRANOVETTER, M. **Economic action and social structure: the problem of embeddedness.** The American Journal of Sociology , v. 91, n. 3, p. 481-510, Nov 1985. Disponível em: <http://www.stanford.edu/>. 20/08/2008.

GREENWOOD, R., SUDDABY, R. and HININGS, C.R., “Theorizing change: The role of professional associations in the transformation of institutionalized fields”, **Academy of Management Journal**, 45, 2002, 58-80.

_____; HININGS, C. R. Understanding radical organizational change: bringing together the old and the new institutionalism. **The Academy of Management Review**, v. 21, 4, 1996.

GREIF, A. Institutions and endogenous institutional change: historical institutional analysis. SEMINÁRIO BRASILEIRO DA NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL, 2000, *Anais...* Campinas: UNICAMP, 2001.

GUERREIRO, R.; FREZATTI, F.; CASADO, T. **Em busca do entendimento da formação dos hábitos, rotinas e instituições da contabilidade gerencial.** In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 4, 2004, São Paulo – SP. *Anais...* São Paulo- SP, 2004.

_____;_____; LOPES, A. B.. Uma Contribuição ao Entendimento da Estabilidade e da Mudança da Contabilidade Gerencial sob a Ótica da Teoria Institucional. In: ENANPAD **Anais...** Curitiba – PR, 2004.

_____;_____; REZENDE, A. J.; AGUIAR, A. B. Fatores Determinantes no Processo de Institucionalização de uma Metodologia de Programação de Orçamento Implementada em uma Unidade do Sesc São Paulo. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, **Anais...** São Paulo – SP, 2005

_____;_____; REZENDE, A. J. Em Busca do Entendimento da Formação dos Hábitos e das Rotinas da Contabilidade Gerencial: um Estudo de Caso. In: ENANPAD, 29, 2005, **Anais...** Brasília – DF, 2005.

_____;_____; C. A.. Avaliação do Processo de Mudança da Contabilidade Gerencial sob o Enfoque da Teoria Institucional: o Caso do Banco do Brasil. In: ENANPAD, **Anais...** Brasília - DF, 2005.

_____;_____; C. A.; REZENDE, A. J.; AGUIAR, A. B. Fatores Determinantes no Processo de Institucionalização de uma Metodologia de Programação de Orçamento Implementada em uma Unidade do SESC São Paulo. **Revista de contabilidade do mestrado em ciências contábeis**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 1-20, 2005.

_____; FREZATTI, F.; PEREIRA, C. A. Management Accounting Change Institutionalisation: An Old Institutional Economics Approach. In: **Performance Measurement and Management: Public and Private**, v. 1. p. 321-328, 2006.

_____;_____; REZENDE, A. J. Em Busca do Entendimento da Formação dos Hábitos e das Rotinas da Contabilidade Gerencial - Um Estudo de Caso. RAM. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 7, 2, p. 78-101, 2006.

_____;_____; REZENDE, A. J. Towards an Understanding of the Habits and Routines of Management Accounting. In: **Conference on New Directions in Management Accounting: Innovations in Practice and Research**, Bruxelas, 2006,

_____;_____; FREZATTI, Fabio . Evaluating management accounting change according to the institutional theory approach: A case study of Brazilian bank. *Managerial Auditing Journal*, v. 3, p. 514-532, 2007.

HAIR, J. F., ANDERSON, R. E., TATHAM, R. L., BLACK, W. C. **Análise Multivariada de Dados**. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HANDEL, Michael J. (Ed.). **The sociology of organizations**: classic, contemporary and critical readings. California: Sage Publications, 2003.

HANNAN, M. T.& FREEMAN, J. H., The population ecology of organizations, **The American Journal of Sociology**, 1977, p. 929 - 964.

HAWLEY, A. Human ecology. In SILLS, D. L. (Ed) **International Encyclopedia of the Social Sciences**. New York, Macmillan, 1968. p. 328-337.

HEINTZ, J. A., Price-Level Restated Financial Statements and Investment Decision Making, *The Accounting Review* (October 1973) pp. 679-689.

HENDRIKSEN, E. S., VAN BREDA, M.F. **Teoria da Contabilidade**, São Paulo: Atlas, 1999

HERRERA, P. I. B. A correção monetária na concordata preventiva e o desempenho das empresas pós-requerimento: uma análise empírica desenvolvida em firmas da BOVESPA. In: ENANPAD, **Anais...**, Rio das Pedras / RJ, 1997.

_____; PROCIANOY, J. L. Avaliação dos Retornos das Ações das Empresas Concordatárias. In: ENANPAD, **Anais...** Fóz do Iguaçu - Pr, 1998

HOFFMAN, A. J. Institutional evolution and change: environmentalism and the U.S. chemical industry, **Academy of Management Journal**, 42, p. 351-371. 1999

_____; Linking organizational and field-level analyses: the diffusion of corporate environmental practice. **Organization & Environment**, 14(2), 2001, pp. 133-158.

HOFFMANN, E. P. T.; NOSSA, V. Os efeitos proporcionados pelo não reconhecimento da correção monetária de balanço: o caso da UNICAFÉ. In: Congresso USP, **Anais...** São Paulo - SP, 2004.

HOPWOOD A. G., MILLER P. *Accounting as social and institutional practice*. Cambridge, 1994.

HOPWOOD, A. the archaeology of accounting systems. **Accounting, Organizations and Society**, 12, p. 207-234, 1987.

HOPWOOD, William, SHAEFER, Thomas. Firm-Specific Responsiveness to Input Price Changes and the Incremental Information in Current Cost Income. **The accounting Review**. v. LXIV, 2. Apr., p. 313-328, 1989.

HYBELS, R. C., On legitimacy, legitimation, and organizations: a critical review and integrative theoretical model, **Academy of Management Journal**, 1995.

IERFINO, L. Understanding the Processes of De-Stabilization and ReStabilization of Institutional Logics within Organizational Fields. **ASAC**. McGill University. 2005.

IOB. Os boletins IOB e a literatura sobre o método da correção integral (1ª Parte). Caderno Temática Contábil e Balanços, n. 28, 1987.

IOB - Extinção Da Correção Monetária - A Verdadeira Carga Dos Impostos Sobre Os Lucros E Como Calculá-La Corretamente, n. 34. 1996.

IOB - Extinção Da Correção Monetária - A Criação Do Imposto Sobre O Patrimônio Líquido, n. 36. 1996.

IOB - Extinção Da Correção Monetária - Revendo Exemplos Para Um Horizonte De 10 Anos, n. 38. 1996.

IOB - Extinção Da Correção Monetária - Os Efeitos Quando A Empresa Reinveste Em Seu Ativo Permanente Ao Longo Do Tempo, n. 39. 1996.

IOB - Extinção Da Correção Monetária- O Caso De Ativo Permanente Maior Que Patrimônio Líquido (Saldo Credor De Correção Monetária), n. 41. 1996.

IOB - Extinção Da Correção Monetária - Os Juros Sobre O Capital Próprio (TJLP) E Os Dividendos (1ª parte), vol. 43. 1996.

IOB - Extinção Da Correção Monetária - Os Juros Sobre O Capital Próprio (TJLP) E Os Dividendos (1ª segunda e última parte), n. 44. 1996.

IOB - Origem do modelo brasileiro de correção monetária das demonstrações contábeis, Nov. de 2004.

ISTVAN, D. F. e AVERY, C. G. **Accounting Principles** (New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1979.

IUDÍCIBUS, S. de. **Contribuição à teoria dos ajustamentos contábeis**. 1966. Tese (Doutorado em Controladoria e contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1966.

_____; **Análise de Balanços**: análise da liquidez e do endividamento, análise do giro, rentabilidade e alavancagem financeira. 7 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

_____; **Teoria da contabilidade**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1997.

_____; **Teoria da Contabilidade**. Editora Atlas, 2000.

_____; MARION, J. C. **Dicionário de Termos de Contabilidade**. 2.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003. v. 1.

JAROLETTO, J. J. Lucro distribuível, **Caderno de Estudos nº05**, São Paulo, FIECAFI-Junho/1992.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure, **Journal of Financial Economics**, v. 3, p. 305-360, Oct., 1976.

JEPPERSON, R. L. Institutions, institutional effects, and institutionalism. In: POWELL, W. W.; DIMAGGIO, P. J. (Ed.). **The new institutionalism in organizational analysis**. Chicago: University of Chicago, 1991, p. 143-163.

JOHNSON, S., D. KAUFMANN and P. ZOIDO-LOBATON, 'Government in Transition. Regulatory Discretion and the Unofficial Economy', **American Economic Review** 88(2), 387-392, 1998.

KAM, V. **Accounting Theory**. John Willey & Sons. 2nd.ed., New York, 1986.

KANITZ, S. C. Superestimação dos índices de inflação, **Caderno de Estudos nº04**, São Paulo, FIECAFI – Março /1992.

KEASEY, K & Watson, R, Consensus and Accuracy in Accounting Studies of Decision-Making: A note on a Inflation-adjusted **Disclosures New** Measure of Consensus, *Accounting Organizations and Society* (1989) pp. 337-345.

KLANN, R. C.; LIMA JR., R. de; BEUREN, I. M. Mudanças nos Hábitos e Rotinas da Contabilidade Gerencial nas Empresas de Governança Corporativa de Santa Catarina, **Revista de Contabilidade Vista & Revista.**, v. 17, 3, p. 67-89, jul./ set. 2006.

KOGUT, Bruce; WALKER, Gordon. The Small World of Germany and The Durability of National Networks, **American Sociological Review**, v. 66, p. 317-335, June 2001.

KONDRA, Alex Z. e HININGS C. R. Organizational Diversity and Change in Institutional Theory, **Organization Studies**, n. 19, p. 743-767, 1998.

KRAATZ, M. S.; ZAJAC, E. J. Exploring the new institutionalism: the cases and consequences of illegitimate organizational change. **American Sociological Review**, v. 61, p.812-836, October 1996.

KUHN, T. S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

LANGLOIS, R. N. Rationality, institutions, and explanation. In: LANGLOIS, R. N. (Ed.). **Economics as a process: essays in the new institutional economics**. Cambridge: Cambridge University, 1986, p. 225-255.

LAUGHLIN, R., Empirical research in accounting: alternative approaches and a case for “middle-range” thinking. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, Vol. 8 n.1, 1995, pp. 63 – 87

LAIDLER, D.; PARKIN, M., inflation: a survey. *The Economic Journal*, Vol. 85, No. 340. Dec., 1975, pp. 741-809.

LEÃO JÚNIOR, Fernando Pontual de Souza. **Formação e Estruturação de Campos Organizacionais: Um Modelo Para Análise do Campo Cultural**. In: ENANPAD, **Anais...** Campinas - SP, 2001.

LEBLEBICI, H. *et al* Institutional Change and the transformation of interorganizational fields: an organizational history of U.S. **Radio Broadcasting Industry**. ASQ, v.36, 3, p.333-363, set/1991.

LIMA, G. A. S. F. de *et al* Um estudo empírico sobre o fim da correção monetária integral e seu impacto na análise das demonstrações contábeis. In: - ENANPAD, **Anais...** Curitiba, 2004.

LIMA, G. A. S. F. de, SALOTTI, B. M., CORRAR, L. J. C e YAMAMOTO, M. M., Um Estudo Empírico sobre os Reflexos do Não-Reconhecimento da Inflação nas Demonstrações Contábeis e em Suas Análises, **Congresso USP**, São Paulo - SP, 2004.

LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero**. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

LOPES, A. B.; MARTINS, E. **Teoria da Contabilidade**: uma Nova Abordagem. No prelo,

Editora Atlas, 2005.

LOURAU, René. **A análise institucional**. Tradução de Mariano Ferreira. Petrópolis: Vozes. 1975.

LUSTGARTEN, S., The Impact of Replacement Cost Disclosure on Security Prices, *Journal of Accounting and Economics* (1982.No.4)pp. 121-141.

MACHADO-DA-SILVA, C. L.; AMBONI, N.; CUNHA, V. C. Produção Acadêmica em Administração Pública: período 1983-88. In: XIII ENANPAD, **Anais...**, Belo Horizonte – MG, 1989.

_____; CUNHA, V. C.; AMBONI, N. Organizações: O estado da arte da produção acadêmica no Brasil. In: ENANPAD, **Anais...**, Belo Horizonte, 1990.

_____; FONSECA, V. Homogeneização e diversidade organizacional: uma visão integrativa. **Anais...** ENANPAD, p. 147-459, 1993.

_____; _____. Estruturação da estrutura organizacional: o caso de uma empresa familiar, **Organizações & Sociedade**, v. 1, 1, p. 42-71, 1993.

_____; _____. Competitividade Organizacional: uma tentativa de construção analítica, **Organizações e Sociedade**, v. 4, 7, p. 97-114, Dez. 1996.

_____; _____. FERNANDES, B. H. R. Mudança e Estratégia nas Organizações: perspectivas cognitiva e institucional. In: VIEIRA, M. M. F.; OLIVEIRA, L. M. B. de. **Administração Contemporânea: perspectivas estratégicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

_____; GONÇALVES, S. Nota Técnica: A Teoria Institucional. In: CLEGG, Steward R.; HARD, C; NORD, W. R. (eds.) **Handbook de Estudos Organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais**. v. 1. São Paulo: Atlas, 1999.

_____; FONSECA, V. S. da; FERNANDES, Bruno H. Cognição e institucionalização na dinâmica da mudança em organizações. In: RODRIGUES, S. B; CUNHA, M. P. (Orgs.) **Estudos Organizacionais: novas perspectivas na administração de empresas: uma coletânea luso-brasileira**. São Paulo: Iglu, 2000.

_____; GONÇALVES, S. A. Mudança organizacional, esquemas interpretativos e contexto institucional: dois casos ilustrativos, **Revista de Estudos Organizacionais**, v.1, n.2, p.11-26, jul./dez. 2000.

_____; BARBOSA, Estratégia, Fatores de Competitividade e Contexto de Referência das Organizações: uma Análise Arquetípica, **RAC – Revista de Administração Contemporânea**, v. 6, 3, p. 07-32, 2002.

_____. Respostas estratégicas da administração e contabilidade ao sistema de avaliação da Capes. O & S. v.10, n. 28, set-dez. 2003. p. 63-77.

_____. COSER, C. Argumentos Estruturais para Explicação do Isomorfismo Mimético em um Campo Organizacional. In: ENEO – Encontro de Estudos Organizacionais, **Anais ...**,

Atibaia - SP, 2004a.

_____; _____. Organização Focal e Relações de Poder em um Campo Organizacional. In: XXVIII ENANPAD, 2004, Curitiba. **Anais ...**, Curitiba, 2004b.

_____; FONSECA, V. S. da; CRUBELLATE, J. M. Estrutura, agência e interpretação: elementos para uma abordagem recursiva do processo de institucionalização. **Revista de Administração Contemporânea**, 1ª ed. esp., v. 9, p. 09-39, 2005.

_____; GUARIDO FILHO, E. R. ROSSONI. F. L., Campos Organizacionais: Seis Diferentes Leituras e a Perspectiva de Estruturação, **RAC**, Edição Especial 2006, pp 159-196

MAGUIRE, S., HARDY, C. and Lawrence, T. B. Institutional entrepreneurship in emerging fields: HIV/AIDS treatment advocacy in Canada, **Academy of Management Journal**, 47, p. 657-679, 2004.

MARCH, J. G.; SIMON, H. **Organizations**. New York: Blackwell Publishers, 1994.

MAROCO, J., **Análise Estatística com utilização do SPSS**, Editora Sílabo Ltda, Lisboa - 2003.

MARQUES, J. A. V. C. **Correção Integral de Balanços**: Uma questão de qualidade ou um problema econômico. In: ENANPAD. **Anais...** Rio de Janeiro – RJ, 2008.

MARTINEZ, A. L., Custo de Oportunidade, Custo de Capital, Juros Sobre o Capital Próprio, EVA e MVA. In: MARTINS, E. (Org.). **Avaliação de empresas**: da Mensuração Contábil à Econômica. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2001, p. 186-262.

_____; **Gerenciamento dos resultados contábeis: estudo empírico das companhias abertas brasileiras**. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado em contabilidade). Universidade de São Paulo – Faculdade de Economia Administração e Contabilidade. São Paulo, 2001.

MARTINS, E. **Análise da correção monetária das demonstrações financeiras**: implicações no lucro e na alavancagem financeira. São Paulo: Atlas, 1980.

_____; Avaliação de empresas: da mensuração contábil à econômica, **Caderno de Estudos**, São Paulo, FIECAFI, v.13, 24, p. 28 - 37, jul./dez. 2000.

_____; **Análise da correção monetária das demonstrações financeiras**. São Paulo: Atlas, 1984.

_____; ASSAF NETO, A. **Administração Financeira**. São Paulo: Atlas, 1986.

_____; **Análise da Correção Monetária das Demonstrações Financeiras**. São Paulo: Atlas, 1993.

_____; SANTOS, A. dos; BARBIERI, G. Ajuste a valor presente-cálculos e contabilização, **Caderno de Estudos nº08**, São Paulo, FIECAFI, Abril/1993.

_____; **Avaliação de Empresas**: da mensuração Contábil à Econômica. São Paulo:

Atlas, 2001.

_____; A posição do Conselho Federal de contabilidade em relação a atualização monetária dos Balanços: Decepção (2ª. Parte). **IOB – Temática contábil.**, 16, 2002.

_____; SANTOS, A., e GLELBKE, E. R., O que esperar dos Balanços de 2002? **IOB – Temática contábil.**, 3, 2003.

_____; ANUATTI NETO, F., PEANO, C., Origem do Modelo Brasileiro de Correção Monetária das Demonstrações Financeiras, **Estudo da ABRADÉE-Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica**, produzido pela FIPE-Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, FEA/USP – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, em 2004.

MARTINS, G. de A., **Estudo de Caso: uma Reflexão sobre a Aplicabilidade em Pesquisas no Brasil**, RCO – Revista de Contabilidade e Organizações – FEARP/USP, v. 2, n. 2, p. 8 - 18 jan./abr. 2008

MARSHALL, C.; ROSSMAN, G. B. *Designing Qualitative Research*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1995.

MATIAS, J. R. **Correção monetária**. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1972.

MATOLCSY, P., Evidence on the Joint and Marginal Information Content of Inflation-Adjusted Accounting Income Numbers, *Journal of Accounting Research* (Autumn 1984) pp. 555-569.

MAURER, J. G. **Readings in organizational theory: open system approaches**. New York: Random House, 1971.

FOLEY, B. J, & MAUNDERS, K. T., *Accounting Inform&ion Disclosure and Collective Bargaining*. New York: MacMillian, 1977.

MAUTZ, JR; R. DAVID, **Inflation-adjusted Disclosures and the Determination of Ability to Pay in Collective Bargaining, *accounting Organizations and Society*. Vol. 15, No. 4, pp. 273-295, 1990**

MAYER, A. J. **A força da tradição: a persistência do antigo regime (1848-1914)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

MCCASLIN. T. E. & STANGA. K. G.. How Preparers Assess Constant Dollar in Current Cost Information Vntional *Public Accountant* (September 1982) pp. 3 1-35.

McCRACKEN, G. D. **The Trickle-Down Theory Rehabilitated**. The Psychology Fashion. Graduate School of Business Administration. Lexington NYU - Books, 1985.

MCINTYRE. E.V., Current-Cost Financial Statements and Common-Stock Investments Decisions, *The Accounting Review* (July 1973) pp. 575-585.

MCKELVEY, M. Using evolutionary theory to define systems of innovation. In: EDQUIST,

C. (Ed.). **Systems of innovation: technologies, institutions and organizations**. London: Pinter, 1997, p. 200-222.

McNULTY, M. S., Question of Managerial Legitimacy, **The Academy of Management Review**, v. 18, 3, Set., 1975, pp. 579-588.

MELONI, S.; WEFFORT, E. J.; OLIVEIRA, A. B.; LEMES, S. L.; Avaliação de subsidiárias estrangeiras em empreendimentos multinacionais: um estudo de caso em 28 Países, **RCO - Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 2, 2, 2008.

MEYER, J. W.; ROWAN, B. Institutionalized Organizations: Formal Structure as Myth and Ceremony. **The American Journal of Sociology**, v. 83, 2, p. 340 - 363, 1977.

_____; _____. Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. In: POWELL, W. W.; DIMAGGIO, P. J. **The New Institutionalism in Organizational Analysis**. University of Chicago Press, 1991.

_____; _____. (Eds.). **Organizational environments: ritual and rationality**. Beverly Hills, CA: Sage, 1983a.

_____; _____. Centralization and the legitimacy problems of local government. In: MEYER, J. W.; SCOTT, W. R. (Eds.). **Organizational environments: Ritual and rationality**. Beverly Hills, CA: Sage. p. -199-215, 1983b.

MILES, M. B.; HUBERMAN, A. M. **Qualitative Data Analysis**. 2nd ed. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1994.

MILLER, E. S. Institutional economics: philosophy, methodology and theory. *Social Science Journal*, Oxford, UK, Elsevier, v. 15, 1, Jan. 1978, p. 13-25.

MILLER, P. Accounting and objectivity: the invention of calculating selves and calculable spaces, **Annals of Scholarship**, 1992, p. 61-86.

MIZRUCHI, M. The social construction of organization knowledge: a study of the uses of coercive, mimetic, and normative isomorphism. **Administrative Science Quarterly**, v. 44, 4, 1999, p. 653- 683.

MONTEIRO, P. A.; MARQUES J. A. V. DA C. Análise Comparativa Das Demonstrações Contábeis Elaboradas pela Legislação Societária e em Moeda Constante: Um Estudo de Caso. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v.11, 1, 2006, p. 33-46.

MOREIRA, S. da S.; FILHO BEZERRA, J. E. Demonstrações Contábeis de Fundos de Investimento Financeiro em Ambiente de Baixa Inflação, trabalho apresentado no. In: Congresso Brasileiro de Contabilidade, **Anais...** Goiânia - GO: 2000.

MOTA, D. C.; JUNIOR, W. E.; Dividendos, juros sobre capital próprio e recompra de ações: um estudo empírico sobre a política de distribuição no Brasil. In: ENANPAD, **Anais...** Rio de Janeiro – RJ, 2007.

MUMFORD, M. The End of a Familiar Inflation Accounting Cycle. **Accounting and Business Research**, Spring. 1979. *Apud* Burrows & Rowles (1996).

MUNIR, K. The social Construction of Events: A Study os Institutional Chance in the Photographic Field. **Organizations Studies**,v.23, London, 2005.

NIYAMA, J. K. **Contabilidade Internacional**. São Paulo: Atlas, 2005.

NOBES, C. Cycles in UK Standard Setting. **Accounting and Business Research**, Summer. 1991.

_____; Towards a General Model of the Reasons for International Differences in Financial Reporting. **Abacus**, v. 34, 2, p. 162-187, 1998.

NORTH, D. C. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University, 1990.

_____; Institutions. **Journal of Economic Perspectives**. Nashville, American Economic Association, v. 5, 1, p. 97-112, Winter, 1991.

OFFE, C. Institutions in east european transitions. In: GOODIN, R. E. (Org.). **The theory of institutional design**. Cambridge University Press, 1997.

OLIVEIRA, H. G. de. **A extinção da correção monetária no Brasil: principais implicações contábeis e tributárias**, 1997. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

OLIVER, C. Strategic responses to institutional processes. **Academy of Management Review**, 16, pp.145-179, 1991.

_____, C. The antecedents of desinstitutionalization. **Organization Studies**, v. 13, 4, p. 563-588,1992.

OLSEN, C. Valuation Implications of SFAS No. 33 Data for Electric Utility Investors. **Journal ofAccounting Research** (Supplement 1985) pp. 2%53.

OYADOMARI, J. C. T. *et. al.* A Institucionalização da VBM Value Based Management como prática de contabilidade gerencial: uma Análise à luz da NIS New Institutional Sociology. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 7, 2007 São Paulo – SP. **Anais...** São Paulo – SP, 2007.

OWEN, D. L. & LLOYD, A. J., The Use of Financial Information by Trade Union Negotiators in Plant Level Collective Bargaining, **Accounting Organizations and Society**, 1985. pp. 329-350.

PADOVEZE, C. L.; FREZATTI, F.; BENEDICTO, G. C. de. A decisão de distribuição de lucros- alguns aspectos que envolvem essa decisão, **Caderno de Estudos nº11**, São Paulo, FIECAFI, Junho/1994

PALMER, J. R., *The Use of Accounting Information in Labor Negotiations*, (New York: National Association of Accountants, 1977).

PARSONS, T., **Structure and process in modern societies**. Glencoe, IL: Free Press, 1960.

PARTO, S. **Technological change and institutions: a case study**. MERIT – Maastricht Economic Research Institute on Innovation and Technology. Maastricht University. Netherlands. 2003.

PATTON, M. Q., **Qualitative evaluation and Research Methods**. 2nd ed. CA, Newbury Park: Sage Publications, 1990.

PEDREIRA, J. B.; CRUZ FILHO, M. R. da. **Manual da Correção Monetária das Demonstrações Financeiras**. Rio de Janeiro: Exped - Esplanada, 1978.

PEREIRA, A. C.; SOUZA, B. F. de; REDAELLI, D. R.; IMONIANA, J. O. Custo de oportunidade: conceitos e contabilização, **Caderno de Estudos nº 02**, São Paulo, FIPECAFI, Abril/1990

PEREIRA, C. A.; GUERREIRO, R. **Avaliação do Processo de Mudança da Contabilidade Gerencial sob o Enfoque da Teoria Institucional: O Caso do Banco do Brasil**. ENANPAD, nº, 2005. Rio de Janeiro – RJ. **Anais...** Rio de Janeiro - RJ, 2005.

PEROBELLI, F. F. C.; SANTOS, A. B. dos. Vale a Pena Investir em Ações *High Yield*? Novas Evidências sobre o Efeito do Pagamento de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio sobre os Preços das Ações Brasileiras. In: ENANPAD, **Anais...** Salvador - BA, 2006.

PERROW, C., **Complex Organizations: A Critical Essay**, Random House, New York. 1986

PFEFFER, J.; SALANCIK, G. R. The external control of organizations: A resource dependence perspective. 1978. In: HANDEL, Michael J.(ed.). **The sociology of organizations: classic, contemporary and critical readings**. California: Sage Publications, 2003. p. 233-241.

PILLSBURY, W. F., Organized Labor's Views of Corporate Financial Information, *Journal of Accountancy* (June 1958) pp. 46-56.

PIRES, R. R. C. **Orçamento participativo e planejamento municipal: uma análise neoinstitucional a partir do caso da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte**. Monografia Belo Horizonte. 2001.

PONDÉ, J. L. Concorrência e mudança institucional em um enfoque evolucionista. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEC, 24, 1996, Águas de Lindóia, SP. **Anais...** Campinas: ANPEC, 1996, p. 536-555.

_____; **Coordenação e aprendizado: elementos para uma teoria das inovações institucionais nas firmas e nos mercados**. 1993. Dissertação (Mestrado em Economia) – IE, Campinas, 1993.

PONG, C. K. M., WHITTINGTON, G. The Withdrawal of Current Cost Accounting in the United Kingdom: A Study of The Accounting Standards Committee. **Abacus**, v. 32, 1. 1996. p. 30-53.

PONTE, V. M. R.; OLIVEIRA, M. C.; MOURA, H.; CARMO, R. C. de A., Análise das práticas de evidenciação de informações obrigatórias, não-obrigatórias e avançadas nas demonstrações contábeis das sociedades anônimas no Brasil: um estudo comparativo dos exercícios de 2002 e 2005. **Revista Contabilidade & Finanças** vol.18 n. 45 - São Paulo – SP Sept./Dec.2007.

POPPER, K. R. **Conjecturas e refutações: o progresso do conhecimento científico**. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

PORTER, M., **Competitive Strategy**. Free Press, New York, 1980.

POWELL, W. W. Expanding the scope of institutional analysis. In: POWELL, W. W.; DIMAGGIO, P. J. (Eds.). **The new institutionalism in organizational analysis**. Chicago: University of Chicago, 1991, p. 183-203.

POWELL, W. W.; DIMAGGIO, P. J. (Eds.) **The new institutionalism in organizational analysis**. Chicago: University of Chicago, 1991

PUXTY, A. G. Accounting choice and a theory of crisis. **Accounting, Organizations and Society**, 22, 7, 1997, p. 713–735.

TEIXEIRA, G., **Metodologia da Pesquisa: o que é fazer pesquisa**, 2005. Acessado em: Disponível em <<<http://www.serprofessoruniversitario.pro.br/ler.php?modulo=21&texto=1347>>> Acesso em 30 dez. 2008.

RAMSTAD, Y. A pragmatist quest for holistic knowledge: the scientific methodology of John R. Commons. **Journal of Economic Issues**, Lewisburg, PA, Association For Evolutionary Economics, Department of Economics, Bucknell University, v. 20, 4, Dec 1986. p. 1067-1105.

REIS, L. G. dos; PEREIRA, C. A. Uma Análise das Contribuições das Teorias Organizacionais para o Estudo da Contabilidade Gerencial. In: Congresso USP Controladoria e Contabilidade, **Anais...**São Paulo - SP, 2007.

REZENDE, A. J., B, F. D. DALMACIO, F. Z., BRITO, G. A. S.; A Relevância da Informação Contábil no Mercado de Ações Brasileiro: Uma Análise Informação Societária e Informação Corrigida, n: ENANPAD, **Anais...** Rio de Janeiro - RJ, 2008.

RODRIK, D. & SUBRAMANIAN, A., The Primacy of Institutions, **Finance and Development**, June: 2003 p. 31–34.

ROSSMAN, G. B.; WILSON, B. L. Numbers and Words: combining quantitative and qualitative methods in a single large scale evaluation study. **Evaluation Review**, v. 9, p. 627-643, 1985

ROZENZWEIG, P. & J. SINGH, 'Organizational Environments and the Multinational Enterprise, **Academy of Management Review** 16(2), 340-361, 1991.

RODRIK, D. Institutions for high-quality growth: what they are and how to acquire them. Cambridge: **National Bureau of Economic Research**, 2000. Disponível em: <http://www.nber.org/>. Acesso em 04/03/2008.

ROSSETO, V. *et al* Valores de Entrada. In MARTINS, E. **Avaliação de empresas: da mensuração contábil à econômica**. São Paulo: Atlas, 2001. p. 25-93.

ROSSONI, L. **A dinâmica de relações no campo da pesquisa em organizações e estratégia no Brasil: uma análise institucional**, 2006. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

ROSTE, R. Studies of innovation in the public sector, a literature review. **Publin – Innovation in the Public Sector**. Working Paper 8, v.2. Oslo. 2004.

SACOMANO NETO, M.; TRUZZI, O. M. S. Perspectivas contemporâneas em análise organizacional **Gestão e Produção**, v.9, 1, p. 32-44, abr. 2002.

SALOTTI, B. M., LIMA; G, YAMAMOTO, M. e MALACRIDA, M. C. Um estudo empírico sobre o fim da correção monetária integral e seu impacto na análise das demonstrações contábeis: uma análise setorial. In: Congresso USP Controladoria e Contabilidade, **Anais...** São Paulo - SP, 2006.

SAMUELS, W. J. The present state of institutional economics. **Cambridge Journal of Economics**, Oxford, UK, Oxford University, v. 19, 4, p. 569-590, Aug 1995.

SANDILANDS Committee, **Inflation Accounting: A Report of the Inflation Accounting Committee under the Chairmanship of F.E.P. Sandilands**, Cmnd 6225 (HMSO, London), 1975

SANTOS, A. **Aspectos da Conversão de Demonstrações Financeiras para Moeda Estrangeira**. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, 1980.

_____; BARBIERI, G. Correção do resultado mensal. **Caderno de Estudos nº4**, São Paulo, FIECAFI – Março/1992.

_____; **Alguns efeitos da utilização de índices inadequados na correção dos balanços de empresas estrangeiras no Brasil**. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

_____; BARBIERI, G. Apuração de Resultados Mensais - O Exercício de 1992. **IOB - Temática Contábil e Balanços**, São Paulo, p. 153 - 150, 28 abr. 1993.

_____; MARTINS, E.; BARBIERI, G. Ajuste a Valor Presente - Cálculos e Contabilização (1ª parte). **IOB - Temática Contábil e Balanços**, São Paulo, p. 65 - 60, 15 fev. 1993.

_____; _____.; _____.; Ajuste a Valor Presente - Cálculos e Contabilização (2ª e última parte). **IOB - Temática Contábil e Balanços**, São Paulo, p. 72 - 69, 21 fev. 1993.

_____.; Índices inadequados: reflexos nos balanços das empresas estrangeiras, **Caderno de Estudos nº10**, São Paulo, FIPECAFI, Maio/1994.

_____.; Índices Inadequados: Reflexos nos Balanços das Empresas Estrangeiras. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 10, 10, p. 19-35, 1994.

_____.; Lucro inflacionário: uma resposta objetiva, **Caderno de Estudos nº. 13**, São Paulo, FIPECAFI Janeiro a Junho/1996.

_____.; BARBIERI, G. Fim da Correção Monetária de Balanços e o início da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) sobre o capital próprio – Alguns de seus principais efeitos. **IOB – Temática contábil**, 16, 1996.

_____.; BRAGA, R. Resultado do exercício: as empresas localizadas em países com baixas taxas de inflação são ou não afetadas? In: Congresso Internacional de Custos, 5, Acapulco, Gro. **Anais...** México, Julho, 1997. Disponível em <<<http://www.eac.fea.usp.br/eac/departamento/artigo.asp>>>. Acesso em: dia, mês. ano.

_____.; Avaliação da falta de reconhecimento dos efeitos inflacionários no Brasil no período 1966-2000 (1ª parte), **IOB- Boletim**, v. 27, 2001.

_____.; Avaliação da falta de reconhecimento dos efeitos inflacionários no Brasil no período 1966-2000 (2ª e última parte), **IOB- Boletim**, v. 28. 2001.

_____.; Pior que decepção! Dá para entender os resultados Publicados pelas empresas? **IOB – Temática contábil**. 19, 2002.

_____.; Quem está pagando juros sobre capital próprio no Brasil?, **Revista de Contabilidade e Finanças**, Edição 30 Anos de Doutorado, p. 33 – 44, Junho 2007.

SANTOS, G. J. **Teoria institucional e a análise das operações de franquia**: um olhar diferente das abordagens tradicionais do Marketing. Disponível em: <<http://www.read.adm.ufrgs.br/read12/read12.htm> > . Acesso em: 21 fev. 2004.

SANTOS, N. Aspectos relacionados com o lucro passível de distribuição e a manutenção do capital da empresa. **Caderno de Estudos nº10**, São Paulo, FIPECAFI, Maio/1994.

SANVICENTE, A. Z. A Contabilidade e a Teoria da Informação, **Cadernos de Estudos nº 02**, São Paulo, FIPECAFI – Abril/1990.

SCAPENS, R. W. **Management accounting: a review of contemporary developments**. Basingstoke: Macmillan, 1985.

_____.; ROBERTS, J. Accounting and control: a case study of resistance to accounting change. **Management Accounting Research**. v. 4, p. 1-32, 1993.

_____.; Never mind the gap: towards an institutional perspective on management

accounting practice. **Management Accounting Research**. v. 5, p. 301-321, 1994.

_____; ROBERTS, J. Accounting and control. a case study of resistance to accounting change. **Management Accounting Research**, v. 5, p. 301-321, 1994.

SCHAEFER, T. F., The information Content of current Cost Income Relative to Dividends and Historical Cost Income, **Journal of Accounting Research** (Autumn 1984) pp. 647-656.

SCHUTZ, A., **The phenomenology of the social world**. Illinois: northwestern press.1967.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalism, Socialism and Democracy**. 5. ed. London: G. Allen & Unwin, 1979.

SCHUTZ, A. **The phenomenology of the social world**. Illinois: Northwestern Press 1976.

SCOTT, W. R. Effectiveness of organizational effectiveness studies. In P. S. Goodman & J. M. Pennings (Eds.). **New perspectives on organizational effectiveness**: 63-95. San Francisco: Jossey-Bass. 1977.

_____; **The adolescence of institutional theory'**. Administrative Science Quarterly 32. 1987, p.493-511.

_____; Meyer, J. W. The organization of societal sectors. In W. W. Powell; P. J. DiMaggio (Eds.). **The new institutionalism in organizational analysis**: 108-140. Chicago: University of Chicago Press. 1991.

_____; Unpacking institutional arguments, In: POWELL, W. W.; DIMAGGIO, P. J. (Ed.). **The new institutionalism in organizational analysis**. Chicago: University of Chicago, p. 164-182, 1991.

_____; The Organization of Environments: Network, Cultural and Historical Elements. In: MEYER, J. W.; SCOTT, W. R. **Organizational environments**: ritual and rationality. London: Sage Publications. 1992.

SCOTT, W. R., **Institutions and organization**. London: Sage Publications, 1995.

_____; **Institutions and organization**. London: Sage Publications, 1995. 177p.

_____; **Institutions and organizations**. 2. ed. Thousand Oaks: Sage, 2001.

_____; **Financial accounting theory**. 3rd ed. Toronto: Prentice Hall, 2003.

_____; **Institutions and Organizations: Ideas and Interests** (3rd ed.). Los Angeles: Sage Publications, 2008.

SCOTT, A. The geographic foundations of industrial performance. In: CHANDLER JR., A.; HAGSTRÖM, P.; SÖLVELL, Ö. (Ed.). **The dynamic firm: the role of technology, strategy, organization and regions**. Oxford, UK, Oxford University, 1998, Cap. 16.

SEED, A. H.. III, Inflation - Its impact on Financial Reporting and Decision-Making.

Financial Executive(July 1978) pp. 38-46.

SEIDEL, A.; KUME, R. Contabilização das variações da necessidade de capital de giro, **Revista Contabilidade e Finanças - USP**, São Paulo, n. 31, p. 66 - 77, janeiro/abril, 2003.

SEIDMAN, I. E. **Interviewing as Qualitative Research: a Guide for Researchers in Education and the Social Sciences**. New York: Teachers College, Columbia University, 1991.

SELZNICK, P. **TVA and the grass roots**. Berkeley: University of California Press, 1949.

_____; Institutionalism “old” and “new” .**Administrative Science Quarterly**, v. 41, n. 2, p. 270-277, June, 1996.

SEWELL, W. A theory of structure: duality, agency, and transformation. **American Journal of Sociology**, v. 98, n. 1, p. 1-29, 1992.

SHRIVER, K. A. An empirical examination of the potential measurement error in current cost data. **The Accounting Review**. v. LXII, 1, Jan. 1987. p. 79-96.

_____; Further evidence on the marginal gains in accuracy of alternative levels of specificity of the producer price indices. **Journal of Accounting Research**, Spring, 1986, p. 151-165.

SILVA, A. H. C.; PESSANHA, D. S. S.; MARQUES, J. A. V. C. Contabilidade com Flutuação de Preços: Algumas Experiências Interessantes, **Revista da UNB Contábil**, 2001.

SILVA, C. A. T. Avaliação da dispersão nos níveis de preços. **Caderno de Estudos nº03**, São Paulo, FIECAFI – Março/1992.

_____; Custo Histórico x Custo Histórico Corrigido: um Estudo para as Empresas Brasileiras. In: ENANPAD. nº., 2000, Cidade – UF. **Anais...** Cidade – UF: Editora, 2000.

_____; **Historical Cost and Price-Level Accounting: an study for Brazillian Companies**. Disponível em <<http://papers.ssrn.com.taf?abstract_id=270778>> Acesso em: 30/08/2001.

SIMON, H. A. **Comportamento Administrativo**. Rio de Janeiro: FGV, 1979.

SINGER, P. I. **Guia da inflação para o povo**. Petrópolis: Vozes, 1992.

SLACK, T.; HININGS, B. Institutional pressures and isomorphic change: An empirical test. **Organization Studies**. v.15, p. 803-827, 1994.

SONPAR, K.; HANDELMAN, J.; DASTMALCHIAN, A. **Trust, organizational change and institutionalization**: A study of health care delivery transformation in southern Alberta. July 2003.

SOUSA FILHO, R. C. *et at*. Análise dos efeitos contábeis e tributários da extinção do reconhecimento contábil da inflação no Brasil no período 1996-2000 (1ª parte). Informações

Objetivas. **IOB, Caderno de Temática Contábil e Balanços**, ano 35, 12, mar. 2001.

SOUTES, D. O. **Uma investigação do uso de artefatos da contabilidade gerencial por empresas brasileiras**. São Paulo: 2006. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Universidade de São Paulo - Faculdade de Economia e Administração, São Paulo, 2006.

SOUZA, M. A.; LISBOA, L. P.; ROCHA, W. Práticas de Contabilidade Gerencial Adotadas por Subsidiárias Brasileiras de Empresas Multinacionais. **Revista de Contabilidade e Finanças USP**, n. 32, p. 40 - 57, mai/ago. 2003.

SPENDER, J. C. **Industry recipes: An enquiry into the nature and sources of managerial judgment**. Oxford: Basil Blackwell, 1989.

SPROLES, G. B. Behavioral Science Theories of Fashion. **The Psychology of Fashion**. Graduate School of Business Administration, Lexington NYU - Books, 1985.

STANLEY C. W., SAVARY, C. C. An historical perspective of the accounting environment: a general outline of a western European and North American linkage, The Academy of Accounting Historians - Virginia Commonwealth University, Virginia - **Working Paper** n. 50 March, 1981.

STRACHMAN, E. Instituições: uma caracterização crítica. Economia. Belo Horizonte, MG, **Anpec**, v. 3, 1, jan./jun. 2002.

STRACHMAN, E. **Política industrial e instituições**. Campinas. 2000. Tese (Doutorado em Economia) – IE, UNICAMP, Campinas, 2000.

STRACHMAN, E.; DEUS, A. S.; Instituições, inovações e sistemas de inovação: interações e precisão de conceitos. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v. 26, 1 p. 575-604, jun, 2005.

SUCHMAN, M. C. 1988. Constructing an institutional ecology: Notes on the structural dynamics of organizational communities. Paper presented at the annual meeting of the **American Sociological Association**, Atlanta, GA, 1988.

_____; Managing Legitimacy: Strategic and Institutional Approaches. **The Academy of Management Review**, v. 20, 3, Jul., p. 571-610, 1995.

SWANSON, E. P. Relative Measurement Errors in Valuing Plant and Equipment Under Current Cost and Replacement Cost. **The Accounting Review**. Vol. 65, no. 4 October 1990. p.911-924.

SZTOMPKA, P. **A sociologia da mudança social**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

SZUSTER, N.; SZUSTER, F. Tratamento contábil do câmbio flutuante no Brasil - uma proposta frente à grande volatilidade 2001/2002. **Revista Contabilidade & Finanças - USP**, São Paulo, 31, p. 109 - 118, janeiro/abril 2003.

TENENHAUS, M.; VINZI, V.E.; CHATELIN, Y.; LAURO, C. PLS Path Modeling.

Computational Statistics & Data Analysis, v. 48, p. 159-205, 2005.

TERRA, P. R. S. Inflação e retorno do mercado acionário em países desenvolvidos e emergentes, **RAC - Revista de Administração Contemporânea**, v. 10, 3, jul/set., 2006, p. 133/158.

THÉRET, B. As instituições entre estruturas e ações. **Lua Nova**: Cedec, São Paulo, n. 58, 2003.

TINOCO, J. E. P. Avaliação patrimonial em contabilidade a valores de entrada e de saída. **Caderno de Estudos FIPECAFI/FEA-USP**, outubro de 1992.

TOLBERT, P. S.; ZUCKER, L. G. A Institucionalização da Teoria Institucional. In: CLEGG, S. R. *et al* (Orgs.). **Handbook de Estudos Organizacionais**. v. 1, São Paulo: Atlas, 1999.

TOMEI, P. A.; LERNER, A. Os Modismos Gerenciais e a Dinâmica Organizacional, In: ENANPAD, **Anais...** Foz do Iguaçu -PR, 1997.

TOOL, M. R. A social value theory in neoinstitutional economics. **Journal of Economic Issues**, Lewisburg, PA, Association For Evolutionary Economics, Department of Economics, Bucknell University, v. 11, 4, p. 823-846, Dec. 1977.

_____; An institutionalist view of the evolution of economic systems. In: DOPFER, K.; RAIBLE, K. (Ed.) **The evolution of economic system**: essays in honour of Ota Sik. London: Macmillan, 1990, p. 165-174.

TRIOLA, M. F. **Introdução à Estatística**, 9ª edição – 2005

VANCIL, R. & WEIL, R., Current Replacement Cost Accounting, Depreciable Assets, and Distributable Income, **Financial Analysts Journal** (July-August 1976) pp. 3-5.

VASCONCELOS, C., REIS, D., MIYASHIRO, I., e PAULO, E., A Influencia da Cobertura das Empresas de *Rating* sobre o Gerenciamento de Resultados das Companhias Abertas Brasileiras, **RCO – Revista de Contabilidade e Organizações** – FEARP/USP, v. 2 n. 3, p. 37 - 52 mai./ago. 2008

VASCONCELOS, F. C. de. **Dinâmica Organizacional e Estratégia**: Imagens e Conceitos. 1.ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2007. v. 1.

VASS, P. Establishing a conceptual framework for regulated industries' accounting and accountability. **Financial Accountability and Management**, v. 8, 4, p. 299–315, 1992.

_____; The role of regulatory accounts. **Accountability and Regulation—Reporting Performance**, CRI Proceedings 27 (CRI, London), p. 17–30, 2001.

VEBLEN, T. B. **A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1899.

VENARD, B. & HANAFI, M., Organizational Isomorphism and Corruption in Financial Institutions: Empirical Research in Emerging Countries, **Journal of Business Ethics**, 2008. v.

81, p.481–498.

WASSERMAN, C. O Lucro à luz do conceito de preservação da riqueza. **Revista Contabilidade & Finanças - USP**, São Paulo, Edição Comemorativa, p. 30 - 38, outubro/2003.

WATTS, R. L. & ZIMMERMAN, J. L.. On the Irrelevance of Replacement Cost Disclosures for Security Prices, *Journal of Accounting and Economics* (1980, No. 2) pp. 95-106.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000.

_____; **Economy and society**. Berkeley: University of California Press, 1978.

WEICK, K. E. The collapse of sense making in organizations: the mann gulch disaster. **Administrative Science Quarterly**, v. 38, p. 628-652, 1993.

WHITTINGTON, G. Current cost accounting: its role In regulated utilities, **Fiscal Studies**, 15, 4, p. 88–101, 1994.

WILLIAMSON, O. E. Transaction-cost economics: the governance of contractual relations. **The Journal of Law and Economics**, Chicago, Chicago University, v. 22, 2, p. 233-261, Oct 1979.

WINN, M. J., JENNINGS, P. D., The Temporal Dynamics of Institutionalization, *Academy of Management Review*, 2001, p 624 - 644

WOOD, D. J.. Corporate social performance revisited. **Academy of Management Review**, vol. 16, 1991,,: 691-718.

YATES, J. **Control Through Communication: The Rise of System in American Management**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1989.

YATES, J. Investing in Information: supply and demand forces in the use of information in American firms, 1850-1920. In TEMIN, P. (Ed.). **Inside the Business Enterprise: Historical Perspectives on the Use of Information**. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

YIN, R. K. **Estudo de caso: Planejamento e Métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZAN, A. **Mudanças na contabilidade gerencial de uma organização: estudo de caso com diagnóstico institucional**. São Paulo: 2006. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Universidade de São Paulo - Faculdade de Economia e Administração, São Paulo, 2006.

ZANI, J., NESS JR, W. L., Os juros sobre o capital próprio versus a vantagem fiscal do endividamento. in: ENANPAD, **Anais...** Florianópolis - SC, 2000.

ZIETSMA, C. & WINN, M. I. Reflections on process and process theorizing: revisiting our work “Organizational field power dynamics and the ‘War of the Woods’”. Unpublished Manuscript, Presented at **The First Organization Studies Summer Workshop on**

Theorizing Process in Organization Research, Santorini: Greece (2005).

ZUCKER, L. G. Institutional theories of organization. **Annual Review of Sociology**, v. 13, p. 443-464, 1987.

_____; Where do institutional patterns come from? Organizations as actors in social systems. In: _____. **Institutional patterns and organizations: culture and environment**. Cambridge, MA: Ballinger, 1988. p. 23-49.

_____; The role of institutionalization in cultural persistence. In: DiMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W (eds). ***The new institutionalism in organizational analysis***. Chicago: The University of Chicago Press, 1991. p. 83-107.

ZYSMAN, J. How institutions create historically rooted trajectories of growth. **Industrial and Corporate Change**, Oxford, UK, Oxford University, v. 3, 1, p. 243-283, Nov 1994.

_____; **Governments, markets and growth: financial systems and the politics of industrial change**. Ithaca: Cornell University, 1983.

APÊNDICES**E-MAIL ENVIADO AS EMPRESAS****FEA/USP - PESQUISA DE TESE SOBRE O USO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS CORRIGIDAS**

Prezado senhor/senhora:

Estamos desenvolvendo uma pesquisa de tese de doutorado FEA/USP, de âmbito nacional, junto aos contadores, controllers e gestores responsáveis pela relação com investidores, a respeito do uso das práticas contábeis de correção monetária.

Para que esse projeto de tese seja possível, gostaria de contar com a sua ajuda nesse sentido, respondendo o questionário eletrônico (acessado pelo link abaixo), até 23/03/2009.

Caso exista uma área na empresa de relação com investidores, gostaríamos na medida do possível que senhor encaminhasse este e-mail também, pois seria importante para a nossa pesquisa a percepção deste gestor.

Essa pesquisa, de cunho estritamente acadêmico, poderá proporcionar importantes informações sobre a utilidade informação contábil processo de tomada de decisão dos usuários, tanto para a área educacional como profissional, no nosso país. No que se refere à confidencialidade, não estaremos divulgando informações por empresa, mas pelo grupo como um todo, o que evitará problemas individuais.

Escolha a resposta que represente “O QUE OCORRE NA SUA EMPRESA”, de maneira preponderante.

O endereço para resposta é (basta clicar sobre o link):

<http://fs11.formsite.com/Amauryj/form287726011/index.html>

Desde já muito obrigado pela colaboração.

Atenciosamente.

Amaury José Rezende Doutorando em Contabilidade e Controladoria – FEA Universidade de São Paulo - USP
(16) 3602-0503
(11) 9446 -1212

Prof. Dr. Reinaldo Guerreiro
Orientador da Pesquisa de Tese
Professor Titular da Universidade de São Paulo - FEA/USP
Vice diretor da FEA/UPS – Faculdade de Econômica, Administração e Contabilidade
Universidade de São Paulo
Fone 55 11 3091 5820

QUESTIONÁRIO

ESQUISA SOBRE O USO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS CORRIGIDAS EM EMPRESAS BRASILEIRAS

(As respostas fornecidas devem refletir a posição da empresa)

Características Qualitativas da Informação Contábil

Compreensibilidade	A informação contábil deve ser compreensível para ser útil, no entanto presume-se que os usuários tenham um conhecimento razoável dos negócios, atividades econômicas e contabilidade.
Relevância	A informação relevante é aquela que influencia o usuário na tomada de decisões.
Confiabilidade	As demonstrações contábeis devem estar livres de erros ou vieses e apresentar adequadamente aquilo a que se propõem. Devem representar adequadamente as transações e outros eventos realizados.
Comparabilidade	As informações contábeis devem ser comparáveis ao longo do tempo, a fim de fornecer tendências a respeito da evolução patrimonial, financeira e econômica da empresa.

Questões sobre as características qualitativas da informação contábil corrigida.

Atribua um <u>grau de concordância</u> para as afirmações abaixo.	Discordo totalmente	Discordo	Nem discordo, nem concordo	Concordo	Concordo totalmente
As informações contábeis ajustadas pela inflação (corrigidas) são compreensíveis aos seus usuários.	☐	☐	☐	☐	☐
A publicação suplementar de informações contábeis ajustadas pela inflação é relevante no processo de tomada de decisão dos usuários.	☐	☐	☐	☐	☐
As informações contábeis ajustadas pela inflação (corrigidas) são mais confiáveis do que as informações contábeis não ajustadas.	☐	☐	☐	☐	☐
As informações contábeis ajustadas pela inflação (corrigidas) permitem maior comparabilidade do que as informações não ajustada (não corrigidas).	☐	☐	☐	☐	☐

*

A empresa continua realizando algum tipo de ajuste dos efeitos da inflação sobre as transações realizadas (práticas contábeis de correção monetária) ?

	Não realiza	Realiza parcialmente	Realiza totalmente
Correção Monetária Integral	☐	☐	☐
Correção Monetária de Balanço	☐	☐	☐
Aplicação de Índices Setoriais	☐	☐	☐
Outro tipo de ajuste*	☐	☐	☐

*Especificar:

Questões sobre o uso da informação contábil corrigida nas empresas.

Atribua um grau de importância para as razões que influenciaram a empresa a não realizar mais a Prática Contábil de Correção Monetária.

Variáveis	1 Nenhuma importância	2 Pouca importância	3 Alguma importância	4 Muita importância	5 Elevada importância
O tamanho da empresa	☐	☐	☐	☐	☐
Relacionamento com o mercado externo	☐	☐	☐	☐	☐
Impacto dos níveis de inflação sobre os resultados publicados	☐	☐	☐	☐	☐
Impacto dos níveis de inflação sobre o setor	☐	☐	☐	☐	☐
A regulamentação do governo (politização da atividade econômica)	☐	☐	☐	☐	☐
A obrigatoriedade imposta pela Lei	☐	☐	☐	☐	☐
Poder institucional das entidades reguladoras (CVM - Comissão de Valores Mobiliários e SRF - Secretaria da Receita Federal)	☐	☐	☐	☐	☐
A ausência de fiscalização e punição	☐	☐	☐	☐	☐
O desenvolvimento do mercado capitais	☐	☐	☐	☐	☐
O surgimento de novas tecnologias contábeis (variação cambial, indexação pelo dólar, hedge accounting das operações) substitui a necessidade de ajustes inflacionários	☐	☐	☐	☐	☐
Empresas concorrentes não realizam mais a prática de correção monetária	☐	☐	☐	☐	☐
Nível de divulgação informacional dos concorrentes	☐	☐	☐	☐	☐
A publicação de informação corrigida pode gerar incerteza no processo decisório dos usuários	☐	☐	☐	☐	☐
As recomendações das entidades de pesquisas e acadêmicas	☐	☐	☐	☐	☐
Os pronunciamentos das entidades de classes	☐	☐	☐	☐	☐
As recomendações das empresas consultoria e auditoria	☐	☐	☐	☐	☐

Continuação

Variáveis	1 Nenhuma importância	2 Pouca importância	3 Alguma importância	4 Muita importância	5 Elevada importância
Influencia o desempenho e a remuneração dos gestores	☐	☐	☐	☐	☐
Distorce o desempenho dos departamentos, áreas e unidades de negócio	☐	☐	☐	☐	☐
Ausência de conteúdo informacional para sindicatos (empregados)	☐	☐	☐	☐	☐
Não representa inovação informacional para o mercado de capitais	☐	☐	☐	☐	☐
Diminuição dos índices de inflação da economia brasileira	☐	☐	☐	☐	☐
Mudança das leis sobre publicação de informação contábil corrigida	☐	☐	☐	☐	☐
O mercado financeiro não exige	☐	☐	☐	☐	☐
Ausência de incentivos fiscais	☐	☐	☐	☐	☐
A matriz não exige	☐	☐	☐	☐	☐
Clientes e fornecedores não exigem	☐	☐	☐	☐	☐
Os custos de manter a prática superam os benefícios da informação gerada	☐	☐	☐	☐	☐
O surgimento de novas tecnologias contábeis	☐	☐	☐	☐	☐
Restringe o uso dos recursos internamente	☐	☐	☐	☐	☐
Não possui conteúdo informacional para investidores e acionistas	☐	☐	☐	☐	☐
Níveis de inflação no período (mês e ano)	☐	☐	☐	☐	☐
Devido as novas regulamentação para o setor	☐	☐	☐	☐	☐
Influencia a distribuição de dividendos	☐	☐	☐	☐	☐
Mudança da configuração jurídica da empresa (abertura de capital ou fechamento de capital)	☐	☐	☐	☐	☐
Mudança na estrutura organizacional	☐	☐	☐	☐	☐
Realização de fusões, cisões ou incorporações	☐	☐	☐	☐	☐

Mudança dos gestores internos (atores sociais)	☐	☐	☐	☐	☐
Harmonização internacional das práticas contábeis	☐	☐	☐	☐	☐

*

	Nenhuma Importância	Pouca Importância	Alguma Importância	Muita Importância	Elevada Importância
Atribua um grau de importância ao uso das práticas contábeis de correção monetária na sua empresa.	☐	☐	☐	☐	☐

Informações Gerais

Quanto tempo faz que você atua nesta função?

☐ Menos de 1 ano
☐ De 1 a 5 anos
☐ De 5 a 10 anos
☐ De 10 a 15 anos
☐ mais 15 anos

Assinale a função em que você atua na empresa.

☐ Contador (a)
☐ Controller
☐ Diretor (a) Financeiro (a)
☐ Relação com Investidores
☐ Gerente
☐ Analista
☐ Supervisor
☐ Outros*

Atribua um grau de relevância para a questão abaixo.

	Nenhuma relevância	Pouca relevância	Alguma relevância	Muita relevância	Elevada relevância
Como você avalia a relevância de informações contábeis ajustadas pela inflação no processo de tomada de decisão dos usuários?	☐	☐	☐	☐	☐

* E-mail para contato

Desde já, agradeço pela atenção dispensada!

Sua resposta será muito importante para a minha pesquisa de "tese".

Não esqueça de acionar a tecla "**Submit**".

Atenciosamente

Amaury José Rezende

Doutorando em Contabilidade e Controladoria da Universidade de São Paulo - FEA/USP

Prof. Dr. Reinaldo Guerreiro

Professor Titular da Universidade de São Paulo - FEA/USP

Orientador da Pesquisa de Tese